

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

***DEMOGRAFIA E FAMÍLIA ESCRAVA.  
FRANCA - SP, SÉCULO XIX***

MAÍSA FALEIROS DA CUNHA

Campinas  
2009

MAÍSA FALEIROS DA CUNHA

**DEMOGRAFIA E FAMÍLIA ESCRAVA. FRANCA - SP, SÉCULO XIX**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Maria Sílvia Casagrande Beozzo Bassanezi e co-orientação do Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 18 / 02 / 2009.

BANCA

Profa. Dra. Maria Sílvia Casagrande Beozzo Bassanezi (orientadora)

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac

Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

Prof. Dr. José Flávio Motta

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho

Profa. Dra. Ana Sílvia Volpi Scott (suplente)

Profa. Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo (suplente)

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira (suplente)

FEVEREIRO/2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C914d **Cunha, Máisa Faleiros da**  
**Demografia e família escrava. Franca-SP, Século XIX /**  
**Máisa Faleiros da Cunha . - Campinas, SP : [s. n.], 2009.**

**Orientador: Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi.**  
**Robert Wayne Slenes (Co-orientador)**

**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Demografia. 2. Escravos – Franca (SP) – Séc. XIX.**  
**3. Demografia da família. 4. Família. I. Bassanezi, Maria Silvia**  
**Casagrande Beozzo. II. Universidade Estadual de Campinas.**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**msh/ifch**

**Título em inglês: Demography and slave family. City of Franca, State of São**  
**Paulo (Brazil), nineteenth century**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :** **Demography**  
**Slaves – Franca (SP – 19<sup>th</sup> cent.)**  
**Family demography**  
**Family**

**Área de Concentração: Demografia histórica**

**Titulação: Doutor em Demografia**

**Banca examinadora: Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi, Elisabete**  
**Dória Bilac, Carlos de Almeida Prado Bacellar, José**  
**Flávio Motta, Tarcísio Rodrigues Botelho.**

**Data da defesa: 18/02/2009**

**Programa de Pós-Graduação: Demografia**

## RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de análise a demografia e a família escrava no município de Franca-SP no decorrer do século XIX. Esse município caracterizou-se por uma economia baseada na atividade criatória (de gado *vacum* e suíno) e na produção de gêneros de subsistência destinados ao consumo local e ao comércio interno. A elaboração deste trabalho foi norteadada pelo desafio de considerar a população escrava a partir do conceito de regime demográfico restrito. Para tanto, as principais fontes documentais utilizadas foram: a Lista Nominativa de Habitantes de 1836, o Recenseamento Geral do Império de 1872, os inventários *post mortem* (1811-1888) e os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito (1806-1888). Dessa forma, apresentamos o contexto espacial e histórico do município de Franca-SP, onde a população escrava vivenciou os eventos vitais e estabeleceu relações sociais. Traçamos a evolução populacional e, de modo especial, caracterizamos a economia que se desenvolveu no período; focalizamos aspectos da demografia escrava e seus condicionantes. Refinando a análise através do cruzamento nominativo de fontes, resgatamos trajetórias demográficas e familiares de um segmento da população escrava pertencente a um grupo específico de senhores. Esse percurso permitiu evidenciar, ainda que em níveis de intensidade diferenciados, os mecanismos de controle demográfico (nupcialidade, fecundidade, mortalidade e manumissão), os arranjos familiares e as amplas relações e instituições sociais que marcaram o regime demográfico restrito da população escrava na localidade.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the demography and the slave family in Franca, Brazil during the nineteenth century. The characteristic of this town was an economy based on dairy cattle and swine breeding, and the production of first-necessity foods destined to local consumption and to the internal market. This work was guided by the challenge to consider the slave population as from the concept of a restricted demographic regime. For this purpose, the main sources used were the *Lista Nominativa de Habitantes* of 1836, the *Recenseamento Geral do Império* of 1872, *post-mortem* inventories from 1811 to 1888 and the baptism, marriage and death parochial registers from 1806 to 1888. We have presented the spatial and historic context of Franca, where the slave population lived the vital events and established social relations. We have delineated the population evolution and, in special, characterized the economy developed in that period; focusing slave demography aspects and its conditionals. When refining the analysis through the nominal comparison of sources, we have recovered demographic and families trajectories of this slave population, belonging to a specific group of slave masters. The route has enabled us to provide evidence, although at different levels of intensity, to the mechanisms of demographic control (nuptiality, fertility, mortality and manumission), to family arrangements and to the wide social relations and institutions which have marked the restricted demographic regime of the local slave population.

**Para Arlete,  
Eurípedes,  
Vanessa,  
Patrícia  
e Otávio.**

## **Agradecimentos**

À CAPES, pelo apoio financeiro concedido, o que permitiu o suporte necessário para a conclusão deste trabalho.

A minha orientadora, Dra. Maria Sílvia Beozzo Bassanezi, pela atenção incondicional dispensada ao longo de toda a pesquisa, especialmente nos momentos finais da tese.

Ao co-orientador, Dr. Robert Wayne Slenes por compartilhar seus conhecimentos de forma generosa e estimulante, mostrando caminhos insuspeitados.

Aos membros da banca de qualificação, os professores Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar e Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho, pelas sugestões e comentários críticos, que busquei incorporar ao texto.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Ao Núcleo de Estudos de População da Unicamp, pelo suporte ao desenvolvimento do meu trabalho; aos pesquisadores, funcionários e bolsistas pelo auxílio e convivência sempre agradável. Em especial, a Adriana Fernandes que me auxiliou com as citações e referências bibliográficas com paciência e cuidado. A Carmem Nogueira por revisar os capítulos com bom humor e agilidade.

Aos membros do GT História e População da ABEP, pelos comentários e sugestões aos meus trabalhos apresentados em eventos.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal de Franca: Graziela Alves Corrêa, Maria Consuelo de Figueiredo, Wanderlei D. Ferreira, Maria das Graças F. Primon e Carlos Assumpção, pelos cafezinhos e por tornarem alguns momentos da coleta das fontes mais alegres e descontraídos.

Aos amigos Simone Azevedo, Ricardo Ojima, Fábio Hirano e Cláudia Siqueira pelas conversas e desabafos quando não estávamos fazendo as teses demográficas. Com Simone dividi casa em Campinas; ao Ricardo recorri para me ajudar com tabelas e gráficos. Ao Jonis Freire, pelos livros, conversas e indicações bibliográficas e a Karoline Carula, por

estar sempre à disposição. Ao Cristiano Corte Restituti, pelos comentários na parte de economia e a Dafne Sponchiado, por me atender sempre que precisei.

Àqueles que mesmo de longe torceram por mim: Salete, Geovani, Marco Aurélio e Zilda.

Aos meus pais, Arlete e Eurípedes, e às minhas irmãs, Patrícia e Vanessa por compreenderem minha ausência. O tempo pode ter sido escasso, mas por estar com vocês foi muito bem compartilhado.

Ao meu companheiro de todas as horas, pelas férias adiadas e os finais de semana em casa, pela força e carinho. Por compreender que estar longe seria preciso. Seu apoio desprezioso foi muito importante ao longo dos últimos anos e sem a sua colaboração no campo da informática teria ficado muito mais difícil. Dedico esta tese a você, Otávio.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – Criando gado, plantando roças: população e economia em Franca-SP, século XIX</b>	<b>15</b>
<b>1.1. Localização</b>	<b>15</b>
<b>1.2. Pousos e sesmarias: ocupação e povoamento</b>	<b>19</b>
<b>1.3. Paulistas e mineiros</b>	<b>24</b>
<b>1.4. Evolução populacional</b>	<b>29</b>
<b>1.5. Economia</b>	<b>33</b>
<b>Capítulo 2 – Domicílios e moradores</b>	<b>49</b>
<b>2.1. Domicílios</b>	<b>53</b>
<b>2.2. Os moradores</b>	<b>62</b>
<b>2.2.1. Características demográficas: primeira metade do século XIX</b>	<b>62</b>
<b>2.2.2. Características demográficas: segunda metade do século XIX</b>	<b>68</b>
<b>2.3. Nupcialidade</b>	<b>79</b>
<b>2.4. Natalidade</b>	<b>92</b>
<b>2.5. Mortalidade</b>	<b>97</b>
<b>2.6. Manumissões</b>	<b>103</b>
<b>Capítulo 3 – Posses e famílias escravas</b>	<b>107</b>
<b>3.1. Estrutura de posse</b>	<b>107</b>
<b>3.1.1. Primeira metade do século XIX</b>	<b>109</b>
<b>3.1.2. Segunda metade do século XIX</b>	<b>121</b>
<b>3.2. Reconstituindo famílias escravas</b>	<b>127</b>
<b>3.2.1. Aspectos metodológicos</b>	<b>128</b>

3.2.2. Os senhores	135
3.2.3. Famílias escravas	141
<b>Capítulo 4 – Trajetórias familiares de senhores e escravos - um estudo de caso</b>	<b>157</b>
4.1. Das Minas Gerais para São Paulo	160
4.1.1. A família de Francisco Antonio Diniz Junqueira	160
4.1.2. A Família de Francisco Antonio da Costa	169
4.2. Os escravos de Francisco Antonio Diniz Junqueira e Francisco Antonio da Costa	173
4.2.1. Características demográficas	173
4.2.2. Famílias escravas	178
4.2.3. Compadrio	188
4.2.4. A partilha	194
<b>Considerações finais</b>	<b>201</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>207</b>
<b>ANEXO 1 - Fontes documentais</b>	<b>219</b>
<b>ANEXO 2 – Relação dos inventariados</b>	<b>235</b>

## Lista de Tabelas

Tabela 1.1- Evolução da população. Sertão do Rio Pardo, 1767 – 1797	29
Tabela 1.2- Evolução da população, Freguesia do Rio Pardo/ Freguesia de Franca/ Vila Franca do Imperador. População segundo condição social (1801 – 1836)	30
Tabela 1.3- Evolução da população, Franca e território original (1836-1886)	31
Tabela 1.4- São Paulo: quadro comparativo do comércio total da Província de São Paulo e dos distritos de Franca e Mogi Mirim, 1836	39
Tabela 1.5- Quadro estatístico de alguns estabelecimentos rurais da Província de São Paulo. São Paulo, Relatório de João Joaquim Machado de Oliveira, 1855 (Referente a 1854), municípios selecionados	40
Tabela 1.6– População, segundo condição social em relação às profissões. Batatais, Cajuru e Franca, 1872	44
Tabela 2.1- Pessoas livres e escravos nos domicílios com e sem escravos. Franca, 1836	55
Tabela 2.2- Pessoas escravas nos domicílios. Franca, 1836	55
Tabela 2.3- Composição dos domicílios segundo a presença ou não de escravos. Franca, 1836	57
Tabela 2.4- Proprietários de escravos e escravos segundo tamanho da posse. Franca, 1836	59
Tabela 2.5- População escrava segundo naturalidade e sexo. Franca, 1836	68
Tabela 2.6- População livre e escrava segundo sexo. Território original e município de Franca, 1872.	70
Tabela 2.7- População escrava segundo sexo e razão de sexo. Municípios do antigo território de Franca, 1887	76
Tabela 2.8- Crescimento anual da população escrava. Município de Franca, território de Franca e total da Província de São Paulo, 1836, 1872 e 1887	78
Tabela 2.9- Crescimento anual da população livre. Município de Franca, território de Franca e total da Província de São Paulo, 1836, 1872 e 1887	78
Tabela 2.10- População escrava com 15 anos ou mais segundo estado conjugal e sexo. Franca, 1836	82

Tabela 2.11- População escrava masculina com 15 anos ou mais segundo origem e estado conjugal. Franca, 1836	83
Tabela 2.12- População escrava feminina com 15 anos ou mais segundo origem e estado conjugal. Franca, 1836	84
Tabela 2.13- Casamentos entre escravos e ex escravos segundo a origem. Paróquia de Franca, 1087-1888	85
Tabela 2.14- Casamentos entre escravos e ex escravos. Paróquia de Franca, 1087-1888	86
Tabela 2.15- População escrava com 16 anos ou mais segundo sexo e estado conjugal. Território de Franca, 1872	87
Tabela 2.16- Período transcorrido entre o nascimento e o batizado de escravos e filhos de escravos. Paróquia de Franca, 1806-1888	94
Tabela 2.17- Filiação legítima ou natural dos batizados. Paróquia de Franca 1086-1888	96
Tabela 2.18- Óbitos de escravos e ex escravos por sexo e grupos etários. Paróquia de Franca, 1806-1888	99
Tabela 2.19- Causas <i>mortis</i> de escravos e ex escravos. Paróquia de Franca, 1806-1888	101
Tabela 3.1- Distribuição dos inventários e escravos. Franca, 1811-1850	110
Tabela 3.2- Distribuição dos escravos segundo o tamanho da posse. Franca, 1836 e 1811-1850	111
Tabela 3.3- Distribuição dos proprietários segundo o tamanho da posse. Franca, 1836 e 1811-1850	111
Tabela 3.4- Razão de sexo dos escravos segundo tamanho da posse. Franca, 1836	113
Tabela 3.5- População escrava por sexo segundo tamanho da posse. Franca, 1811-1850	113
Tabela 3.6 - População escrava segundo tamanho da posse e sexo. Franca, 1836	113
Tabela 3.7- População escrava segundo tamanho da posse e grupos de idade. Franca, 1811-1850	114
Tabela 3.8- População escrava segundo tamanho da posse e grupos de idade. Franca, 1836	115

Tabela 3.9- População escrava com 15 anos ou mais segundo tamanho da posse e estado conjugal. Franca, 1836	117
Tabela 3.10- População escrava com 15 anos ou mais segundo tamanho da posse, estado conjugal e sexo. Franca, 1836	117
Tabela 3.11- Tamanho da posse de escravos segundo ocupação do chefe. Franca, 1836	120
Tabela 3.12- Distribuição dos inventários e escravos. Franca, 1851-1888	122
Tabela 3.13- Distribuição dos escravos e inventários segundo o tamanho da posse. Franca, 1851-1888	123
Tabela 3.14- População escrava segundo tamanho da posse, sexo e razão de sexo. Franca, 1851-1888	123
Tabela 3.15- População escrava segundo tamanho da posse e grupos de idade. Franca, 1851-1888	124
Tabela 3.16- População escrava com 15 anos ou mais segundo estado conjugal e tamanho da posse. Franca, 1851-1888	125
Tabela 3.17- População escrava com 15 anos ou mais segundo sexo, estado conjugal e tamanho da posse. Franca, 1851-1888	126
Tabela 3.18- Distribuição das famílias escravas e dos proprietários segundo tamanho da posse. Franca, século XIX	146
Tabela 3.19- Legitimidade dos filhos das famílias escravas reconstituídas. Franca, século XIX	148
Tabela 3.20- Casamentos de escravos segundo a origem do cônjuge. Franca, século XIX	149
Tabela 3.21- Escravas africanas e crioulas segundo idade ao casar. Franca, século XIX	150
Tabela 3.22- Idade da mãe ao casar e ao nascimento dos filhos. Mulheres escravas africanas. Franca, século XIX	151
Tabela 3.23- Idade da mãe ao casar e ao nascimento dos filhos. Mulheres escravas crioulas. Franca, século XIX	152
Tabela 3.24- Idade da mãe ao casar e ao nascimento dos filhos. Mulheres escravas africanas, crioulas e sem informação da origem. Franca, século XIX	152
Tabela 3.25- Nascimentos segundo o grupo etário da mãe. Mulheres escravas africanas. Franca, século XIX	153

Tabela 3.26- Nascimentos segundo o grupo etário da mãe. Mulheres escravas crioulas. Franca, Século XIX	153
Tabela 3.27- Intervalo intergenésico. Mulheres escravas africanas alguma vez unidas. Franca, século XIX	154
Tabela 3.28- Intervalo intergenésico. Mulheres escravas crioulas alguma vez unidas. Franca, século XIX	154
Tabela 3.29- Intervalo intergenésico. Mulheres escravas alguma vez unidas. Franca, século XIX	155
Tabela 3.30- Intervalo intergenésico. Mulheres escravas que não se uniram. Franca, século XIX	155
Tabela 4.1- Escravos segundo grupo etário, sexo e naturalidade pertencentes a Francisco Antonio Diniz Junqueira e Mariana Constancia de Andrade, 1825,1829 e 1834	176
Tabela 4.2- Escravos segundo grupo etário, sexo e naturalidade pertencentes a Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade, 1836, 1872, 1879 e 1886	177
Tabela 4.3- Casamentos de escravos de Francisco Antonio Diniz Junqueira	180
Tabela 4.4- Casamentos de escravos de Francisco Antonio da Costa	184

### **Lista de Quadros**

Quadro 2.1- Número de pessoas por domicílio. Municípios paulistas, 1810-1836	54
Quadro 3.1- Composição das famílias escravas reconstituídas. Franca, século XIX	147
Quadro 4.1- Filhos de escravos de Francisco Antonio Diniz Junqueira	181
Quadro 4.2- Filhos de escravos de Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade	185

### **Lista de Gráficos**

Gráfico 1.1- Tendência de crescimento da população segundo condição social. Território de Franca – 1836 a 1886	32
--	----

Gráfico 2.1- População escrava. Vila Franca do Imperador, 1836	63
Gráfico 2.2- População livre. Vila Franca do Imperador, 1836	63
Gráfico 2.3- População escrava africana. Vila Franca do Imperador, 1836	66
Gráfico 2.4- População escrava africana. Vila Franca do Imperador, 1811 - 1850	66
Gráfico 2.5- População escrava crioula. Vila Franca do Imperador, 1836	67
Gráfico 2.6- População escrava crioula. Vila Franca do Imperador, 1811 - 1850	67
Gráfico 2.7- População escrava. Território de Franca, 1872	71
Gráfico 2.8- População escrava. Franca, 1851 - 1888	71
Gráfico 2.9- População livre. Território de Franca, 1872	72
Gráfico 2.10- População escrava africana. Franca, 1851 - 1888	74
Gráfico 2.11- População escrava crioula. Franca, 1851 - 1888	74
Gráfico 3.1- População escrava segundo tamanho da posse e origem. Franca, 1811-1850	116
Gráfico 3.2- População escrava segundo tamanho da posse e origem. Franca, 1836	116
Gráfico 3.3- População escrava masculina com 15 anos ou mais alguma vez unida segundo tamanho da posse e origem. Franca, 1836	118
Gráfico 3.4- População escrava feminina com 15 anos ou mais alguma vez unida segundo tamanho da posse e origem. Franca, 1836	119
Gráfico 3.5- População escrava segundo origem e tamanho da posse. Franca, 1851-1888	123
Gráfico 3.6- Bens de 14 inventariados (%). Franca – SP, 1836 - 1850	139
Gráfico 3.7- Bens de 17 inventariados (%). Franca – SP, 1853 - 1883	140

### **Lista de Mapas**

Mapa 1.1- Estado de São Paulo e Região Norte, 2001	16
Mapa 1.2- Região Norte de São Paulo, 2001	17
Mapa 1.3- Municípios de Franca e Batatais (Região Norte de São Paulo), 1854	18
Mapa 1.4- Municípios de Batatais, Cajuru e Franca (Região Norte de São Paulo), 1872	18
Mapa 1.5- Municípios de Batatais, Cajuru, Franca, Igarapava, Ituverava e Patrocínio Paulista (Região Norte de São Paulo), 1886	19

## Introdução

O casal de africanos Pedro e Vicência se casou na igreja matriz da Vila Franca do Imperador em 29 de julho de 1832, às 14 horas. Ele contava com a idade de aproximadamente 25 anos e ela, 16 anos<sup>1</sup>. Pouco mais de um ano após a união, Pedro Angola e Vicência Benguela levaram ao batismo o pequeno Luís, em 17 de novembro de 1833, então com 17 dias. Nos anos seguintes, outras duas filhas do casal foram batizadas, Custodia (em 1837) e Antonia (em 1839). O casal teve outra filha, Ana, que localizamos apenas no registro de óbito datado de 28 de julho de 1842. Ana morreu aos sete meses, provavelmente de alguma infecção, já que seu registro de óbito listou a *febre* como a *causa mortis*. Vicência também veio a falecer em março de 1848 de *mal de engasgo*. Segundo a Lista Nominativa de 1836 Pedro e Vicência, juntamente com o crioulo Antonio de apenas 12 anos, eram os únicos escravos no domicílio de Alexandre Pereira da Silva. Quando o inventário desse senhor foi aberto, em 1853, Pedro de Nação foi arrolado com a idade de 45 anos, ao lado de Antonio crioulo, 28 anos e da africana Ana, 30 anos<sup>2</sup>. Sobre os filhos de Pedro e Vicência não sabemos o que se passou (provavelmente não sobreviveram aos primeiros anos de vida).

Os documentos consultados anotaram que Alexandre Pereira da Silva era lavrador e também criador, pois estava presente na relação de criadores do Assentamento de Gados da Vila Franca de 1829, possuindo 90 reses em Macaúbas (distrito da Vila Franca). Como pudemos notar, não foi um importante senhor de escravos e recorreu ao tráfico transatlântico de cativos para adquirir mão de obra, apesar da ocorrência de nascimentos em sua posse. Esse senhor era natural de Minas Gerais e, assim como muitos outros, deve ter migrado para o norte paulista nas primeiras décadas do século XIX.

A trajetória familiar de Pedro e Vicência pode ter sido semelhante à de muitos outros escravos e escravas que circularam e viveram em Franca-SP nos oitocentos: eram africanos,

---

<sup>1</sup> Pedro foi listado com 30 anos na Lista Nominativa de Habitantes realizada em 1836 e com 45 anos no inventário *post mortem* (1853). Assim, teria entre 24-26 anos no ano de seu casamento (1832).

<sup>2</sup> Ao que parece, Antonio nasceu e morreu na mesma escravaria. Encontramos os registros de batismo e óbito desse escravo, respectivamente em 1824 e 1854 (este último tendo como proprietária Maria Gomes Moreira, esposa e inventariante de Alexandre Pereira da Silva). A mãe de Antonio, Joaquina, se casou em 1820 com Joaquim e faleceu em 1831. Apesar de ter sido casada, acreditamos que, em 1824, Joaquina já estivesse viúva, pois Antonio foi arrolado como “natural” em seu registro de batismo. Nada sabemos sobre Joaquim, encontrado apenas no registro de casamento.

pertenciam a um pequeno proprietário, estavam inseridos em uma economia voltada à criação de gado, constituíram uma família estável e legal através do matrimônio religioso, tiveram filhos, batizaram suas crianças, tornaram-se compadres de pessoas livres e, provavelmente, lamentaram a morte de seus familiares e companheiros de cativeiro.

A reconstrução da trajetória demográfica e familiar de Pedro e Vicência, assim como a de outros escravos de Franca-SP, no século XIX, faz parte de nossa tentativa de propor um regime demográfico restrito da população escrava.

## **Regime demográfico**

A elaboração desta tese foi norteadada pelo desafio em considerar a população escrava a partir do conceito de *regime demográfico*, como escrevem alguns estudiosos, ou *sistema demográfico*, como querem outros. Na realidade, o que se percebe na literatura, e Nadalin já chamou a atenção para isso, é a “sinonimização” dessas duas expressões entre os vários estudiosos (NADALIN, 2004).

Especificamente, o nosso objetivo original era o de verificar até que ponto as características demográficas da população escrava, em um município do norte paulista (Franca) — caracterizado por uma economia diversificada, com predomínio da criação de gado — assemelhavam-se ou divergiam daquelas que constituíam o chamado *sistema demográfico das populações escravas*, proposto por Marcílio no início da década de 1980 (MARCÍLIO, 1984).

Para tanto, começamos por apontar aspectos da discussão sobre regime demográfico, sua conceituação e emprego. Robert Rowland, estudioso das populações do passado, partindo de uma reflexão apoiada em uma ampla bibliografia histórica e demográfica (principalmente européia), observa que o conceito de regime demográfico:

(...) especifica um conjunto de relações e de mecanismos que estão na base da organização social, quer da reprodução biológica de uma população, quer da reprodução do conjunto de relações mediante as quais se regula a apropriação social (e a distribuição) dos meios de vida dessa população (ROWLAND, 1997, p.14).

Este conceito retoma as considerações malthusianas sobre freio positivo e freio preventivo, reformulando-as nas noções de *regime demográfico de alta pressão*, cuja dinâmica seria determinada através da mortalidade por fatores em grande parte fora do controle social ou humano; e de *regime demográfico de baixa pressão*, cuja dinâmica seria, pelo contrário, socialmente controlada através do acesso ao matrimônio e à reprodução legítima (ROWLAND, 1997).

Malthus considerou a nupcialidade como fator a obstaculizar a fecundidade e conseqüentemente o crescimento da população (infinitamente maior do que o poder da terra em produzir alimentos). Diante da ausência de obstáculos, a população cresceria numa progressão geométrica e os meios de subsistência apenas numa progressão aritmética (MALTHUS, 1996, p.246). O crescimento exponencial da população se daria em razão da “paixão entre os sexos”. Mas por que razão esse crescimento não se verificava na época em que Malthus redigiu o *Ensaio sobre a População*? Devido à atuação dos obstáculos *preventivos* (as dificuldades em atender ao sustento de uma família seriam decisivas para o não casamento) e *positivos* (miséria efetiva de algumas das classes mais pobres da sociedade ou a incapacidade de alimentar e cuidar adequadamente da prole). Dessa forma, os obstáculos *preventivos* se referem ao casamento (lugar legítimo do sexo e da reprodução biológica — o controle da reprodução e o sexo fora do casamento são vistos como “vício”) e os *positivos* dizem respeito à mortalidade (“miséria, fome”).

O que podemos concluir diante dos exemplos citados em relação às dificuldades para a formação de uma nova família (o que implicava a residência neolocal) é o pressuposto de que a impossibilidade da independência do novo casal acabava por acarretar o adiamento do casamento ou sua não efetivação (celibato definitivo para uma parte significativa da população inglesa e mesmo de outros Estados europeus). A racionalidade econômica está evidente na decisão de se unir.

Rowland destaca que a diferença entre a formulação contemporânea do conceito e o esquema inicial de Malthus reside no fato de atualmente serem especificadas algumas das condições sociais tidas como necessárias para a definição dos mecanismos de controle da dinâmica demográfica, afirmando que “um *regime demográfico* é, essencialmente, uma forma determinada de *controle social da reprodução*” (ROWLAND, 1997, p.35).

No pós II Guerra Mundial alguns estudiosos retomaram o modelo de um sistema auto-regulado através do acesso ao matrimônio, destacando a nupcialidade como a variável reguladora da fecundidade.

A partir de estudos elaborados utilizando a reconstituição de famílias (técnica desenvolvida por Louis Henry e Michel Fleury), os pesquisadores passaram a interpretar os seus resultados através da proposição de modelos ou sistemas: *modelo europeu de casamento* (HAJNAL), *sistema de civilização da cristandade latina* (CHAUNU), *sistema demográfico do Antigo Regime* (DUPAQUIER *apud* ROWLAND, 1997, p.34).

Os estudos realizados então levaram à proposição do que ficou conhecido como *sistema demográfico do Antigo Regime*. Este sistema, que se inseria em uma economia comercial e agrícola bem definida, caracterizava-se principalmente por: um padrão de casamento marcado pela elevada idade ao casar e por uma proporção relativamente alta de celibato definitivo; uma fecundidade ilegítima muito baixa; níveis de mortalidade relativamente elevados, com oscilações brutas em virtude de surtos epidêmicos ou crises agudas de subsistência, que por sua vez refletiam sobre a natalidade e a nupcialidade. Em conseqüência, a médio e longo prazo, o crescimento natural apresentava-se equilibrado e baixo. Nesse sistema, a nupcialidade — a proporção das mulheres que se casavam e as idades em que casavam — jogavam um papel crucial, como forma de controle social mais efetivo sobre a reprodução no velho continente, dado que a nupcialidade era a variável demográfica mais sujeita às interferências do contexto social, econômico e cultural.

Este sistema, como Rowland chamou a atenção, se referia a um único modelo europeu, gerando críticas em virtude das variedades regionais encontradas na própria Europa Ocidental.

O debate sobre o regime demográfico da Europa Ocidental levou os estudiosos a se voltarem para a teoria da transição demográfica, e até mesmo à necessidade de se revê-la (SCOTT, 1999). A teoria da transição demográfica foi elaborada por F. W. Notestein, na década de 1940, e considerava que a população do passado mantinha relativo equilíbrio através de taxas elevadas de natalidade e de mortalidade. O declínio da mortalidade, a partir do final do século XVIII, e a permanência das taxas de fecundidade elevadas por certo período garantiram um rápido crescimento populacional. Somente com a industrialização e a maior

demanda por famílias menores é que a mortalidade e a fecundidade aproximaram-se do equilíbrio novamente. No entanto, o que os estudos baseados na reconstituição de famílias confirmaram é como em determinadas sociedades pré-modernas a fecundidade já era, de certa forma, regulada através de elevadas idades ao casar para as mulheres (acima dos 25 anos), evitando assim sua exposição ao risco de engravidar durante uma importante fase fértil do período reprodutivo.

Diferentemente da clássica teoria da transição demográfica, “a limitação da fecundidade implicava uma racionalidade econômica que antecede a industrialização e, ainda segundo alguns autores, talvez este fato tenha facilitado a modernização” (SCOTT, 1999, p.29).

As proposições acerca de regimes demográficos procuraram então delimitar quando as mudanças (estruturais ou não) ocorreram nos padrões de fecundidade e mortalidade, ou seja, ajudaram a elucidar o processo de transição demográfica.

Um artigo de Philip Kreager, escrito em 1986, *Demographic regimes as cultural system* (Regimes demográficos como sistemas culturais), que trata da teoria de população em larga escala, tendo como foco especialmente a população e as estruturas sociais das sociedades rurais tradicionais, tem sido uma referência ou ponto de partida para os estudiosos que se preocupam com esta temática, em definir regime demográfico ou chamar atenção para aspectos importantes na compreensão desses regimes. Para este autor, o “interesse demográfico de tais formas sociais, está em suas propriedades gerais e dinâmicas, ou em outras palavras, no estudo comparativo das mudanças e na considerável variedade das mesmas” (1986, p.131, tradução nossa). Ao criticar a teoria da transição e a teoria do desenvolvimento, *que encorajam a visão de que a mudança radical é necessária*, o autor chama a atenção para o papel importante dos estudos de demografia histórica, que demonstram como estruturas de família e comunidade tradicionais podem ser mantidas a despeito das mudanças nas taxas vitais e hábitos procriativos (KREAGER, 1986).

Com o benefício da experiência está claro que, para definir uma transição ou curso de desenvolvimento, devemos primeiro esclarecer a natureza do regime do qual o comportamento tem divergido, e certificar-nos que a divergência está de fato ocorrendo. Logicamente, **a noção de transição demográfica requer o conceito prévio de regimes demográficos**. Maior clareza e consistência são, portanto, necessárias com respeito ao conceito de regime, para o qual não existe uma única fórmula (KREAGER, 1986, p.133, tradução e grifo nossos).

De forma resumida, Kreager considera que um regime demográfico deve modelar o caminho através dos quais as pessoas desenvolvem suas relações e eventos vitais em direção aos seus próprios propósitos (KREAGER, 1986).

O autor destaca como as estruturas familiares conformam a organização da reprodução biológica e social, ao considerar os grupos domésticos e os indivíduos que os compõem um dos principais focos de análise em um regime demográfico. Essa proposta preconiza como as pessoas organizam seus eventos vitais e suas relações no interior de uma sociedade (GOLDANI, 1999).

Uma das principais contribuições do trabalho de Kreager é a elaboração do que chama de regime demográfico restrito:

Regimes restritos dão importante relevância à forma como grupos fazem uso seletivo dos processos vitais para enfrentar circunstâncias limitadas; e de sua capacidade para continuar tomando decisões em face do que aparece, pelo menos para os seus propósitos práticos imediatos (...) (KREAGER, 1986, p.153, tradução nossa).

Ao considerar que a população apresenta uma base de valores e estruturas sociais que não se restringem a uma vila, comunidade ou outros grupos sociais, Kreager destaca que é possível elaborar hipóteses generalizantes a partir do local para a região. Goldani destaca ainda que os regimes demográficos restritos “poderiam ser pensados e classificados não em termos ideais ou normativos, mas tomando em consideração os cursos alternativos de ações que os processos vitais abrem ou fecham para grupos em particular” (GOLDANI, 1999, p.25-26).

Rowland também procura articular o estudo dos regimes demográficos aos sistemas familiares a partir de uma reflexão sobre a organização social da reprodução, ou seja, a maneira como a reprodução biológica de uma população é socialmente organizada e estruturada:

(...) Não será possível entendermos a dinâmica de uma população determinada se não individualizarmos as relações sociais subjacentes à estruturação do respectivo regime demográfico. Estas relações estão centradas na família, é certo, mas não se esgotam nas relações que hoje definimos como “familiares”. O estudo dos regimes demográficos tem de combinar-se com o dos sistemas familiares, mas o mais

importante é a sua articulação no âmbito de um enquadramento conceptual mais amplo (ROWLAND, 1997, p.73).

Para Rowland o conceito de regime demográfico descreve três conjuntos de mecanismos através dos quais o equilíbrio populacional é estabelecido e mantido: **os mecanismos de controle demográfico** (mortalidade, nupcialidade, a combinação dos dois, ou a fecundidade controlada dentro do casamento); **os arranjos familiares** (regras de convenções que dizem respeito à formação, perpetuação e dissolução do domicílio); **as amplas relações e instituições sociais** (mercados, padrões de propriedade da terra, regras que governam a herança, migração temporária ou permanente, etc. – as quais são pressupostas pelo sistema de trabalho familiar e são reproduzidas com indivíduos e famílias como parte de um processo regulado socialmente) (ROWLAND, 2008, p.14, tradução e grifo nossos).

A pesquisa e o debate sobre *sistemas* ou *regimes demográficos*, tanto da perspectiva teórica como empírica, aparecem muito pouco e tardiamente no contexto da demografia histórica brasileira em relação à demografia histórica europeia. Nos anos 1980, como já salientado, Maria Luiza Marcílio apresenta uma tipologia do que chama de principais sistemas demográficos do Brasil no século XIX: 1. *sistema demográfico das economias de subsistência*, 2. *das economias das plantations*, 3. *das populações escravas* e 4. *das áreas urbanas*. Na realidade, no dizer da autora, tratava-se de:

(...) hipóteses ou de colocações preliminares, calcadas nos primeiros resultados elaborados em análises demográficas empíricas, mas que necessitarão de novos e multiplicados estudos setoriais para testá-las e comprová-las (MARCÍLIO, 1984, p.194).

Desde então, avanços importantes no conhecimento da demografia histórica brasileira são realizados, mas os desdobramentos e reflexões em relação aos regimes demográficos permanecem muito tímidos, para não dizer inexistentes. Mesmo o apelo de Costa, nos anos 1990 — que ficou conhecido como “dossiê Iraci” entre os historiadores demógrafos brasileiros — sobre a necessidade de se dar continuidade às reflexões de Marcílio, não alcançou a ressonância esperada.

Igualmente relevante parece-me ser a retomada do estudo – agora lastreado em base empírica mais rica, eventualmente, com visão teórica mais abrangente – dos regimes demográficos que vigoraram no passado brasileiro (MARCÍLIO, 1980; 1984). Penso aqui, especificamente, no esforço de elaboração a ser desenvolvido no sentido de integrarmos num corpo orgânico teoricamente estruturado os avanços empíricos já alcançados quanto à formação de nossas populações. Identificar os aludidos regimes, as especificidades próprias de cada grande segmento populacional (livres, escravos e forros), as peculiaridades regionais e os condicionantes devidos às várias “economias” que se definiram no correr de nossa história é tarefa urgente na busca de generalizações que possam transcender o largo apego ao empírico que, necessariamente, distinguiu grande parte do desenvolvimento da demografia histórica entre nós. Ainda no âmbito desta preocupação, com o estabelecimento de visões de mais largo alcance, parece-me muito importante a identificação dos pontos de inflexão que, certamente, marcaram nossa formação populacional” (COSTA, 1994, p.7-8).

Somente no início da década de 2000 essa temática foi retomada com maior ênfase por Nadalin (2003; 2004). Tributário da proposta de Marcílio (1984), do aporte teórico desenvolvido por Kreager (1986) e inspirando-se em Rowland (1997) e Goldani (1999), Nadalin amplia a proposta original de Marcílio ao levar em conta uma maior variedade de realidades regionais (aponta nove *regimes demográficos versus* os quatro *sistemas demográficos* apresentados por Marcílio). Seu trabalho, como ele próprio define, é uma tentativa de se chegar ao mapeamento de um e outro regime demográfico restrito que vigorou no Brasil colônia – alguns, certamente, até a metade do século XIX, quais sejam: 1. regime demográfico paulista, 2. das plantations, 3. da escravidão, 4. da “elite”, 5. das sociedades campeiras, 6. das economias de subsistência, 7. das drogas do sertão, 8. das secas do sertão, 9. das economias urbanas<sup>3</sup>. O maior número de regimes demográficos se justifica:

(...) Tendo em vista (...) a ligação entre as variáveis populacionais e as estruturas sociais, foi aventado que o regime colonial define restrições e oportunidades demográficas semelhantes e diferenciadas – se forem considerados os distintos aspectos regionais e as configurações econômicas locais, sem mencionar as distinções possíveis entre as diversas camadas sociais (NADALIN, 2004, p.133).

Apesar do trabalho deste historiador em retomar essa temática, ampliando seu escopo de análise em nível regional, tem sido destacado que “a produção restrita e localizada no tempo e no espaço, de análises demográficas propriamente ditas, impediu Nadalin de

---

<sup>3</sup> Para maior detalhamento destas categorias ver NADALIN, 2004, p.133-142.

aprofundar sua proposta, permanecendo na superfície da questão” (BACELLAR; SCOTT; BASSANEZI, 2006, p.3).

## **Regime demográfico da escravidão**

Podemos considerar que em se tratando do estudo da população escrava, os constrangimentos a que estavam submetidos os cativos afetavam o andamento e o resultado de seus *propósitos*. Talvez, mais do que qualquer outro grupo na sociedade colonial e imperial brasileira, a dinâmica da população escrava se viu impelida por pressões sociais, econômicas, demográficas e políticas.

As leituras realizadas dos escritos desses autores, somadas às poucas existentes sobre regimes demográficos e aos muitos estudos sobre população escrava realizados no Brasil, foram norteadores para se pensar o regime demográfico para a população escrava do município paulista de Franca. A proposta de Kreager (1986) e de Rowalnd (1997; 2008), de se pensar a dinâmica demográfica a partir de um conjunto de relações, mecanismos e escolhas a partir dos sistemas familiares, nos ajudam a ver além dos eventos vitais que marcaram a vida de escravos e escravas, a pensar seus propósitos (e dos proprietários) e acompanhar suas aventuras e desventuras.

Poderíamos, assim, nos perguntar se seria possível caracterizar o regime demográfico da escravidão e regimes demográficos restritos da escravidão no Brasil?

As especificidades da população escrava a tornam um grupo peculiar dentro da sociedade em que estava inserida e merecem um estudo pormenorizado. Pensar a escravidão é antes de tudo considerar a violência inerente a este sistema de produção. Afinal, o escravo estava na condição de mercadoria e poderia ser vendido a qualquer momento. Por outro lado, em sua condição humana, tinha vontades próprias e estratégias para realizá-las, embora nem sempre se concretizassem.

Marcílio caracteriza o sistema demográfico das populações escravas como aquele em que:

A mortalidade era extremamente elevada, em todas as épocas e regiões, notadamente na faixa da mortalidade infantil. Freqüência de surtos epidêmicos

devastadores, particularmente de varíola, e depois dos anos 1850 de cólera-morbo e febre amarela. Baixíssimas taxas de nupcialidade, com a ausência quase total da família estável e legal. A fecundidade geral [...] em regime de família estável ou de uniões temporárias era das mais baixas de todo o Brasil. Isso, juntamente com o desequilíbrio entre os sexos, dada a preferência pela importação de homens escravos, resultava em crescimento populacional negativo entre os cativos (MARCÍLIO, 1984, p.201-202).

Em parte, tal caracterização reflete o que os estudiosos envolvidos com o tema da escravidão no Brasil afirmavam até então sobre a população cativa, ou seja, impossibilidade de constituição da família, ausência de laços familiares e vida sexual promíscua e lasciva<sup>4</sup>. Reflete, sobretudo, a ausência de estudos até aquele momento que mostrassem semelhanças, diferenças e especificidades da demografia escrava de acordo com a economia, o contexto local e regional e as transformações ocorridas no sistema escravista ao longo do século XIX.

A partir dos anos 1970 despontaram estudos sobre demografia escrava que comprovaram que, apesar da escravidão, muitos escravos tiveram a oportunidade de viver junto a seus familiares. Em 1975, Graham, analisando um inventário de 1791, mostra pela primeira vez a existência de grupos e relações familiares entre os escravos da Fazenda de Santa Cruz - RJ. No entanto, tratava-se de uma colocação um tanto tímida, uma vez que nesse trabalho a palavra “família” aparece entre aspas (1979, 1.ed. 1975). Em 1976, Slenes defende sua tese de doutorado demonstrando a presença de famílias escravas estáveis em áreas de *plantation* de São Paulo e Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, além de apontar as características demográficas do segmento cativo.

Os estudos sobre a população e família escrava foram se proliferando e tomando vulto cada vez maior com a aproximação das comemorações dos cem anos da abolição da escravidão no Brasil. As revelações de caráter sócio-demográfico que emergiram desses estudos acabaram por questionar e relativizar o sistema demográfico da escravidão proposto por Marcílio<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Sobre a historiografia clássica e seus principais expoentes (Gilberto Freyre, Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes, dentre outros) ver MOTTA, 1999, p.179-225; SLENES, 1999, p.27-68; ROCHA, 2004, p.19-63.

<sup>5</sup> Em trabalho posterior, a autora não modifica suas considerações em relação à demografia escrava para o Brasil colonial, assim como, refere-se às características demográficas da população escrava presentes particularmente em áreas de grande plantação orientadas ao mercado de exportação e nas zonas mineradoras (MARCÍLIO, 1990, p.58).

O regime demográfico da escravidão mapeado anos mais tarde por Nadalin, e já beneficiado pelos avanços da historiografia sobre população escrava, em particular da demografia histórica, parte de uma perspectiva mais ampla em relação às características dessa população, mas vinculando-o ao *regime demográfico das plantations* para, em seguida, apresentar as características do regime da demografia escrava:

Qualquer consideração a um regime demográfico das *plantations* deve levar em conta o **regime restrito da demografia escrava**, a complexidade e as flutuações da produção e exportação do açúcar, bem como no volume e custo do tráfico (existe uma relação entre a importação e a mortalidade). Deve ser considerado, ainda, na continuidade do fluxo e seu volume o reforço da cultura africana no Brasil (com variações regionais, Angola, Benguela, Costa da Mina...), e em consequência a continuidade e ou rupturas de valores relacionados. Na relação fluxo e volume (e as repercussões na fecundidade e na morbidade/mortalidade entre os cativos), acima mencionado, função geralmente do desenvolvimento da economia, devem ser levadas em conta, igualmente, as razões de masculinidade e a estrutura etária da população africana. Finalmente, é importante mencionar as possibilidades postas pelo casamento, famílias escravas mais ou menos estáveis e as próprias características das senzalas (NADALIN, 2004, p.138-139, grifo nosso).

Embora Nadalin tenha avançado na reflexão do regime demográfico da escravidão ao incorporar aspectos econômicos, socioculturais e demográficos, apresenta o regime demográfico da escravidão partindo de uma realidade muito mais próxima das *plantations*.

Paiva e Libby (1995) apontaram para a existência de trajetórias demográficas diversificadas em contextos econômicos e períodos diversos, a partir do que observaram nas Minas Gerais oitocentista. Chamaram a atenção inclusive para as regiões que não se alimentaram exclusivamente do tráfico internacional (ou do comércio interno de escravos) e que estavam fortemente ligadas ao comércio interno, destacando o papel dos nascimentos para a manutenção de escravarias, ao menos até 1872.

Com efeito, parece que uma das mais importantes distinções que deve ser feita ao comparar sistemas escravistas regionais ou mesmo microrregionais, diz respeito ao grau de desenvolvimento na produção destinada ao comércio de exportação. Especialmente a partir do século XVIII boa parte dos escravos no Brasil não trabalhava diretamente neste setor. Vastas regiões do País, algumas das quais possuindo consideráveis populações escravas, passaram a se especializar em produções destinadas ao crescente mercado interno, de modo que, ao chegar ao século XIX, havia uma espécie de dicotomia entre economias escravistas ligadas ao mercado internacional e aquelas dependentes do mercado regional. Para as várias

regiões tal distinção carrega importantes implicações em termos da experiência escrava, inclusive demográfica (PAIVA; LIBBY, 1995, p.204).

A reprodução biológica e social da população escrava se dava, no entanto, através de relações sociais (familiares e comunitárias). Neste sentido, a família torna-se foco privilegiado, seja como contexto dos eventos demográficos, seja como instituição mediadora entre indivíduo e sociedade. Inseridos ou não em grupos familiares, os homens e mulheres escravizados também conviveram com livres, forros e escravos. Compartilharam (e reproduziram) de forma mais ou menos evidente o conjunto de valores da sociedade na qual se inseriam, apesar das adversidades a que estavam submetidos.

À luz da bibliografia disponível e a partir da análise de um conjunto de fontes, procuramos então conhecer os mecanismos através dos quais a população escrava se manteve ao longo do século XIX, delineando senão na sua totalidade, mas ao menos traços do regime demográfico da escravidão em Franca no período.

No primeiro capítulo, *Criando gado, plantando roças: população e economia em Franca-SP, século XIX*, caracterizamos o contexto social, político e econômico no qual a população escrava se inseria; a localidade no momento histórico em que se desenvolve e é efetivamente povoada; sua evolução populacional e as atividades econômicas a que seus moradores se dedicaram no decorrer do século XIX até a abolição da escravidão. A criação de gado vacum destacou-se como a principal atividade econômica e coexistiu com a produção de grãos (milho, arroz, feijão), de panos de lã e algodão, de derivados do leite e a criação de outros animais (gado suíno, cavalariço, mular, lanígero). Nesse período, este município foi entreposto do comércio do sal e contou com a presença de engenhos de açúcar, aguardente.

No segundo capítulo, *Domicílios e moradores*, destacamos as características da população escrava no decorrer do século XIX e como essas se modificaram diante das transformações mais gerais no tocante ao sistema escravista. Na ausência de informações a respeito da estrutura da família escrava, examinamos o tamanho e a estrutura dos domicílios chefiados por livres e as relações familiares e de subordinação estabelecidas entre os seus habitantes e o chefe. Em seguida, realizamos um exercício metodológico contrapondo as informações existentes nos inventários *post mortem* e nos censos. Posteriormente,

apresentamos aspectos relativos à nupcialidade, natalidade, mortalidade e manumissão entre os escravos de Franca.

No terceiro capítulo, *Posses e famílias escravas*, buscamos verificar as relações existentes entre o tamanho da posse e as características demográficas dos cativos que as constituíam tendo como recorte temporal a primeira e segunda metade dos oitocentos. Através de um grupo de famílias escravas que conseguimos reconstituir, refinamos nossa análise sobre a estrutura e dinâmica demográficas dos cativos.

No quarto capítulo, *Trajetórias familiares de senhores e escravos - um estudo de caso*, analisamos as trajetórias familiares de dois proprietários e seus escravos. Dessa forma, desvendamos um pouco mais da história dos atores sociais que participaram do efetivo povoamento da região norte paulista e de seu desenvolvimento. Focalizamos a família, o compadrio e a transmissão da posse nas escravarias dos dois senhores.

Por fim, apresentamos as considerações finais em que procuramos retomar, de forma resumida, os resultados obtidos e os principais pontos levantados ao longo do trabalho.

## Capítulo 1 – Criando gado, plantando roças: população e economia em Franca-SP, século XIX

Ao considerarmos a população escrava de Franca-SP a partir do conceito de regime demográfico restrito da escravidão, torna-se necessário caracterizar o contexto social, político e econômico no qual este segmento populacional se inseria. O principal objetivo deste capítulo é situar o território francano; contextualizar a localidade no momento histórico em que se desenvolve e é efetivamente povoada; mostrar sua evolução populacional e caracterizar as atividades econômicas de seus moradores no decorrer do século XIX até a abolição da escravidão.

### 1.1. Localização

Localizado entre o rio Pardo e as divisas com Minas Gerais<sup>6</sup>, no norte paulista<sup>7</sup>, o município de Franca integrou o que foi chamado originalmente de *Sertão do Rio Pardo*<sup>8</sup> e, a partir do final do século XIX, de *Novo Oeste Paulista*<sup>9</sup>. Essa região apresentou um grande crescimento econômico e demográfico no século XIX, mesmo antes da chegada dos trilhos da estrada de ferro da Companhia Mogiana (que chegou a Franca em 1887) e do desenvolvimento da cafeicultura em escala comercial, o que só ocorreu nos anos 1890.

---

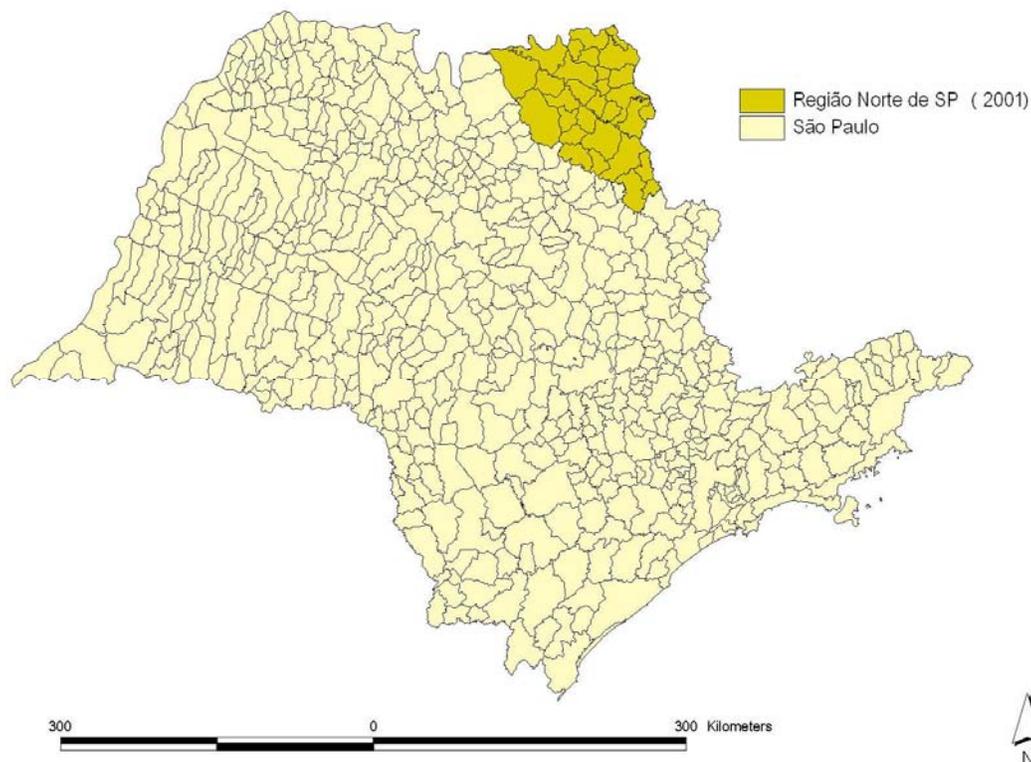
<sup>6</sup> Os limites entre São Paulo e Minas Gerais nessa região só foram definidos na primeira metade do século XX. A região conhecida como *Sertão do Rio Pardo*, inicialmente fez parte de Jundiá (elevada a Vila em 1655). Em 1751 foi criada a freguesia de Moji-Mirim no município de Jundiá. Em 1769 a freguesia de Moji-Mirim foi elevada à Vila, e sua jurisdição se estendia do rio Atibaia até o rio Grande (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.23). Em 1805 foi criada a freguesia de Franca no município de Moji-Mirim e, em 1824, desmembrou-se desse município, tomando-se Vila Franca do Imperador. Na realidade, em 1821 foi criada a Vila Franca d'El Rey, mas somente em 1824, após a independência do Brasil de Portugal, foi efetivamente implantada a Câmara de Vereadores e alterada sua denominação para Vila Franca do Imperador.

<sup>7</sup> Não há consenso entre os estudiosos da região sobre a denominação, alguns autores referem-se a ela como *nordeste paulista* e outros como *noroeste*. Adotaremos norte paulista.

<sup>8</sup> O termo *Sertão do Rio Pardo* é encontrado nos documentos da época, como as listas nominativas do século XIX e os relatos dos viajantes estrangeiros que percorriam o interior do Brasil na primeira metade do século XIX.

<sup>9</sup> O termo *Oeste Paulista* tem como referência a expansão da cafeicultura a partir do Vale do Paraíba. Ressalta-se que historicamente, antes do café, o Vale do Paraíba era chamado *Norte Paulista*.

**Mapa 1.1- Estado de São Paulo e Região Norte, 2001**

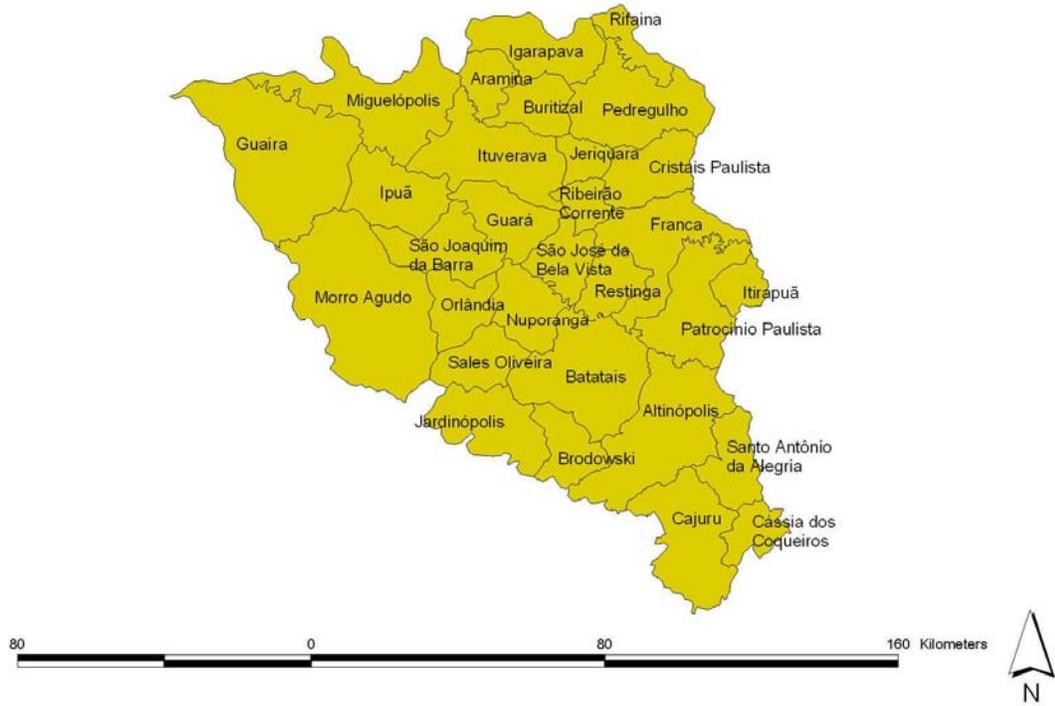


Fonte: SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento/Coordenadoria de Planejamento Regional/Instituto Geográfico e Cartográfico, 1995.

A evolução administrativa e política desse município modificou-se concomitantemente ao crescimento populacional e à expansão econômica da região ao longo do século XIX, quando ocorreram também os desmembramentos territoriais que alteraram suas divisas<sup>10</sup>. Atualmente, a região norte de São Paulo (correspondente à Vila Franca em princípios do século XIX) abarca 30 municípios, não sofrendo novos desmembramentos desde 1964 (Mapa 1.2).

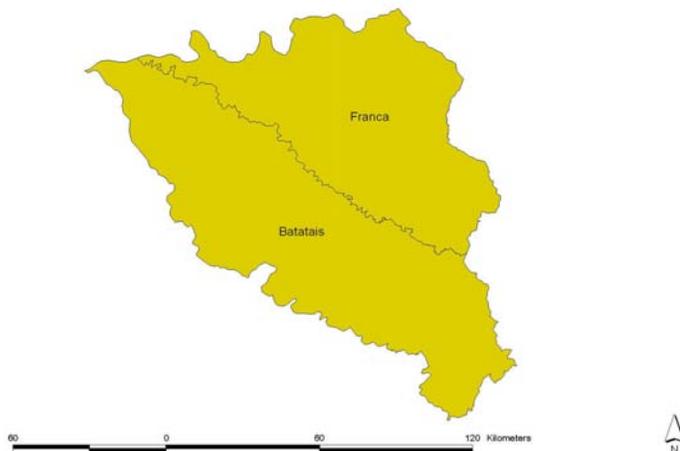
<sup>10</sup> Os desmembramentos territoriais sofridos pelo município de Franca no século XIX foram: Batatais (elevado a Vila em 1839, do qual se desmembrou Cajuru em 1865), Igarapava (1873), Patrocínio Paulista e Ituverava (ambos tornaram-se Vila em 1885). Santo Antônio da Alegria desmembrou-se de Cajuru em 1885 e Nuporanga (ex Divino Espírito Santo de Batatais) também se tornou vila no mesmo ano. No entanto, este último foi reconduzido à categoria de distrito e incorporado ao município de Orlandia em 1909. Em 1926, tornou-se novamente município. (BASSANEZI, 1998, v.I, p.233-234).

**Mapa 1.2- Região Norte de São Paulo, 2001**



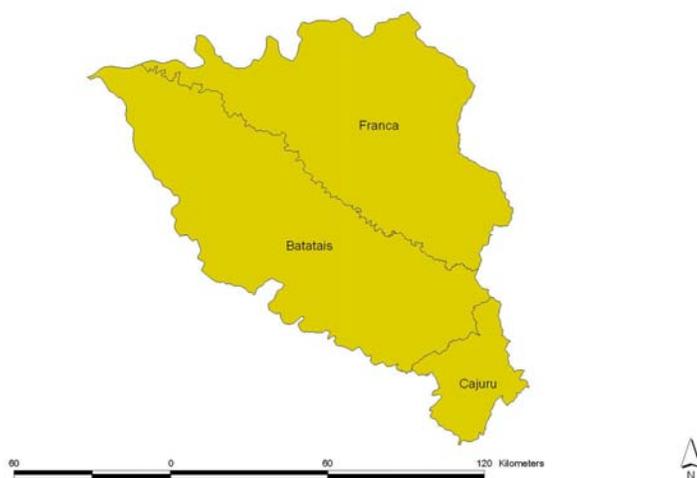
Fonte: SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento/Coordenadoria de Planejamento Regional/Instituto Geográfico e Cartográfico, 1995.

**Mapa 1.3- Municípios de Franca e Batatais (Região Norte de São Paulo), 1854**



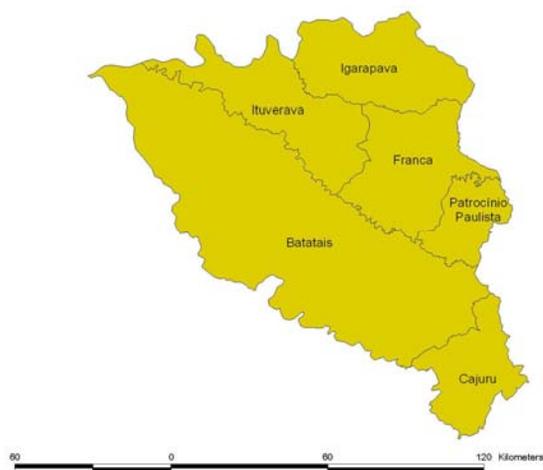
Fonte: SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento/Coordenadoria de Planejamento Regional/Instituto Geográfico e Cartográfico, 1995.

**Mapa 1.4- Municípios de Batatais, Cajuru e Franca (Região Norte de São Paulo), 1872**



Fonte: SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento/Coordenadoria de Planejamento Regional/Instituto Geográfico e Cartográfico, 1995.

**Mapa 1.5- Municípios de Batatais, Cajuru, Franca, Igarapava, Ituverava e Patrocínio Paulista (Região Norte de São Paulo), 1886**



Fonte: SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento/Coordenadoria de Planejamento Regional/Instituto Geográfico e Cartográfico, 1995.

## 1.2. Pousos e sesmarias: ocupação e povoamento

Assim como muitos municípios paulistas, Franca originou-se de um pousos que atendia às necessidades dos tropeiros os quais, da Capitania de São Paulo, se dirigiam para as minas auríferas em Goiás e Mato Grosso no século XVIII<sup>11</sup>. Antes disso, porém, notícias dão conta de que, desde meados do século XVII, sertanistas de São Vicente teriam percorrido a região. Em 1673 a expedição de Anhanguera I passou pelo Sertão do Rio Pardo, deixando uma trilha ligando a Capitania de São Paulo a Goiás, que ficou conhecida como *Caminho do Anhanguera* ou *Caminho dos Guayazes*<sup>12</sup>. Posteriormente, Bartolomeu Bueno da Silva

<sup>11</sup> Nos relatos de suas viagens pelo centro sul do Brasil, Saint Hilaire descreve o que seria um *rancho* (pousos): “Alpendres mais ou menos vastos destinados a abrigar os viajantes e suas bagagens. Encontramo-los, geralmente, no interior do Brasil, à margem das estradas chamadas *reaes*, e são numerosos na que eu então percorria. São os habitantes, cujas terras estão próximas à estrada, que os fazem construir. Não se paga hospedagem, mas ao pé do rancho há uma venda em que o proprietário vende o milho que serve de alimento aos animais dos itinerantes; indeniza-se assim amplamente da despesa que fez para levantar o rancho (...)” (SAINT HILAIRE, 1938, p.69).

<sup>12</sup> “Partindo de Mojimirim, o “Caminho dos Guayazes” cortava os territórios dos atuais municípios de Mojiguacu, Casa Branca, Tambaú, Cajuru, Altinópolis, Batatais, Patrocínio Paulista, Franca, Ituverava,

(Anhanguera II), que já havia acompanhado o pai na sua primeira expedição, percorreu novamente aquele caminho e notificou oficialmente a capitania de São Paulo sobre a descoberta do ouro goiano (1725) (CHIACHIRI FILHO, 1986; BACELLAR; BRIOSCHI, 1999; GARAVAZO, 2006).

A partir de então, as novas regiões auríferas que movimentaram a rota para se chegar a Goiás e Mato Grosso, permitiram a ocupação e o povoamento do Sertão do Rio Pardo.

Num primeiro momento — de criação de pousos e concessão de sesmarias, no século XVIII — o Sertão do Rio Pardo foi povoado por paulistas e sua evolução demográfica foi pouco expressiva. A economia da região estava voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade para o próprio consumo e o abastecimento dos viajantes que percorriam o Caminho dos Goiaes.

Esta primeira fase do povoamento do Sertão do Rio Pardo é uma realização inteiramente paulista. Não há dúvida quanto a isto. Ao mesmo tempo em que iam abrindo as picadas, os bandeirantes constituíam junto a elas pequenos núcleos populacionais. Nestes ficavam seus agregados e seus escravos garantindo a subsistência no Sertão. (...) Contudo, esta fase não se caracteriza unicamente por ser um desbravamento, ela implica também um povoamento que, apesar de reduzido e esparso, não deixava de sê-lo (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.32).

As novas oportunidades que se abriram com a descoberta da minas, inclusive a esperança de encontrar ouro no caminho, despertaram o interesse de muitos em solicitar a concessão de sesmarias (CHIACHIRI FILHO, 1986). Moradores antigos que já tinham suas roças no local e criavam algum gado utilizaram, entre 1728 e 1735, tais atividades como argumentos para justificar seus pedidos de concessão de sesmarias.

*Fazer suas plantações e ter suas criações de gado para conveniência dos mineiros e andantes* justificou os pedidos por sesmarias da parte de Luiz Antonio de Sá Queiroga, Xavier Telles da Silva e do capitão mor Jose de Góes e Moraes em 1728.

---

Igarapava, até chegar ao Rio Grande. De São Paulo até aí percorriam-se [*sic*] 90 léguas. Só no Sertão do Rio Pardo, a Estrada tinha uma extensão de 37 léguas aproximadamente” (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.49). Adotaremos a grafia atual Caminho dos Goiaes.

Por sua vez, João Pimentel de Távora alegava que havia *vindo este ano* [possivelmente 1728] *das Minas de Goiás a trazer notícias daqueles descobrimentos para os quais queria voltar logo e para sustento dos seus escravos plantar.*

Já o coronel Manuel Dias de Menezes declarou em seu pedido querer *povoar e fazer suas plantas para conveniência dos mineiros e andantes* (CHIACHIRI FILHO, 1986).

Entre 1727 e 1736, foram feitos cerca de 69 registros de sesmarias ao longo do caminho, além das concessões feitas aos descobridores das minas de Goiás. No momento em que a ocupação se acelerava, posseiros de longa data também tratavam de legalizar o uso de suas terras (...). A maioria simplesmente alegava já se encontrar no local **plantando roças e criando gado**, na qualidade de novos moradores. Todos buscavam situar suas atividades em algum ponto do trajeto dos viajantes, da circulação do ouro e da possibilidade de algum comércio (BRIOSCHI in BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.47 grifo nosso).

Nesse momento, os mineiros das minas de Goiás e os viajantes que percorriam o Caminho dos Goiaes eram os principais compradores do que era produzido nas roças e pastagens<sup>13</sup>.

Segundo Bacellar (in BACELLAR; BRIOSCHI, 1999), os pousos não auferiam grandes lucros aos seus proprietários. Os mais rentáveis eram encontrados próximos dos rios, onde podiam cobrar taxas pela travessia. Viver às margens dos rios, no entanto, trazia seus inconvenientes. Em 1819, passando pela região, Saint Hilaire observou:

O Rio Grande era ainda um dos rios cujo pedágio tinha sido concedido, por três gerações, à família de Bartolomeu Bueno, o Ananguera, (...) como recompensa pela descoberta de Goiás. (...) As terras pantanosas que o margeiam ficam inteiramente encobertas pelas águas na estação das chuvas. Depois o terreno vai secando paulatinamente, e nos meses de abril, maio e junho, começa a exalar vapores pestilenciais, que causam febres malignas e febres intermitentes (SAINT HILAIRE, 1975, p.154).

De qualquer forma, em meados do século XVIII a ocupação das terras e do povoamento do Sertão do Rio Pardo, que vinha se processando em função das descobertas das

---

<sup>13</sup> *Mineiros*, nesse caso, significa aqueles presentes nas minas de Goiás e não os habitantes da Capitania de Minas Gerais. Saint Hilaire, em sua viagem à Província de Goiás em 1819, refere-se aos habitantes de Minas Gerais como *geralistas* (SAINT HILAIRE, 1975, p.121).

minas em Goiás, entrou em relativa estagnação devido a uma série de fatores. Entre eles, a rápida exaustão daquelas minas e a construção da estrada ligando o Rio de Janeiro com a zona mineradora, passando por Paracatu. De fato, as minas de Goiás não obtiveram a profusão do ouro daquelas encontradas em Minas Gerais; sua decadência paralisou o comércio no Caminho dos Goiaes e tornou a população rala e dispersa<sup>14</sup>. Novas concessões de sesmarias deixaram de ser realizadas, para serem retomadas somente no ano de 1800 (BACELLAR; BRIOSCHI, 1999; BRIOSCHI et. al., 1991).

A busca pelo ouro, no entanto, não deixou de manter seu fascínio e até o início do século XIX o valioso metal era um produto presente na produção arrolada pelas listas nominativas de então.

No decorrer do século XVIII, os moradores do sertão do Caminho de Goiás, além de manter suas roças e criações nas paragens da estrada, dedicavam-se “às andanças do ouro” pelos afluentes do rio Grande e encostas da serra da Canastra (BRIOSCHI in BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.49).

O primeiro inventário *post mortem* conservado em Franca, de Carlos Barbosa de Magalhães, aberto em 1776, ilustra um pouco do cotidiano local na segunda metade do século XVIII. Proprietário da paragem do Cubatão, dentre seus bens estavam listados *hum ranxo de passageiros de tres lanços cobertos de palha*. Em uma sesmaria de uma *légua em quadra*, Carlos Barbosa vivia com mais 17 pessoas, das quais dez escravas. Os bens materiais eram escassos; as roças descritas limitavam-se à mandioca (*que dava sete alqueires*) e um canavial novo pequeno. A isso, somava-se também um bananal. A vida dessas pessoas era rude e raramente contava com a presença de um padre, o que se percebe pela leitura do inventário, que arrola uma criança escrava de nove meses como ainda pagã (Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca - AHMF, 1º Cível, Caixa 51, n.1).

Em 1779, contavam-se 17 pousos desde o rio Pardo até o rio Grande, com uma população total de 174 habitantes, dos quais 73 eram componentes das famílias cabeças de

---

<sup>14</sup> Pouco a pouco a população se voltou para a produção de subsistência e pecuária. Assim relata o viajante francês em sua passagem ao arraial de Santa Luzia na Província de Goiás, “a descoberta das minas teve o inconveniente de atrair para longe do litoral e da capital uma população considerável, a qual, agora que as minas estão esgotadas e só poderiam ser exploradas com grande dispêndio de dinheiro se acha reduzida à mais extrema indigência” (SAINT HILAIRE, 1975, p.26).

fogo, 68 agregados e 33 escravos. Os pousos eram assim designados: Rio Pardo, Cubatão, Lages, Araraquara, Batatais, Paciência, Pouso Alegre<sup>15</sup>, Sapucaí, Bagres, Posse, Ressaca, Monjolinho, Ribeirão, Calção de Couro, Rio das Pedras, Rossinha e Rio Grande<sup>16</sup>.

Ao longo do século XIX as vendas ou pousos continuaram a ser ponto de parada para os viandantes e tropeiros como o de Francisco de Paula Marques, inventariado em 1849<sup>17</sup>:

Pelo sítio da morada no lugar denominado as Covas se compoem de huma Casa de venda de trez lanços a metade coberto de telhas e outra metade coberta de capim pela frente com trez portas e duas janellas e no emterior tem quatro portas e huma janella com hum balcão e parte de cima. .. (ilegível) de negócio, hum paiol coberto de campim, hum forno de biscoitos, hum Ranxo de tropa compreendendo esta morada huma capoeira de quatro alqueires e meio e por outro hum pastinho tudo cercado de vallas, e madeira branca que foi visto e avaliado pelos mesmos avaliadores pela quantia de 200\$000 (Fonte: AHMF, 1º Cível, Caixa 89, n.15).

Francisco de Paula Marques também era dono de apenas uma escrava, mas a parte mais significativa do valor de seu monte mor era composta de dívidas ativas. O monte partível chegou a 4:200\$176 (quatro contos, duzentos mil e cento e setenta e seis réis). Na listagem de pessoas devedoras a esse homem que *vivia de seus negócios* encontram-se também escravos, como Jose Firmino (escravo de Jacinto) que devia a quantia de 26\$000 (vinte e seis mil réis) e Joaquim (escravo do alferes Luís Jose Fradique) devedor de \$640 (seiscentos e quarenta réis).

De acordo com a Lista de Criadores de 1829, Francisco de Paula Marques era proprietário de 15 reses. Mas a criação de gado não deve tê-lo atraído. Segundo a Lista de Habitantes, esse mineiro casado *vivia de seus negócios* em 1836 e possuía apenas um escravo. Enfim, os pousos no Caminho dos Goiases viabilizaram a comunicação da Capitania de São Paulo com o seu interior e com outras capitanias, como a de Goiás e Mato Grosso. Garantiram o povoamento e as trocas comerciais, ainda que esparsos:

---

<sup>15</sup> Localizados do rio Pardo até o rio Sapucaí – foram abrangidos pela Freguesia de Batatais a partir de 1815 (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.53-54). Destacamos que o rio Sapucaí da região do rio Pardo não é o mesmo Sapucaí afluente do rio Grande.

<sup>16</sup> Os pousos Sapucaí em diante localizavam-se entre o rio Sapucaí até o rio Grande e passaram a pertencer à Freguesia de Franca em 1805 (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.53-54).

<sup>17</sup> Idade estimada ao falecer: 54 anos (Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de 1836).

Os pousos, dentro de suas limitações, tiveram sua importância no sentido de ativar a economia. Parte do lucro dos boiadeiros e comerciantes que transitavam pelo caminho dos “Goyases” custeava os gastos nas paragens ao pagarem por um local para dormir, alimentação, bebida e aluguel das envernadas para o descanso dos animais (OLIVEIRA, 1997, p.45).

### 1.3. Paulistas e mineiros

As terras do Sertão do Rio Pardo foram, desde o início de sua ocupação, motivo de disputas entre paulistas e mineiros. Na segunda metade do século XVIII, a disputa se deu em razão dos descobertos auríferos, os paulistas buscavam obter autorização de posse dos novos descobertos no sertão entre os rios Pardo e Sapucaí:

Pedro F. Quaresma, em suas diligências contra os quilombos de negros foragidos, anda por todo o Sertão do Rio Pardo, principalmente pelo lado leste, e, ao mesmo tempo que destrói os quilombos, ele vai encontrando faisqueiras de ouros. Mais do que depressa, a Comarca de São Paulo manda elaborar os autos de posse: em 1755 é o do sertão do rio São João, em 1761 do Ribeirão de São Pedro de Alcântara e Almas, em 1762 da Barra do Sapucaí, e assim por diante. Tais descobertas atraíram os moradores das Gerais e o problema das divisas ganhou corpo (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.24-25).

Por outro lado, cabe lembrar que no período entre 1748 e 1765 a Capitania de São Paulo perdeu sua autonomia e foi incorporada à do Rio de Janeiro. Nessa época, a capitania de Minas ampliou o seu território em detrimento do território paulista que, pouco povoado, enfrentava dificuldades em se defender (CHIACHIRI FILHO, 1986).

A disputa entre paulistas e mineiros pela posse do *Descoberto do Rio Pardo*, no Sertão do Rio Pardo, deu-se em um momento em que a mineração em Minas Gerais estava em decadência e os novos descobertos contribuía para aliviar a sobrecarga fiscal<sup>18</sup>. O lado paulista impediu que fosse lavrado um auto de posse em seus descobertos pela Capitania de Minas, ao garantir que os novos descobertos deveriam render o quinto ao rei, e não serem

---

<sup>18</sup> O Descoberto do Rio Pardo deu origem a Caconde, SP. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bonsucesso do Descoberto do Rio Pardo (ou freguesia de Caconde) cujo povoamento está ligado à descoberta de veios auríferos em seus ribeirões foi desmembrada da freguesia de Moji-Guaçu e instalada no ano de 1775. Assim, o Sertão dos Goyazes, entre os rios Pardo e Grande, ficou sob a jurisdição de Caconde. Em 1805, com o esgotamento de sua atividade aurífera, a freguesia de Caconde (que não se localizava no Caminho dos Goiáses) foi substituída pela freguesia de Franca (BRIOSCHI, 1995, p.24-26).

incluídos na cota das 100 arrobas (que somada à derrama era o que seria cobrado em Minas Gerais). Além disso, um ofício datado de 1765 da parte de Dom Luís Antônio de Sousa, governador e capitão-geral da Capitania de São Paulo, estipulou que o rio Grande e o rio Sapucaí seriam os limites entre a Capitania de São Paulo e de Minas Gerais (CHIACHIRI FILHO, 1986). No entanto, a questão das divisas entre Minas e São Paulo nessa região, iriam se estender pelo século XIX e seus limites estabelecidos finalmente no século XX.

A ocupação do território onde hoje se situa Franca por mineiros continuou. É graças aos mineiros, “os entrantes”, que se deu a elevação do arraial a freguesia<sup>19</sup>, o que significaria ter um núcleo urbano e uma igreja matriz<sup>20</sup>.

Em seu ofício de 6 de agosto de 1805, Hipólito Antonio Pinheiro suplica ao Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Antônio José de Franca e Horta, que ele patrocinasse a pretensão dos moradores daquele território, a qual era a da criação de uma Freguesia, porque:

1 - os “intranter” que lá se estabeleceram estavam descontentes com a falta de “Pasto Espiritual”.

2- que se eles quisessem dar “Estado a seus filhos” deveriam andar 40 a 50 léguas até a Freguesia de Moji.

3- que, além dos riscos que corriam de ataque da “Gentilidade bárbara” deveriam transpor, nesta caminhada, quatro postos reais (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.58).

O pedido de Hipólito Pinheiro surtiu efeito e, em 29 de agosto de 1805, o bispo da cidade de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, autorizou o reverendo Joaquim Martins

---

<sup>19</sup> A doação do terreno onde seria erguida a igreja matriz veio dos irmãos Vicente Ferreira Antunes e sua mulher e Antônio Antunes de Almeida e em 1805 foi fundada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Franca, cujo território abrangia a área entre os rios Pardo e Grande, os limites até Minas Gerais e até o município de Mococa (atual) (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.58). A criação da freguesia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde (Batatais) em 1815 alteraria o marco limitrofe do município de Franca para o rio Sapucaí.

<sup>20</sup>“Se os pousos eram modestos núcleos populacionais, as Freguesias se esboçavam como núcleos urbanos. Em torno da Matriz, no local sede da Freguesia é que irão se desenvolver os núcleos urbanos do Sertão do rio Pardo. A Igreja tem uma importância muito grande na sua formação. Sua função vai além da religiosa, tornando-se também um forte elemento de coesão social. As missas dominicais, arrancando os homens de suas lidas nas fazendas, constituem tanto uma necessidade religiosa quanto social. Elas possibilitam dois tipos de contatos: com Deus e com os próprios homens. As festas, as solenidades religiosas de modo geral atraíam aqueles homens, justificavam o aparecimento das mulheres, motivavam a construção de casas ao redor da Matriz e, a partir daí, iam expandindo-se e formando o arraial. A Igreja, portanto, era o centro em cuja volta girava a vida urbana e social” (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.57-58). Devemos relativizar o significado de “urbano” aqui empregado. Não sabemos exatamente o que definia o espaço “urbano” (questão controversa até os dias atuais), mas provavelmente o mesmo demarcava o espaço próximo à Matriz onde se localizava a sede da Freguesia e no qual se estabelecia algum estabelecimento comercial.

Rodrigues (um entrante mineiro) a benzer o cemitério e a erguer uma “Casa de Oração” enquanto não se edificava a igreja matriz (CHIACHIRI FILHO, 1986).

A freguesia que então surgia levava o nome de Franca em homenagem ao governador da Capitania de São Paulo, o capitão general Antônio José de Franca e Horta, em virtude de seu empenho na criação da freguesia<sup>21</sup>. Isso, no entanto, parece não ser consenso, pois para alguns estudiosos o nome *Franca* pode ter sido escolhido em razão de a região ser uma passagem livre, sem barreiras e impostos, com o que discorda José Chiachiri Filho:

(...) numa época em que o fisco era implacável, não seriam os mineiros (que tanto tinham sofrido os seus rigores em sua terra natal) que iriam propagar as franquias que o sertão lhes propicia no nome de sua Freguesia. O nome de Franca foi dado em homenagem ao Capitão Antonio José da Franca e Horta cujos esforços em prol da nova Freguesia e futura Vila foram decisivos (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.59).

Na passagem do século XVIII para o XIX, a região do Sertão do Rio Pardo voltou a ser novamente objeto de interesse e novas sesmarias foram concedidas a partir dos primeiros anos de 1800.

Na Capitania de São Paulo essa época foi marcada pelo florescimento da lavoura canavieira e dos engenhos de açúcar em seu território, decorrente da revolução de escravos ocorrida em um dos principais fornecedores de açúcar, a (ex)colônia francesa do Haiti. A exportação de algodão despontava nas capitanias do norte e nordeste, especialmente o Maranhão, reflexo da Guerra de Independência dos EUA, o que prejudicou a venda do algodão norte-americano para as manufaturas inglesas. Nesse momento, a economia colonial congregava seus lucros com a exportação de produtos tropicais, refletindo em dinamismo para as mais diversas regiões. Ao mesmo tempo, a produção de gêneros para o mercado interno progredia, para atender e/ou complementar o abastecimento daquelas áreas exportadoras e da Corte, estabelecida no Rio de Janeiro em 1808. A abertura dos portos às nações amigas, nesse mesmo ano, contribuiu para intensificar as trocas comerciais no Brasil.

---

<sup>21</sup> CHIACHIRI FILHO (1986, p.59) comprova esta afirmação tendo em vista um ofício do juiz de fora da Vila de Campanha ao Governador de Minas Gerais datado de 1814 em que afirma que o nome de Franca foi dado em “obséquio” ao capitão general Franca e Horta.

É a partir dessa conjuntura, de ampliação dos mercados de abastecimento e das áreas agro-exportadoras, que devemos contextualizar o povoamento efetivo de Franca, cuja economia não iria se modificar estruturalmente até o fim do Império.

Na última década do século XVIII, acentuando-se, sobretudo, nas primeiras décadas do século XIX, o fluxo migratório de Minas Gerais garante o efetivo povoamento da região norte paulista.

Os migrantes mineiros que se dirigiram para Franca e áreas circunvizinhas (que deram origem a Batatais, Igarapava, Patrocínio Paulista, Ituverava, entre outras) vinham tanto de regiões do sul de Minas, especializadas no abastecimento interno, assim como de regiões de mineração decadente. Esse movimento de mineiros em direção ao Sertão do Rio Pardo, portanto, situava-se no contexto de ampliação da fronteira de pecuária e agricultura de abastecimento de Minas Gerais em direção a São Paulo, e na busca por novas faisqueiras, impulsionada pela decadência da mineração aurífera nessa capitania desde 1780<sup>22</sup>. Ampliar a fronteira em um momento de procura internacional pelos produtos coloniais foi a forma encontrada para garantir a produção em terras ainda escassamente povoadas e relativamente férteis<sup>23</sup>.

Em fins do século XVIII, o interesse pelo sertão do Rio Pardo ressurgiu e pode ser percebido pelo número de pedidos de legitimação de posses antigas, pela requisição de novas sesmarias e pelas transações de terra, realizadas entre os anos de 1788 até aproximadamente 1820. Entre os interessados na aquisição ou legalização do acesso à terra encontravam-se tanto antigos moradores do Caminho de Goiás, quanto paulistas e mineiros recém-chegados. (...) As grandes dimensões das terras concedidas e a ênfase nos “campos” existentes revelam a atividade pecuária de seus solicitantes (BRIOSCHI in BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.63).

Garavazo (2006) chamou a atenção para o fato de que não só a qualidade e quantidade das terras disponíveis atraíram os mineiros à região, mas outras condições físicas e naturais, a

---

<sup>22</sup> “A exportação de ouro cresceu em toda a primeira metade do século e alcançou seu ponto máximo em torno de 1760, quando atingiu cerca de 2,5 milhões de libras. Entretanto, o declínio no terceiro quartel do século foi rápido e, já por volta de 1780, não alcançava um milhão de libras. O decênio compreendido entre 1750 e 1760 constituiu o apogeu da economia mineira, e a exportação se manteve então em torno de dois milhões de libras” (FURTADO, 2001, p.78).

<sup>23</sup> O fluxo migratório de mineiros em direção a São Paulo já havia sido destacado por Caio Prado Júnior e por Celso Furtado (2001, p.132) como uma expansão da economia mineira antes da penetração da lavoura cafeeira em terras paulistas.

sua localização e a facilidade para o escoamento e comercialização da produção das fazendas locais.

Quando os mineiros, no desmaiar do século XVIII e no despertar do XIX, chegaram até as divisas e começaram até a se adentrarem pela capitania de São Paulo, não eram mais, em sua maioria quase absoluta, mineradores preocupados em encontrar ouro, mas sim agricultores e criadores em busca de terras férteis e boas pastagens (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.34).

É preciso salientar que a migração mineira dessa época deu-se em etapas. Alguns mineiros dirigiram-se primeiramente para as terras do Triângulo Mineiro e da Farinha Podre, localizadas na região entre os rios Paranaíba e Grande, área rica em salitre e bem irrigada, propícia à pecuária. Em seguida, deslocaram-se para o Sertão do Rio Pardo, onde se fixaram<sup>24</sup>. Nesse momento, os mineiros também marcharam rumo a Goiás, já que na época a região do Triângulo Mineiro e a de Farinha Podre pertenciam à Capitania e Prelazia de Goiás até 1816.

Os mineiros, ao expandir as fronteiras agrícolas no norte paulista, procuraram dar continuidade às atividades econômicas a que vinham se dedicando, não se interessando pela agricultura de exportação, como ocorria em outras regiões paulistas.

As famílias mineiras que migravam, fossem ricas ou pobres, não apresentavam sinais de interesse pela monocultura canavieira. A grande motivação estava voltada para a fixação da residência em áreas circunvizinhas à área dos engenhos, com o fito aparente de prover o abastecimento das mesmas. (...) Os imigrantes mineiros eram, efetivamente, derivados de áreas onde predominavam setores de economia de abastecimento, centrados seja na lavoura de alimentos, seja na pecuária (BRIOSCHI et al., 1991, p.39-40).

É, portanto, com a migração mineira que a região vai pouco a pouco perdendo sua característica de *sertão*. Os entrantes mineiros, ao instalarem suas fazendas, criando gado e plantando roças, contribuíram para o crescimento demográfico, para a criação das freguesias e vilas no Sertão do Rio Pardo.

---

<sup>24</sup> Ilustrativo desse processo é a trajetória do capitão mor Hipólito Antonio Pinheiro e sua família. Esse mineiro era natural de Congonhas do Campo, alguns de seus filhos nasceram em Desemboque - MG e outros em Franca, onde a família finalmente se fixou (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.36).

## 1.4. Evolução populacional

O ritmo da ocupação e povoamento da freguesia e depois município de Franca pode ser visualizado nos dados das tabelas 1.1 e 1.2. Em cerca de três décadas (1776-1797) a população mais que triplicou, enquanto a população escrava só foi receber um aumento razoável em meados da última década do século XVIII, com a intensificação das atividades econômicas. Pela pequena quantidade de escravos observada até o início dos anos 1790 é de se supor que os primeiros povoadores possuíam recursos modestos (GARAVAZO, 2006).

Quando o ouro (descoberto na segunda metade dos setecentos em Caconde) foi pouco a pouco diminuindo sua importância econômica, e a lavoura e a pecuária ampliaram seu espaço na economia local, mais escravos e livres adentraram a região<sup>25</sup>.

**Tabela 1.1- Evolução da população. Sertão do Rio Pardo, 1767 – 1797**

Anos	Livres		Escravos		Total	
	N	%	N	%	N	%
1767	81*					
1776	113	73	42	27	155	100
1782	188	78	52	22	240	100
1790	182	79	48	21	230	100
1797	296	81	69	19	365	100

Fonte: Maços de População do Termo de Mogi Mirim Apud BRIOSCHI, 1995, p.112.

\*Apenas a população livre.

Esse movimento migratório, oriundo em grande parte do sul de Minas Gerais, modificou a paisagem das colinas, capoeiras e matas da região, onde em 1824 foi instalada a Vila Franca do Imperador. O crescimento populacional dessa vila, ao final do século XVIII e durante a maior parte do século XIX, deve-se principalmente ao aumento da importância econômica das *plantations*, tanto no chamado *Quadrilátero do Açúcar* como no Vale do Paraíba cafeeiro, processo que gerou um florescente mercado para os animais criados no norte paulista.

<sup>25</sup> O ouro aparece pela última vez nas listas nominativas do Sertão do Rio Pardo no começo do século XIX.

A entrada de africanos para abastecer a agricultura paulista e a migração de mineiros que expandiam sua fronteira foram, na época, os principais fatores responsáveis por esse incremento demográfico na Província de São Paulo já nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX.

A população paulista, que em 1772 era de pouco mais de 100.000 habitantes, passou para 169.544 em 1800. No ano da Independência do Brasil (1822), esse território contava com 244.405 habitantes e em 1836, sua população chegou a 326.902. Também a participação da população de São Paulo no total da população do Brasil elevou-se no período considerado, passando de 3,92% em 1772 a 5,51% em 1836.

É importante destacar que não somente a população da Capitania de São Paulo cresceu como também a do Brasil passou por significativo acréscimo. Em 1800, teria o Brasil 3.569.000 habitantes e 5.867.000 em 1836 (MARCÍLIO, 2000).

Nas primeiras décadas do século XIX a população se expandiu de modo acelerado na Freguesia do Rio Pardo. Os livres que, em 1801, eram 491, em 1836 chegavam a 7.224 e os escravos passaram de 80 a 3.443, respectivamente, nesses anos.

**Tabela 1.2- Evolução da população, Freguesia do Rio Pardo/ Freguesia de Franca/ Vila Franca do Imperador. População segundo condição social (1801 – 1836)**

Anos	Livres		Escravos		Total	
	N	%	N	%	N	%
1801	491	86	80	14	571	100
1803*	604	88	86	12	690	100
1804*	671	80	172	20	843	100
1807	1.267	79	338	21	1.605	100
1813*	1.733	71	704	29	2.437	100
1814*	2.049	72	783	28	2.832	100
1824*	3.974	68	1.853	32	5.827	100
1836**	7.224	68	3.443	32	10.667	100

Fonte: Maços de População *apud* BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.70.

\*CHIACHIRI FILHO, 1986, p.186.

\*\*MULLER, 1923.

Em 1839 Batatais tornou-se Vila, reduzindo o território de Franca do Imperador. Franca foi elevada à categoria de cidade em 1856. O crescimento demográfico e os desdobramentos territoriais intensificaram-se na segunda metade do século XIX. Os dados

demográficos disponíveis para 1854 são parciais<sup>26</sup>, mas três anos depois, o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo de 1857* anota que nesse ano havia 5.572 habitantes no município<sup>27</sup>. No entanto, ao que tudo indica, esse total correspondia à população livre<sup>28</sup>.

Em 1872, o território correspondente a 1836 estava desmembrado em três municípios: Batatais, Cajuru e Franca, com suas respectivas paróquias. Em 1885, Patrocínio Paulista e Ituverava desmembraram-se do município de Franca; Santo Antônio da Alegria do município de Cajuru e Nuporanga de Batatais<sup>29</sup>.

**Tabela 1.3- Evolução da população, Franca e território original\* (1836-1886)**

Anos/ Localidades	Livres		Escravos		Total	
	N	%	N	%	N	%
<b>1836</b>						
Franca (distrito)	1.474	71	591	29	2.065	100
Território	6.975	67	3.395	33	10.370	100
<b>1854**</b>						
Franca	1.985	67	980	33	2.965	100
Território	5.294	79	1.423	21	6.717	100
<b>1872</b>						
Franca	18.021	84	3.398	16	21.419	100
Território	33.816	84	6.461	16	40.277	100
<b>1886</b>						
Franca	8.757	87	1.283	13	10.040	100
Território***	37.469	91	3.912	9	41.371	100

Fontes: 1836 – Lista Nominativa de Habitantes. 1854-1886 – BASSANEZI, 1998.

\*Soma da população de Franca e das populações das localidades desmembradas desse município a partir de 1836.

\*\*Total parcial.

\*\*\*Dados parciais. O município de Patrocínio Paulista não possui informações.

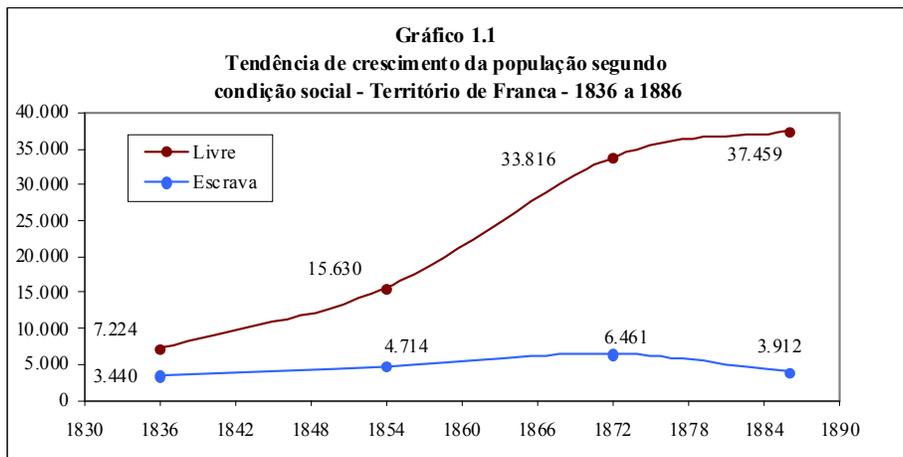
A população escrava do território de Franca praticamente dobrou de tamanho entre 1836 e 1872. Após 1872, a população declinou não apenas por conta da extinção do tráfico africano como também porque as crianças nascidas após 28 de setembro de 1871 não seriam

<sup>26</sup> As informações que constam nesse censo são apenas para as freguesias: Carmo de Franca (atual Ituverava) e Santa Rita do Paraíso (atual Igarapava) e para a freguesia de Cajuru pertencente a Batatais.

<sup>27</sup> 3.207 na Cidade da Franca do Imperador, 813 na Freguesia de Santa Rita do Paraíso e 1.552 na Freguesia de Nossa Senhora do Carmo.

<sup>28</sup> Essa conclusão deve-se ao fato de que, ao se referir à população da Província como um todo o almanaque de 1858 anota “*tem perto de 300 mil habitantes livres*” e, comparando com as informações de 1854 para Carmo de Franca e Santa Rita do Paraíso com as mostradas pelo almanaque de 1858 chega-se à conclusão de que os escravos não estavam inseridos nesse conjunto.

mais consideradas escravas. Em cinco décadas, a população livre, que era o dobro do tamanho da escrava em 1836, passou a ser dez vezes maior em meados de 1880.



Fonte: MULLER, 1923; *Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no ano de 1854* (...); Recenseamento Geral do Império, 1872; Relatório, 1888.

Nota: Os dados da população livre e escrava para 1854 foram obtidos através de cálculo de projeção, uma vez que o levantamento de 1854 não traz informações para as sedes dos municípios de Franca e Batatais, mas apenas para as Freguesias de Carmo da Franca (Ituverava), Santa Rita do Paraíso (Igarapava) e Cajuru.

De acordo com o Censo de 1872, a população do município de Franca já era de 21.419 pessoas, das quais 15,9% eram escravas. Nesse mesmo ano, se tomarmos o território original de Franca, esse contava com uma população escrava que representava 16,0% da população total.

No que diz respeito à demografia escrava, é preciso destacar que em 1872 já refletia as diversas mudanças do sistema escravista na segunda metade do século XIX: a proibição efetiva do tráfico transatlântico de escravos (1850), o conseqüente envelhecimento da população escrava de origem africana e sua diminuição proporcional no total da população, a intensificação do tráfico interno de escravos pós 1850 (para suprir a necessidade de mão de obra no Sudeste), com o deslocamento de cativos de outras províncias para as fazendas paulistas.

<sup>29</sup> No entanto, os dados referentes a Santo Antônio da Alegria e Nuporanga permanecem no Censo de 1886 juntamente com os de Batatais (BASSANEZI, 1998).

Entre 1872 e a realização de um novo levantamento populacional na Província de São Paulo, em 1886, Franca perdeu uma parcela razoável de seu território com a criação dos municípios de Igarapava (1873), Patrocínio Paulista e Ituverava, ambos em 1885, o que justifica também a perda de população no período. Com um novo perfil territorial, a população de Franca em 1886 passou a ser de 10.040 habitantes, dos quais os escravos atingiram 12,8%; uma porcentagem maior que a verificada para o território original de Franca (9,5%) (Tabela 1.3). A partir da última década do século XIX, a população local passou a sofrer os impactos da imigração internacional e da cafeicultura que avançou sobre o seu território<sup>30</sup>.

## **1.5. Economia**

Durante todo o século XIX, a ocupação, o povoamento e a evolução da população do território do Sertão dos Goiaes sofreram o impacto e também impactaram o desenvolvimento da economia local, que se processou de forma diferente de outras regiões do território paulista; como o Quadrilátero do Açúcar, o Vale do Paraíba e o Velho Oeste Paulista, por ser um pólo criador, de agricultura de subsistência, de produção de bens voltados para o mercado interno. Como as outras regiões paulistas, o Sertão dos Goiaes também se utilizou de mão de obra escrava desde o início de seu povoamento.

De fato, desde fins do século XVIII a expansão da agricultura paulista, aliada à oferta de escravos africanos, permitiu que o sistema escravista fosse difundido em São Paulo, do litoral aos longínquos sertões, até a sua abolição em 1888. Diga-se de passagem também que a escravidão indígena foi amplamente utilizada nos tempos iniciais da colônia<sup>31</sup>.

Com o avanço das culturas de açúcar e café, nas primeiras décadas do século XIX, a mão de obra escrava passou a se concentrar mais nas mãos dos proprietários voltados para a exportação:

---

<sup>30</sup> Isso escapa ao escopo desta pesquisa. O principal grupo de imigrantes internacionais que se dirigiu a Franca foi o originário da Itália, sobre a migração italiana em Franca ver DI GIANNI (1997).

<sup>31</sup> A escravidão indígena em São Paulo ocorreu até 1700, sendo gradualmente substituída pela africana (LUNA; KLEIN, 2005, p.107-108; MONTEIRO, 1994).

Porém, por mais que os escravos tenham sido desviados para o café pelo restante do século, o setor produtor de alimentos permaneceu expressivo; de fato, cada vez mais integrou-se à economia escravista. Assim, o alicerce da agricultura paulista continuou sendo a produção de gêneros alimentícios, que se expandiu paralelamente às culturas de exportação na primeira metade do século XIX (LUNA; KLEIN, 2005, p.136).

A produção de gêneros de subsistência era difundida em praticamente todas as regiões do Brasil. Uma parcela dessa produção tinha caráter familiar e era destinada ao consumo doméstico; a comercialização do excedente ocorria apenas em colheitas mais abundantes e os ganhos eram esparsos e insuficientes para a aquisição de escravos. Mas esse não foi o único cenário que marcou a produção de gêneros de primeira necessidade no território brasileiro, estando presente também na grande lavoura e em outros locais vinculados fortemente ao abastecimento interno.

Ainda que muitos produtores não fossem abastados o suficiente para a compra de escravos, a produção de alimentos e de animais para os mercados locais e regionais foi uma importante atividade econômica, coexistindo com a lavoura de exportação de cana-de-açúcar e café. Como afirmam Luna e Klein, ao analisarem a evolução econômica paulista entre 1750 e 1850, “mesmo as zonas responsáveis pelas maiores exportações de açúcar e café tiveram uma produção significativa de produtos animais e gêneros alimentícios” (LUNA; KLEIN, 2005, p.109).

Na maior parte do século XIX as principais atividades econômicas desenvolvidas em Franca foram a pecuária, a produção de gêneros da terra voltados para o abastecimento interno, o comércio do sal e uma produção razoável de tecelagem, a qual ultrapassava o consumo interno, como observou o atento viajante francês Saint Hilaire:

Os francanos cultivavam, fabricavam, em suas propriedades, tecidos de algodão e de lã, e aplicavam-se especialmente à criação de gado vacum, de porcos e de carneiros. (...) a criação de gado vacum, no distrito de Franca, tomou grande incremento, e, em 1838, esse distrito era um dos que forneciam mais gado bovino (SAINT HILAIRE, 1972, p.101)<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Saint Hilaire passou por Franca-SP em 1819, mas atualizou seus relatos de viagem anos mais tarde utilizando-se dos dados apresentados por Daniel Pedro Muller publicados em 1836.

Na década de 1820 Franca já se destacava pela criação de gado vacum como comprova o *Assentamento de Gados*, realizado em 1829. Segundo essa fonte, foram arrolados 688 criadores que possuíam juntos 37.768 cabeças de gado (OLIVEIRA, 1997)<sup>33</sup>. Segundo Müller, em 1836, na Província de São Paulo, Franca e Itapeva eram as únicas localidades que ultrapassaram uma centena de fazendas de criar, 176 e 167 respectivamente. Se os dados de Müller forem corretos, de um total de 501 fazendas de criar arroladas por ele na província, aproximadamente 35% delas encontravam-se em Franca (MÜLLER, 1923).

O gado vacum, os escravos e as terras eram os bens de maior valor arrolados nos inventários abertos em Franca no decorrer do século XIX. No entanto, os demais bens listados demonstram que a economia francana da época era diversificada e dinâmica.

O inventário *post mortem* de João Garcia Lopes da Silva mostra que ele foi um importante criador local, pois seu patrimônio incluía 714 cabeças de gado vacum, 150 porcos, 54 carneiros e 97 cavalos, mulas e bestas por ocasião de sua morte, em 1859<sup>34</sup>. Sua escravaria era constituída por nada menos do que 70 cativos e o seu espólio foi avaliado em 259:042\$537 (duzentos e cinqüenta e nove contos, quarenta e dois mil e quinhentos e trinta e sete réis); possuindo ainda uma olaria e fornalha, dinheiro, 162 sacos de sal, 1.000 queijos e casa de engenho<sup>35</sup>. Como podemos notar, suas atividades eram bem diversas. Embora possuísse a maior parte de suas terras em São Paulo, esse mineiro também possuía terras no Termo de Jacuí-MG, que podem ter sido usadas como internada de seu gado, que seguia para Minas Gerais e Rio de Janeiro.

De fato, a venda de gado para o Rio de Janeiro era uma das formas de se comercializar os animais criados nas pastagens entre os rios Pardo e Grande. Não só o gado produzido por esse criador, mas também por outros proprietários de Franca, era levado até Jacuí onde internava e de lá seguia para a Corte (RESTITUTI, 2006).

---

<sup>33</sup> Esta Lista de Criadores encontra-se publicada em BRIOSCHI et al., 1991, p.277-293.

<sup>34</sup> Idade estimada ao falecer: 83 anos (Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de 1836).

<sup>35</sup> Montante significativo, uma vez que valores acima de 10:000\$000 foram considerados como limite superior por diversos estudos sobre a riqueza ao longo do século XIX (OLIVEIRA, 1997, p.76; ALMICO, 2001 *apud* GUIMARÃES, 2006, p.50). Andrade dividiu a riqueza dos proprietários (escravistas ou não) de Mariana entre 1820-1850 em três níveis, tendo como limite superior monte-mores de 6:000\$000 a 26:000\$000 (2007, p.93-94). Ao mencionar o valor do monte, fazemos menção ao valor partível (já descontados os custos do processo e as dívidas passivas).

Além da criação de gado, João Garcia Lopes da Silva deveria ser dono de tropas<sup>36</sup>. Um cativo seu, Simão, foi listado em 1859 como tropeiro e outro, Fidelis, como campeiro. Foram inventariadas ainda ferramentas “de tropa” e 29 bestas arriadas (num total de 97 animais cavalares e muares), que estariam transportando gado e, provavelmente queijo e outros produtos; e trazendo sal no retorno a Franca:

Fornecendo gado para o abate na capital do Império, animais destinados aos transportes em carros de bois ou ao trabalho nas moendas na região canavieira paulista, os rebanhos da vila Franca cresciam e traziam lucros para seus produtores. Quer nas vendas diretas dos grandes criadores aos centros de consumo ou na entrega da produção aos “comerciantes das Minas”, a praça de São João del-Rei ocupava uma posição central na intermediação das trocas comerciais estabelecidas entre o Norte Paulista, Triângulo Mineiro e Goiás, por um lado e a cidade do Rio de Janeiro, por outro (BRIOSCHI in BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.73).

Em sua passagem pela região em 1819, Saint Hilaire já observara que para a comercialização do gado os fazendeiros:

(...) mais ricos enviam suas crias, por sua própria conta, à capital do Brasil, e os negociantes da Comarca de São João del-Rei vão comprar nas próprias fazendas o gado dos criadores menos prósperos. Um grande número de bois da região é enviado também para as redondezas de São Paulo, onde são usados no trabalho dos engenhos de açúcar (SAINT HILAIRE, 1976, p.86).

Para os pequenos produtores não havia alternativa que a de entregar seu gado aos intermediários mineiros, mas para os grandes criadores havia a possibilidade de levar seu gado diretamente até a Corte. As estradas de Minas Gerais serviam para o escoamento do gado de Franca rumo à Corte e ao vale do rio Paraíba. Além do gado *vacum*, a criação de porcos também foi uma das atividades de maior destaque no norte paulista.

---

<sup>36</sup> Ao se debruçar sobre as relações familiares de afrodescendentes nas propriedades de um tropeiro de Juiz de Fora, Guimarães (2006) nos traz a definição de tropeiro. “Observo que a expressão “tropeiro” foi amplamente utilizada em Juiz de Fora como uma especialização de cativos; portanto, o termo não estava necessariamente associado ao dono da tropa. Pedro Nava também informa que “dava-se o nome de *tropeiro* não só aos camaradas que conduziam as tropas, como aos que as exploravam como donos (1984, p.147)” (GUIMARÃES, 2006, p.211).

Segundo Holanda, Franca era dos maiores produtores de suínos da Província por volta de 1820 (HOLANDA, 1976, p.114). Daniel Pedro Müller (1923) anotou que em 1836 o gado suíno de Franca representava 8,1% do total da vara paulista.

O toucinho era um produto com grande demanda para o consumo doméstico nos oitocentos e provavelmente muito rentável, destacando-se a Província de Minas Gerais como uma das principais exportadoras deste produto. A criação de porcos devia ser lucrativa, mesmo que a vara fosse levada em pé até outros centros. Ao se referir à fronteira sudoeste de Minas Gerais, região limítrofe com São Paulo e vizinha do norte paulista, Restituti destacou que:

A fronteira Sudoeste de Minas era grande importadora de suínos paulistas. Em 1850-84 entraram mais de 230.000 porcos, média anual próxima a 7.000 cabeças, e saíram cerca de 40.000, ou 1.000 por ano. (...) este gado, tanto o local quanto o paulista, dirigia-se ao mercado do Rio de Janeiro, e residualmente ao mercado mineiro, que era auto-suficiente na oferta de porcos. As entradas anuais de suínos via os segmentos de fronteira de Passos e Samambaia correlacionam positivamente às saídas de suínos via fronteira Extremo-Sul de Minas (RESTITUTI, 2006, p.203-204).

Segundo este autor, as exportações paulistas através do território mineiro sofreram redução de 88% na década de 1880, devido ao aumento da demanda interna da província de Minas Gerais, e principalmente em razão da expansão da malha ferroviária paulista, que alterou a rota do comércio e reduziu o custo de transporte do toucinho (RESTITUTI, 2006).

Inácio Nunes da Silva, que possuía três escravos, um sítio, uma vaca, uma novilha e um cavalo, tinha 70 porcos quando foi inventariado em 1844<sup>37</sup>. Não sabemos se esse proprietário havia abandonado a criação de gado, já que em 1829 foi listado como criador de 30 reses. O número de seus escravos também se reduziu, passou de nove cativos em 1836 a três em 1844.

Em 1838 os bens da esposa de Inácio Nunes foram inventariados e a posse do casal contava com 13 escravos. A viuvez provavelmente acarretou perdas a Inácio Nunes da Silva, que pode ter dividido o patrimônio com seus herdeiros, pois seu monte partível foi avaliado em 2:213\$230 (dois contos, duzentos e treze mil e duzentos e trinta réis), um dos menores

---

<sup>37</sup> Idade estimada ao falecer: 83 anos (Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de 1836).

dentre os 31 levantados. A criação de porcos era, naquele momento de sua vida, uma atividade mais favorável, talvez por ser menos trabalhosa e empregar menor número de mão de obra.

A economia francana no século XIX não dependia apenas da criação de animais. O viajante Luiz D'Alincourt, passando pelo Caminho dos Goiases em 1823, escreveu as seguintes considerações a respeito dos moradores do Termo de Franca:

(...) industriosos e trabalhadores; fazem diversos tecidos de algodão; boas toalhas, colchas e cobertores; fabricam pano azul de lã muito sofrível; chapéus; alguma pólvora; e até já tem feito espingardas; a sua principal exportação consta de gado vacum, porcos e algodão, que levam a Minas; plantam milho, feijão e outros legumes para o consumo do país (D'ALINCOURT, 1950, Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuyabá *apud* BRIOSCHI in BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.75).

Conjugada ou não a outras atividades, a produção de tecidos também esteve presente na localidade. Quando o domicílio dedicava-se a atividades diversificadas, a produção de tecidos empregava mão de obra escrava e era uma atividade a mais dentre outras. Antonio Machado Diniz, senhor de sete escravos em 1835 e morador no distrito do Carmo (atual Ituverava), ocupava-se de *cultura, criação e fábrica de tecidos*. Assim como João Carlos de Figueiredo, morador no mesmo distrito juntamente com a esposa e filhos, dois escravos adultos e uma criança cativa mantinha *lavoura, cultura, criação e fábrica de tecido de algodão*<sup>38</sup>.

Maria dos Santos de Jesus e três filhos adultos (maiores de 15 anos) moravam no distrito da Vila e ela vivia de *fiar seu algodão*. Possuía uma única escrava, a pequena Francisca, crioulinha de quatro anos. Maria dos Santos de Jesus era casada, mas seu marido não aparece na Lista Nominativa de 1836. A posse de uma única criança escrava do sexo feminino pode indicar que a produção de tecidos permitia a compra de cativos mesmo que de menor valor, neste caso uma menina, que poderia ajudar na produção dos próximos anos. Já a africana *livre* Maria da Costa habitava sozinha seu domicílio e vivia de *fiar*<sup>39</sup>. Podemos notar que a tecelagem foi uma atividade essencialmente feminina e estava presente nas

---

<sup>38</sup> Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de 1836.

<sup>39</sup> Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de 1836.

propriedades maiores que se dedicavam a atividades diversas (cuja produção era mais expressiva por ser denominada *fábrica*), mas também era um meio de sobrevivência de pessoas com menores posses (*viver de fiar*).

A importância da tecelagem e fiação faz-se notar nos bens inventariados: os teares e as rodas de fiar estavam presentes em praticamente todas as casas. Encontramos também plantações de algodão (*algudual*) e peças de panos de algodão sendo avaliados.

Francisco de Paula Silveira era senhor de 18 escravos e proprietário de engenho de cana, criava 27 cabeças de gado vacum, 30 porcos e 27 lanígeros. Dentre os bens avaliados encontravam-se peças de panos de algodão, 16 arrobas de açúcar, 30 alqueires de feijão e 25 carros de milho enquanto seu inventário tramitava nos idos de 1858<sup>40</sup>. Suas atividades parecem ter sido bastante lucrativas, pois o monte partível de Francisco de Paula Silveira chegou a 54:367\$280 (cinquenta e quatro contos, trezentos e trinta e sete mil e duzentos e oitenta réis).

Em relação aos cereais inventariados, encontramos com maior frequência referências a carros ou roças de milho<sup>41</sup>, alqueires ou plantações de feijão e alqueires de arroz ou arrozal. Além disso, alguns inventários citam *hortaliças de verduras, canas, mandiocas, laranjais, romaneiros e pomares*. Plantações de café estão presentes, mas em pequenas quantidades, sendo sequer mencionadas separadamente de outras culturas.

**Tabela 1.4- São Paulo: quadro comparativo do comércio total da Província de São Paulo e dos distritos de Franca e Mogi Mirim, 1836**

Produtos	Mogi Mirim	Franca	Província
Cafê (@)	610	211	588.136
Açúcar (@)	40.520	272	563.108
Aguardente (canad.)	2.312	337	46.728
Arroz (alq.)	8.668	2.111	341.220
Feijão (alq.)	12.558	-	237.116
Far. mandioca (alq.)	-	3.893	79.765
Milho (alq.)	354.707	138.632	3.870.020
Fumo (@)	1.850	311	11.773
Algodão rama (@)	355	-	9.282
Porcos	14.506	5.613	69.158
Gado cavallar	1.574	353	11.400
Gado muar	477	33	2.268
Gado vacum	2.313	1.817	35.573
Gado lanígero	316	632	5.799

Fonte: MÜLLER, 1923, p.123 Tabela 3 *apud* BRIOSCHI in BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.74.

<sup>40</sup> Idade estimada ao falecer: 75 anos (Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de 1836).

<sup>41</sup> O milho era importante na alimentação de pessoas e animais.

O *Quadro Estatístico de Alguns Estabelecimentos Rurais da Província de São Paulo* de 1855 (referente a 1854) contabilizou as fazendas de café, de cana-de-açúcar e de gado vacum; os escravos, agregados e colonos nelas empregados; a produção, a venda e o valor dos gêneros negociados em 1854 para toda a Província.

Segundo o Relatório de 1855, referente ao citado *Quadro*, enquanto a cafeicultura dominava o Vale do Paraíba e as fazendas de cana de açúcar na região compreendida por Itu, Piracicaba, Capivari, Mogi Mirim e Campinas, as fazendas de criação de gado pertenciam a municípios do Oeste e Novo Oeste Paulista. Mogi Mirim ocupava o primeiro lugar, com 98 estabelecimentos, seguido de Franca e Itapetininga (90 respectivamente), São João do Rio Claro (atual Rio Claro, 57) e Araraquara (50). As fazendas de criação de gado de Franca empregavam 326 agregados e 939 escravos, a produção do ano foi de 5.200 reses e foram vendidas naquele ano 3.300 reses. Nessa época não foram arroladas fazendas de café em território francano, mas 20 fazendas que produziam cana-de-açúcar, que operavam com 40 agregados, 243 escravos, cuja produção foi de 8.800 arrobas de açúcar<sup>42</sup>.

**Tabela 1.5- Quadro estatístico de alguns estabelecimentos rurais da Província de São Paulo. São Paulo, Relatório de João Joaquim Machado de Oliveira, 1855 (Referente a 1854), municípios selecionados**

Municípios	Fazendas de café	Fazendas de açúcar	Fazendas de criação de gado
Batatais*	-	-	-
Franca	-	20	90
Guaratinguetá	103	-	2
Itapetininga	18	17	90
Jacaré	96	-	-
Limeira	65	13	-
Mogi Mirim	66	57	98
Porto Feliz	16	38	-
Província	2.618	667	532

Fonte: Relatório de 1855 (Referente a 1854).

\*Não há informações para Batatais.

A produção do excedente, feijão, arroz, toucinho, algodão e outros gêneros, era destinada ao comércio com os viandantes que percorriam a Estrada dos Goiases e à troca por produtos não fabricados pela população local (como o sal) nas cidades de Campinas e São Paulo. O gado vacum era destinado aos engenhos de açúcar para tração/transporte e para o

<sup>42</sup> Consta que a cultura da cana é feita nas fazendas de criação do gado.

consumo da população no Vale do Paraíba e no Velho Oeste Paulista. Ao se referir a Campinas, em viagem à Província de São Paulo no início da década de 1860, Zaluar mencionou:

O **comércio** é pois ativo e florescente, porque é aqui o entreposto de Goiás, Uberaba, **Franca** e outras povoações do interior com a corte. Asseguram-me, porém que **já foi** muito mais importante e ativo com estes pontos; e assim mesmo ainda entram aqui todos os anos, da Franca, quatrocentos a seiscentos carros, que trazem toucinho, algodão, queijo e feijão, que permutam por ferragens e sal em grande quantidade (ZALUAR, 1953, p.137-138 grifo nosso).

Até 1805 a cana-de-açúcar e seus derivados não foram arrolados nos maços de população para o Sertão do Rio Pardo, ainda que seja praticamente certo que a rapadura e a cachaça fossem produzidas para o consumo nos pousos. Em relação ao açúcar, não sabemos se foi uma atividade mineira<sup>43</sup> que se perpetuou em Franca ou se resultou da expansão da produção dos engenhos paulistas. Ao que parece, foi o resultado de ambas situações.

De acordo com a análise de Godoy (2006) para Minas Gerais, a cana-de-açúcar subsistiu conjuntamente com outras atividades econômicas, como a agropecuária. Assim como atestou o Relatório de 1855, situação semelhante foi verificada para localidade focalizada neste estudo. Na produção de cana-de-açúcar<sup>44</sup>, Franca ocupava um lugar periférico no conjunto da Província de São Paulo, ao passo que na criação de gado encontrava-se como uma das principais, ficando atrás em número de reses apenas de Itapetininga e Araraquara, respectivamente.

No Relatório de 1855 chamou a atenção o elevado número de escravos para a produção de cana-de-açúcar e de gado. Em um quadro comparativo com outras localidades, Franca empregou mais escravos, produziu menos açúcar e criou menor número de reses do que seus vizinhos que também utilizavam o trabalho escravo<sup>45</sup>. O Relatório de 1855 explicitamente afirmou que nas fazendas de gado de Franca produzia-se cana de açúcar.

---

<sup>43</sup> Minas Gerais teve um papel relevante de atividades agroaçucareiras no século XIX, com o emprego efetivo de mão-de-obra escrava.

<sup>44</sup> De acordo com o Relatório de 1855 o maior produtor paulista de cana-de-açúcar foi o município de Constituição (Piracicaba) com 227.000 arrobas.

<sup>45</sup> Itapetininga empregou 553 escravos e 188 agregados e a produção do ano foi 8.180 reses. Araraquara ocupou somente 200 escravos e teve uma produção de 6.500 reses.

Certamente, as fazendas de gado vacum e de cana de açúcar na região de Franca, por terem uma produção diversificada ocuparam seus escravos em outras atividades como a produção de mantimentos, tecelagem, criação de outros animais e manuseio de outros engenhos (como os de serrar madeira).

Verificamos que dentre os 31 inventários analisados por esta pesquisa foram listados sete engenhos de cana ou de cilindro e quatro de serra. Esses senhores detinham número significativo de escravos, mínimo de sete e máximo de 27 cativos.

Nem todos os escravistas morreram como criadores ou agricultores. Quando Hilário Dias Campos, por exemplo, foi inventariado em 1846<sup>46</sup>, deixou ouro lavrado e uma bateia<sup>47</sup>. Não possuía gado vacum nem porcos, mas era dono de um moinho. Dos escravos que possuía, apenas um permaneceu no cativeiro, os outros 11 foram libertos. Era dono (e provavelmente morador) de uma chácara nos subúrbios. Foi arrolado como boticário pela Lista Nominativa de Habitantes de 1836 e quando faleceu também era dono de uma tenda de ferreiro e de diversos objetos de metal, inclusive 100 pares de ferraduras de burro e 21 pares de ferraduras de cavalo<sup>48</sup>. Legou aos dois filhos *naturais* (uma vez que era solteiro ao falecer) um monte cuja quantia foi de R\$ 5:572\$982 (cinco contos, quinhentos e setenta e dois mil, novecentos e oitenta e dois réis).

Embora tenham sido encontradas poucas evidências de atividade mineratória entre os moradores de Franca, tanto nos inventários consultados como na Lista Nominativa de 1836, a presença de ouro em localidades próximas a este município (como Desemboque, em Minas Gerais e Caconde, em São Paulo) atraiu povoadores para o Sertão do Rio Pardo.

Mas a mineração não se restringiu ao metal amarelo. Santa Bárbara de Macaúbas (atual Patrocínio Paulista) foi ocupada por famílias de garimpeiros por volta de 1830, atraídas pela abundância de diamantes nos rios Santa Bárbara e Sapucaizinho. Claraval (município

---

<sup>46</sup> Idade estimada ao falecer: 60 anos (Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de 1836).

<sup>47</sup> O garimpo atraiu diversos mineiros para a região de Franca ainda em finais do século XVIII. Apesar do ouro não ser listado dentre os bens produzidos em Franca desde a primeira década do século XIX, a mineração especialmente a diamantífera no distrito de Macaúbas (atual Patrocínio Paulista) e às margens do rio Canoas perpetuou-se nas décadas seguintes (OLIVEIRA, 1997, p.59-60).

<sup>48</sup> Apesar da atividade de ferreiro estar associada ao serviço de tropas, como afirmou GUIMARÃES (2006, p.212), Hilário Dias Campos não parece ter sido tropeiro, uma vez que possuía apenas um cavalo, uma égua, um poldro e uma poldra, ou seja, não havia bestas ou jumentos dentre seus bens.

mineiro limítrofe com a cidade de Franca atualmente) também era terra de diamantes, descobertos aproximadamente em 1864, no rio Canoas (OLIVEIRA, 1997).

A extração diamantífera foi relativamente comum nas freguesias do Carmo (atual Ituverava) e especialmente na de Macaúbas (atual Patrocínio Paulista), como afirma o periódico local *O Nono Districto*. Segundo este jornal, na freguesia de Macaúbas e no vizinho garimpo das *Canoas trabalha-se na cata dos diamantes*, mas com *pequenos resultados* devido à falta de recursos dos exploradores. Pedras de *primeira água* foram encontradas em córregos afluentes do rio Sapucaí, algumas apresentavam tamanho tal que chegaram a ser vendidas *em bruto* por dois a três contos de réis. Ademais, como não havia na região negociantes especializados no comércio de diamantes, as pedras oriundas de Franca quase não eram conhecidas na *praça* do Rio de Janeiro. Cabia aos negociantes de *Bagagem* a compra e revenda dos diamantes francanos (*O Nono Districto*, 05/10/1882).

O garimpo e as atividades a ele correlacionadas (como a ourivesaria) perpetuaram-se ao longo dos oitocentos, sendo uma atividade presente até os dias atuais em Franca e nas circunvizinhanças.

A diversificação da produção e ocupacional em Franca já era observada no ano de 1829 quando, segundo a Lista Nominativa foram arrolados 80 agricultores, 56 artistas, 45 negociantes e 38 jornaleiros (NASCIMENTO; MOREIRA, 1943). Em 1836, havia um total de 98 pessoas empregadas em ocupações diversas além da agropecuária, sendo 30 carpinteiros, 18 alfaiates, 18 tecelões, 16 ferreiros, 11 sapateiros, oito seleiros, quatro ourives, quatro músicos, quatro pedreiros, um pintor e sete sacerdotes (MULLER, 1923).

O Censo de 1872 apontou a diversificação não só no município de Franca, como nas demais localidades que compunham o seu território original, além do maior florescimento de atividades urbanas. Excluindo-se os habitantes classificados como “sem profissão”, onde estavam incluídos as crianças e os idosos, observamos que quase metade da população livre e  $\frac{1}{4}$  da escrava desenvolvia atividades não ligadas diretamente a agro-pecuária. Exerciam ocupações manuais especializadas, como as chamadas “profissões manufatureiras ou mecânicas” e ocupações manuais não especializadas como os criados e jornaleiros e, entre os livres, havia também os que se dedicavam às ocupações liberais.

**Tabela 1.6- População, segundo condição social em relação às profissões. Batatais, Cajuru e Franca, 1872**

Profissões	Municípios						Total
	Batatais		Cajuru		Franca		
	Livres*	Escravos	Livres*	Escravos	Livres*	Escravos	
Profissões Liberais	25		12		60		97
Artistas	122		50		57	11	240
Militares	12		2		22		36
Pescadores	46	18					64
Capitalistas e Operários	24		19		8		51
Profissões Industriais e Comercias	88		37		231		356
Costureiras	294	227	83	7	481	67	1.159
Profissões Manufatureiras ou Mecânicas	564	141	127	29	324	120	1.305
Lavradores	2.456	1.093	2.085	693	4.991	2.020	13.338
Criadores	31		5		91		127
Criados e Jornaleiros (assalariados)	283	166	60	20	1.113	124	1.766
Serviços Domésticos	1.109	83	934	46	2.169	358	4.699
Sem Profissão	4.041	432	3.286	108	8.474	698	17.039
Total	9.095	2.160	6.700	903	18.021	3.398	40.277

Fonte: Recenseamento Geral do Império 1872.

(\*) Na condição social livre estão inclusos os estrangeiros.

O Almanaque da Província de São Paulo para 1873 menciona a existência de seis advogados, dois farmacêuticos, 84 fazendeiros, 12 negociantes de fazendas, ferragens, armarinho, molhados e louças, seis armazéns de sal, oito armazéns de molhados e 17 armazéns de molhados e gêneros do país. No setor de *artes, indústrias e ofícios* arrolou três alfaiates, dois caldeiros, quatro carpinteiros, dois ferradores, quatro ferreiros, dois marceneiros, seis sapateiros, quatro seleiros<sup>49</sup>.

Em 1886, poucos anos antes da abolição da escravidão, com o município de Franca com sua superfície reduzida, devido a novos desmembramentos territoriais que resultaram nos municípios de Igarapava (1873), de Patrocínio Paulista (1885) e Ituverava (1885), um novo levantamento realizado na Província de São Paulo dava conta de que em Franca havia uma *grande criação de bovinos* (cerca de 12.000 cabeças ao ano), eqüinos e muares (duas a três mil cabeças); o café produzido alcançara no ano 900.000 kg, o açúcar 60.000 Kg e o fumo 37.500 kg.

<sup>49</sup> Para Batatais, o mesmo almanaque arrolou dois farmacêuticos, um advogado, 12 negociantes, 37 criadores de gado, cinco fazendeiros de cana de açúcar e criadores de gado, um fazendeiro de cana de açúcar e um de café e criador de gado e sete fazendeiros. No comércio, somavam-se 11 negociantes e 19 pessoas no setor de artes, indústrias e ofícios.

Havia também uma colheita razoável de cereais. Nessa época, Franca possuía 28 lojas de fazendas, 134 armazéns de molhados e gêneros do país, sete armazéns de café e sal, sete farmácias, dois hotéis, seis açougues, duas fábricas de cerveja, quatro padarias, quatro ourivesarias, dez sapatarias, seis selarias, um engenho central de açúcar, duas tipografias, duas marcenarias e outras oficinas diversas. Às vésperas da abolição, Franca ainda continuava um ponto importante de ligação entre a Província de São Paulo e as Províncias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, tendo sido alcançada pelos trilhos da estrada de ferro Mogiana a partir de 1887:

A maior parte dos 4 milhões de litros de sal adquiridos por Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso é transportada pela estrada de Franca além dos 8.000 volumes de importados que também passavam por ela (RELATÓRIO, 1888, p.374).

Tais informações atestaram que no município de Franca, paralelamente à atividade agropecuária, havia uma atividade comercial dinâmica, que envolvia também o tropeirismo, além de várias oficinas artesanais. Atividades essas que empregaram o trabalho escravo foram se ampliando no decorrer do tempo e desenhando um perfil mais urbanizado à antiga Vila Franca do Imperador:

Ao longo do século XIX, as práticas econômicas em Franca, foram sofrendo modificações no sentido de ampliar as atividades já existentes (pecuária, agricultura e comércio), além de incluir novos experimentos como engenhos de açúcar e plantações de café. (...) A diversificação da estrutura produtiva predominava nas propriedades dos pequenos e grandes produtores. O contínuo processo de ampliação das atividades econômicas inclui as transformações ocorridas no meio urbano, muitas delas com vínculo direto com a zona rural. O destaque fica para as oficinas de confecção de selas, arreios, laços e outros manufaturados em couro, que atendiam os fazendeiros, que por sua vez eram os fornecedores da principal matéria-prima: couro do gado bovino. Incluindo os curtumeiros e sapateiros, várias pessoas mantinham atividades profissionais vinculadas à pecuária (OLIVEIRA, 2006, p.3).

Em princípios da década de 1880, *O Nono Districto* trazia o preço de alguns produtos comercializados na praça de Franca: sal (de 37 Ks por 7\$000), café (de 15 Ks por 4\$500),

açúcar (de 15 Ks por 7\$000), sola *crioula* (7\$000) e o fumo (carga por 12\$000)<sup>50</sup> (*O Nono Districto*, 05/10/1882)<sup>51</sup>.

A entrada da cafeicultura no norte paulista se deu em um momento de evidente crise do trabalho escravo<sup>52</sup>, resultado das leis emancipacionistas e dos movimentos abolicionistas da época<sup>53</sup>. Nas vésperas da abolição, o acentuado aumento na produção de café (que passou de 211 arrobas em 1836 para 60.000 arrobas em 1886), ainda era inferior aos montantes produzidos em outras localidades cafeeiras paulistas.

O avanço da cafeicultura em Franca foi mais tímido do que o verificado em Ribeirão Preto, o que poderia ser explicado pelo tipo de solo francano (latossol vermelho-amarelo) inferior e menos produtivo do que a *terra roxa* (latossol roxo) ribeirão-pretana. De qualquer forma, as terras cobertas de matas que não haviam sido ainda utilizadas passaram a dar lugar aos cafezais.

De acordo com Monbeig (1984, p.185), a necessidade de expandir as lavouras levou até mesmo à utilização de terras menos férteis do que a roxa para o plantio de novos talhões. No entanto, grande parte das fazendas preservava áreas de matas, seja para futura expansão dos cafezais, seja como reserva de madeira utilizada nas edificações locais. Paralelamente, espaço considerável das propriedades não podia ser ocupado pela cafeicultura, principalmente devido às condições do solo ou à topografia desfavoráveis. À exceção dos cerrados, que somente viriam a ser cultivados comercialmente após a II Grande Guerra, as áreas excedentes da cafeicultura foram amplamente exploradas por atividades complementares e efetivamente lucrativas (BACELLAR in BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.114-115).

---

<sup>50</sup> Ks = quilogramas, sendo 37 kg o peso da bruaca de sal na região e 15 kg o arredondamento do peso de uma arroba. Crioula significa que foi produzida localmente, em oposição ao mesmo produto que é também adquirido de outras regiões. Gostaria de agradecer Cristiano Corte Restituti por sanar minhas dúvidas em relação às medidas e termos usados na época.

<sup>51</sup> Entre os anos de 1882 e 1883, *O Nono Districto* não incluiu ou excluiu outros produtos de sua lista de mercadorias comercializadas em Franca (e seus respectivos preços).

<sup>52</sup> Ao que parece, os fazendeiros já estavam em busca de alternativas de substituição do braço escravo, no entanto, não sabemos se obtiveram êxito. “(...) Manuel Pereira Caetano, ofereceu terras de sua propriedade, às margens do rio Grande, junto à ponte de Jaguará, em construção, para receber imigrantes do Sul dos Estados Unidos, que estavam chegando ao Brasil depois da Guerra de Secessão” (EVANGELISTA, 1990, p.36).

<sup>53</sup> Segundo Evangelista, os movimentos abolicionistas tomaram corpo somente na década de 1880. O Partido Liberal tomou a luta pela abolição sua bandeira partidária e em 1882 foi fundado o jornal “Nono Districto” que não aceitava anúncios sobre escravos fugidos. Antes disso, em 1870, o juiz municipal Dr. Venâncio Gomes da Costa “o Onça” concedeu liberdade aos cativos listados no inventário do fazendeiro Antonio Alves Branquinho apoiando-se na lei de 1850 que proibia a entrada de escravos no Brasil e declarava livres os introduzidos

A existência de campos e matos, que provavelmente seriam aproveitados pela cafeicultura, aparece nos inventários da época. O de Heitor de Paula Silveira, aberto em 1870, dentre os seus bens arrolados encontravam-se uma parte no engenho de serra, madeiras serradas, uma casa de carpinteiro com três lances, *uma parte de terra aquém das Canoas de campo e mato*, ou seja, podemos aventar que nas propriedades desse senhor de 13 escravos havia áreas ainda inexploradas, cobertas de *mato*. Dentre seus pertences, Manoel de Mendonça Ribeiro também teve inventariada *uma porção de madeiras lavradas e no mato*, no ano de 1862.

A vinda da ferrovia, primeiro em Batatais em 1886, e em Franca um ano depois, alavancou a cafeicultura nesses municípios. A entrada do café em escala comercial e de novos atores nesse contexto socioeconômico, fazendeiros capitalistas e imigrantes estrangeiros, em busca de terras para a expansão do café não iria solapar a agropecuária voltada ao abastecimento interno, já estabelecida de longa data no norte paulista<sup>54</sup>.

Na passagem do século XIX para o XX observaram-se transformações econômicas, mudanças sociais, políticas e demográficas em Franca.

Novos cenários e novos atores contribuíram para modificar o quadro tradicional da sociedade francana: além da chegada da ferrovia (1887), do fim da escravidão (1888), intensificaram-se os processos de urbanização, avanços dos meios de comunicação e de transporte e a expansão do setor de comércio e serviços<sup>55</sup>. Somaram-se as transformações políticas com a Proclamação da República (1889) e a entrada de novos imigrantes nacionais e estrangeiros (principalmente italianos) a partir dos anos 1880.

Por si só, a chegada da ferrovia já deve ter provocado maior movimentação na área urbana de Franca. Para fazer o transporte da Igreja Matriz até a estação ferroviária foi

---

irregularmente. A decisão provocou a reação de outros que se sentiram prejudicados e a cidade foi invadida entre 2 e 9 de dezembro de 1870 (EVANGELISTA, 1990, p.37).

<sup>54</sup> GARAVAZO faz semelhante afirmação para Batatais (2006, p.69).

<sup>55</sup> Os setores de comércio e serviços que se desenvolveram na região foram o de serviços sanitários, educacionais e artísticos, que passaram a ser oferecidos à população principalmente urbana. Para elucidar esta expansão apresentamos os seguintes dados retirados do Almanaque Histórico da Franca (1943): inauguração do Teatro Santa Clara (1874), chegada da estrada de ferro (1877), início da chegada de imigrantes italianos (1877), inauguração de um colégio feminino dirigido por freiras (1888), primeira canalização de água (1894), fundação da Santa Casa de Misericórdia (1895), primeira instalação do Serviço Telefônico (1902), inaugurada a iluminação por eletricidade (1904). Ainda que muitos desses serviços fossem precários e não funcionassem efetivamente, não deixam de ser indicativos de mudanças e tentativas de melhoria na área urbana

implantada uma linha de bonde (afinal a ladeira era bastante íngreme para se chegar à estação).

Em 1890 o aumento da demanda local e regional refletia-se no comércio, que registrou 124 negociantes de todas as espécies que pagaram direitos na cidade de Franca e seu município. Além de um restaurante, um hotel, uma venda de sola e uma fábrica de cerveja, foram listadas quatro boticas, dois armarinhos e 114 gêneros do país, aguardente e molhados, ferragens, sal, corte de sapatos, drogas, fazendas, café, açougue de gado, bilhar, víspora. Nesse mesmo ano, no lançamento de todas as oficinas que eram obrigadas a pagarem direitos, de um total de 60, as mais numerosas eram 17 oficinas de seleiro (28,33%) e nove de sapateiro (15%), lembrando que se utilizavam basicamente o couro como matéria prima (OLIVEIRA, 1997, p.66).

A chegada do café, no final desse século, não desbancou as atividades tradicionais, principalmente a criação de gado vacum. Os vínculos com os mercados de cidades circunvizinhas permaneceram, e com outras localidades paulistas se estreitaram através dos trilhos da estrada de ferro Alta Mogiana.

As oficinas que manufaturavam couro e os curtumes persistiram e a indústria de calçados despontou como uma das principais atividades econômicas da cidade ao longo do século XX.

Se para os (ex) proprietários escravistas, o fim de escravidão não os impediu de continuar e ampliar suas atividades, o mesmo não deve ter se passado com os ex escravos. O difícil acesso à terra e à estabilidade no trabalho, muitas vezes resultado das condições de exploração da força de trabalho dos ex escravos, certamente foram fatores que dificultaram a vida das famílias formadas ainda nos tempos do cativo (XAVIER, 1996; CASTRO, 1998; RIOS; MATTOS, 2005). Ainda que estudar esta temática seja fascinante, devemos nos ater ao recorte temporal e à temática proposta neste trabalho: a demografia e família escrava.

---

(NASCIMENTO; MOREIRA, 1943).

## Capítulo 2 – Domicílios e moradores

Em 1836, no fogo um do distrito da Vila de Franca do Imperador viviam o alferes Luis José Fradique de 46 anos, natural de Minas Gerais, com sua mulher Rita, de 43 anos, seus sete filhos e três escravos: Felis, africano de 18 anos, Teresa, com 30 anos e Joaquina, com 18 anos. Quando Luis José faleceu por volta de 1854, o tráfico transatlântico de africanos já havia sido extinto, a escravaria arrolada no seu inventário era toda crioula e continuava pequena, mas os escravos eram outros: Antonio, carapina casado com Maria; Rafael, com 18 anos e Maria Jacob, com 25 anos. Provavelmente, uma dessas Marias fosse filha “natural” de Luiza Cambinda, escrava de Luis José Fradique, levada à pia batismal em 1828.

Estudos realizados têm mostrado que, nas áreas cuja economia encontrava-se alicerçada no abastecimento interno predominavam as pequenas posses de escravos, os livres superavam os cativos no total da população, dentre esses os africanos não eram majoritários. Nessas áreas o desequilíbrio entre homens e mulheres escravas era menor, eles casavam-se menos e a proporção de filhos “naturais” era mais elevada que os escravos das *plantations*. Nas áreas voltadas para o abastecimento interno havia uma proporção significativa de crianças, o que é indicativo de que o crescimento vegetativo tinha uma participação significativa na reprodução da sua escravaria.

Em contraste com os proprietários de escravos que produziram café e açúcar [em São Paulo], os produtores de gêneros alimentícios com cativos tinham em geral plantéis pequenos. Os que possuíam cinco cativos ou menos representavam dois terços dos agricultores com escravos nesse setor. Evidentemente, havia alguns grandes proprietários de escravos, mas, de modo geral, 80% dos cativos empregados na produção de alimentos pertenciam a unidades com menos de vinte escravos e o índice de Gini para os proprietários de escravos nessa área era relativamente baixo: 0,52 (LUNA; KLEIN, 2005, p.110).

A possibilidade de reprodução natural entre a população escrava inserida em economias não voltadas para a agricultura mono-exportadora foi destacada por Gutiérrez (1987) em sua análise sobre a população escrava na capitania/província do Paraná, no começo do século XIX. O elevado número de nascimentos e o perfil jovem da população cativa indicam que o crescimento desse segmento deveu-se à reprodução natural entre os mesmos.

Botelho (1994; 1998) em seu estudo sobre Montes Claros - MG no século XIX, também atentou para o crescimento vegetativo da população escrava, assim como Marcondes e Garavazo (2002) ao analisarem a estrutura de posse cativa em Batatais-SP em meados da década de 1870. Como já salientado, Paiva e Libby (1995) também chamaram a atenção para as regiões em Minas Gerais que não se alimentaram exclusivamente do tráfico internacional (ou do comércio interno de escravos), uma vez que os nascimentos também foram responsáveis para a manutenção de escravarias, ao menos até 1872.

Outros autores, por sua vez, têm enfatizado o papel crucial do tráfico de escravos (internacional e interno) para a manutenção e expansão da população escrava<sup>56</sup>. O debate entre as duas perspectivas historiográficas acerca da reprodução entre os cativos tem sido especialmente intenso no que diz respeito a Minas Gerais, principal província escravista do Brasil no século XIX. Assinalamos a existência desse debate, mas não pretendemos retomá-lo aqui, já que ele está presente em uma série de outros trabalhos<sup>57</sup>.

No município de Franca, caracterizado pela criação de gado e produção de gêneros de subsistência, como se deu a reprodução da população escrava durante o século XIX? Quais os seus condicionantes? A reprodução natural e o tráfico de escravos estiveram presentes na manutenção e ampliação da escravaria em Franca? Em que proporção? Quais as características dessa população? Que papéis jogaram as diferentes variáveis demográficas? Qual tamanho e a composição da posse de cativos?

Na tentativa de responder a estas questões, passamos à análise das variáveis demográficas disponíveis nos levantamentos populacionais de 1836 e 1872, nos inventários *post mortem* e nos registros paroquiais de batismo, casamento e óbito. Diga-se de passagem, nem todas essas fontes foram produzidas com a preocupação demográfica *stricto sensu* e como salientou Henry (1977, p.11), “a análise dos fenômenos está pouco ligada ao tipo de documentos disponíveis” sendo necessário se adaptar à “diversidade de situações”.

Ao focalizar a evolução da população cativa ao longo do século XIX também é preciso levar em conta que durante esse século ocorreram no Brasil transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram profundamente a dinâmica demográfica desse segmento

---

<sup>56</sup> SLENES (1976); KLEIN (1987); FLORENTINO (1997).

populacional: o fim do tráfico atlântico de escravos, a transição para o trabalho livre, a expansão da cafeicultura e seus desdobramentos (o crescimento dos núcleos urbanos, a expansão da malha ferroviária e a imigração internacional). Na primeira metade do século XIX os escravistas tiveram oferta constante de mão de obra escrava oriunda da África, enfrentando poucas dificuldades para adquiri-la<sup>58</sup>.

Com a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que extinguiu o tráfico transatlântico de escravos, o tráfico interno passou a abastecer as áreas escravistas do Sudeste com cativos especialmente provenientes da região Nordeste. A migração de escravos das províncias do Nordeste para o Sudeste agroexportador perdurou até 1881, quando elevadas taxas de importação de cativos foram aprovadas pelas Assembléias Legislativas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, dificultando o tráfico interno (SLENES, 1976)<sup>59</sup>.

Durante a segunda metade do século XIX o Estado continuou a interferir mais diretamente na relação senhor-escravo através de leis referentes ao elemento servil. O decreto nacional n.1.695, de 15 de setembro de 1869, proibia a separação de escravos casados por venda. A lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como *Lei do Ventre Livre* ou *Rio Branco*, libertava os filhos de ventre escravo<sup>60</sup> e permitia ao cativo a formação de pecúlio, com o qual poderia comprar a sua liberdade<sup>61</sup>.

Uma nova lei de encaminhamento do processo de abolição, a de n.3.270, de 28 de setembro de 1885, também conhecida como *Lei dos Sexagenários* ou *Saraiva-Cotegipe*, tornou livre todos os escravos com 60 anos ou mais. Assim como a Lei do Ventre Livre, a

---

<sup>57</sup> Referências sobre o debate acerca da reprodução da população escrava em Minas Gerais encontram-se, dentre outros, em BOTELHO (1994; 1998); FREIRE (2008).

<sup>58</sup> Apesar de a Inglaterra pressionar o Brasil para a extinção do tráfico e ter conseguido que este fosse proibido formalmente em 1831, a importação de africanos manteve-se nas décadas de 1830 e 1840. Como exemplo (ainda que localizado), está o maior número de escravos adultos batizados na paróquia de Franca exatamente quando a entrada de africanos no Brasil já se encontrava “proibida”, ou seja, após 1831.

<sup>59</sup> Para maiores informações ver SLENES, 1976, p.124-125.

<sup>60</sup> A Lei estipulava que os filhos livres de ventre escravo (*ingênuos*) deveriam permanecer sob a tutela dos proprietários de suas mães até os oito anos, quando então, o senhor escolheria por se servir do trabalho dos ingênuos até seus 21 anos ou receber uma indenização do Estado e abrir mão dos serviços. A primeira opção foi majoritariamente escolhida entre os senhores (TEIXEIRA, 2006, p.12).

<sup>61</sup> O pecúlio só foi formalmente reconhecido nesta lei. Sobre o embate entre senhores e escravos em busca da liberdade do cativo nos tribunais da Corte nas últimas décadas da escravidão e a Lei do Ventre (que de certa forma incorporou relações sociais impostas pelos escravos ver CHALHOUB, 1990, p.151-161).

libertação deu-se de maneira condicional: o escravo beneficiado pela lei devia continuar servindo seu antigo proprietário por mais três anos ou até atingir 65 anos<sup>62</sup>.

Também é preciso considerar as alforrias que, compradas ou concedidas, eram um caminho possível para a liberdade e foram freqüentes no Brasil escravista do período. Elas implicavam a saída de pessoas do segmento escravo para o livre e, conseqüentemente, em alterações na estrutura e dinâmica demográfica destes segmentos.

Por fim, a extinção da escravidão ocorreu em 13 de maio de 1888 pelas mãos da princesa Isabel, sem indenização alguma para as partes envolvidas<sup>63</sup>. A combinação de tais aspectos teve impactos consideráveis na população escrava do período, o que nos remete de pronto à importância do papel desempenhado pelas instituições e relações sociais nas trajetórias demográficas de grupos específicos, neste caso, dos escravos.

Paralelamente às instituições, as estruturas e arranjos domiciliares e familiares também atuam no sentido de organizar a reprodução biológica e social dos indivíduos e grupos e por isso devem ser consideradas (KREAGER, 1986, ROWLAND, 2008).

No entanto, nossas fontes têm limitações que não nos permitem verificar na sua totalidade a estrutura domiciliar e familiar vivenciada pelos escravos. Resta-nos então trabalhar com as informações disponíveis que nos ajudem, ainda que parcialmente, a caracterizar o regime demográfico restrito da população escrava de Franca.

Iniciamos por analisar a composição dos domicílios francanos em 1836 e, em seguida, a estrutura da população escrava por sexo, idade, origem africana e crioula e suas mudanças no decorrer do século XIX. Ao mesmo tempo, realizamos um exercício de caráter metodológico, comparando informações censitárias referidas a momentos específicos (1836 e 1872) e informações coletadas em inventários *post mortem* abertos no ao longo do período analisado.

---

<sup>62</sup> As leis procuravam realizar a transição para o trabalho livre de forma lenta e gradual, delimitando as relações sociais entre (ex)escravos e senhores na sociedade livre (MENDONÇA, 2008).

<sup>63</sup> Após inúmeros embates entre senhores e escravos e entre abolicionistas e escravistas finalmente foi extinta a escravidão no Brasil. A Lei 13 de Maio libertou pouco mais de 700.000 cativos já que, de acordo com a matrícula de 1887, a população escrava no Brasil (de 15 a 59 anos) totalizava 723.175 cativos (SLENES, 1976, p.697-698).

## 2.1. Domicílios

A Lista Nominativa de 1836 oferece-nos uma série de informações quanto ao tamanho e à composição do domicílio<sup>64</sup>. Ao especificar qual tipo de relação que outras pessoas presentes no domicílio tinham com o chefe, permite identificar os arranjos domiciliares existentes, assim como os arranjos familiares entre os livres, as relações de dependência e subordinação estabelecidas entre as pessoas livres e o chefe<sup>65</sup>.

No caso de Franca, infelizmente as informações que poderiam nos ajudar a detectar a existência e as características da família escrava não existem nessa lista. Portanto, vamos nos ater ao tamanho e à composição do domicílio e da família de pessoas livres que compunham os domicílios com escravos. A família escrava, identificada através do cruzamento nominativo de fontes, será abordada nos capítulos subseqüentes. Dessa forma, esperamos compreender também um pouco mais as relações familiares e de convivência estabelecidas entre os segmentos populacionais que constituíam a sociedade local e avançar na caracterização do regime demográfico restrito da população escrava.

Dos 1.571 domicílios arrolados na Vila Franca do Imperador em 1836, 40,1% contavam com o braço escravo, proporção maior que em outras localidades paulistas para as quais dispomos de informação relativa às três primeiras décadas do século XIX. Em Sorocaba (1810), Areias (1829) e Ubatuba (1830) os escravos estavam presentes em 20,4%, 38% e 35% dos domicílios, respectivamente. Naquele momento a cafeicultura já estava presente em Areias e Ubatuba, mas em Sorocaba a agricultura de subsistência e as trocas comerciais imperavam<sup>66</sup>. Em 1829, considerando-se toda a Província de São Paulo, aproximadamente 30% dos domicílios possuíam escravos (LUNA, 1992, p.447).

Em relação ao número médio de pessoas nos domicílios, os valores encontrados para Franca e para outros municípios paulistas na primeira metade do século XIX mostram

---

<sup>64</sup> Em nossa dissertação de mestrado, a caracterização dos domicílios francanos arrolados na Lista Nominativa de 1836 foi amplamente trabalhada. Agora retomamos alguns dos resultados apresentados nessa dissertação e que interessam mais de perto ao escopo desta tese (CUNHA, 2005, p.81-101).

<sup>65</sup> Utilizamos domicílio como sinônimo de *fogo* (termo empregado nas listas nominativas de habitantes). Partimos da perspectiva de que domicílio e família constituem-se em dois conceitos diferenciados, uma vez que não fazem parte da família todos os membros coabitantes do domicílio (COSTA, 1982; SCOTT, 1987).

<sup>66</sup> Sobre Sorocaba ver BACELLAR, 2001, p.144; sobre Areias LUNA, 1992, p.447; sobre Ubatuba MARCÍLIO, 1986, p.134.

também algumas variações entre si, provavelmente relacionadas à economia desenvolvida no local (Quadro 2.1). Franca e Sorocaba apresentavam uma economia voltada para o mercado interno. Ubatuba passava por um rápido momento de crescimento da cafeicultura e Campinas era um grande produtor de cana-de-açúcar<sup>67</sup>. Já os valores relativos ao Vale do Paraíba dizem respeito a domicílios de elite, com 40 ou mais escravos.

**Quadro 2.1- Número médio de pessoas por domicílio. Municípios paulistas, 1810-1836**

Localidades	Nº Médio de Pessoas por Domicílio (Livres+Escravos)	Nº Médio de Pessoas Livres por Domicílio	Nº Médio de Pessoas Escravas por Domicílio
Franca (1836)	6,7	4,4	5,4
Sorocaba (1810) (a)	5,4	4,3	5,4
Ubatuba (1830) (b)	7,2	-	7,5
Ubatuba (1836)	8,9	-	-
Campinas (1829) (c)	8,9	3,5	14,7
Vale do Paraíba (1829) (d)	-	5,9	-
São Paulo e arredores (1829) (d)	-	3,8	-
Província de São Paulo (1836) (e)	7,2	4,6	-

Fontes: (a) BACELLAR, 2001, p.144 (Estimamos o total de domicílios (1.765) a partir de informações dadas pelo autor de que 20,4% (360) dos domicílios possuíam escravos, do número total de habitantes e de escravos em Sorocaba em 1810). (b) MARCÍLIO, 1986, p.105 (Número médio de escravos por domicílio em 1830) e p.139 (Número médio de pessoas por fogo em 1830 e 1836). (c) TEIXEIRA, 2004, p.93. (d) SCOTT, 1987, p.154. (Os valores referem-se aos livres presentes nos domicílios dos proprietários de 40 ou mais escravos, portanto, a elite proprietária do Vale do Paraíba e de São Paulo e arredores). (e) MARCÍLIO, 2000, p.97.

Metade dos domicílios de Franca tinha entre 2 e 8 moradores e, em média, apresentavam um número menor de pessoas (6,7) do que o encontrado para o conjunto da Província (7,2) e para as áreas agroexportadoras. Por outro lado, mostravam um valor maior do que em Sorocaba (5,4).

Obedecendo a uma recomendação do pai da Demografia Histórica, Louis Henry (1988), que vem sendo seguida pelos historiadores-demógrafos brasileiros, nossa análise dos domicílios francanos desagrega os domicílios em “com escravos” e “sem escravos”.

<sup>67</sup> Os números médios de escravos por domicílio apresentados para Franca, Sorocaba e Campinas consideraram apenas o total de domicílios com escravos.

(...) numa sociedade escravista, é lícito separar inicialmente os domicílios em duas grandes categorias, com ou sem escravos, e a partir daí, fazer as análises concernentes, inclusive verificar se a quantidade de escravos por fogo teria influência na organização familiar (SCOTT, 1987, p.92).

Em Franca, a maioria dos domicílios não era grande. No conjunto dos domicílios “sem escravos”, aproximadamente 3/4 tinha entre uma e cinco pessoas; os domicílios “com escravos”, os que apresentavam essa mesma composição de pessoas livres chegavam próximos a 2/3 do total.

O número médio de pessoas livres era um pouco menor nos sem escravos do que nos escravistas (4,2 e 4,8 respectivamente). Por sua vez, nesses últimos havia uma correlação direta entre o número de pessoas livres e o tamanho da escravaria, ou seja, na medida em que aumentava o número de pessoas livres o número médio de escravos também se ampliava (Tabelas 2.1 e 2.2).

**Tabela 2.1- Pessoas livres e escravas nos domicílios com e sem escravos. Franca, 1836**

Nº Pessoas Livres	Dom.*com Escravos	%	Nº Escravos	%	Nº Médio Escravos	Dom. sem Escravos	%
1-5	402	63,8	1806	53,2	4,5	690	73,3
6-10	203	32,2	1379	40,6	6,8	238	25,3
11 ou +	25	4,0	210	6,2	8,4	13	1,4
Total	630	100,0	3395	100,0	5,4	941	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. Dom.\* = Domicílios.

**Tabela 2.2- Pessoas escravas nos domicílios. Franca, 1836**

Nº Pessoas Escravas	Domicílios com Escravos	%
1-3	342	54,3
4-10	200	31,7
11-20	70	11,1
21 e +	18	2,9
Total	630	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

Nos domicílios escravistas, em razão dos chefes serem mais velhos (tinham em média seis anos a mais do que os chefes dos domicílios sem escravos, respectivamente 44 e 38 anos) e mais abastados<sup>68</sup>, podiam acolher parentes e agregados<sup>69</sup>. Possuir ou não escravos, como veremos a seguir, não alterou de modo significativo as estruturas familiares da população livre. As famílias com estruturas mais simples imperaram em Franca, assim como em toda a Província de São Paulo. A principal diferença ficava por conta do tamanho dos domicílios, como já discutido.

Os domicílios francanos eram predominantemente formados por casal com filhos; casal; viúvos (as) com filhos ou solteiros (as) com filhos, que juntos chegavam a 74,1% dos domicílios com escravos e a 79,0% nos sem escravos. A maior presença de pessoas aparentadas e agregadas, assim como de indivíduos sem relação explícita de parentesco com o chefe em domicílios com escravos pode explicar essa diferença na proporção de arranjos domiciliares simples entre os dois grupos (Tabela 2.3).

---

<sup>68</sup> Berkner “constatou que havia diferenças quanto à estrutura familiar segundo critérios econômicos, registrando que entre os mais abastados a porcentagem de famílias extensas era maior que em domicílios menos favorecidos” (BERKNER, 1972 *apud* SCOTT, 1987, p.75).

<sup>69</sup> No universo dos domicílios com escravos a média de outras pessoas livres (parentes ou agregados) foi de 0,22 (29 parentes do chefe e 80 agregados/camaradas). Nos domicílios sem escravos a média foi de 0,11 (20 pessoas aparentadas e 69 agregados) Na Lista Nominativa de Habitantes de 1836 informatizada que trabalhamos, os agregados e camaradas formam uma só categoria “agregados/camaradas”. Aqui agregamos a estes os fâmulos (criados, serviçais) em número de 31 nos domicílios com escravos e 10 nos domicílios sem escravos.

**Tabela 2.3- Composição dos domicílios segundo a presença ou não de escravos. Franca, 1836**

Composição dos Domicílios	Domicílios com Escravos		Composição dos Domicílios	Domicílios sem Escravos	
	Nº Absolutos	%		Nº Absolutos	%
C	88	14,0	C	173	18,4
C+F	320	50,8	C+F	488	51,9
C+F+PA	5	0,8	C+F+PA	3	0,3
C+F+PA+I	1	0,2	C+F+PA+I	1	0,1
C+F+PA+A	1	0,2	C+F+PA+A	0	0,0
C+F+A	15	2,4	C+F+A	14	1,5
C+F+I	1	0,2	C+F+I	1	0,1
C+I	38	6,0	C+I	36	3,8
C+I+A	1	0,2	C+I+A	2	0,2
C+A	5	0,8	C+A	5	0,5
C+PA	1	0,2	C+PA	2	0,2
CH	51	8,1	CH	63	6,7
CH+F	60	9,5	CH+F	82	8,7
CH+F+PA	3	0,5	CH+F+PA	2	0,2
CH+F+A	5	0,8	CH+F+A	7	0,7
CH+F+I	1	0,2	CH+F+I	0	0,0
CH+I	21	3,3	CH+I	42	4,5
CH+PA	3	0,5	CH+PA	4	0,4
CH+A	9	1,4	CH+A	14	1,5
CH+I+A	1	0,2	CH+I+A	1	0,1
CH+F+PA+A	0	0,0	CH+F+PA+A	1	0,1
Total	630	100,0	Total	941	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

C = Casal (chefe + cônjuge), CH = Chefe, F = Filho (a) do chefe, PA = Parente do chefe, I = Indivíduo sem relação explícita de parentesco com o chefe, A = Agregado/camarada.

A preponderância dos arranjos domiciliares mais simples não foi uma prerrogativa francana, eles foram maioria em muitas outras localidades paulistas. Motta mostrou igualmente a predominância desses arranjos domiciliares (casal, casal ou pessoa casada com cônjuge ausente ou indeterminado, mais filhos, viúvos ou solteiros com filhos) em Bananal nos anos de 1801 (86,4%), 1817 (79,4%) e 1829 (80,0%). Esse autor detectou também que os domicílios que chamou de singulares (constituídos por viúvos, solteiros ou casados solitários)

cresceram em proporção entre 1801 e 1829 (eram 6,8% em 1801 e chegaram a um quinto em 1817 e 1829) (MOTTA, 1999).

Marcílio evidenciou que na Província de São Paulo, no ano de 1828, os domicílios formados por casal, casal mais filhos, viúvos ou solteiros com filhos chegavam a 83,3% do total, sendo que os domicílios com escravos eram 74,4% e os sem escravos, 86,7%. Ao analisar as estruturas domiciliares e familiares na Capitania/Província de São Paulo entre 1798 e 1828, conclui que:

Quase três quartos de todos os domicílios paulistas, possuindo ou não escravos, eram constituídos por estruturas familiares simples: casais com ou sem filhos, pais ou mães que – viúvos, solteiros ou casados- dirigiam sós os seus fogos. Receber parentes próximos ou afastados em suas casas, ou conviver em um mesmo teto com vários núcleos familiares eram situações excepcionais e temporárias. O modelo do domicílio paulista antigo era o de uma casa, uma família. Esta era a regra, o padrão que se mantém e se acentua mesmo com a introdução do setor de agricultura da grande lavoura de exportação. Este sistema é recorrente e prevalecente em todas as regiões da capitania paulista (MARCÍLIO, 2000, p.102)

Os domicílios francanos com escravos nos quais o chefe era a única pessoa livre chegavam a 8,1%, dos mesmos; nos sem escravos, aqueles constituídos por chefes solitários apareciam ainda em menor proporção (6,7%)<sup>70</sup>. Tendência semelhante, mas em proporções diferentes, foi observada na Província como um todo: em 1828, 14,1% dos domicílios com escravos contavam com apenas uma pessoa e nos domicílios sem cativos, 4,7% (MARCÍLIO, 2000). Viver só não implicava necessariamente estar isolado geográfica e socialmente de outros livres, pelo menos em Franca, pois os chefes que não viviam na companhia de outros livres, tendo apenas escravos ao seu lado, residiam preferencialmente no distrito da Vila (29,4%)<sup>71</sup>. Os chefes solitários, em maior proporção ainda que os primeiros, viviam nos distritos mais povoados e “urbanizados”, o que ajudava no convívio social (23,8% nos

---

<sup>70</sup> Domicílios solitários: indivíduo só, viúvo (a), solteiro (a) ou com estado civil indeterminado.

<sup>71</sup> Dos 51 chefes de domicílios que viviam somente com seus escravos, 15 (29,4%) residiam no Distrito da Vila, 4 (7,8%) em Santa Bárbara, 9 (17,6%) no Chapadão, 6 (11,9%) no Carmo, 10 (19,6%) em Cana Verde e 7 (13,7%) em Cajuru. Quanto à ocupação, 23 eram lavradores, 1 criador, 2 fazendeiros, 3 ferreiros, 1 costureira, 1 clérigo, 1 padre, um agregado (roceiro), 2 homens que “viviam de seu negócio”, 1 mulher que “vivia de lavoura” e outra que “vivia de seu trabalho” (para os demais não há informação). Isto nos leva a considerar que possuir um ou mais escravos era uma garantia de manutenção da mão de obra e por que não de amparo na velhice, ou companhia, para os proprietários solteiros, casados ou viúvos cujos filhos já tinham partido do domicílio. Dentre

distritos da Vila e 28,6% no de Cana Verde)<sup>72</sup>. Em geral, exerciam atividades comerciais ou prestavam seus serviços (costureiras, seleiros, carpinteiros e jornaleiros)<sup>73</sup>.

Nessa época, os domicílios de famílias múltiplas em Franca eram apenas quatro, não chegando a 1% do total<sup>74</sup>. Embora essa proporção tenha variado no tempo e no espaço, outros estudos têm mostrado que ela nunca ultrapassou os dois dígitos em áreas da província paulista (MARCÍLIO, 2000; MOTTA, 1999).

**Tabela 2.4- Proprietários de escravos e escravos segundo tamanho da posse. Franca, 1836**

Tamanho da Posse	Proprietários	%	Escravos	%
1	165	26,2	165	4,9
2	98	15,6	196	5,8
3	79	12,5	236	7,0
4	47	7,5	188	5,5
5	42	6,7	210	6,2
1-5	431	68,4	995	29,3
6-10	111	17,6	833	24,5
11-20	70	11,1	992	29,2
21-40	15	2,4	399	11,8
41 e +	3	0,5	176	5,2
Total	630	100,0	3.395	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

Os domicílios com até 10 escravos agregavam 53,8% dos escravos em Franca e representavam 86% no conjunto daqueles domicílios (Tabela 2.4). Em 1832, Botelho (1994) encontrou  $\frac{3}{4}$  dos escravos de Montes Claros-MG vivendo em domicílios com até 10 cativos.

---

estes chefes, 18 eram solteiros, 26 viúvos, 1 não apresentava informação do estado conjugal e 6 casados, num total de 29 homens e 22 mulheres.

<sup>72</sup> De um total de 63 chefes (31 homens e 32 mulheres), 15 (23,8%) residiam no Distrito da Vila, 8 (12,7%) no Chapadão, 9 (14,3%) no Carmo, 18 (28,6%) em Cana Verde e 13 (20,6%) em Cajuru. Nenhum chefe solitário foi arrolado em Santa Bárbara. As ocupações listadas foram: 5 jornaleiros, 8 costureiras, 7 lavradores, 2 lavradoras, 1 carpinteiro, 1 negociante, 2 seleiros, 1 alfaiate, 1 agências, 1 oficial sapateiro, 1 vivia de seu trabalho e para os demais não constou informação da ocupação.

<sup>73</sup> Como exemplo, a costureira Maria Meneses Lima de 24 anos, preta e livre. Solteira, natural de Serrano, habitava um domicílio no Distrito de Cana Verde (Distrito 5, quarteirão 1, fogo 39) e vivia de seu ofício.

Já em Campinas-SP observamos exatamente o contrário: os domicílios com menos de 10 cativos continham 27,2% de todos os escravos em 1801; com a expansão das *plantations* em 1829, apenas 12,9% dos escravos estavam em domicílios que contavam com um a nove cativos (SLENES, 1999, p.71). De certa forma, nesse aspecto Franca ocupava uma posição intermediária entre aquele município mineiro e Campinas. Muito provavelmente a posição de Franca estava vinculada a uma maior relação que mantinha com as áreas agro-exportadoras, o que não ocorria com a mesma intensidade em Montes Claros.

De fato, a economia de abastecimento interno era mais ou menos rentável em virtude da proximidade de áreas agroexportadoras ou centros urbanos, o que proporcionava maiores ganhos aos produtores de gêneros de primeira necessidade, permitindo maior acesso ao braço escravo. Em Cunha, localidade do Vale do Paraíba paulista, por exemplo, apesar de sua participação restrita no mercado agroexportador (com menos de 5% de sua produção), os escravos eram quase metade no conjunto da população entre 1804-1829 e suas características demográficas assemelhavam-se às encontradas nas áreas de *plantation*. A proximidade com um pólo dinâmico da cafeicultura paulista e da capital contribuiu para o aquecimento da economia de Cunha e facilitou o acesso de seus produtores à mão-de-obra escrava (LUNA; KLEIN, 2005).

A significativa participação dos domicílios de Franca com reduzida posse escrava nos levou a pensar que as relações de convivência entre livres e escravos poderiam ser muito mais próximas do que nos locais em que as escravarias eram mais numerosas. Certamente não havia senzalas para poucos escravos, nem feitores acompanhando o trabalho. Dormir junto à casa do senhor deveria ser freqüente, assim como o contato mantido com a família senhorial.

Como em Franca a atividade criatória destacou-se, consideramos que boa parte dos domicílios escravistas estavam envolvidos nesta atividade. Para o escravo, a vida em uma fazenda de criação provavelmente significava viver mais disperso e isolado, o trabalho e as tarefas que envolviam a lida com o gado eram organizados de maneira mais flexível do que nos engenhos de açúcar e fazendas de café. O grau de controle que o proprietário poderia exercer sobre o trabalho cativo era também limitado pela dificuldade de implementação de um

---

<sup>74</sup> Definimos famílias múltiplas como aquelas que contavam com a presença de casais sós ou com filhos, viúvos com filhos solteiros com filhos mais a presença de parentes, ascendentes, descendentes ou colaterais, desde que

sistema de tarefas nas fazendas de criação. Nessas fazendas o trabalho exigido demandava menor esforço físico (o que não significou ter sido mais leve) e as ocupações dos escravos envolviam um grau de independência ausente na maioria dos engenhos de açúcar e fazendas de café. Nem por isso a intensidade de contato com a família do proprietário era menor, como ocorria nas *plantations* (HIGMAN, 1976).

A possibilidade dos escravos de posses menores viverem junto à família do senhor é confirmada por Castro (1998), com base em um processo crime de 1878, referente ao município de Campos-RJ<sup>75</sup>. A escrava Justina e três crianças cativas dormiam num quarto próximo à cozinha, na casa de Antonio Paes da Silva (o senhor). Justina tinha a chave de seu quarto, que permanecia trancado durante a noite, por dentro. Na cozinha dormiam dois outros escravos adultos, um deles filho de Justina. Apenas um escravo não dormia na casa do senhor, pois vivia com sua mãe forra e agregada em terras de Antonio Paes.

Em casa de Antonio Paes, todos pareciam conhecer suas obrigações. Não conheciam feitor, freqüentavam com naturalidade as ladainhas nas casas dos vizinhos e possuíam a chave de seus quartos, mas levantavam-se cedo, enquanto o senhor ainda dormia, para realizar suas tarefas de rotina, a tempo de se apresentarem a ele, no horário esperado, em busca de novas ordens (CASTRO, 1998, p.113).

Da perspectiva do senhor, ser um proprietário de escravos na sociedade colonial e imperial não apenas somava braços para o trabalho, contribuindo para o aumento da produção de um domicílio, mas também conferia *status* e diferenciação social<sup>76</sup>. O tamanho da escravaria contribuía para estabelecer o grau desse *status* entre os escravistas, assim como a intensidade dos contatos entre senhores e escravos.

---

sós, sem filhos (CUNHA, 2005, capítulo 3).

<sup>75</sup> Documentação judiciária. Corte de Apelação: escravos. Processos criminais. Caixa 1185, n.9. Arquivo Nacional *apud* CASTRO, 1998, p.112-115.

<sup>76</sup> Como constatou Bacellar, “a evolução das safras em geral era diferenciada caso houvesse ou não escravos na força de trabalho dos domicílios observados. O milho era o produto mais sensível à introdução do escravo no conjunto da mão de obra doméstica tendo sua safra média ampliada em cerca de 50%” (BACELLAR, 2001, p.151).

## 2.2. Os moradores

### 2.2.1. Características demográficas: primeira metade do século XIX

Em 1836, no vasto território do município de Franca viviam 10.370 pessoas, das quais 1/3 eram escravas (3.395). Segundo Muller (1923), Franca estava entre os nove municípios da Província de São Paulo com mais de 3.000 escravos e ocupava a oitava posição em número proporcional de escravos no conjunto da população (32,7%). Os municípios que possuíam mais escravos em São Paulo estavam vinculados à produção de açúcar ou café: Areias, Bananal, Campinas, Itu, Lorena, Piracicaba e Porto Feliz. A estes se somava a capital da Província, cuja economia absorvia também considerável número de escravos<sup>77</sup>. Outros municípios não vinculados à *plantation*, como Itapetininga e Sorocaba, apresentaram proporções de cativos em sua população bem inferiores ao verificado em Franca (respectivamente 15,5% e 23,7%).

Entre os cativos de Franca havia 134 homens para cada 100 mulheres. Esse desequilíbrio entre os sexos era menor que aquele encontrado nas áreas de agricultura de exportação para o mesmo ano. Em Piracicaba e Itu, por exemplo, onde predominava a lavoura canavieira, a razão de sexo entre os escravos era de 184 e 155, respectivamente; em Bananal e Areias, municípios cafeicultores do Vale do Paraíba, esta razão alcançou níveis ainda mais elevados, respectivamente a 237 e 197. Em áreas voltadas para o abastecimento interno, a razão de sexo entre os escravos assemelhavam-se ou eram menores que em Franca, como em Sorocaba (136), Iguape (119) e a capital (107). Embora em ambos os segmentos predominassem os homens, a proporção deles no conjunto dos cativos era bem maior do que no conjunto dos livres. Entre os livres de Franca a razão de sexo era de 107, bem mais próxima ao ponto de equilíbrio (MULLER, 1923).

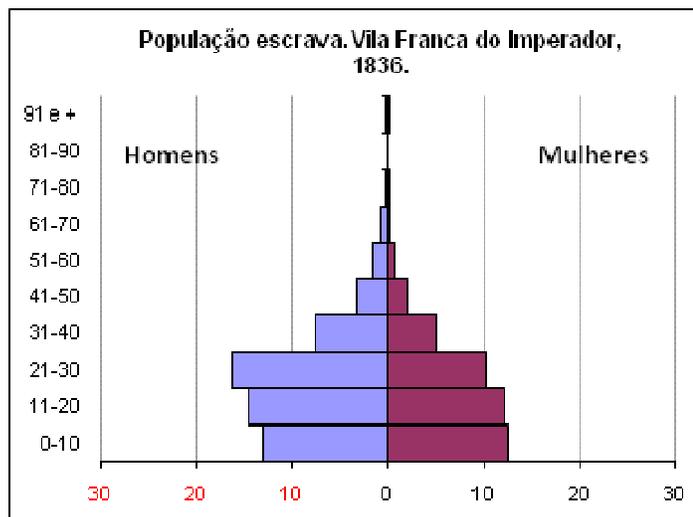
Como era de se esperar, a estrutura etária e por sexo da população escrava de Franca era muito diferente da população livre (Gráficos 2.1 e 2.2). O tráfico internacional e interno de escravos, que privilegiava homens em idades produtivas, contribuiu para modelar uma pirâmide etária com uma

---

<sup>77</sup> A porcentagem da população escrava no total de habitantes desses municípios era de 40,6%, 51,7%, 58,6%, 48,7%, 40,9%, 33,9%, 36,9% e 24,3% respectivamente.

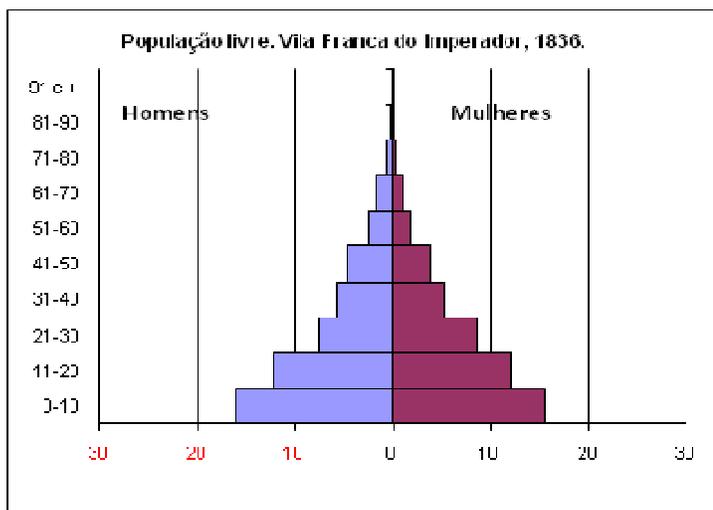
estrutura por sexo e idade que não se assemelhava a dos homens e mulheres livres. Em 1836, as crianças, entre zero e 10 anos de idade, representavam 25,5% desse segmento (no livre, eram 35,9%).

**Gráfico 2.1**



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

**Gráfico 2.2**



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

Os 395 inventários levantados pela pesquisa, que abrangem o período 1811-1850, arrolaram um total de 2.596 cativos<sup>78</sup>. A partir dos dados da Lista Nominativa de 1836 e dos inventários, as pirâmides etárias segundo a origem africana ou crioula demonstraram que, para a primeira metade do século XIX, tanto as informações coletadas em um momento específico do tempo (1836) como as coletadas no decorrer de quase 40 anos (1811-1850) apresentaram perfis semelhantes, ainda que apresentando valores e proporções diferentes.

Os homens representavam 54,9% dos escravos inventariados e as mulheres, 45,1%. Em outras palavras, para cada 100 mulheres escravas que aparecem nos inventários havia 122 homens. As crianças com até 10 anos representavam 28% dos cativos arrolados nos inventários (no censo, eram 25,5%). As diferenças entre os resultados apresentados pelas duas fontes certamente ficam por conta da seletividade embutida nos inventários (privilegiando aqueles que morreram proprietários). Por outro lado, por envolver a transmissão de bens, o inventário era mais rigoroso no arrolamento e na enumeração dos escravos, mas não necessariamente na caracterização dos mesmos.

No que tange à proporção de escravos de origem africana ou crioula, segundo sexo e idade, os dados censitários e os extraídos do conjunto dos inventários continuaram apresentando perfis parecidos para cada uma dessas origens.

Em 1836, dos 3.395 cativos de Franca a maioria era crioula (56,0%), mas a presença africana não era desprezível (32,7%). Para 12,3% não há informação quanto à origem. Os africanos eram 37,5% do total de escravos do sexo masculino e as africanas 24,0% das cativas do sexo feminino. Os escravos arrolados nos inventários no período 1811-1850 seguem a mesma tendência (28,5% eram africanos, 63,1% crioulos e para 8,5% não foi informada a naturalidade). Os africanos representavam 34,9% dos escravos e as africanas 20,7% das cativas.

Aqueles para os quais há identificação do local de procedência da África predominavam os do grupo banto (Angola, Benguela, Congo, Cabinda). No período entre 1811 e 1850, os provenientes da África Central ou Centro-Oeste Africano (Congo, Cabinda,

---

<sup>78</sup> Em razão do significativo número de inventários levantados, não foi possível realizar o cruzamento de dados afim de verificar se os escravos já haviam sido inventariados em algum outro momento, por exemplo, quando pertenciam a um (a) viúvo(a) poderiam ter sido listados/avaliados quando da morte do primeiro cônjuge falecido.

Monjolo, Muange) e de Angola (Benguela, Cassange, Rebolo, Angola) representavam mais da metade dos escravos inventariados. Na realidade, os bantos constituíam o principal grupo de africanos de toda província paulista. Aqueles designados como *da Costa* ou *de Nação* representavam 12% dos cativos.

As pirâmides etárias relativas aos africanos apresentam um perfil típico de população imigrante, com mais homens e com idade média bem mais elevada que entre os crioulos, respectivamente 36 e 19 anos<sup>79</sup>. O perfil da população crioula, por sua vez, mostrou-se bastante parecido com a da população livre (Gráficos 2.5, 2.6 e 2.2).

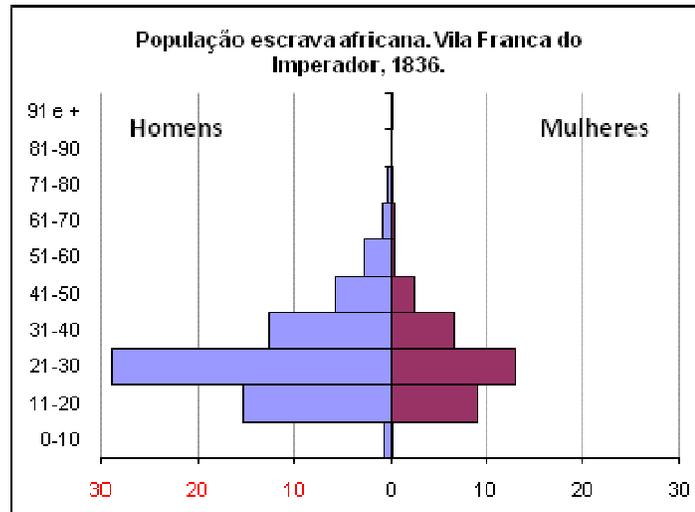
Se comparada às áreas onde a economia agro-exportadora predominou, o número de africanos em Franca era mais reduzido. No Vale do Paraíba paulista e Oeste Paulista, a proporção de africanos no total da população escrava chegou, em algumas localidades, a apresentar valores próximos a três quartos. Em Bananal (município produtor de café no Vale do Paraíba), 78,2% do total de cativos eram africanos em 1829 (MOTTA, 1999) e em Campinas, “em 1801, os africanos constituíam 70,1% dos cativos acima de 15 anos de idade. A proporção provavelmente se manteve próximo ou até superior a este patamar até o final do tráfico” (SLENES, 1999, p.71).

Outro cenário aparece em áreas voltadas para a produção de gêneros de subsistência, como Montes Claros, onde a participação dos africanos no total da população escrava foi de pouco mais de 20% em 1832 (BOTELHO, 1994).

---

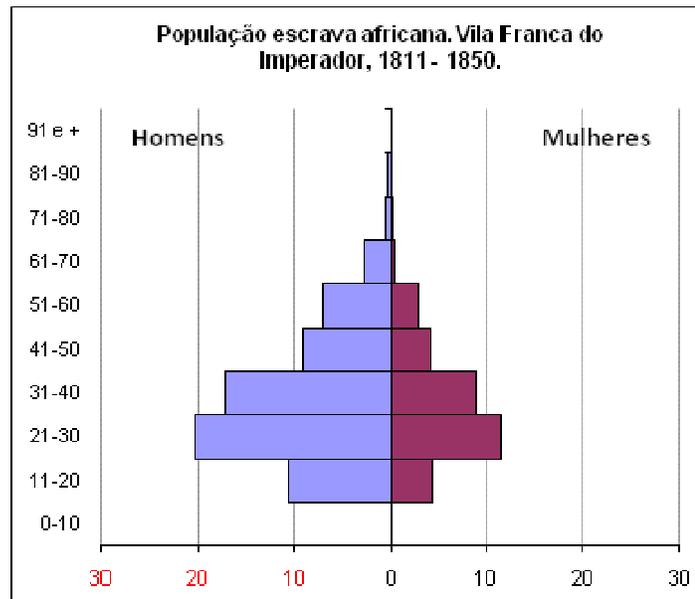
<sup>79</sup> As idades médias se referem ao período 1811-1850.

Gráfico 2.3



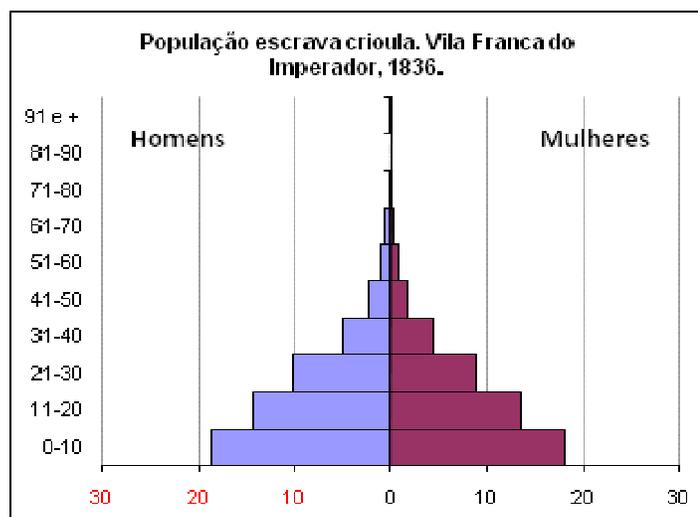
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

Gráfico 2.4



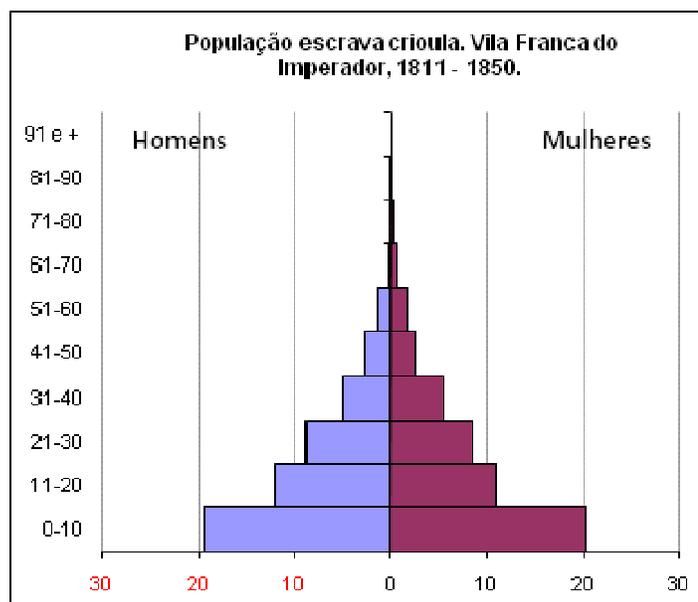
Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

Gráfico 2.5



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

Gráfico 2.6



Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

No tocante à naturalidade dos escravos nascidos no Brasil, no censo de 1836 há referências genéricas como *crioulo(a)* ou *Brasil* e indicações da província de origem: Minas Gerais (15,2% do total geral) e de São Paulo (21,2%). Os escravos do sexo masculino nascidos na Província de São Paulo (inclusive Franca) eram 18,8% e em Minas Gerais 14,8%. As cativas naturais de Franca ultrapassavam, em números absolutos e proporcionais, seus pares homens. A porcentagem de mulheres provenientes de São Paulo chegava a 24,3% e as naturais de Minas Gerais a 15,8% do total da população cativa feminina.

**Tabela 2.5- População escrava segundo naturalidade e sexo. Franca, 1836**

Naturalidade	Homens	Mulheres	S/I	Total
Prov. de São Paulo	365	353		718
Prov. de Minas Gerais	287	229		516
África	727	349	1	1.077
Crioulos/Brasil	353	315	1	668
S/I	210	206		416
Total	1.941	1.452	2	3.395

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. S/I = Sem informação.

Para a primeira metade do século XIX, os escrivães de Franca que se ocuparam em inventariar os escravos não nos forneceram informações quanto à naturalidade dos crioulos. Essa informação passou a ser mais recorrente nos inventários da segunda metade do mesmo século.

Como já salientamos, em 1854 foi realizado um novo levantamento populacional na Província de São Paulo que, no entanto, ficou incompleto e com lacunas. Dessa forma, a continuidade de nossa caracterização da população francana na segunda metade do século XIX foi efetuada através do Recenseamento Geral do Império de 1872 e dos dados resultantes do banco de dados oriundos dos inventários *post mortem* no período 1851-1888.

### **2.2.2. Características demográficas: segunda metade do século XIX**

O ano de 1850 — quando ocorreu a abolição do tráfico atlântico em virtude da Lei Eusébio de Queiroz — marcou um novo momento na demografia escrava. Após esse ano,

embora o tráfico ilegal possa ter introduzido novos africanos no território brasileiro, a reprodução da população escrava passou a depender sobretudo do crescimento vegetativo e do tráfico interno. A série de outras leis que encaminharam o processo abolicionista, promulgadas entre 1850 e 1888, assim como as grandes transformações sócio-econômicas observadas no país neste mesmo período, responderam por novas mudanças na demografia escrava. Franca não esteve alheia a esse processo.

Entre a realização dos levantamentos populacionais de 1836 e 1872, a Vila Franca do Imperador passou por uma série de desdobramentos territoriais. Para evitar que tais desdobramentos pudessem trazer distorções quando fosse necessário comparar as informações censitárias entre os dois momentos, utilizamos como recurso metodológico agregar, para 1872, os dados dos municípios que se desmembraram do de Franca durante esse período. Portanto, quando mencionarmos *antigo território de Franca* ou *território de Franca* estamos nos referindo às áreas dos municípios de Franca, Batatais e Cajuru conjuntamente. Caso contrário, ou seja, quando não houver essa referência, as informações dizem respeito apenas à área do município de Franca no início dos anos 1870.

Outro aspecto a considerar é que o Recenseamento Geral do Império de 1872, *por motivos imperiosos*, segundo as autoridades da época, só foi realizado na Província de São Paulo em 1874, ou seja, três anos após a Lei do Ventre Livre (1871). Embora a norma fosse considerar o ano de 1872 como referência na coleta das informações censitárias, parece não ter sido obedecida pelos recenseadores em Franca: entre os escravos só foram contabilizadas as crianças com 3 anos e mais. Precisamos estar atentos a isso. De qualquer forma, mesmo que os dados sejam relativos ao ano de 1874, a referência nessa tese será sempre o Recenseamento Geral do Império de 1872.

Em 1836, no território do município viviam 10.370 pessoas, das quais 1/3 eram escravas; quase quatro décadas após, encontravam-se 40.277 habitantes, dos quais 6.461 ainda eram cativos. Embora esses tenham quase que dobrado seu volume em relação a 1836, sua participação no total da população em 1872 reduziu-se para 16,0% (no município de Franca propriamente dito, para 15,9%).

**Tabela 2.6- População livre e escrava segundo sexo. Território original e município de Franca, 1872**

Franca	Homens	Mulheres	Total	Razão de Sexo
<b>Município</b>				
Livres	9340	8681	18021	107
Escravos	1809	1589	3398	114
<b>Território</b>				
Livres	17620	16196	33816	108
Escravos	3440	3201	6461	107

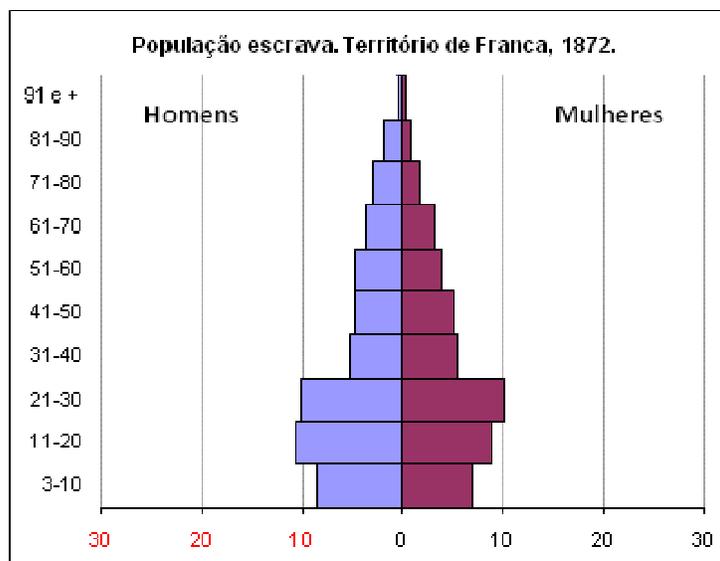
Fonte: Recenseamento Geral do Império 1872.

Em 1872, na população escrava recenseada no *território de Franca*, a proporção de homens apresentava-se menor que em 1836 (respectivamente 53,2% e 57,2%), e a razão de sexo baixou para 107 (em 1836 era de 134). A estrutura etária também se alterou muito em relação a 1836. Estava mais velha: a participação de crianças menores de 10 anos reduziu-se para 15,3%, principalmente devido à Lei do Ventre Livre (1871) e aumentou a proporção de escravos com mais de 50 anos<sup>80</sup>. A estrutura por sexo e idade da população livre ainda continuava apresentando diferenças relevantes em relação à dos cativos (Gráficos 2.7 a 2.9).

É preciso notar que na pirâmide etária dos escravos relativa ao censo de 1872 estão excluídas as crianças menores de 3 anos, enquanto na pirâmide elaborada a partir dos inventários *post-mortem* estão presentes as crianças nascidas antes da Lei do Ventre Livre.

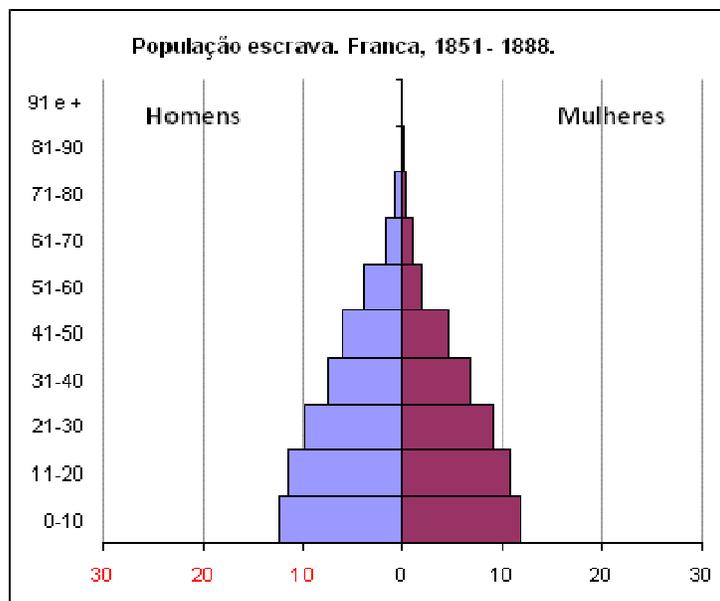
<sup>80</sup> As crianças com menos de 3 anos não foram contabilizadas no Recenseamento de 1872.

Gráfico 2.7



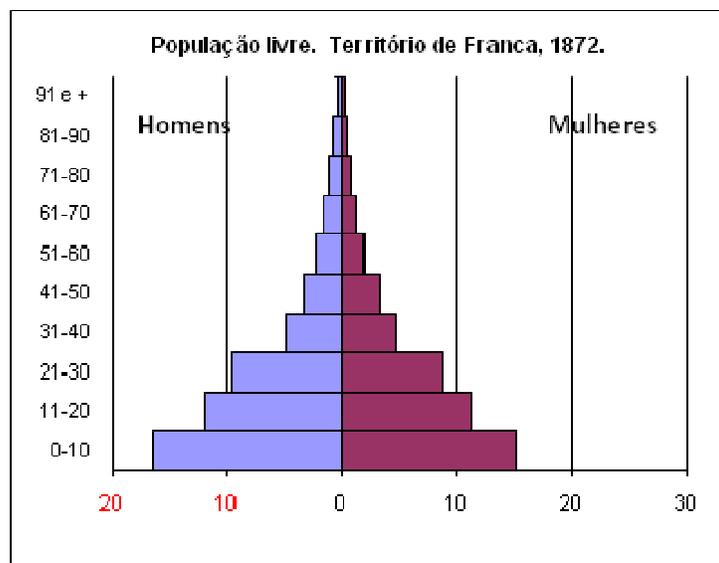
Fonte: Recenseamento Geral do Império 1872.

Gráfico 2.8



Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

Gráfico 2.9



Fonte: Recenseamento Geral do Império 1872.

Tomando apenas o município de Franca, verificamos que em 1872, estava entre os municípios mais populosos da Província de São Paulo. Dos 89 municípios existentes nessa ocasião (em 1836 eram 40), seis tinham uma população superior a 20.000 habitantes e Franca ocupava a quinta posição nessa classificação. Sua população livre era inferior apenas à paulistana e à de Itapetininga. Seus escravos representavam 2,2% dos cativos da Província - percentual inferior aos encontrados para os municípios de Campinas, Bananal, Piracicaba, Mogi Mirim, Guaratinguetá, Rio Claro, São Paulo, Pindamonhangaba, Taubaté, Itu e Sorocaba.

A proporção de cativos no total da população do município de Franca (15,9%) era superior à observada em Itapetininga (8,5%) e na capital, São Paulo (12,2%). No entanto, inferior a diversas outras localidades: Bananal (53,1%), Campinas (43,6%), Piracicaba (28,5%), Sorocaba (24,7%) e Mogi Mirim (23,3%).

No conjunto dos escravos do município de Franca, os homens predominavam em proporções semelhantes às encontradas para o antigo território, enquanto a proporção de crianças com até 10 anos apresentava-se um pouco maior no município que no território (16,5% e 15,3%, respectivamente).

Verificamos ainda que os escravos listados nos 339 inventários, entre 1851 e 1871, totalizavam 2.264 pessoas e que a estrutura por sexo variou em relação ao que apresentou o censo de 1872 (a razão de sexo ficou em 116 entre 1851-1871 e 107 em 1872 para o território de Franca).

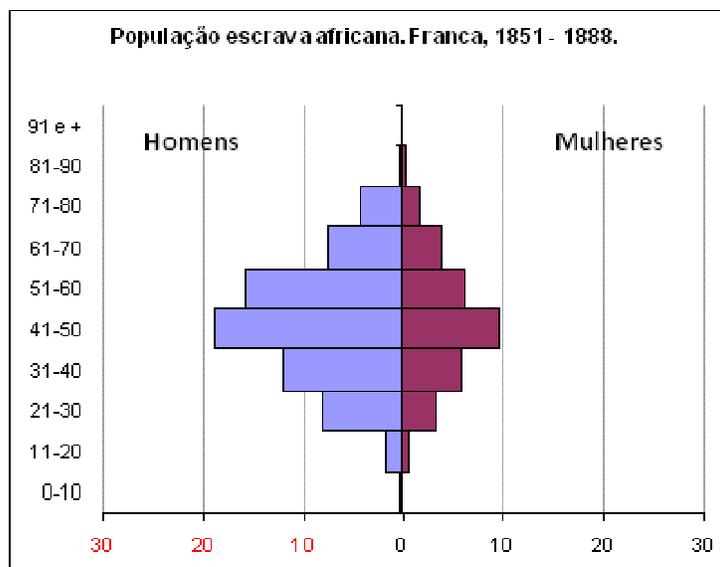
No período 1851-1871, a proporção de crianças com idade igual ou inferior a 10 anos mostrou um valor bem maior (30%). Esse valor está bem próximo ao que mostrou o conjunto dos inventários da primeira metade do século (28%).

É somente nos 166 inventários relativos ao período de 1872-1888 (que somam 924 escravos), que o impacto da Lei do Ventre Livre se faz sentir com mais vigor: as crianças com até 10 anos de idade inventariadas ocupavam apenas 10% no conjunto dos escravos arrolados nos inventários, certamente são os que nasceram antes de 1871. Nesse último período, 52,8% dos escravos eram do sexo masculino e 47,2% do feminino, com razão de sexo igual a 112.

No início dos anos 1870 havia no *antigo território* de Franca 482 escravos africanos. Em relação a 1836, sua participação no conjunto dos cativos havia caído para 7,5%. No município, os africanos contabilizavam 314, constituindo-se em 9,2% do total e entre os escravos inventariados respondiam por 14,6% do total de cativos no período 1851-1871. De acordo com o Recenseamento de 1872, a proporção de africanos no total da população escrava era de 18,4% em Bananal, 9,6% em Campinas, 8,0% em Itapetininga, 18,1% em Mogi Mirim, 22,3% em Piracicaba, 20,8% em Rio Claro e 13,1% em Sorocaba.

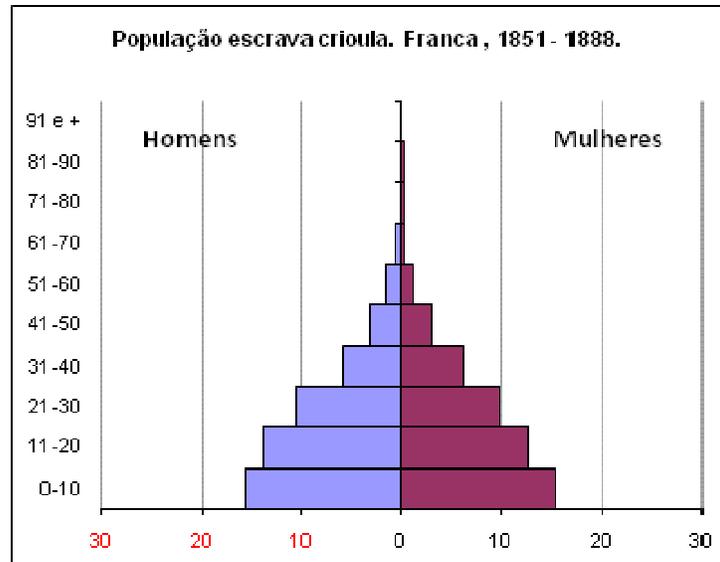
Apenas os inventários nos informam a procedência desses africanos. De um total de 330 escravos africanos, a procedência aparece em 217 casos: 82,4% vieram da Costa ou eram africanos *De Nação*; 8,8% procediam de Angola (Benguela, Rebolo, Cassange, Angola), 3,7%, do Congo e 1,8% de Moçambique.

Gráfico 2.10



Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

Gráfico 2.11



Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

Nos anos seguintes, entre 1872-1888, os africanos reduziram-se a apenas 6,0% dos inventariados, sendo os crioulos 75,3% e os sem declaração da origem mantiveram-se em 18,7%<sup>81</sup>. As informações quanto à localidade de origem são bastante lacônicas, apenas nove escravos foram mencionados de acordo com a procedência africana: dois Congos, dois Angolas, cinco *De Nação*.

Dentre os escravos nascidos no Brasil, no *antigo território de Franca*, 78% eram naturais da Província de São Paulo (o censo especifica apenas a província de origem e não o município); 12,4% eram oriundos do Nordeste, principalmente da Bahia (5,8%). Do Rio de Janeiro e de Minas Gerais procediam 6,4%. No município de Franca 80% eram escravos paulistas; os do nordeste 10,6%, do Rio de Janeiro e Minas Gerais (juntamente), 7,1%. Quanto à origem brasileira, os dados referentes aos inventários de 1872-1888 forneceram o local de nascimento para 233 crioulos, dos quais, 71,7% eram naturais de Franca e 23,2% de Minas Gerais. Havia ainda três crioulos naturais da Bahia, dois de Batatais, um de Campinas, um do Mato Grosso, um do Rio de Janeiro e três de São Paulo<sup>82</sup>. Raramente os inventários especificam a naturalidade brasileira dos escravos, muito provavelmente porque a grande maioria era nascida em Franca e região.

A Matrícula de Escravos de 1887 apontava a existência de 3.912 escravos no conjunto do território e 1.283 no município de Franca<sup>83</sup>.

Em 1886, a população do território original de Franca contava com 41.371 habitantes, sendo 10.040 no município de Franca. A participação de cativos no total da população do território declinou de 16,0% em 1872 para cerca de um décimo em 1887. Franca, em 1887,

---

<sup>81</sup> O declínio observado no período analisado deu-se em função não só da não reposição via tráfico transatlântico, mas também é efeito da mortalidade nesse segmento já envelhecido.

<sup>82</sup> Gostaríamos de chamar a atenção ao tráfico interno em Franca, segundo as escrituras de compra e venda de escravos foram negociados um total de 945 escravos (479 homens e 466 mulheres) entre 1825 e 1888. Mais de 90% das transações se deram entre 1860-1888 (BATISTA, 1998, p.109). Esse estudo constatou que 466 (65,7%) casos de compra e venda se deram entre moradores da localidade, ou seja, de comércio intra-municipal. Em 104 escrituras os moradores de Franca compraram ou venderam escravos de cidades mineiras, 13 de cidades goianas, 10 de cidades do Rio de Janeiro e 4 de cidades do Mato Grosso, totalizando 131 casos (18,5%). O tráfico intraprovincial respondeu por 66 (9,3%) transações e envolveu os municípios de Campinas, Sorocaba, Itu, Batatais, etc. Por fim, 46 casos (6,5%) envolveram moradores de outras localidades que estavam de passagem por Franca (sobrepondo-se os mineiros em 28 casos) (BATISTA, 1998, p.107).

<sup>83</sup> Entre 1872 e 1886 o município de Franca teve desmembrado de seu território três localidades: Igarapava (1873), Ituverava (1885) e Patrocínio Paulista (1885).

era o município do território original que mantinha a maior porcentagem de cativos no total da população (12,8% de sua população era composta por escravos), apesar de Batatais apresentar maior número absoluto de cativos em relação ao município de Franca.

A população escrava do conjunto do território em 1887 era composta por 54,3% de homens e 45,7% de mulheres, a razão de sexo ficou em 119 (no município, 115). O desequilíbrio entre homens e mulheres escravizados verificado em Franca não foi tão desigual quanto em áreas cafeeiras do Oeste Paulista. Nesse ano, em Campinas a razão de sexo foi de 213 e, em Rio Claro, 164; nas áreas açucareiras como Itu era 149 e Piracicaba, 144. Por outro lado, a população escrava masculina ainda se sobrepunha à feminina em 1887 (como o foi por todo o século XIX), diferentemente de Sorocaba e Itapetininga que já haviam atingido um pronunciado equilíbrio entre os sexos, com razão homem/mulher respectivamente de 101 e 99.

**Tabela 2.7- População escrava segundo sexo e razão de sexo. Municípios do antigo território de Franca, 1887**

Municípios	Pop. Escrava segundo Sexo/ %				Total	%	Razão de Sexo
	Homens	%	Mulheres	%			
Batatais	756	55,1	616	44,9	1.372	100,0	123
Cajuru	339	56,8	258	43,2	597	100,0	131
Franca	685	53,4	598	46,6	1.283	100,0	115
Igarapava	228	53,0	202	47,0	430	100,0	113
Ituverava	118	51,3	112	48,7	230	100,0	105
Patrocínio Paulista	S/I		S/I		S/I		S/I
Total	2.126	54,3	1.786	45,7	3.912	100,0	119

Fonte: Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística. São Paulo, Leroy King Bookwalter, Typographia King, 1888. S/I = Sem informação.

Em virtude da Lei do Ventre Livre, os menores de 16 anos não foram arrolados entre os escravos em 1887. No território de Franca, mais da metade dos escravos (54,3%) apresentaram idade entre 16 e 30 anos, valor significativo, indicando uma população jovem nascida em terras brasileiras, boa parte certamente natural do norte paulista. Sorocaba e Itapetininga foram as cidades paulistas que mais se aproximaram de Franca na proporção de escravos com menos de 30 anos, cerca de 50% em cada localidade. Em Campinas, apenas 28,4% dos cativos apresentaram idades inferiores a 30 anos; em Rio Claro essa proporção foi de 34,2%; em Itu, 42%; em Piracicaba, 41,5%.

Os resultados apresentados demonstraram a inter relação entre economia e estrutura da população. Ao prefaciá-lo seu trabalho, Higman (1976) afirmou que essas inter relações econômicas-demográficas são tão próximas que é difícil decidir se uma análise deve começar com a economia ou a população. Decidimos começar pela economia para contextualizar as atividades a que se dedicavam boa parte dos escravos de Franca. Em seguida, verificamos a estrutura da população por sexo, idade e naturalidade; comparando com outras localidades a fim de estabelecer diferenças ou semelhanças com áreas que tiveram atividades econômicas distintas (como as *plantations*) ou semelhantes.

Em princípios do século XIX a população escrava de Franca cresceu através da migração de africanos e crioulos vindos de Minas Gerais com seus donos, que expandiam as fronteiras agrícolas e de criação para terras paulistas<sup>84</sup>. Parte da riqueza já produzida em Minas Gerais, portanto, transferiu-se para Franca.

Desde então, a aquisição de novos escravos via tráfico atlântico e interno, e sobretudo o nascimento de crianças, contribuíram para a ampliação e manutenção das posses francanas. A população escrava do território de Franca praticamente dobrou de tamanho entre 1836 e 1872 (taxa de crescimento anual de 1,8% a.a.) (Tabela 2.8).

Ainda que o crescimento da população escrava no município tenha sido negativo entre 1836-1887 (em razão dos desmembramentos territoriais ocorridos), mostrou-se positivo no território original no mesmo período (0,3% a.a.), mesmo em menor grau do que toda a Província de São Paulo (0,5% a.a.), que passava por uma grande transformação nesse momento, por causa da expansão da agricultura de exportação do açúcar e do café.

Entre 1836 a 1886 a população livre no território de Franca quadruplicou em função do crescimento vegetativo, da migração e, em menor escala, pela incorporação de ex escravos alforriados ou beneficiados pelas leis abolicionistas.

Franca foi uma localidade que atraiu especialmente os livres, cujo incremento deu-se através do crescimento natural e da migração, e sempre se mostrou positivo entre 1836-1886. Não se igualou ao observado na Província paulista (3,5% a.a.), mas esteve próximo (3,4% a.a.).

**Tabela 2.8- Crescimento anual da população escrava. Município de Franca, território de Franca e total da Província de São Paulo, 1836, 1872 e 1887**

Local	Pop. 1836	Pop. 1872	Pop. 1887	Taxa anual 1836-72	Taxa anual 1872-87	Taxa anual 1836-87
Município de Franca	3.440	3.398	1.283	-0,03	-6,7	-1,9
Território de Franca	3.440	6.461	3.912	1,8	-3,5	0,3
Total da Província de São Paulo	83.883	156.612	106.971	1,8	-2,7	0,5

Fonte: Muller, 1923; Recenseamento Geral do Império, 1872; Relatório, 1888.

(\*) Total parcial, pois 11 municípios da Província de São Paulo não apresentam dados para a população desagregada segundo condição social. Nesta tabela, utilizamos os dados de Muller (1923) referentes a Franca em 1836 para fins comparativos com o total da província.

**Tabela 2.9- Crescimento anual da população livre. Município de Franca, território de Franca e total da Província de São Paulo, 1836, 1872 e 1887**

Local	Pop. 1836	Pop. 1872	Pop. 1886	Taxa Anual 1836-72	Taxa Anual 1872-86	Taxa Anual 1836-86
Município de Franca	7.224	18.021	8.757	2,6	-5,0	0,4
Território de Franca	7.224	33.816	37.459	4,4	0,7	3,4
Total da Província de São Paulo	200.129	680.742	1.102.454	3,5	3,5	3,5

Fonte: Muller, 1923; Recenseamento Geral do Império, 1872; Relatório, 1888.

Nesta tabela, utilizamos os dados de Muller (1923) referentes a Franca em 1836 para fins comparativos com o total da província.

A criação, na qual o gado vacum sobressaiu-se, a produção de gêneros de primeira necessidade, o comércio de sal e as atividades de tecelagem foram capazes de reter população escrava no decorrer do período analisado, mesmo com a expansão da cafeicultura em áreas mais pujantes como o Oeste Paulista.

Analisadas as características da estrutura da população cativa passamos agora a focalizar eventos que transformam essas categorias, principalmente o casar, o nascer e o morrer entre os escravos de Franca no decorrer do século XIX<sup>85</sup>.

<sup>84</sup> 75,5% dos domicílios com escravos em 1836 era chefiado por pessoas naturais de Minas Gerais.

<sup>85</sup> Sobre a migração ou mobilidade espacial dos cativos (outra variável da dinâmica demográfica) dispomos de pouca informação; pinceladas sobre esse fenômeno, no entanto, aparecem no decorrer da tese.

### 2.3. Nupcialidade

Os fenômenos do nascer, do morrer e, sobretudo o do casar refletem em intensidade e de maneira diversa o contexto social em que os segmentos populacionais se inserem.

A nupcialidade — entendida como a intensidade e o calendário das uniões (idade com que as pessoas ingressam no casamento) — é a “menos “natural” das variáveis demográficas, a mais suscetível às influências econômicas, sociais e culturais e também a menos receptiva a uma análise puramente demográfica” (ROWLAND, 2008, p.1, tradução nossa).

Para o estudo da nupcialidade, as informações disponíveis nas fontes aqui analisadas sobre as pessoas uma vez casadas (casados e viúvos) enumeram apenas os casamentos formalizados pela Igreja Católica. Consequentemente, nossa análise recairá sobre o matrimônio religioso entre os escravos; não sendo possível, portanto, alcançar as uniões consensuais duradouras ou esporádicas, prática muito comum tanto na população escrava como na população livre daquele tempo, mas difíceis de serem contabilizadas.

O matrimônio religioso (monogâmico e indissolúvel) significou o início de uma nova família (ou a formalização de uma já existente), calcada no reconhecimento de seus filhos como legítimos. Este modelo de família cristã, transposto à América Ibérica pelo clero católico, norteava a vida social de livres, escravos, negros, brancos, índios e mestiços. No entanto, as questões de ordem prática impossibilitavam sua efetivação, especialmente no tocante aos custos de uma cerimônia, à apresentação de licenças de impedimento (por parentesco, de que nunca foram casados), à ausência do clero ou às distâncias consideráveis que um pároco devia percorrer para atender seu “rebanho”. As dificuldades de acesso da população à assistência religiosa, inclusive, foi usada como justificativa para a elevação de Franca a freguesia (1805).

No caso específico da população escrava, interferiram obstáculos adicionais como, por exemplo, a vontade do escravo em se casar ou não na Igreja e a intromissão do senhor em formalizar ou não as uniões conjugais cativas.

De qualquer forma, o casamento formal apresentou-se como uma realidade a um número significativo de escravos, para os quais, inclusive, podia ser vantajoso. Além de um companheiro(a) para compartilhar alegrias e tristezas, havia a chance de conseguir uma

habitação própria (separada das senzalas) e até mesmo um pedaço de terra para cultivar seus alimentos (SLENES, 1999). Através das uniões conjugais os africanos buscavam estabelecer laços de parentesco que ajudassem a enfrentar as duras condições na nova terra e se integrar à comunidade escrava, uma vez que os nascidos no Brasil tinham maior probabilidade de participar de redes de sociabilidade já estabelecidas (COSTA, SLENES e SCHWARTZ, 1987). Em Franca observamos uma proporção maior de casamentos formais entre africanos do que entre crioulos, como veremos a seguir. O que, de certa forma, confirma a hipótese da busca de integração social através do casamento formal.

Por sua vez, a Província de São Paulo mostrou-se uma área peculiar no contexto brasileiro, por apresentar proporções significativas de escravos adultos casados (SLENES, 1999; LUNA; KLEIN, 2005). Para Slenes, isso ocorria em virtude dos escravos de São Paulo terem mais acesso ao casamento religioso pela disseminação da presença da Igreja Católica, ou seja, da disponibilidade de um grande contingente de párocos. Os escravistas de São Paulo também se preocupavam mais em casar seus escravos, pois viam o casamento como uma “instituição benéfica e moralizadora para todas as classes sociais” (SLENES, 1999, p.91).

Já no final do século XVIII o bispo de São Paulo D. Matheus de Abreu Pereira (cujo bispado se estendeu de 1796 a 1824), tinha como preocupação a criação de novas paróquias e o acréscimo de sacerdotes em diversos pontos do território<sup>86</sup>. Preocupação, aliás, que condiz com os imperativos da administração colonial: ampliar a agricultura voltada para exportação e garantir braços para suas lavouras através do casamento legítimo (diminuindo o abandono de lares e de crianças por um dos cônjuges). Assim, o projeto colonial e o da Igreja Católica confundiam-se.

As responsabilidades atribuídas aos párocos são assaz amplas, observa-se que não estão restritas ao plano espiritual. Há uma preocupação expressa com os costumes e a manutenção da estrutura familiar ao lado de uma expectativa de aprimoramento na parte doutrinária (GAETA, 1983, p.142).

---

<sup>86</sup> “O fomento religioso engendrado por D. Matheus cristalizou-se, num aumento efetivo, de sacerdotes, tanto que em 1808 São Paulo contava com cerca de quatrocentos e dezoito sacerdotes, quinze conventos com cinquenta e três religiosos. Contudo, D. Matheus não foi poupado pelos críticos que viam neste incremento sacerdotal uma massificação sem o devido preparo qualitativo” (GAETA, 1983, p.142).

Além do incremento do clero, o bispo D. Matheus acatou parcialmente uma ordem régia de 1806, solicitando que fossem abolidas as provisões de licença para casar tanto os escravos como os naturais do país. Seguramente o pagamento da provisão “inibia a constituição de matrimônios tão necessários na capitania, onde o fomento fisiocrático necessitava de braços para atuarem na agricultura”<sup>87</sup> (GAETA, 1983, p.149).

O governador enviou ofício ao bispo e este cienteificou-se da ordem régia; entretanto, as provisões continuaram a ser exigidas para “naturais do paiz”, sendo dispensadas somente aos escravos (GAETA, 1983, p.151).

Se a presença de padres era precária nos primeiros anos de 1800, com o desenrolar do tempo este problema parece ter sido amenizado no antigo Sertão dos Goiazes<sup>88</sup>. A elevação de outras localidades a freguesias que fizeram parte do território original de Franca, como Batatais (1815), Cajuru (1839), Ituverava (1847), Igarapava (1851) e Patrocínio Paulista (1874) permitiu uma maior assistência espiritual à população da Vila de Franca e seus distritos, o que pode ser confirmada pela série contínua de registros de casamentos ao longo dos oitocentos.

Entre 02 de junho de 1807 a 12 de maio de 1888 foram realizados 828 casamentos de escravos na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, com uma média aproximada de uma dezena de casamentos de escravos ao ano.

As atas trazem o local e data do evento, o nome dos nubentes, o nome do(s) proprietário(s), de duas testemunhas e do oficiante. Outras trazem ainda o horário da cerimônia, local de residência, a cor ou a origem (crioula ou africana) e estado conjugal anterior dos noivos. No entanto, esses documentos são desprovidos de outras informações tão a gosto do demógrafo: não trazem a idade ao casar dos nubentes, o que nos impossibilita analisar o calendário das uniões na população escrava. A naturalidade dos crioulos, e mesmo dos africanos, raramente é mencionada, assim como o nome dos pais dos nubentes. Através do cruzamento das fontes nominativas conseguimos visualizar essas variáveis para um grupo

---

<sup>87</sup> Segundo Martins, “em 1800 as provisões eclesiásticas (para casar) andavam em torno de 2\$400 réis, o que provocou reclamação geral” (MARTINS, 1996, p.45).

<sup>88</sup> Dentre os bens de Carlos Barbosa Magalhães (inventariado) consta uma menina crioula escravinha de nove meses ainda sem nome, listada como “pagam”, o que indica que ainda não havia sido batizada. Este foi o único caso a arrolar um(a) escravo(a) como “pagam” nos inventários *post mortem* analisados (Fonte: AHMF).

restrito de escravos, como veremos a seguir. Contudo, as atas de casamento dessa paróquia mostram como se davam as escolhas matrimoniais e indicam a sazonalidade dos matrimônios já analisadas em trabalho anterior (CUNHA, 2005, p.146).

As informações disponíveis na Lista Nominativa de 1836 revelam que as oportunidades dos escravos se unirem através do casamento formal não eram iguais às dos livres e nem semelhantes para todos os escravos. Da mesma forma, não eram as mesmas para homens e mulheres (Tabela 2.10). Uma razão de sexo mais elevada implicava, de pronto, que uma parcela da população masculina adulta cativa não encontrasse no interior de seu grupo uma parceira solteira para uma união estável. Buscar um parceiro ou parceira conjugal fora do grupo era raro. Dos 828 casamentos realizados na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, apenas 4,7% uniram uma pessoa escrava a uma liberta ou livre.

**Tabela 2.10- População escrava com 15 anos ou mais segundo estado conjugal e sexo. Franca, 1836**

Estado conjugal	Sexo				Total	%
	Homens	%	Mulheres	%		
Solteiro	929	68,2	490	54,4	1419	62,7
Casado	325	23,8	314	34,9	639	28,2
Viúvo	6	0,4	11	1,2	17	0,8
S/I	103	7,6	86	9,5	189	8,3
Total	1363	100,0	901	100,0	2264	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. S/I = Sem informação.

Considerando os escravos com 15 anos e mais de ambos os sexos recenseados em 1836, verificamos que 29,0% deles eram casados ou viúvos. Na população livre, nessa mesma faixa de idade, esse percentual é de aproximadamente 60%. Dentre os homens cativos 68,2% eram solteiros, 23,8% deles casados e 0,4% viúvos (em 7,6% de casos não há informação sobre o estado conjugal). Já a existência de parceiros elegíveis proporcionou às mulheres mais oportunidades que aos homens de se casarem (34,9% eram casadas e 1,2% viúvas) (Tabela 2.10).

Em Campinas, a porcentagem de escravos do sexo masculino maiores de 15 anos casados ou viúvos chegou a 30,1% em 1801 e a 23% em 1829. Para as mulheres do mesmo grupo etário, a participação das casadas ou viúvas foi de 58,2% em 1801 e 55,4% em 1829

(SLENES, 1999)<sup>89</sup>. A Vila Franca do Imperador de meados da década de 1830 diferenciou-se de forma mais acentuada de Campinas no que diz respeito às mulheres escravas casadas ou viúvas em 1829. Essa diferença esteve diretamente relacionada à razão de sexo entre os escravos com 15 anos ou mais, que foi significativamente superior em Campinas (razão de sexo de 192 em 1801 e 286 em 1829), do que em Franca em 1836 (razão de sexo de 151) (SLENES, 1999). Uma alta correlação entre a razão de sexo e a porcentagem de mulheres escravas casadas foi destacada por Luna e Klein (2005):

(...) o Oeste Paulista e o Vale do Paraíba em ambos os anos [1804 e 1829] tiveram razões de masculinidade muito superiores ao padrão da província como um todo e apresentaram percentagens igualmente elevadas de mulheres casadas. Por sua vez, as razões de masculinidade claramente se relacionaram com a participação dos escravos africanos na população escrava residente (LUNA; KLEIN, 2005, p.184).

Quando observamos a origem africana ou crioula entre os escravos com 15 anos ou mais segundo estado conjugal em 1836, verificamos que no conjunto dos africanos do sexo masculino 30,3% foram pelo menos alguma vez casados (casados ou viúvos) e, entre os crioulos, essa proporção foi de apenas 16,3%. No conjunto dos homens escravos alguma vez unidos, os africanos chegavam a 64,4% (os crioulos eram 26,3%) (Tabela 2.11). As mulheres cativas seguiam a mesma tendência, em proporções diferentes: as africanas casadas ou viúvas eram 46,9% do total de cativas de mesma origem e as crioulas, 29,1%. No entanto, entre as mulheres casadas ou viúvas, 48,3% eram africanas e 41,2% crioulas (Tabela 2.12).

**Tabela 2.11- População escrava masculina com 15 anos ou mais segundo origem e estado conjugal. Franca, 1836**

Origem	Solteiro		Estado conjugal		Casado		Viúvo		S/I		Total	%
		%		%		%		%		%		
Africana	468	66,5	209	29,7	4	0,6	23	3,3	704	100,0		
Crioula	420	78,5	85	15,9	2	0,4	28	5,2	535	100,0		
S/I	41	33,1	31	25,0	0	0,0	52	41,9	124	100,0		
<b>Total</b>	<b>929</b>	<b>68,2</b>	<b>325</b>	<b>23,8</b>	<b>6</b>	<b>0,4</b>	<b>103</b>	<b>7,6</b>	<b>1363</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. S/I = Sem informação.

<sup>89</sup> Entre a população escrava de Lorena em 1801, os casados ou viúvos chegavam a 33,4% (excluindo-se as crianças com 14 ou menos anos) (COSTA; SLENES; SCHWARTZ, 1987).

**Tabela 2.12- População escrava feminina com 15 anos ou mais segundo segundo origem e estado conjugal. Franca, 1836**

Origem	Estado conjugal		Estado conjugal		Estado conjugal		S/I	Estado conjugal		Total	%
	Solteiro	%	Casado	%	Viúvo	%		%	%		
Africana	156	46,6	151	45,1	6	1,8	22	6,6	335	100,0	
Crioula	311	67,5	129	28,0	5	1,1	16	3,5	461	100,0	
S/I	23	21,9	34	32,4	0	0,0	48	45,7	105	100,0	
Total	490	54,4	314	34,9	11	1,2	86	9,5	901	100,0	

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. S/I = Sem informação.

Assim, tais resultados reforçam a hipótese de que os africanos procuravam se casar a fim de estabelecer relações sociais que os ajudassem a sobreviver em uma terra estranha, como salientado. E provavelmente o senhor estaria mais interessado em casar os africanos para garantir a estabilidade da posse.

Neste sentido, não deixa de ser pertinente o diálogo que o viajante francês Auguste de Saint Hilaire travou com um escravo, em fins da década de 1810, que vivia solitário em uma plantação de milho em Minas Gerais:

[SH] - Você naturalmente se aborrece vivendo muito só no meio do mato?

[E] - Nossa casa não é muito afastada daqui; além disso eu trabalho.

[SH] - Você é da costa d'África; não sente algumas vezes saudade de sua terra?

[E] - Não: isto aqui é melhor; não tinha barba quando vim para cá; habituei-me com a vida que passo aqui.

[SH] - Mas aqui você é escravo: não pode jamais fazer o que quer.

[E] - Isto é desagradável, é verdade; mas o meu senhor é bom, me dá bastante de comer: ainda não me bateu seis vezes desde que me comprou, e me deixa tratar da minha roça. Trabalho para mim aos domingos; planto milho e *mandubis* (*arachis*), e com isso arranjo algum dinheiro.

[SH] - É casado?

[E] - Não: mas vou me casar dentro de pouco tempo; quando se fica assim, sempre só, o coração não vive satisfeito. Meu senhor me ofereceu primeiro uma crioula, mas não a quero mais: as crioulas desprezam os negros da costa. Vou me casar com outra mulher que a minha senhora acaba de comprar; essa é da minha terra e fala minha língua (SAINT HILAIRE, 1938, p.100).

Não sabemos se a cativa africana se curvou à vontade da senhora e do escravo, seu provável futuro marido. Tampouco se o escravo não queria mais a crioula primeiramente oferecida por seu senhor ou se não foi benquisto, mas podemos perceber que o casamento

exercia, ao menos em parte, a função de “satisfazer o coração” e de compartilhar experiências culturais e lingüísticas comuns.

Por falta de mulheres elegíveis entre os africanos, muitos deles acabaram por se unir às crioulas, embora a preferência dessas fossem os seus pares crioulos, acentuando o grau de homogamia nesse segmento. Nas atas de casamento muitos noivos e noivas não são identificados como africanos ou crioulos, mas como “pretos” e, em menor proporção, como “pardos”. Os pardos certamente são todos crioulos e aqui foram incluídos entre esses. Mas entre os pretos poderiam estar agregados os africanos e os nascidos no Brasil. Acreditamos que entre eles uma boa parte fosse africana, mas devido à proporção no total de noivos, e para evitar distorção na análise, optamos abrir na tabela um espaço para esta categoria (Tabela 2.13). Tais escolhas também estão presentes quando cruzamos a origem dos pais dos batizados (CUNHA, 2005). De um modo geral, as informações sobre as escolhas matrimoniais entre africanos e crioulos confirmam o que outros autores têm mostrado: sempre que possível a homogamia era uma prática vivenciada pelos africanos e, sobretudo, pelos crioulos (LUNA; COSTA, 1981).

**Tabela 2.13- Casamentos entre escravos e ex escravos segundo a origem. Paróquia de Franca, 1807-1888**

<i>Noiva</i> \ <i>Noivo</i>	Africano	Crioulo▪	Preto*	S/I	Total
Africana	28	12	1	3	44
Crioula▪	52	193	7	8	260
Preta*	-	-	274	1	275
S/I	11	16	11	211	249
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>221</b>	<b>293</b>	<b>223</b>	<b>828</b>

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de casamento 1807-1888.

S/I = Sem informação. ▪ Inclusive “pardos” e “mulatos”.

\*Não sabemos a origem dos escravos citados apenas como “pretos”.

Dos casamentos realizados na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca no período, a grande maioria (88%) uniu um escravo a uma escrava (Tabela 2.14). Se considerarmos apenas as uniões nas quais ambos os cônjuges eram escravos ou ao menos um deles, na Paróquia de Franca, teríamos um total de 751 uniões, das quais apenas 22 (2,9%) ocorreram entre escravos e ex escravos. Os ex escravos preferiam casar-se entre si (40 casamentos). Apenas 1,6% dos casamentos uniram escravos a pessoas livres. Os casamentos

de escravos com ex-cativos poderiam indicar que a liberdade desses últimos não encerrava seu contato com a comunidade escrava, uma vez que este era (re)estabelecido através da união com cônjuge cativo. Mas, em Franca, a convivência entre escravos, ex escravos e livres não se deu através dos casamentos mistos, já que esses foram restritos.

**Tabela 2.14- Casamentos entre escravos e ex escravos. Paróquia de Franca, 1087-1888**

<i>Noivo</i> \ <i>Noiva</i>	Escravo	Ex escravo	Livre	S/I	Total
Escrava	729	11	3	2	745
Ex escrava	11	40	7	2	60
Livre	10	8	-	-	18
S/I	2	3	-	-	05
Total	752	62	10	4	828

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de casamento 1807-1888.  
S/I = Sem informação.

Entre os poucos que conseguiram realizar um casamento misto, observamos que os escravos homens casavam-se mais com mulheres livres ou ex escravas do que as mulheres escravas com homens dessas categorias. No entanto, não podemos descartar a existência de muitas uniões consensuais ou não formalizadas entre mulheres escravas e homens livres, que — independente de haver parceiros elegíveis para mulheres escravas em seu grupo social — ocorriam muito provavelmente em maior número do que aquelas entre escravos e mulheres livres.

Além da possível existência de relacionamentos fundados na atração mútua e no amor, uma das hipóteses explicativas para o casamento entre escravos e forros/ livres é a de que homens e mulheres livres despossuídos se uniram aos cativos para ter acesso às terras de seus donos (FARIA, 1998).

Apenas 11 casamentos se deram entre noivos que pertenciam a proprietários diferentes. Os demais nubentes pertenciam ao mesmo dono. A endogamia era forte não somente em Franca como em outras paróquias do Brasil, especialmente nas zonas rurais. Schwartz não encontrou cônjuges pertencentes a donos diferentes no Recôncavo Baiano (SCHWARTZ, 1988). Através da filiação presente nos registros de batismo, Freire constatou que apenas em quatro casos (0,7%) as crianças legítimas eram filhas de pais pertencentes a donos diferentes para uma das freguesias localizadas na primeira região a produzir café em larga

escala na Zona da Mata Mineira (FREIRE, 2005). Ao realizar exercício semelhante para filhos de escravos batizadas na Paróquia de Franca, encontramos apenas dois assentos em que os donos dos pais eram diferentes (menos de 1% dos registros)<sup>90</sup>.

Na paróquia paulista de Santana de Parnaíba, no entanto, Metcalf verificou que 6% dos casamentos entre escravos ocorreram entre aqueles de senhores diferentes (METCALF, 1990).

A proporção de cativos casados ou viúvos sofreu uma queda entre 1836 e 1872; é o que se deduz dos dados apresentados em ambos os levantamentos para a população escrava de 16 anos ou mais<sup>91</sup>. Em 1836, 28,8% do total de cativos de ambos os sexos a partir dessa idade estavam casados e 0,8% viúvos (excluindo os sem informação, o total de casados vai para 31,4%). Assim, os cativos alguma vez casados totalizaram 29,6%. Em 1872, o percentual de casados no total da população escrava com 16 anos ou mais residente no território original de Franca caiu para 13,7% e os viúvos chegaram a 1,7%, num total de 15,4% da população adulta alguma vez unida.

**Tabela 2.15- População escrava com 16 anos ou mais segundo sexo e estado conjugal. Território de Franca, 1872**

Estado conjugal	Sexo				Total	%
	Homens	%	Mulheres	%		
Solteiro	2155	84,7	1954	84,4	4109	84,6
Casado	352	13,8	314	13,6	666	13,7
Viúvo	37	1,5	46	2,0	83	1,7
Total	2544	100,0	2314	100,0	4858	100,0

Fonte: Recenseamento Geral do Império 1872.

Em 1836, dentre os homens cativos com 16 anos ou mais, 67,8% eram solteiros, 24,3% casados e 0,4% viúvos (em 7,5% de casos não há informação sobre o estado conjugal). Dentre as mulheres do mesmo grupo etário, 30,8% eram casadas e 1,1% viúvas (o percentual sem informação chegou a 9,5%). Para 1872, no território de Franca apenas 13,8% dos homens

<sup>90</sup> Os registros de batismo são uma opção para se conhecer um pouco mais os casais escravos diante da ausência de registros de casamento.

<sup>91</sup> Estamos nos referindo à idade de 16 anos em virtude da população ser listada no Recenseamento Geral do Império de 1872 por idades simples até os cinco anos de idade, por idades quinquenais até os 30 anos (6-10, 11-15, 16-20, etc.) e a partir dessa idade, os grupos etários passam a ser decenais (31-40, etc.). Como a Lista Nominativa de Habitantes de 1836 traz as idades simples, calculamos os valores referentes ao estado conjugal da população escrava a partir dos 16 anos para fins comparativos com 1872.

cativos com 16 anos ou mais eram casados e 1,5% viúvos, e entre as mulheres escravas, 28,8% eram casadas e 0,8% viúvas. Novamente podemos afirmar que a existência de parceiros elegíveis proporcionou às mulheres mais oportunidades de se unirem, uma vez que a razão de sexo entre aqueles com 16 anos ou mais chegou a 154 em 1872.

De acordo com os inventários para o período 1811-1850, os dados são bastante lacônicos em relação ao estado conjugal da população escrava avaliada/listada: apenas 10,2% do total de cativos com 16 anos ou mais apareceram como casados ou viúvos. Notamos um considerável aumento entre 1851-1871 em relação ao período anterior. Os dados fornecidos pelos inventários *post portem* parecem ter refletido o maior cuidado e preocupação dos escrivães ao se referirem ao estado conjugal dos cativos após 1850.

O que os dados deste segundo período mostram é que, dentre os escravos de ambos os sexos arrolados, 23,1% daqueles com 16 anos ou mais se encontravam casados ou viúvos. Os homens cativos alguma vez unidos chegaram a 20,7% do total de adultos e as mulheres a 26,2%.

Para o último período (1872-1888), a proporção de escravos alguma vez casados de ambos os sexos com 16 anos ou mais foi de 22,8% (muito semelhante à apresentada no período anterior, 1851-1871). Os homens escravos casados ou viúvos nessa faixa etária representaram 20,7% do segmento masculino e as mulheres escravas, 25,1%.

O que notamos em relação a Franca foi a diminuição da proporção de casados ou viúvos no período 1836-1872 e o aumento destas mesmas categorias entre 1872-1887.

Para o território de Franca (que compreendia cinco localidades em 1887), 76,5% da população escrava era solteira, 19,2% casada e 4,3% viúva; lembrando que os resultados na Matrícula de 1887 englobaram os cativos com mais de 16 e menos de 60 anos<sup>92</sup>.

Entre 1872 e 1887 os percentuais de casados e viúvos de ambos os sexos com 16 anos ou mais se elevaram (de 15,4% a 23,5%, respectivamente). No entanto, a diminuição foi

---

<sup>92</sup> Com a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 os filhos de mãe escrava nascidos a partir daquele ano não mais foram incluídos na contagem da população escrava e não havia escravos com idade acima de 60 anos - devido a Lei dos Sexagenários promulgada em 1885.

percebida antes, entre 1836-1872 (se considerarmos os valores encontrados nos censos de 1836 e 1872; de 29,6% para 15,4%, respectivamente)<sup>93</sup>.

As variações na proporção de casados e viúvos no total da população cativa também foram notadas em outras áreas. Nas regiões de grande lavoura no Rio de Janeiro essa variação ocorreu após 1850 e, em São Paulo, de 1872 em diante (SLENES, 1999).

Em 1850, na região de Paraíba do Sul-RJ, este mesmo grupo representava 19,5% da população adulta; em 1872, 13,3%; e apenas 5,4% em 1887. Situação semelhante ocorreu na Comarca de Campos-RJ, onde a sua participação decaiu de 27,0% em 1850 para 18,5% em 1872. No ano de 1887 chegou a 6,0%.

Para as regiões de São Paulo, as quedas desses percentuais se acentuaram após 1872. No Centro Oeste paulista, 36,4% dos cativos era casado ou viúvo em 1829 e em 1872 esse percentual elevou-se a 41,6%, para descender a 29,9% em 1887. No Vale do Paraíba, a proporção de casados e viúvos em 1829 foi de 18,3%, em 1872 de 30,1% e em 1887 reduziu-se a 19,5% (SLENES, 1999).

Faria (1998) se propôs a justificar a queda verificada no Rio de Janeiro em virtude da presença local da Igreja e a sua oposição à separação de casais e seus filhos, o que teria desestimulado os senhores a casarem seus escravos, especialmente após 1831, com a proibição do tráfico (que só se realizou efetivamente quase 20 anos depois). Além disso, a vinda de enormes contingentes de africanos para as áreas de grande lavoura na primeira metade do século XIX, e a formação de posses numerosas com escravos vivendo em senzalas distantes da casa senhorial, teriam tornado o casamento cristão menos interessante para a escravaria africana.

Para Slenes, estas hipóteses são plausíveis mas incompletas para o estudo de São Paulo, pois pretos e pardos livres em São Paulo apresentaram maiores proporções de casados ou viúvos do que no Rio de Janeiro. Uma das hipóteses explicativas apontadas por este autor diz respeito à maior presença da Igreja em São Paulo do que no Rio de Janeiro e da disseminação dos valores sacramentais do casamento entre a população mais pobre (SLENES, 1999).

---

<sup>93</sup> Segundo Slenes nos informou, o Recenseamento Geral do Império de 1872 subnumerou os percentuais de escravos casados, o que dificulta nossa análise comparativa com os dados referentes a 1836 e 1887.

Para justificar a diferença entre as duas províncias, Slenes chama a atenção para o fato de São Paulo ser uma área fronteiriça no final do século XVIII e começo do XIX, pouco povoada e vulnerável às invasões das colônias espanholas. Assim, o casamento seria uma forma dos homens livres para escapar do alistamento militar, que priorizava os solteiros e unidos informalmente.

Com já foi discutido, a Igreja Católica e o Estado se empenharam em estimular o desenvolvimento da agricultura e o desenvolvimento demográfico em São Paulo através de uniões legítimas entre livres e, ao que parece também entre escravos. “O impacto desse conjunto de políticas sobre as taxas de nupcialidade ainda não foi estudado” (SLENES, 1999, p.91), mas o autor aponta informações sugestivas, demonstrando que em São Paulo a pressão do Estado a favor do casamento pode ter mantido a disposição dos senhores em casar seus escravos, sendo estes últimos isentos das custas do matrimônio.

Como resultado, os senhores de São Paulo, imbuídos dessa ideologia [favorável à idéia do casamento religioso como uma instituição benéfica e moralizadora para todas as classes sociais], teriam continuado a buscar o aval da Igreja para as uniões entre seus escravos ao longo do século XIX, enquanto seus colegas de ofício no Rio iam desistindo do costume (SLENES, 1999, p.91).

Slenes conclui que a queda verificada na proporção de casados e viúvos na população escrava do Rio de Janeiro após 1850, e em São Paulo após 1872, esteve vinculada a interesses pontuais e imediatistas dos senhores.

A partir do início da década de 1860, os preços dos escravos em Campinas (representativos, em seu movimento, daqueles do Sudeste como um todo) indicam o declínio do interesse dos senhores no valor reprodutivo da mulher escrava: o preço da jovem mulher adulta cai, relativo ao do homem na mesma faixa de idade e os preços das meninas diminuem em relação aos das jovens adultas. Ao que parece, as mudanças relativas nos preços se completam, em boa parte, *antes* da votação da Lei do Ventre Livre. É difícil precisar as razões desses movimentos de preços, mas em vista do momento em que a mudança se inicia, é provável que a Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865) e o fim da escravidão no Sul desse país (declarado pelo Norte em 22 de setembro de 1862 para vigorar a partir do início de 1863 e implementado, de fato, com o fim da Guerra) dever ter pesado bastante (SLENES, 1999, p.91).

Assim, o casamento como instituição promotora da fecundidade deixaria de ser estimulado em razão da queda de interesse dos senhores pelo poder reprodutivo de suas escravas. A justificativa apresentada nos parece convincente para explicar a queda da proporção de adultos casados e viúvos de ambos os sexos na população escrava entre a primeira e a segunda metade do século XIX.

Mas para o caso específico de Franca? Os senhores já estariam desestimulando o casamento entre seus escravos após 1831? O período de “auge” de casamentos entre os escravos se deu entre as décadas de 1820 e 1840<sup>94</sup>, ou seja, o momento de chegada e fixação de muitos migrantes mineiros, provavelmente preocupados em ampliar suas posses diante do iminente fim do tráfico atlântico (1831) - o pode ter influenciado a decisão de se constituir novas famílias escravas. Além disso, e talvez mais importante, tenha sido a vontade dos senhores migrantes de Minas Gerais em estimular o casamento escravo (e assim garantir novos braços) para ocupar as terras ainda não cultivadas do norte paulista e assim ampliar suas atividades econômicas<sup>95</sup>.

Após 1871, certamente alguns senhores de Franca diminuíram o interesse no potencial reprodutivo de suas escravas e muitos casamentos não se realizaram. Quando a escravidão foi abolida em maio de 1888, seguiu-se uma “onda” de casamentos de ex escravos e de filhos de ex escravos (em menor proporção que os primeiros), totalizando 61 matrimônios nos dias e meses subseqüentes ao fim da condição servil (entre 14 de maio e primeiro de dezembro), quando a média anual de casamentos de escravos entre 1869-1888 (até o momento da abolição) foi de apenas sete matrimônios por ano<sup>96</sup>.

De qualquer forma o casamento, como instituição que possibilitou o estabelecimento de laços sociais e a reprodução, esteve presente em Franca no decorrer de todo o século XIX. Em diferentes intensidades, o acesso dos escravos à união formal esteve presente no decorrer do período analisado.

---

<sup>94</sup> Estas cerimônias começam a decair em 1841.

<sup>95</sup> Sobre a condição de fronteira do norte paulista e o provável interesse dos senhores fixados em Franca de estimular o casamento de seus escravos e contribuir para o povoamento da região para se protegerem contra as tentativas de Minas Gerais em anexar esta parte do território ver CUNHA, 2005, capítulo 4.

<sup>96</sup> Notamos uma queda no número de casamentos a partir de 1872.

Apesar de não ter se verificado no território francano proporções semelhantes às áreas cafeeiras do Oeste Paulista de homens e (principalmente) mulheres casadas e viúvas, por outro lado, o casamento religioso estendeu sua importância na sociedade francana, quando havia perdido relevância nas áreas de grande lavoura em São Paulo e Rio de Janeiro, refletida na proporção de casados e viúvos entre a população escrava matriculada até março de 1887.

## 2.4. Natalidade

Na ausência de registro civil, o registro de batismo conferia a existência legal do indivíduo e, segundo as normas da Igreja, deveria ser realizado nos dias seguintes ao nascimento. A proximidade entre o nascer e o batizar torna, então, os registros de batismo fonte privilegiada pelos historiadores demógrafos no estudo da natalidade das populações do passado.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) determinavam que a cerimônia não ultrapassasse os oito dias do nascimento, mesmo que o recém-nascido se encontrasse em uma paróquia que não fosse a de seus pais (FRANCO; CAMPOS, 2004)<sup>97</sup>.

No entanto no território brasileiro, a idade de uma criança ao batizar dependia não só da orientação da Igreja e da vontade dos pais. Dependia também da distância do local onde viviam até a paróquia e da presença constante do padre, para que esse sacramento, que marcava o nascimento do indivíduo no mundo social cristão fosse efetivado no momento determinado pelas normas da Igreja. A mobilidade que caracterizou a população brasileira desde o início da colonização é também uma variável que não podemos descartar, pois podia tanto contribuir como impedir que um indivíduo fosse batizado na época adequada ou ainda colocar o batismo no rol do esquecimento. No caso da criança escrava ser batizada ou não dependia, sobretudo, da permissão, interesse e disponibilidade do senhor em levar seus escravos para a pia batismal.

---

<sup>97</sup> A data de batismo até os oito dias após o nascimento certamente está relacionada com o “mal dos sete dias” que causava a elevada mortalidade de recém nascidos por tétano.

Diga-se de passagem, não só as crianças deviam ser batizadas. Também os adultos que se prontificassem a seguir a fé católica. No caso dos escravos, o batismo adulto serviu para impor e reforçar princípios cristãos, especialmente entre a população africana<sup>98</sup>.

Entre 1806 e 1888 foram registrados 4.705 batizados de escravos na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, dos quais apenas 36 eram de adultos<sup>99</sup>. Nesse período ocorreu também o batismo de 63 crianças filhas de mães forras ou libertas<sup>100</sup>, elevando para 4.768 o universo dos batizados aqui analisados<sup>101</sup>.

Embora tenhamos conseguido levantar a série completa dos batizados ocorridos na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, esses registros por si só não nos permitem obter uma medida da natalidade ou fecundidade entre os cativos. A reconstituição de família, que poderia nos ajudar a chegar a essa medida, é muito difícil se concretizar em se tratando de cativos, devido a um conjunto de fatores que vão desde as limitações das fontes às implicações das leis abolicionistas, da mobilidade espacial da população e das transformações sócio-econômicas operadas no período.

Apesar disso, as informações levantadas através desse registro e das outras fontes trabalhadas, nos levam a deduzir que em Franca, a reprodução da população escrava se deu também através do crescimento vegetativo.

As mulheres escravas de Franca geraram pelo menos 4.426 filhos entre 1806 e 1888, como mostram os registros de batismo daquela paróquia, os quais se referem às crianças nascidas e batizadas antes de completar um ano de idade. Provavelmente esse número deve

---

<sup>98</sup> Os africanos eram (impostamente) batizados com nomes cristãos, assim como os filhos de escravos nascidos aqui, uma vez que o Concílio de Trento (1545-1563) proibiu a utilização de nomes pagãos ou não religiosos. Esta norma perdurou até a década de 1840 (REVISTA NOSSA HISTÓRIA, 2003, p.38).

<sup>99</sup> Os adultos também foram batizados em Franca: 36 africanos de ambos os sexos com 10 anos ou mais entre 1808 e 1854. Encontramos apenas uma criança escrava (menor de 10 anos) sendo batizada e aparentemente estava desacompanhada de qualquer um dos pais (o que não seria necessário para o batismo). João de Nação tinha dois anos ao ser batizado em 21 de novembro de 1847. Acreditamos se tratar de um africano que entrou ilegalmente no Brasil (pois o tráfico era ilegal desde sete de novembro de 1831). A maioria dos escravos africanos foi batizada após 1830 (total de 24). Em um dos registros o padre anotou que Paulo africano de 25 anos em 1854 foi “batizado condicionalmente por ainda não ter sido batizado”, ou seja, verdadeiro ou não (o escravo pode ter entrado no Brasil após 1850), o pároco sabia que a justificativa era necessária.

<sup>100</sup> As forras/libertas batizaram 63 crianças: 15 filhos e 14 filhas legítimos (total 29 ou 46%) e 14 meninos e 20 meninas naturais (total 34 ou 54%).

<sup>101</sup> Como os batismos de adultos escravos (maiores de 12 anos) e filhos de ex escravas foram pouco representativos (1,9%), para efeito de nossa análise iremos considerá-los conjuntamente com os batizados de crianças filhas de mães ou pais escravos.

ser bem maior. Muitas crianças morriam antes do batismo, muitas nos primeiros sete dias de vida, e várias outras foram batizadas em idades mais velhas ou em outras paróquias.

**Tabela 2.16- Período transcorrido entre o nascimento e o batizado de escravos e filhos de escravos. Paróquia de Franca, 1806-1888**

Idade	Frequência	%
Recém nascido/inocente	120	2,5
1-7 dias	158	3,3
8-14 dias	968	20,3
15-29 dias	1392	29,2
30 dias – 11 meses	1924	40,4
1 ano – 11 anos	29	0,6
12 anos ou mais	27	0,6
S/I	150	3,1
<b>Total</b>	<b>4768</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de Batismo 1806-1888.

Nossos dados mostram que na sua imensa maioria, os escravinhos de Franca eram batizados entre 8 dias a 11 meses (90,0%). Pouco mais da metade deles recebeu o sacramento do batismo com até um mês de vida (53,3%). Raros foram os batizados com até sete dias de vida o que demonstra a não observação da norma estabelecida pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (Tabela 2.16).

O perfil jovem da população escrava crioula, na primeira metade do século XIX (semelhante à da população livre ao longo do período estudado), mostrou uma participação importante das crianças menores de 10 anos no total da população (superiores a 25%), o que também evidencia a ocorrência de reprodução natural entre os escravos de Franca.

No entanto, quando comparamos esse resultado com estudos de outros autores que se dedicaram à análise da reprodução entre a população escrava, verificamos que em Franca a proporção dessas crianças no conjunto dos escravos apresentava pouca diferença. Costa e Nozoe (1989) constataram que em Lorena, no ano de 1801, a participação das crianças com 10 anos ou menos chegava a 29,2%. Nesse momento, a economia das localidades do Vale do Paraíba baseava-se na produção de gêneros de subsistência, com exceção do fumo e açúcar, produzidos para exportação. O cultivo do café em larga escala ainda não havia sido

introduzido na região. Em 1804, no Paraná os menores de 10 anos representavam 27% do total da população escrava, dado que associado a outros resultados (tais como equilíbrio entre os sexos, baixas idades medianas e altas razões crianças-mulheres) levaram Gutierrez a sugerir a ocorrência de reprodução natural entre os cativos (GUTIERREZ, 1987).

Diante da ausência de estimativas de fecundidade confiáveis, utilizamos a razão criança/mulher (crianças 0-4 anos/ mulheres 15-44 anos) para avançar um pouco mais sobre o conhecimento da reprodução entre os cativos de Franca; a razão criança/mulher encontrada, para o ano de 1836, foi de 510<sup>102</sup>. Considerando-se as crianças de 0-9 anos/ mulheres 15-49 anos chegamos à cifra de 927<sup>103</sup>.

Para os escravos que se ocupavam da pecuária na Província de São Paulo em 1829, Luna e Klein (2005) encontraram o valor de 485 para a razão criança-mulher (crianças 0-4 anos/mulheres 15-44 anos), ligeiramente inferior ao encontrado para Franca em 1836.

Em fins do século XVIII, a intensificação da atividade açucareira no Oeste Paulista e Vale do Paraíba reduziu a possibilidade de auto-reprodução devido à crescente participação de africanos. Em 1829, as localidades com as maiores razões entre crianças pequenas e mulheres em idade fértil foram as voltadas para a agricultura de subsistência. Essas regiões apresentaram níveis superiores a quinhentas crianças com menos de 4 anos para cada mil mulheres de 14 a 44 anos. No extremo oposto, estão as regiões açucareiras e cafeeiras, com níveis muito inferiores a quatrocentas crianças para cada grupo de mil mães em potencial. Também as localidades voltadas para atividades econômicas não-agrícolas, como São Paulo e Santos, registraram taxas abaixo de trezentos (LUNA; KLEIN, 2005, p.180).

No Paraná, Gutiérrez calculou esta mesma razão para os escravos, chegando em 1.030 crianças de 0-9 anos/mulheres 10-49 anos no ano de 1801 e de 840 para o ano de 1824, atribuindo à reprodução natural as elevadas razões entre crianças/mulheres, bem como outras características da população escrava, como equilíbrio entre os sexos e o perfil jovem desta

---

<sup>102</sup> Considerações sobre a utilização desta razão, como a subnumeração do numerador com a alforria de crianças e a inclusão no denominador de escravos sem filhos, além da elevada mortalidade infantil ver MERRICK; GRAHAM, 1981, p.84-90. Dados sobre a fecundidade só foram possíveis com a reconstituição de famílias de um grupo de escravos, que iremos apresentar no capítulo três. Destacamos os trabalhos de SLENES (1976, cap.VII; 1986) sobre a fecundidade escrava na segunda metade do século XIX.

<sup>103</sup> A razão criança 0-4 anos/mulher 15-44 anos entre a população livre para o mesmo ano é de 699 e de crianças 0-9/mulheres 15-49 anos, 1420.

população (GUTIÉRREZ, 1987). Tais achados também não destoam muito do que foi encontrado para Franca.

Enfim, em que se pese uma mortalidade elevada a reprodução natural ocorreu na população escrava de Franca como em outras áreas já estudadas por outros autores como Botelho (1994; 1998); Paiva e Libby (1995) e Santos (2002).

A fecundidade entre os cativos não se deu somente no âmbito do casamento formal, ainda que este tenha sido relevante. A filiação legítima ou natural entre os escravos de Franca também é possível de ser analisada através dos registros de batismo, uma vez que a Igreja não impediu que filhos “naturais” chegassem à pia batismal<sup>104</sup>.

Em Franca observamos que a frequência dos batizados de escravos filhos legítimos e “naturais” oscilou no tempo. Pudemos identificar períodos em que predominavam as crianças “naturais” (1806 até meados de 1850, e final da década de 1870 a 1888). A legitimidade das crianças batizadas alcançou valor mais alto entre 1851-1871, chegando a 50,9%. Entre 1806-1850, 44,9% das crianças batizadas na Paróquia de Franca eram legítimas e no período 1872-1888, apenas 36,9%. Esses valores encontrados para Franca apresentam-se maiores, se comparados com os observados em outras províncias do Brasil (como Minas Gerais e Rio de Janeiro), no entanto, um pouco abaixo dos valores apresentados para áreas de *plantation* paulistas (CUNHA, 2005), confirmando, inclusive, que em São Paulo os escravos se casavam mais do que em qualquer outro lugar do Brasil<sup>105</sup> (SLENES, 1999). No caso do Rio de Janeiro, Faria (1998) destacou que a queda da legitimidade em várias paróquias rurais ao longo do século XIX, (foi inclusive inferiores à verificada no período colonial), refletia a diminuição de casamentos entre a população escrava na época.

---

<sup>104</sup> Apresentamos neste tópico a natalidade e legitimidade escrava através dos registros de batismo, por isso o estudo da legitimidade (possível através da menção à condição de filho “natural” ou legítimo da criança) está aqui presente e não no item sobre a nupcialidade.

<sup>105</sup> A legitimidade entre os escravos de Bananal no Vale do Paraíba paulista no momento de introdução e expansão da cafeicultura oscilou de 17% do total da escravaria legítima em 1801, 5,3% em 1817 e 7,7% em 1829 (MOTTA, 1999). Em Campinas, em torno de 60,0% dos assentos de batismo de escravos nos anos anteriores à Matrícula [1872] contavam com a presença dos dois pais (SLENES, 1999, p.101). Ao contrário, na paróquia de Montes Claros, mais de 80% das crianças filhas de escravos (as) batizadas eram “naturais” (para as todas as décadas consideradas: 1810, 1840 e 1870) (BOTELHO, 1994). Na paróquia de Marapicu (Nova Iguaçu-RJ) entre 1851-1858 apenas 13,6% dos filhos de escravos batizados eram legítimos (FARIA, 1998, p.342).

**Tabela 2.17- Filiação legítima ou natural dos batizados.  
Paróquia de Franca 1086-1888**

Filiação	Frequência	%
Legítima	2152	45,1
Natural	2556	53,6
S/I	60	1,3
Total	4768	100,0

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.  
Registro de batismo 1806-1888.

Ao informar a legitimidade, os registros de batismos permitem visualizar também a união cativa, mesmo quando não se dispo de registros de casamentos. Assim, em nossa pesquisa pudemos verificar que muitos nascimentos precederam a união dos pais ou se deram no seio de uniões estáveis, garantindo a presença da figura paterna no crescimento e desenvolvimento dos filhos.

É possível, como aponta Freire (2005) que as influências africanas poderiam atuar nas estruturas familiares dos escravos e contribuir para a resistência às uniões católicas, uma vez que os africanos possuíam percepções diferenciadas dos europeus quanto à legitimidade, o casamento e a bastardia. Isso pode ter acontecido entre os cativos africanos em Franca, mas não temos como comprovar.

Enfim, nossa análise da natalidade e legitimidade em Franca fica aqui reduzida a essas considerações que serão ampliadas nos próximos capítulos quando analisaremos um grupo selecionado de famílias escravas.

## **2.5. Mortalidade**

No final dos anos 1990, Marcílio escrevia: “os estudos sobre as doenças, a saúde e a morte não são muito frequentes na área da demografia histórica brasileira, em que pese a riqueza de temáticas que os envolve e o pouco conhecimento que temos dos diferenciais de mortalidade do passado” (MARCÍLIO, 1997, p.135). Passados dez anos, pouca coisa mudou e a ausência de estudos amplos dedicados principalmente à mortalidade e à saúde dos escravos continua (PORTO, 2006). Sem dúvida, o que explica essa deficiência é a escassez de fontes que

se referem a esses eventos para a população escrava e a morosidade com que se processa o levantamento e o trabalho de sistematização das poucas existentes<sup>106</sup>.

Os registros paroquiais — fonte por excelência da demografia histórica — apresentam-se mais problemáticos no caso dos óbitos por subnumerarem as mortes ocorridas. Muitas delas deixaram de ser registradas pela distância entre o local do óbito e a paróquia ou mesmo por esquecimento ou descaso. A maioria desses registros é avarenta no preenchimento de informações que poderiam ser de maior interesse demográfico; com raras exceções trazem a causa de morte. Contudo, essa fonte não pode ser descartada; por mais deficitária que se apresente é a que nos ajuda a observar esses eventos na população escrava de Franca no decorrer do século XIX.

Para nossa pesquisa, recolhemos 2.072 óbitos ocorridos entre 13 de setembro de 1806 a 28 de abril de 1888<sup>107</sup>. Desses, 22,2% são de crianças falecidas antes de completar um ano de idade; 93,3% referiam-se a óbitos de escravos e 6,7% de ex escravos<sup>108</sup>. Embora os registros não anotem o sexo da pessoa envolvida, o nome permitiu que identificássemos o sexo da maioria deles: 1.078 eram homens e 913 mulheres. Em apenas 81 casos não conseguimos saber o sexo, ou por falta do nome, os quais eram na maioria crianças que morreram nos primeiros dias de vida; ou porque o próprio nome tinha um caráter dúbio.

---

<sup>106</sup> Entre as poucas exceções, podemos citar os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – RJ e o de Slenes (1976). Este último dedicou parte de seu trabalho ao estudo da fecundidade e mortalidade entre os cativos após 1850. Concluiu que no Brasil até 1850, a mortalidade excedeu a fecundidade em razão do desequilíbrio entre homens e mulheres escravos, uma vez que a reposição de escravos do sexo masculino era facilitada pelo tráfico transatlântico. Com o fim do tráfico, os senhores puderam ter encorajado a reprodução entre seus escravos, as taxas de fecundidade foram moderadamente altas entre a população escrava (ao contrário do que tem sido sugerido, sobre taxas baixas) e as taxas de mortalidade continuavam elevadas entre as pessoas escravas (SLENES, 1976, p.341-410).

<sup>107</sup> Sobre a sazonalidade dos óbitos ver CUNHA, 2005, p.151.

<sup>108</sup> Consideramos os ex escravos no total de eventos em razão do número reduzido com que os mesmos aparecem e por considerar as experiências de doença e morte semelhantes entre ambos. “Deve-se notar, entretanto, que a população livre de cor ocupava o estágio mais baixo da estratificação social da população livre no Brasil e suas condições de alimentação, saúde e moradia não eram muito diferentes das condições da população escrava” (MELLO, 1983, p.168).

**Tabela 2.18- Óbitos de escravos e ex escravos, segundo grupos etários e sexo.  
Paróquia de Franca, 1806-1888**

Idade	Homens	Mulheres	S/I	Total
< 1	189	151	79	419
1-4	130	147		277
5-9	33	34		67
10-19	95	89		184
20-29	99	87	1	187
30-39	99	92		191
40-49	114	86		200
50-59	91	51		142
60-69	67	53		120
70 e +	80	37		117
S/I	81	86	1	168
<b>Total</b>	<b>1078</b>	<b>913</b>	<b>81</b>	<b>2072</b>

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

Registro de óbito 1806-1888.

S/I = Sem Informação

Agrupamos as idades em faixas etárias decenais para amenizar a preferência digital pelo número zero.

No período analisado, segundo os registros, morreram em Franca mais escravos que escravas porque aqueles estavam presentes na escravaria em maior número, morreram proporcionalmente mais antes de completarem um ano de idade (17,5% dos homens e 16,5% das mulheres)<sup>109</sup>. Dos óbitos masculinos, 29,5% ocorreram antes de cinco anos de idade, enquanto os femininos nessa faixa etária chegavam a 32,6%<sup>110</sup>.

É possível que essas proporções fossem maiores, uma vez que era grande a probabilidade de subnumeração dos óbitos, como já mencionado. Um exemplo disso é o exame dos escravos pertencentes a Francisco Antonio da Costa — senhor que nos pareceu zeloso com os registros eclesiásticos que envolviam seus escravos. Em sua posse localizamos o batizado/nascimento de 40 crianças, das quais 11 faleceram (27,5%) nos primeiros cinco

<sup>109</sup> A partir de dados de 1872, Mello (1983) estimou a expectativa de vida ao nascer de um escravo do sexo masculino entre 18 e 23 anos, o que aponta para as condições de mortalidade vigentes no Brasil mais próximas às de Cuba, Índias Ocidentais e Suriname do que da experiência dos Estados Unidos. A expectativa de vida ao nascer para um escravo homem foi avaliada em 18 anos na Jamaica e de 35,5 no sul dos Estados Unidos. Para as escravas a expectativa de vida ao nascer foi estimada entre 20 e 26 anos.

<sup>110</sup> Nasceram mais homens que mulheres (105 homens para cada 100 mulheres) e eles também morrem relativamente mais que elas na tenra idade.

anos de vida. Embora a subnumeração de óbitos de crianças possa ter ocorrido, não acreditamos que essa fique próxima a encontrada por Karasch, que trabalhou com uma amostra mais seletiva (ano de 1849, óbitos ocorridos na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro) e mostrou que as mortes de crianças crioulas representavam 69% dos óbitos ali ocorridos (KARASCH, 2000).

Os óbitos coletados para Franca mostram que: 70,4,% dos homens e 75,1% das mulheres faleceram antes de completar 50 anos de idade, o que indica que homens sobreviventes aos primeiros anos de vida morriam em idades mais velhas que mulheres nas mesmas condições. Na mesma direção vão os resultados encontrados por Karasch, ou seja, as mulheres morriam mais que os homens escravos e em idade mais jovem (até os 30 anos). A maior mortalidade entre as mulheres escravas se devia, segundo Karasch, a complicações ligadas à procriação, o que refletia na reprodução da população cativa.

Embora enquanto grupo os homens apresentassem as taxas mais altas de mortalidade, o que é válido para a maioria dos grupos populacionais, outras fontes sugerem que a mortalidade das escravas era maior durante os anos vulneráveis de procriação. Tendo em vista que 81% das escravas da amostra da Santa Casa foram sepultadas com menos de trinta anos, as mortes prematuras de tantas mulheres limitavam o número de filhos por mulher e prejudicavam a reprodução da população escrava (KARASCH, 2000, p.166-167).

Em Franca muitos óbitos não trazem a *causa mortis* (14,2%) e entre os que anotaram, aparecem termos difíceis de serem classificados, entre eles *babas, ar, de baixo de um mundéu, gálico, ética, dor*, etc. Há também muitos termos escritos com algumas diferenças entre si, mas que se tratam da mesma causa; as ligadas à procriação ou chamadas “mortes maternas” aparecem muito pouco. Acreditamos que essas devam estar incluídas nas *inflamações e febres*.

No entanto, a proporção de mortes femininas na fase produtiva e reprodutiva (15-49 anos) pode indicar que muitas mulheres devem ter morrido devido a problemas ligados à gravidez ou ao parto. Na realidade a imprecisão no diagnóstico das *causas mortis* deve-se ao pouco conhecimento que o pároco, o senhor ou os familiares do morto possuíam para precisá-las, indicando muitas vezes apenas os sintomas das patologias tais como febre ou dores.

A *febre* aparece como *causa mortis* para 17,6% dos óbitos e está presente em todas as

faixas etárias, com maior incidência entre os menores de 15 anos; a hidropisia para 9,2% deles (principalmente adultos); inflamação para 6,3% e *de repente*, 5,3%. As causas externas representavam 5,6% dos óbitos e no conjunto dos homens a sua proporção era maior que a encontrada para o conjunto das mulheres. A tuberculose é anotada somente em dois registros, o que nos parece muito pouco para o período. De fato, a tuberculose ocorria mais onde havia maior aglomeração de pessoas. Em Franca as atividades desenvolvidas pelos escravos e o tamanho pequeno da maioria das posses pode ter contribuído para a não proliferação dessa doença. Mas não podemos descartar a hipótese de que casos de tuberculose tenham sido classificados como inflamação ou outra causa.

**Tabela 2.19- Causas *mortis* de escravos e ex escravos. Paróquia de Franca, 1806-1888**

Causas mais frequentes	Nº	%
Febres (diversas)	364	17,6
Hidropisia	191	9,2
Inflamação	130	6,3
Causas externas*	117	5,6
De repente	116	5,6
Tosse	64	3,1
Gravidez e parto	56	2,7
Moléstias (diversas)	56	2,7
Defluxo	53	2,6
Lombrigas	49	2,4
Maligna	48	2,3
Doenças da pele	30	1,4
Encalhe	29	1,4
Estuporado	28	1,4
Pleuris	27	1,3
Diarréia	19	0,9
Feridas (diversas)	16	0,8
Sarampo	16	0,8
Gota	15	0,7
Recém nascido	13	0,6
Sarnas	12	0,6
Constipado	11	0,5
Fogo selvagem	11	0,5
Velhice	11	0,5
Dores (diversas)	10	0,5
Outras causas (diversas)	286	13,8
Sem informação	295	14,2
<b>Total</b>	<b>2.072</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Registro de óbito 1806-1888.

\*Causas externas=picada/mordedura de cobra, assassinado, tiro, raio, castigo, queda, pancadas, queimaduras etc.

De um modo geral, os registros de óbitos revelam é que as doenças infecciosas e as parasitárias eram as grandes vilãs a ceifar a população escrava.

Em Franca, o número de africanos falecidos não sobrepujava ao de crioulos, tanto em números absolutos ou relativos (respectivamente 131 e 173)<sup>111</sup>, como Karasch observou para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Muito embora os africanos apresentassem idades mais elevadas, eles representavam menor proporção na escravaria de Franca no decorrer do século XIX, se comparados com a Corte e Rio de Janeiro na primeira metade dos oitocentos, um dos principais locais de entrada de africanos no Brasil nesse período. Dentre os óbitos coletados em Franca, 15% eram de africanos (de ambos os sexos) e 26% de crioulos, para os demais não há informação sobre a naturalidade (quase 60% dos registros)<sup>112</sup>.

Os senhores nem sempre foram totalmente negligentes com a saúde dos escravos, afinal, poderiam perder um bem valioso e mais escasso após 1850. Encontramos uma ação de cobrança, de autoria de Manoel Rodrigues da Costa (curandeiro), contra Miguel Joaquim da Silva, que solicitou os seus serviços, em 1852, para tratar de sua saúde e a de seu escravo Joaquim, já que não havia médicos em Franca. Manoel Rodrigues da Costa alegou que além de cuidar de Miguel Joaquim e seus familiares, ainda curou o escravo Joaquim, que sofria com *atorria* (bicheira) do ouvido<sup>113</sup>.

É possível que outros proprietários de Franca tenham tido essa mesma preocupação que, no entanto, não deve ter sido suficiente para evitar muitos óbitos.

Os registros de óbito que coletamos mostraram um pouco da mortalidade entre os escravos de Franca. Avançar no conhecimento da saúde e morte entre os escravos para outros locais e momentos é tarefa que os estudiosos estão devendo à historiografia brasileira.

---

<sup>111</sup> Consideramos as pessoas com 10 anos ou mais.

<sup>112</sup> Entre os crioulos incluímos também os pardos e mulatos.

<sup>113</sup> Transcrição parcial datilografada (Fonte: AHMF, Caixa 2, Subsídios para a História de Franca). A Ação de Cobrança original encontra-se no AHMF, 2º Ofício Cível, Maço 1-4, Caixa 148, Ano 1852.

## 2.6. Manumissões

Antonio filho “natural” de Adriana, escrava de Joaquim Gomes da Fonseca, foi levado à paróquia de Franca no dia 13 de janeiro de 1854 para receber o sacramento do batismo, aos seus oito dias de vida. Foi então liberto na pia batismal e passou a se chamar Antonio Camargo, adotando o sobrenome do padrinho.

A alforria, a concessão ou conquista da liberdade, retirava pessoas do segmento cativo, que passavam a integrar o mundo dos livres. Seu impacto sobre a demografia escrava se fazia sentir em graus e modos diferentes no volume, estrutura e dinâmica demográfica, uma vez que podia ser obtida por homens e mulheres, em momentos diferentes do seu ciclo vital e familiar.

Nos inventários analisados encontramos referências a 84 pessoas alforriadas, em situações diversas: *na pia batismal, liberto sob condição, mediante pagamento, quartado, liberto pelos herdeiros, até que o inventariante morra, forro em testamento*.

Consta dos registros da paróquia 31 crianças alforriadas na pia batismal (0,8% das 3.648 crianças batizadas filhas de mães escravas)<sup>114</sup>. Os meninos, mais que as meninas, receberam o seu benefício nesse momento (58,1%), que também privilegiou os filhos “naturais” (74,2%). É possível que vários desses últimos fossem filhos de pai livre, inclusive do senhor ou pessoas de suas relações. Consta também que os proprietários das mães dessas crianças alforriadas eram majoritariamente homens (80,6%), que os donos de cinco crianças receberam valores monetários em troca da sua liberdade e ainda que padrinhos livres pagaram pela liberdade de três afilhados.

As 543 cartas de liberdade, algumas das quais contemplam dois ou mais cativos, existentes no Cartório do 1º Ofício Cível e Notas de Franca, para o período de 1825 a 1888 foram coletadas e analisadas por Batista (1998), que também constatou as várias modalidades de alforria que encontramos com a leitura dos inventários: auto-compra (com pecúlio

---

<sup>114</sup> Os assentos de batismo que indicaram a condição de liberto da criança escrava contaram com a assinatura (ou rubrica, caso fosse analfabeto) do proprietário, sem o qual, não teria validade. Além disso, os padrinhos serviram como testemunhas da alforria.

acumulado pelo próprio escravo ou pago por terceiros), gratuitas, condicionais, legadas em verba testamentária, quartamento (pagas em parcelas pelos escravos).

As cartas de liberdade beneficiaram 211 escravos entre 1825-1850, e 592 após 1851. Os crioulos foram maioria dentre os que alcançaram a liberdade, assim como as mulheres, 55,4% no primeiro momento, e 51,5% no segundo período.

Na primeira metade do século XIX, as crianças e jovens menores de 14 anos e os com mais de 40 anos foram maioria, ao contrário do segundo período (após 1851), quando aqueles com idades entre 15-40 anos passaram a ter predomínio. Os libertos de cor parda foram maioria até 1870, quando os de cor preta sofreram uma ligeira alteração e passaram a ser mais freqüentes.

Em relação ao estado conjugal, entre 1825-1850, as informações foram escassas, mas entre 1851-1888, os casados predominaram. No período 1825-1888, as alforrias onerosas corresponderam a 71,1% do total, sendo as demais gratuitas. De 1851 até o fim da escravidão, as onerosas representaram 59,3% e as gratuitas a 40,7% (BATISTA, 1998).

Assim, Franca não destoou do padrão de alforrias verificado para outras regiões do Brasil, como bem mostra o trabalho de Batista (1998). Os crioulos, de uma maneira geral, e especificamente as mulheres pardas, foram os mais bem sucedidos na busca pela liberdade. Aos pardos, a busca pela liberdade não deve ter sido fácil, mas em razão de estarem mais próximos do mundo dos brancos e livres (poderiam ser aparentados de pessoas brancas), conseguiram mais resultados.

O que se evidenciou ao longo do trabalho de Batista (1998), e em algumas histórias escravas por ele descritas, foi o empenho dos escravos que viveram em Franca em forjar relações com livres, forros e seus senhores, na tentativa de alcançar a sonhada liberdade. A família escrava não esteve ausente neste árduo caminho, uma vez que seus membros tiveram papel importante na obtenção da liberdade para seus familiares.

Através da leitura dos inventários, notamos que os escravos libertos no momento da morte do senhor, ou que compraram a sua alforria, pertenciam a famílias que estavam presentes na escravaria há vários anos. Ressaltamos que são poucos casos e devem ser vistos com cautela. Bonifácio e sua esposa Felicidade eram crioulos e se uniram perante um padre

em agosto de 1844, após o nascimento dos cinco filhos “naturais” de Felicidade (ocorridos entre julho de 1829 e julho de 1844 e provavelmente filhos também de Bonifácio).

Dois dos filhos batizados estavam presentes no arrolamento de bens do inventário de Jose Curcino dos Santos, aberto em 1862. Bonifácio e Felicidade foram libertos por testamento, com a morte do senhor, e podem ter sido “recompensados” pelos anos de trabalho.

Outro caso de liberdade com a morte de senhor foi o de Francisco, escravo de Francisco Barbosa Sandoval. Francisco e Eufrasia, pardos, se casaram em 1822 e levaram ao batismo cinco filhos legítimos. Um dos filhos do casal, Reinaldo, casou-se com Rita e tiveram o pequeno Laureano, cujos padrinhos foram seu avô e sua tia paterna, Francisco e Rosa. Quando Francisco Barbosa Sandoval faleceu, por volta de 1860, Eufrásia já não se encontrava na companhia do marido (provavelmente tenha morrido) e Francisco foi *liberto por ocasião do inventário*, mas seus filhos e neto permaneceram escravos.

## Capítulo 3 – Posses e famílias escravas

### 3.1. Estrutura de posse

Francisco e Teresa eram africanos, ele Congo e ela Congo ou Cassange<sup>115</sup>. Em três de fevereiro de 1828 uniram-se perante um padre na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca. Dez meses depois, o casal levou a filha Rita para ser batizada; o casal teve outras quatro filhas: Delfina, em 1833; Cesaria, em 1838; Silvéria, em 1839 e Generosa, em 1842.

Essa família escrava vivia no domicílio de José Nunes Faleiros, branco, natural de Minas Gerais, com 44 anos à época do levantamento da Lista Nominativa de 1836. Desde 1829 Jose Nunes era um criador, pois seu nome constava na Lista de Criadores desse ano como proprietário de 40 reses. Em 1836 ocupava o cargo de Tenente da Guarda Nacional; era solteiro e a única pessoa livre de seu domicílio. Vivia no distrito de Chapadão (atual Igarapava), ao lado de dois escravos adultos, Francisco e Teresa, e duas crianças: Antonio, natural das *Gerais*, de cinco anos, e Rita, natural de Franca, de três anos. Como vimos, Rita era filha do casal, mas desconhecemos os pais de Antonio.

Em 1835 houve um óbito dentre os escravos de Jose Nunes Faleiros, seu cativo João, de 29 anos, faleceu acometido de *gota*. Antonio crioulo não teve melhor sorte; morreu ainda solteiro, de sarampo, em 25 de abril de 1860 (deduzimos se tratar da mesma criança citada acima, uma vez que o registro de óbito não informou a idade).

Quando o inventário de Jose Nunes Faleiros foi aberto em 1863, pudemos conhecer um pouco mais das atividades desse senhor. Permanecia como criador de gado *vacum*, cavalari e muar e era proprietário de um sítio *com casa assobradada com telhas*. Aparentemente Jose Nunes prosperou, pois sua esposa e inventariante Ana Cândida de Jesus e seus filhos herdaram 12 escravos. Dona Ana Cândida passou então a ter uma grande responsabilidade pela frente: manter as atividades do sítio e o cuidado dos cinco filhos, com idades entre 14 anos e dois anos; um deles ainda não nascido, *no ventre*.

---

<sup>115</sup> Ela foi arrolada na Lista Nominativa de 1836 e no registro de batismo de uma filha como Congo e no batismo de outra filha como Cassange. As possíveis idades de Teresa são muito díspares, por isso não as mencionamos.

Entre 1836 e 1863 a escravaria de José Nunes Faleiros saltou de quatro para 12 escravos. A família dos escravos Francisco e Teresa também cresceu ao longo dessas quase três décadas. Rita, Delfina e Silvéria tiveram filhos e Generosa se casou com Manoel em 1864. Não localizamos filhos de Generosa e Manoel, mas Rita foi inventariada juntamente com sua filha Marcelina (batizada em 1860), assim como Silveria e sua filha Faustina (batizada em 1859).

Delfina foi mãe de Joaquina em 1852, mas a menina deve ter falecido ou saído da companhia da mãe, pois não foi arrolada no inventário *post mortem*. A família de Teresa estava assim constituída em 1863: ela (mãe), quatro filhas, duas netas e um genro. Os demais escravos presentes na posse eram Maria, de 31 anos (que em 1854 havia sido mãe de Joana, não arrolada em 1863); Leonarda, de 14 anos; Geraldo, de 17 e Cândido, de 11 anos. Além desses, a família que conseguimos reconstituir e que não se encontrava mais junto a José Nunes, foi a da escrava Teodora, que batizou três filhos “naturais” entre 1842 e 1846: Roberto, Mizael e Custódia<sup>116</sup>.

Os escravos africanos Teresa e Francisco deram origem a uma família que se estendeu aos filhos e netos. Nem todas suas filhas crioulas formaram famílias a partir do casamento formal, o que não as impediu de terem filhos e talvez uniões estáveis com outros escravos, forros ou livres. Não sabemos se a família se manteve unida após a morte do senhor, provavelmente sim, pois os herdeiros eram muito jovens para assumir o controle de suas heranças paternas.

O que queremos chamar a atenção com essa história é que a reprodução da família escrava teve um papel importante para a manutenção e ampliação da posse de Jose Nunes Faleiros. Certamente nem todas as posses tiveram este mesmo desenrolar, no entanto, acreditamos que essa trajetória não foi incomum, outras escravarias tiveram exemplos semelhantes.

Nesse capítulo buscamos conhecer um pouco mais sobre essas posses e os escravos que as compunham, verificando as possíveis relações entre o tamanho da posse e as características demográficas dos cativos, tendo como recorte temporal a primeira e segunda

---

<sup>116</sup> Não sabemos se Maria, Leonarda, Geraldo, Cândido e Teodora eram *crias da casa*, se foram comprados ou herdados. Já Manoel, marido de Generosa, deve ter sido adquirido pelo senhor.

metade dos oitocentos. Para isso vamos nos valer das informações obtidas nos inventários *post mortem* em dois momentos (1811-1850 e 1851-1888)<sup>117</sup>. Para a primeira metade do século vamos contrapor as informações obtidas nos inventários com as existentes na Lista Nominativa de Habitantes de 1836 e, dessa forma, identificar as diferenças e similitudes dos resultados obtidos a partir de duas fontes tão diferentes<sup>118</sup>.

### 3.1.1. Primeira metade do século XIX

Um olhar sobre os inventários levantados nos mostra que a década de 1811-1820 foi a que apresentou menor número de inventariados escravistas, o que é compreensível, dado que o povoamento efetivo da região de Franca se deu a partir de 1810 e, portanto, as instituições e órgãos do Estado ainda estavam por se estruturar na localidade. Como exemplo destas condições, a Câmara Municipal só foi instalada em 1824.

As décadas de 1830 e 1840 foram responsáveis pelo maior número de inventários abertos na primeira metade dos oitocentos, em parte refletindo o efeito da mortalidade que começava a atingir os primeiros migrantes mineiros que se dirigiram para o norte paulista<sup>119</sup>. Esse é o caso do capitão Hipólito Antonio Pinheiro, inventariado em 1840 e um dos primeiros mineiros a se instalar na região; e de Heitor Ferreira de Barcelos, mineiro, falecido por volta de 1836, que chegou à região da atual Igarapava ainda nos primeiros anos de 1800<sup>120</sup> (Tabela 3.1).

---

<sup>117</sup> Estamos cientes das implicações em considerar o período 1851-1888 conjuntamente, uma vez que em 1871 a Lei do Ventre Livre retirou as crianças filhas de ventre escravo da população escrava e acarretou importantes mudanças demográficas na estrutura do segmento servil. No entanto, como temos menor número de escravos listados/arrolados entre 1872-1888 (29% do total para a segunda metade do século XIX) – o que dificultou algumas análises demográficas – optamos por agregar os dados para um único período 1851-1888.

<sup>118</sup> A posse escrava, para 1836, refere-se aos escravos listados no fogo do chefe de domicílio. Para os inventários *post mortem* definimos posse como todos os escravos que pertencem a um determinado proprietário (a) sejam residentes no mesmo fogo [domicílio] ou não (SLENES, 1999, p. 117 nota 11).

<sup>119</sup> A década de 1821-1830 foi o período com maior média de escravos inventariados, 7,5, para todo o intervalo 1811-1888.

<sup>120</sup> Heitor era pai de Anselmo Ferreira de Barcelos – personagem que deu nome à revolta armada Anselmada que eclodiu em fins da década de 1830 na Vila Franca do Imperador.

**Tabela 3.1- Distribuição dos inventários e escravos. Franca, 1811-1850**

Período	N. Escravos	%	N. Inventários	%	N. médio de escravos por inventário
1811-1820	160	6,2	26	6,6	6,2
1821-1830	614	23,7	82	20,8	7,5
1831-1840	932	35,9	127	32,2	7,3
1841-1850	890	34,3	160	40,5	5,6
Total	2596	100,0	395	100,0	6,6

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

Os senhores escravistas eram parcela importante da sociedade local, e foram especialmente eles que deixaram bens inventariados. Entre os inventariados 58,7% possuíam escravos e, nos domicílios francanos de 1836, 40,1% deles tinham escravos entre seus moradores<sup>121</sup>. É sobre as posses desses senhores e sobre os escravos encontrados nos domicílios em 1836 que repousa a nossa análise sobre a primeira metade do século XIX.

Entre 1811-1850, foram avaliados 2.596 cativos pertencentes a 395 inventariados, ou seja, 44,9% dos 5.784 escravos arrolados nos inventários abertos entre 1811-1888.

Entre os senhores de escravos inventariados nesse primeiro período (1811-1850), foi possível identificar a notável participação dos pequenos escravistas com até cinco escravos (58,5%), que juntos possuíam 23,2% dos cativos arrolados no período. Metade dos escravos estava em posses com até 10 cativos. As pequenas e médias posses, aquelas com até 20 escravos, pertenciam à quase totalidade dos senhores (96,5%) e nessas escravarias viviam pouco mais de quatro quintos dos escravos (84,5%) (Tabela 3.2 e 3.3).

Os dados concernentes à Lista Nominativa de Habitantes de 1836 relativos aos domicílios escravistas mostram tendências semelhantes às posses inventariadas, mas em proporções diversas: em 68,4% dos domicílios havia entre um a cinco escravos e esses escravos representavam 29,3% dos cativos recenseados. Nos domicílios com até 20 escravos, viviam 83% dos cativos e 97,1% de seus chefes. Mais da metade dos escravos encontrava-se em domicílios com até 10 cativos.

Os senhores inventariados possuíam em média, portanto, um escravo a mais do que os chefes de domicílios em 1836 (6,6 e 5,4 respectivamente). Nenhum senhor ou domicílio possuiu mais do que 70 escravos na vila de Franca na primeira metade do século XIX.

Creditamos às características específicas de cada uma das fontes as diferenças entre as proporções observadas: a Lista Nominativa abrange a totalidade dos domicílios com escravos em um ano específico (1836), enquanto os inventários são mais seletivos — abrangem somente os que possuíam bens a serem herdados — e o conjunto deles está referido a um período mais amplo de tempo (1811-1850).

Os números verificados para Franca não se distinguiram muito do padrão observado para outros locais ou regiões.

O padrão de posse de escravos que discernimos em São Paulo nesse período [início do século XIX] provavelmente era generalizado no Brasil e até na América do Norte. Um terço dos domicílios possuía escravos e os cativos compunham de um quinto a um terço da população local. Nas áreas de produção de alimentos (que ocupavam a maior parte das terras cultivadas), cerca de 20% dos domicílios possuíam escravos e os pequenos plantéis predominavam (LUNA; KLEIN, 2005, p.139).

**Tabela 3.2- Distribuição dos escravos segundo o tamanho da posse. Franca, 1836 e 1811-1850**

Tamanho da posse	1836		1811-1850	
	Escravos	%	Escravos	%
1-5	995	29,3	603	23,2
6-10	833	24,5	681	26,2
11-20	992	29,2	885	34,1
21-40	399	11,8	382	14,7
41 e +	176	5,2	45	1,7
Total	3395	100,0	2596	100,0

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836 e AHMF Inventários *post mortem*.

**Tabela 3.3- Distribuição dos proprietários segundo o tamanho da posse. Franca, 1836 e 1811-1850**

Tamanho da posse	1836		1811-1850	
	Chefes de domicílios	%	Inventariados	%
1-5	431	68,4	231	58,5
6-10	111	17,6	88	22,3
11-20	70	11,1	62	15,7
21-40	15	2,4	13	3,3
41 e +	3	0,5	1	0,3
Total	630	100,0	395	100,0

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836 e AHMF Inventários *post mortem*.

<sup>121</sup> A porcentagem se refere ao período 1811-1888 e aos inventários depositados em 33 caixas do 2º Ofício Cível (total de 601 inventários, dos quais 353 com escravos) (anexo 1).

Informações disponíveis para o sul dos Estados Unidos revelam que, em 1830, 28,5% de escravos desse local estavam em posses com até nove cativos que pertenciam a quase três quartos dos proprietários de escravos; já os escravistas com mais de 20 cativos eram apenas 9,5% do total (SCHWARTZ, 1983). No entanto, nessa região 44% dos cativos estavam concentrados nas posses com mais de 20 escravos. Em Franca essa última proporção era bem menor (16,4% entre 1811-1850 e 17,0% em 1836).

Na Jamaica, por sua vez, cerca de um décimo dos escravos vivia em posses com mais de 100 escravos e os escravistas que possuíam 100 cativos ou mais chegavam a 7,6% no ano de 1832. A maioria dos senhores (69,1%), no entanto, possuía de um a nove escravos e detinha apenas 8,7% do total de cativos (SCHWARTZ, 1983).

Na primeira metade do século XIX encontramos apenas 18,0% dos inventariados como donos de um único escravo. Já a presença de um único escravo vivendo e trabalhando ao lado de seu proprietário e outras pessoas livres era uma realidade em 165 domicílios francanos (26,2%), em 1836. Este é o caso do lavrador Antonio Garcia de Andrade, morador no distrito da Vila, 40 anos, natural de Minas Gerais, casado e pai de sete filhos com idades entre 14 e dois anos, que possuía apenas o escravo Francisco, de 25 anos<sup>122</sup>.

Em outras regiões do Brasil, a proporção de posses unitárias variou: 24,5% em São Paulo (1829) e em Minas Gerais (1833) (LUNA e KLEIN, 2005); 20% no sul dos Estados Unidos (1830) e 11% na Jamaica em 1832 (SCHWARTZ, 1983).

As mulheres predominaram apenas nas posses inventariadas que possuíam entre 1 a 5 cativos. Nos domicílios em 1836 com posses desse mesmo tamanho, elas não chegavam a predominar, mas apareciam em proporções bem mais altas que nas posses de maior tamanho. As pequenas posses estariam se dedicando mais a outras atividades que não a pecuária, como pequenas roças, tecelagem (como fiandeiras, tecedeiras) ou costura e por isso a mão de obra feminina aparecia com mais evidência? Ou seus senhores teriam menos recursos para adquirir cativos do sexo masculino, que obtinham maior preço no mercado? (Tabelas 3.4, 3.5 e 3.6).

Nas demais faixas de tamanho de posse, constatamos uma correlação direta entre o aumento da posse e o aumento da proporção de homens. Nas grandes posses (com 41 ou mais escravos), embora os homens predominassem, a proporção era menor que naquelas com 21-

40 cativos, mas esse resultado pode estar ligado à pouca representatividade das mesmas: eram apenas três no total das posses analisadas em 1836 e uma entre os inventariados.

**Tabela 3.4- Razão de sexo dos escravos segundo tamanho da posse. Franca, 1836**

Tamanho da posse	Razão de sexo	
	1836	1811-1850
1-5	118	98
6-10	138	113
11-20	133	132
21-40	164	162
41 e +	159	137
Total	134	122

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

**Tabela 3.5- População escrava segundo tamanho da posse e sexo. Franca, 1811-1850**

Tamanho da posse	Homens	Mulheres	Total
1-5	49,4	50,6	100,0
6-10	53,0	47,0	100,0
11-20	56,9	43,1	100,0
21-40	61,8	38,2	100,0
41 e +	57,8	42,2	100,0
Total	54,9	45,1	100,0

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

**Tabela 3.6- População escrava segundo tamanho da posse e sexo. Franca, 1836**

Tamanho da posse	Homens	Mulheres	Total
1-5	54,2	45,8	100,0
6-10	58,0	42,0	100,0
11-20	57,1	42,9	100,0
21-40	61,9	38,1	100,0
41 e +	61,4	38,6	100,0
Total	57,2	42,8	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

<sup>122</sup> Distrito 1, quarteirão 8, fogo 43.

Em Bananal, no ano de 1801, as mulheres também eram mais representativas do que os homens nas posses de 1 a 4 cativos (59,5%), mas com o crescimento da cafeicultura a partir de 1817, os homens passaram a constituir a maioria dos escravos em qualquer tamanho de posse (MOTTA, 1999). Em estudo sobre a posse de escravos na Capitania/Província de São Paulo para três anos (1777, 1804 e 1829), Luna (1992) verificou a mesma correlação positiva entre a razão de sexo e o tamanho da escravaria.

Os adultos predominaram em todos os tamanhos de posse, ou seja, os cativos que aparecem nos inventários com idades entre 15 e 50 anos constituíam mais da metade dos escravos em todas as faixas de tamanho de posse, como já era de se esperar. Contudo, sua proporção alcançava o maior valor nas pequenas posses (59,2%) e o menor nas posses que possuíam entre 11 e 20 escravos (53,4%); nos domicílios de 1836 essas proporções chegaram a 69,2% e a 58,4%, respectivamente.

Em contraposição, era nas posses com 21 a 40 escravos que se encontrava a maior proporção de crianças e jovens com até 14 anos entre os cativos arrolados nos inventários. No caso dos domicílios de 1836, a maior proporção desse grupo jovem encontrava-se na faixa de tamanho de posse de 11 a 20 escravos.

Nas grandes posses (41 ou mais escravos) a proporção de crianças já era bem menor. Em que se pese a pouca representatividade das posses desse tamanho, poderíamos perguntar se os grandes proprietários de escravos, por serem os maiores criadores, por se dedicarem também ao transporte do gado e a outras atividades, e por possuírem mais recursos podiam contar com uma proporção maior de escravos adultos na sua escravaria? (Tabelas 3.7e 3.8).

**Tabela 3.7- População escrava segundo tamanho da posse e grupos de idade. Franca, 1811-1850**

Tamanho da posse	0-14	%	15-50	%	51 e +	%	Total	%
1-5	173	33,6	305	59,2	37	7,2	515	100,0
6-10	237	37,1	361	56,6	40	6,3	638	100,0
11-20	290	37,9	409	53,4	67	8,7	766	100,0
21-40	147	38,7	209	55,0	24	6,3	380	100,0
41 e +	13	29,5	25	56,8	6	13,6	44	100,0
Total	860	36,7	1309	55,9	174	7,4	2343	100,0

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*. Para 9,7% dos escravos não foi informada a idade.

**Tabela 3.8- População escrava segundo tamanho da posse e grupos de idade. Franca, 1836**

Tamanho da posse	0-14	%	15-50	%	51 e +	%	Total	%
1-5	273	27,4	689	69,2	33	3,3	995	100,0
6-10	281	33,7	516	61,9	36	4,3	833	100,0
11-20	386	38,9	579	58,4	27	2,7	992	100,0
21-40	139	34,8	236	59,1	24	6,0	399	100,0
41 e +	50	28,4	121	68,8	5	2,8	176	100,0
Total	1129	33,3	2141	63,1	125	3,7	3395	100,0

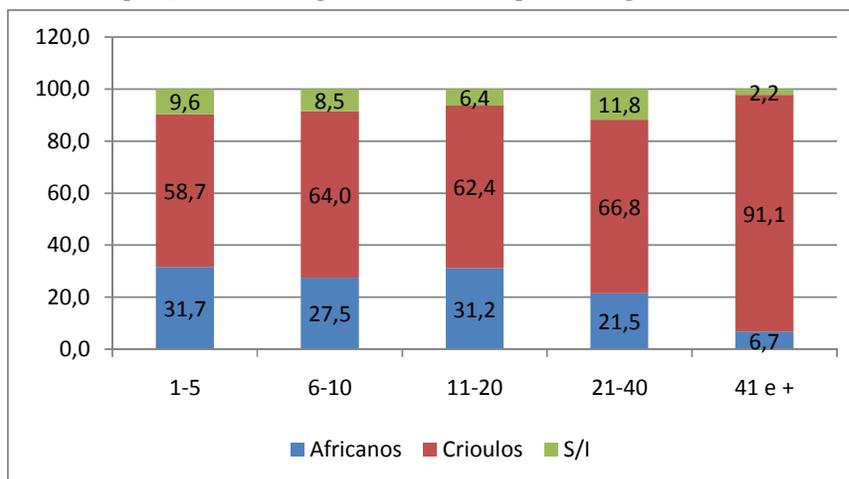
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

Qualquer que fosse o tamanho da posse, o que os dados indicam é que a proporção de crianças e jovens com até 14 anos tinha um peso razoável. Some-se a isso o fato de que, nesse grupo, a razão de sexo encontrada a partir dos dados dos inventários foi de 105 meninos para 100 meninas (razão mais equilibrada entre as três faixas etárias), reforçando mais uma vez a importância da reprodução natural da população escrava de Franca.

Os idosos estavam presentes em todas as faixas de tamanho de posse, mas em pequena proporção, sendo o grupo que apresentou o maior desequilíbrio entre homens e mulheres: a razão de sexo atingiu a cifra de 152 para o período 1811-1850. As marcas do tráfico internacional eram evidentes entre esses. Dentre os escravos com mais de 51 anos listados nos inventários, 51,1% eram africanos, diferentemente do grupo mais jovem, com menos de 15 anos, cuja população crioula predominava de forma quase absoluta.

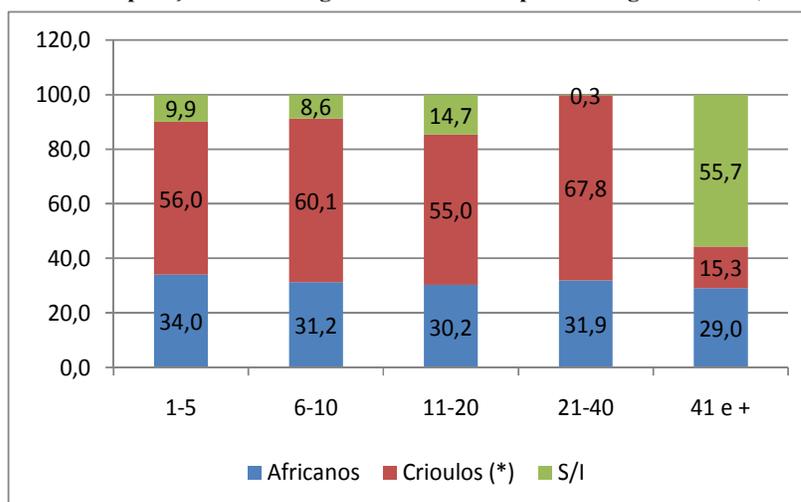
Ao analisar a naturalidade (africana ou crioula) segundo o tamanho da posse (apesar dos casos sem informação, que nos inventários respondem por 8,4% dos casos e, na Lista de 1836, por 12,3%), podemos observar que os crioulos eram maioria em todas as faixas de tamanho. Os africanos estavam proporcionalmente mais presentes nas posses com até 5 cativos, provavelmente porque essas escravarias enfrentavam mais dificuldades em se ampliar através dos nascimentos e recorrer ao tráfico atlântico era uma forma de compor essas posses diminutas (Gráficos 3.1 e 3.2).

**Gráfico 3.1- População escrava segundo tamanho da posse e origem. Franca, 1811-1850**



Fonte: AHMF Inventários *post mortem*. S/I = Sem informação. Encontramos apenas uma posse com 41 ou mais escravos e que contava com a presença de três africanos.

**Gráfico 3.2- População escrava segundo tamanho da posse e origem. Franca, 1836**



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. (\*) Incluídos os naturais de Minas Gerais, São Paulo, Franca e Curitiba. S/I = Sem informação.

Na primeira metade do século XIX a informação sobre o estado conjugal dos escravos nos inventários foi escassa: apenas 75 escravos traziam essa informação. Já para 1836, 8,3% não dispunham dela. Mesmo assim é possível observar uma correlação direta entre o tamanho

da posse e a proporção de casados, ou seja, quanto maior a posse, maior a proporção de escravos casados ou viúvos no seu interior. De outra perspectiva, observando o número total de solteiros, 37,1% deles encontravam-se nas posses de 1 a 5 escravos, proporção que decrescia à medida que aumentava o tamanho da posse. No entanto, entre aqueles uma vez casados (casados e viúvos) a maioria (33,7%) estava nas posses entre 11 e 20 escravos (Tabelas 3.9 e 3.10).

**Tabela 3.9- População escrava com 15 anos ou mais segundo tamanho da posse e estado conjugal. Franca, 1836**

Tamanho da posse	Solteiro	Casado	Viúvo	S/I	Total
1-5	526	120	3	72	721
6-10	370	137	7	38	552
11-20	332	215	6	52	605
21-40	160	99	1	0	260
41 e +	31	68	0	27	126
Total	1419	639	17	189	2264

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. S/I = Sem informação.

**Tabela 3. 10- População escrava com 15 anos ou mais segundo tamanho da posse, estado conjugal e sexo. Franca, 1836**

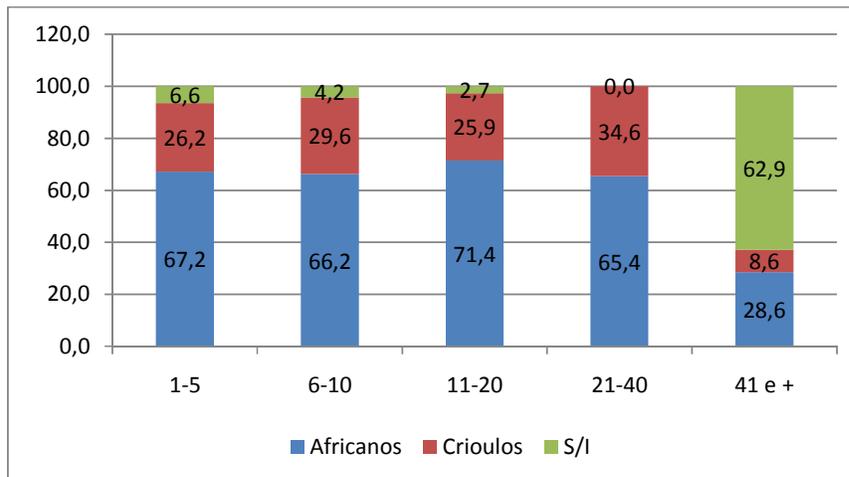
Tamanho da posse	Solteiro		Casado		Viúvo		S/I	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1-5	34,0	42,9	18,8	18,8	0,0	27,3	34,0	43,0
6-10	26,0	26,1	21,8	21,0	0,0	63,6	17,5	23,3
11-20	24,0	22,2	32,9	34,4	83,3	9,1	29,1	25,6
21 e +	15,9	8,8	26,5	25,8	16,7	0,0	19,4	8,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. S/I = Sem informação. Adicionamos os valores referentes à faixa de tamanho de posse com 41 ou mais escravos na faixa anterior.

Como o casamento de escravos pertencentes a proprietários diferentes foi muito raro em Franca, e como havia mais homens que mulheres, muitos homens não tiveram a chance de contrair matrimônio, qualquer que fosse o tamanho da posse. A maior parte das mulheres solteiras estava nas posses com 1 a 5 cativos, no entanto, elas apresentaram proporções menores que as observadas para os homens (Gráficos 3.3 e 3.4).

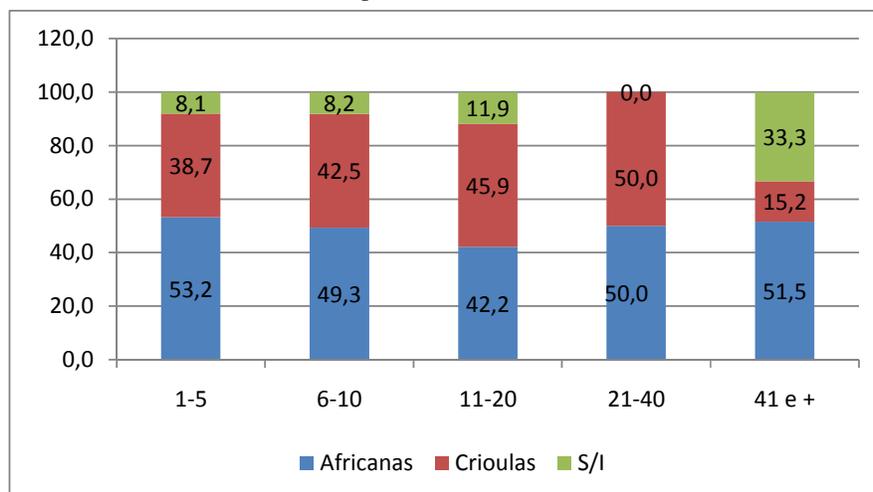
Em que se pesem as distorções trazidas pelos casos sem informação na faixa de tamanho de posse com 41 ou mais escravos, que apresenta problema de pouca representatividade, em linhas gerais é possível verificar que os homens africanos dominaram o mercado matrimonial em todas as faixas de tamanho de posse. Entre as mulheres, o desequilíbrio entre africanas e crioulas alguma vez unidas parece ter sido menor.

**Gráfico 3.3- População escrava masculina com 15 anos ou mais alguma vez unida segundo tamanho da posse e origem. Franca, 1836**



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. S/I = Sem informação.

Gráfico 3.4- População escrava feminina com 15 anos ou mais alguma vez unida segundo tamanho da posse e origem. Franca, 1836.



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. S/I = Sem informação.

Os escravos africanos também se casavam mais do que os crioulos em Bananal. A porcentagem de africanos casados entre os homens escravos com 15 anos ou mais variou de 76,4% (1801), 86,2% (1817) a 94% (1829) e entre as mulheres africanas de mesmo grupo etário as casadas eram 85,4% em 1801, 79,8% em 1817 e 88,8% em 1829 (MOTTA, 1999).

O padrão nupcial observado em Franca (e também em Bananal) diferiu do encontrado por Slenes em Campinas.

Ora, tanto em 1081 quanto em 1829 os homens crioulos têm um índice de nupcialidade mais alto do que o dos africanos; já entre as mulheres, são as africanas que se casam mais. Essas diferenças são especialmente grandes nas posses maiores (com 10 ou mais escravos). Na população acima de 15 anos nessas posses em 1801, 43,3% dos homens crioulos eram casados/viúvos, contra 26,5% dos africanos; enquanto isso, 52,8% das mulheres crioulas apresentavam esses estados, versus 79,8% das africanas. Nas posses maiores em 1829, essas cifras eram 47,1% para homens crioulos contra 23,9% para africanos, e 61,5% para mulheres crioulas, versus 66,7% para africanas (SLENES, 1999, p.76).

Os inventários são pobres em arrolar as ocupações dos escravos e, quando o fazem, listam ocupações manuais que exigiam habilidades mais específicas. Apenas 35 deles tiveram sua ocupação declarada. Dentre cinco mulheres (listadas como costureiras, tecedeiras,

rendeiras) três estavam em posses com até cinco escravos (onde também se observou maior número de mulheres do que de homens) e as demais nas posses de 11 a 20 escravos.

A tecelagem era uma ocupação desenvolvida mais pelas mulheres nas posses pequenas e médias. Embora os inventários não acusem, acreditamos que também mulheres exerciam essa ocupação em muitas das grandes escravarias.

Entre os 30 homens com ocupação declarada, encontramos 13 em posses com 21-40 escravos; seis em posses de 11-20 cativos; cinco naquelas com 6-10 cativos e seis em posses com até cinco escravos. Suas ocupações eram: sapateiro, teceleiro, carpinteiro, peão, caçador, ferreiro, carreiro, etc. Ao que parece, ainda que com dados esparsos, os homens escravos dedicavam-se essencialmente a essas atividades nas posses médias e grandes.

A Lista de 1836 não traz informações referentes à ocupação exercida pelo escravo. Utilizamos a informação presente para seus proprietários. As principais atividades a que os chefes de domicílios escravistas se dedicavam eram a lavoura e a pecuária, independente do tamanho de suas escravarias. Os jornaleiros e os negociantes restringiram-se aos pequenos proprietários; já os trabalhadores especializados, os “profissionais liberais” e os agregados (estes em menor proporção) conseguiram adquirir até 20 escravos, o que os colocou em uma posição intermediária. Os lavradores compunham um grupo heterogêneo, com escravistas em todas as faixas de posse, porém destacou-se por ter grandes proprietários.

**Tabela 3.11- Tamanho da posse de escravos segundo ocupação do chefe. Franca, 1836**

Ocupação	Tamanho da posse					Total
	1-5	6-10	11-20	21-40	41 e +	
Lavrador	66,8	90,3	85,3	93,5	100,0	83,4
Trabalho manual especializado (*)	9,7	5,0	9,6	0,0	0,0	6,7
Profissionais liberais (**)	4,3	0,8	3,3	6,5	0,0	3,2
Jornaleiros/agências/vive de seu trabalho	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9
Negócios/Negociantes	4,8	3,1	0,0	0,0	0,0	2,1
Agregados	9,2	0,8	1,9	0,0	0,0	3,2
Outros (***)	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6
Total (****)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

(\*) Inclui administrador, alfaiate, carpinteiro, carapina, carreiro, feitor, ferreiro, marceneiro, sapateiro, paneleiro, pedreiro, roupeiro, seleiro, pescador, tecelão, telheiro.

(\*\*) Inclui funcionários públicos, eclesiásticos e militares.

(\*\*\*) Inclui 5 criadores, 1 proprietário, 1 “indústrias”.

(\*\*\*\*) Excluímos 102 homens e 20 mulheres chefes de fogos com escravos pela falta de informação sobre a ocupação.

No que tange às relações de parentesco escravo e sua relação com o tamanho da posse, as informações disponíveis também são escassas. Na Lista Nominativa de 1836, o parentesco escravo está ausente e foram poucos os que anotaram informações que permitem identificá-los nos inventários; essas informações não são registradas nas posses com mais de 40 escravos.

No conjunto dos inventários conseguimos identificar apenas 181 escravos que faziam parte de grupos familiares (cerca de 7,0% do total de cativos listados entre 1811-1850). Nesses poucos casos, observamos que as mulheres responderam por 56,9% dos escravos envolvidos em relações familiares e, proporcionalmente, estiveram mais presentes nas posses com até cinco cativos (68%). De uma forma geral, as famílias mostraram-se mais presentes nas posses com 11-20 escravos e envolveram 63 cativos.

Relacionando o tamanho da posse com a presença de indivíduos aparentados, obtivemos o seguinte resultado: 18,8% dos indivíduos aparentados estavam nas posses com 1-5 escravos; 23,2% nas posses com 6-10; 34,8% nas escravarias com 11-20 e 23,2% naquelas com 21-40 escravos. Os casais representaram 71,2% dos escravos, as mães com filhos, 24,3%. Além destes, foram listados: casal com filhos e irmãos.

Os casais estavam mais presentes nas posses com 11-20 escravos e as mães com filhos naquelas com até 5 cativos. Apesar da dúvida sobre a representatividade desses casos, eles mostram que o tamanho da posse podia condicionar a presença e a característica apresentada pelo parentesco entre os escravos.

### **3.1.2. Segunda metade do século XIX**

É preciso recordar que a demografia escrava no território de Franca modificou-se entre a primeira e a segunda metade do século XIX: diminuiu sua participação no total da população; estava mais envelhecida; após 1871 os nascimentos de filhos de escravos passaram a se originar *de ventre livre* e não acrescentaram mais pessoas ao contingente escravo; aumentou o número de alforrias e, três anos antes da abolição da escravatura, os sexagenários deixaram de ser escravos. Esses fatores aparecem refletidos nas relações entre o

tamanho da posse escrava e características demográficas dessa população, inventariada na segunda metade do século XIX.

Nesse período foram abertos 505 inventários que arrolaram escravos e ingênuos. Mesmo após a Lei do Ventre Livre, em alguns casos o valor dos serviços das crianças e jovens aparece nos inventários. Francisca, de 13 anos, filha de Maria teve seus serviços avaliados em 150\$000 (cento e cinquenta mil réis), pois era *liberta e obrigada a serviços na forma da lei n. 2.040 de 28/9/1871*.

A maioria desses inventários refere-se às duas primeiras décadas do período e seu número foi se reduzindo à medida que se aproximava o fim da escravidão. Conseqüentemente, encontramos menor número de escravos arrolados nos inventários, o que está associado às leis abolicionistas e alforrias que ocorreram no decorrer do período, retirando pessoas do cativo. Os inventários *post mortem* pesquisados listaram 3.188 escravos e 215 ingênuos entre 1851-1888 (Tabela 3.12).

**Tabela 3.12- Distribuição dos inventários e escravos. Franca, 1851-1888**

Período	Escravos		Ingênuos		Inventários		N. médio de escravos por inventário
	N.	%	N.	%	N.	%	
1851-1860	1066	33,4			158	31,3	6,7
1861-1870	1091	34,2			168	33,3	6,5
1871-1880	652	20,4	45	20,9	115	22,8	5,7
1881-1888	379	12,0	170	79,1	64	12,8	5,9
Total	3188	100,0	215	100,0	505	100,0	6,3

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

Em relação à primeira metade do século, os proprietários com até cinco escravos também continuaram maioria entre os inventariados após 1850 (65,7%), mas em maiores proporções que no período anterior. Os escravos nessa faixa de tamanho de posse (até 5 cativos) também aumentaram sua participação no conjunto dos cativos listados (25,8%). A mesma tendência observou-se em relação às posses maiores, com mais de 21 escravos. Já nas faixas intermediárias de tamanho de posse (6 a 10 e 11- 20) ocorreu o inverso, ou seja, sua participação se reduziu, tanto no que diz respeito aos senhores como aos escravos.

**Tabela 3.13- Distribuição dos escravos e inventários segundo o tamanho da posse. Franca, 1851-1888**

Tamanho da posse	Escravos	%	Inventariados	%
1-5	821	25,8	332	65,7
6-10	632	19,8	81	16,0
11-20	1006	31,6	70	13,9
21-40	548	17,2	19	3,8
41 e +	181	5,7	3	0,6
Total	3188	100	505	100,0

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

Nesse período os homens continuaram a ser maioria em todas as faixas, elevando sua presença de acordo com o aumento da posse. A razão de sexo diminuiu em todos os tamanhos de posse e a diferença entre a razão de sexo mostrada na primeira metade do século cresceu à medida que cresciam as posses. No conjunto, a razão de sexo passou de 122 na primeira para 115 na segunda metade do século XIX. A idade média elevou-se para 26 anos, refletindo em parte a saída das crianças nascidas após 1871 (na primeira metade do século era de 24 anos).

**Tabela 3.14- População escrava segundo tamanho da posse, sexo e razão de sexo. Franca, 1851-1888**

Tamanho da posse	Sexo						Razão de sexo
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	
1-5	413	50,3	408	49,7	821	100,0	101
6-10	327	51,7	305	48,3	632	100,0	107
11-20	549	54,6	457	45,4	1006	100,0	120
21-40	314	57,3	234	42,7	548	100,0	134
41 e +	101	55,8	80	44,2	181	100,0	126
Total	1704	53,5	1484	46,5	3188	100,0	115

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

Assim como na primeira metade do século XIX, os jovens (menores de 15 anos) constituíram um importante grupo na posse escrava, elevando também a sua participação de acordo com o aumento da posse. No entanto, a sua proporção no conjunto diminuiu para 32,5%.

Os adultos entre 15 e 50 anos igualmente diminuiram sua participação no segundo período e, à medida que aumentava a posse, sua participação também diminuía. Em consequência, os idosos (com 51 anos ou mais) aumentaram sua proporção porque a

população escrava estava mais envelhecida. A razão de sexo neste último grupo manteve-se elevada, 185, ao passo que, entre os jovens, declinou para 102 e, entre os adultos, era 112. Os efeitos do tráfico atlântico ainda se faziam notar. Entre os idosos, os africanos compuseram 49,1% do total de cativos (esse percentual pode ser ainda mais alto, uma vez que para um quinto dos idosos não houve menção quanto a origem).

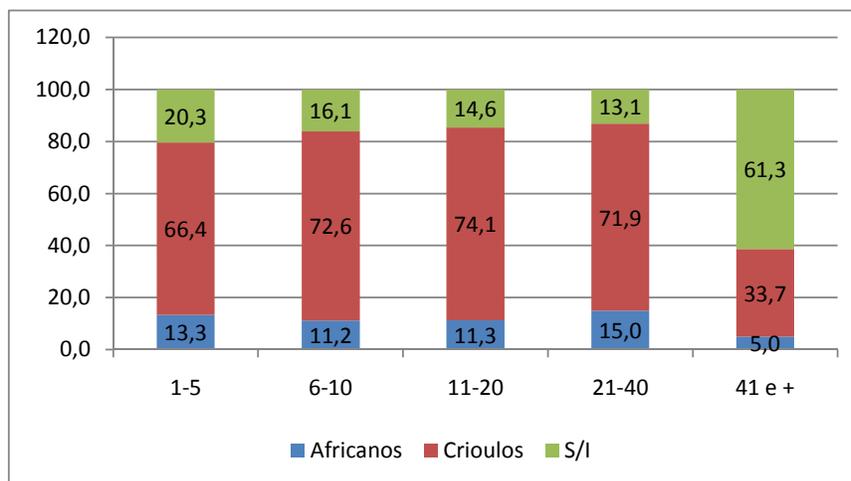
**Tabela 3.15- População escrava segundo tamanho da posse e grupos de idade. Franca, 1851-1888**

Tamanho da posse	0-14	%	15-50	%	51 e +	%	Total	%
1-5	166	25,0	420	63,2	79	11,9	665	100
6-10	165	30,1	336	61,2	48	8,7	549	100
11-20	314	34,5	516	56,6	81	8,9	911	100
21-40	198	36,5	287	53,0	57	10,5	542	100
41 e +	83	46,6	81	45,5	14	7,9	178	100
Total	926	32,5	1640	57,6	279	9,8	2845	100

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*. Para 10,8% dos cativos a idade não foi informada.

Após o fim do tráfico, a participação dos africanos reduziu drasticamente (Gráfico 3.5). Na tentativa de amenizar a falta de informações quanto à origem, quando havia informação sobre a idade da pessoa consideramos crioulas todas as nascidas após 1855. Ainda assim, para as posses com 41 escravos ou mais, houve ausência de informação para mais de 60% dos escravos que as compunham. No entanto, boa parte desses escravos deveriam ser crioulos, pois os jovens tiveram peso importante nessas escravarias.

**Gráfico 3.5- População escrava segundo origem e tamanho da posse. Franca, 1851-1888**



Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

Na segunda metade do século XIX também é possível perceber correlação positiva entre o tamanho das posses e o aumento na proporção de casados ou viúvos, tanto entre homens quanto entre mulheres escravos. As mulheres se casavam proporcionalmente mais do que os homens e mais cedo, já que 3,6% dos homens com 15 anos ou mais haviam se casado até os 30 anos (não havia viúvos nesse grupo) e, entre as mulheres adultas, 9,2% já haviam se casado ou eram viúvas até os 30 anos. É importante ressaltar que a ausência de informações para o estado conjugal foi demasiadamente elevada, o que dificultou uma análise mais acurada.

**Tabela 3.16- População escrava com 15 anos ou mais segundo estado conjugal e tamanho da posse. Franca, 1851-1888**

Tamanho da posse	Solteiro	Casado	Viúvo	S/I	Total
1-5	110	31	6	352	499
6-10	106	59	11	208	384
11-20	106	119	13	359	597
21-40	54	123	5	162	344
41 e +	24	62	3	6	95
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>394</b>	<b>38</b>	<b>1087</b>	<b>1919</b>

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*. S/I = Sem informação.

**Tabela 3.17- População escrava com 15 anos ou mais segundo sexo, estado conjugal e tamanho da posse. Franca, 1851-1888**

Tamanho da posse	Solteiro		Casado		Viúvo		S/I	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1-5	22,8	33,1	8,4	7,3	20,0	14,3	29,1	36,7
6-10	28,3	24,3	16,3	13,5	30,0	28,6	18,0	20,7
11-20	23,3	30,4	29,7	30,7	20,0	39,3	35,3	30,1
21-40	18,3	7,7	30,2	32,3	10,0	14,3	17,0	12,2
41 e +	7,3	4,4	15,3	16,1	20,0	3,6	0,6	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*. S/I = Sem informação.

Foram listados 137 homens e mulheres cativos com ocupação. Dentre os escravos do sexo masculino, aqueles com alguma atividade ocupacional declarada predominaram nas posses com 11 a 20 cativos (com destaque para os roceiros). Os escravos exerciam atividades como ourives, ferreiro, tropeiro, carpinteiro, campeiro, etc.

Dentre as mulheres, aquelas com ocupação declarada viviam em maior número nas posses com até 5 cativos, seguidas das escravas de inventariados com 11-20 escravos. Na segunda metade do século XIX, as cozinheiras destacaram-se, no entanto, as costureiras, tecedeiras, fiandeiras ainda eram ocupações importantes. Houve menção também às lavadeiras e uma farinheira. Várias ocupações foram listadas conjuntamente: tece e lava, costureira e cozinheira, roceiro e carreiro.

Após a realização da Matrícula de Escravos de 1872, os inventários deveriam conter uma cópia ou a transcrição da mesma. A Matrícula trazia nome, idade, ocupação, condições para o trabalho, filiação, número da matrícula, o que acabou por acarretar informações mais completas sobre os escravos, especialmente no tocante ao parentesco escravo.

As informações sobre o parentesco escravo nos revelaram que 579 cativos (18,2%) estavam inseridos em grupos familiares entre 1851-1888. Novamente notamos o predomínio de casais dentre os escravos (48,6%), seguido das mães com filhos (24,7%) e dos casais com filhos (17,7%) (os três grupos responderam por 91% dos cativos aparentados). As mulheres estabeleceram mais vínculos familiares do que os homens.

As posses com 11-20 escravos foram as que possuíam mais escravos aparentados: 32,1%. No entanto, não observamos aumento de parentesco proporcional ao tamanho da posse. Havia praticamente o mesmo porcentual (cerca de um quinto) de cativos aparentados nas posses com até 5 cativos e naquelas com 21-40.

Em resumo, o que os números analisados nos mostraram é que havia uma correlação direta entre o tamanho da posse escrava e as características demográficas (sexo, idade, naturalidade, estado conjugal) dos escravos. E, pelo que tudo indica, também entre o número de escravos em uma escravaria e as relações familiares estabelecidas. Essa correlação ocorreu tanto na primeira como na segunda metade do século XIX. Contudo, os valores que evidenciam essa correlação foram afetados pelas transformações sócio-econômicas, políticas e mesmo demográficas ocorridas nesse segundo período.

### **3.2. Reconstituindo famílias escravas**

Antonio Correia de Oliveira não foi um senhor de grande escravaria. Sua posse variou entre oito e dez cativos. Esse lavrador, casado e natural de Minas Gerais vivia no distrito de Santa Bárbara (atual Patrocínio Paulista) em 1836, juntamente com oito escravos.

Quando morreu, em 1861, sua esposa e inventariante Maria Vicência declarou como bens apenas dez cativos no inventário *post mortem*. O valor dos escravos somou 10:100\$000 (dez contos e cem mil réis), as custas do inventário 231\$380 (duzentos e trinta e um mil e trezentos e oitenta réis) e o espólio a ser repartido entre os herdeiros, 9:868\$620 (nove contos, oitocentos e sessenta e oito mil e seiscentos e vinte réis). Assim, sabemos pouco sobre as atividades a que Antonio Correia se dedicava.

De sua posse, reconstituímos quatro famílias escravas que lhe pertenceram: dois casais com filhos e duas mães com seus filhos.

A escrava crioula Sebastiana era natural de Franca, teve um filho “natural” antes de se casar com Manoel e, após a união, batizou mais duas crianças do sexo masculino.

Florinda, mulata, natural de Franca, batizou nove filhos “naturais”, dos quais quatro morreram antes de completar um ano e meio de vida.

Lourença batizou apenas Maria em 1821, que aparentemente foi listada em 1836, então com 15 anos de idade e arrolada no inventário em 1861 (estaria com 40 anos, mas foi avaliada com a idade de 37 anos).

Dos escravos citados, apenas Florinda e Maria estavam presentes na escravaria de Antonio Correia em 1836.

Francisco e Joana, outro casal de escravos desse senhor, batizaram quatro crianças e ainda foram pais de Luisa (arrolada no inventário com apenas três meses). Essa família se iniciou com o casamento de dois crioulos em 1849, ela com idade entre 15 e 18 anos e ele com 25 anos. Todos foram arrolados no inventário (inclusive com as idades corretas): Francisco; Joana; Francisca, de 11 anos; Teresa, de oito; Jose, de cinco; Maria, de três anos e Luisa, com três meses. Da posse de 10 cativos, a família de Francisco e Joana contabilizava sete.

As trajetórias das famílias cativas que compuseram a escravaria de Antonio Correia de Oliveira, e outras que conseguimos reconstruir através do cruzamento nominativo de fontes, são objeto de análise neste tópico, a fim de subsidiar a compreensão do regime demográfico restrito da escravidão em Franca no que se tange aos arranjos familiares. A reconstituição dessas trajetórias familiares foi em parte inspirada na bibliografia existente, no entanto, desenvolvemos uma metodologia tendo em conta as especificidades locais e que esperamos contribuir para o estudo da família escrava.

### **3.2.1. Aspectos metodológicos**

A reconstituição de família é uma metodologia que foi desenvolvida e empregada pelos franceses Louis Henry e Michel Fleury, em meados do século XX<sup>123</sup>. Tal metodologia, que deu origem à Demografia Histórica, parte das informações contidas nos registros paroquiais de batismo, casamento e óbito para determinar a estrutura e dinâmica demográfica de determinado segmento populacional.

---

<sup>123</sup> BACELLAR (1997, p.42). Para as técnicas adaptadas às fontes brasileiras ver HENRY (1977); HENRY (1988); Henry aplicou sua metodologia em dois estudos: HENRY (1956); HENRY; GAUTIER (1958). Ver as referências destes trabalhos em BACELLAR (1997, p.44).

Quando foi criada, seus autores tinham como objetivo entender o declínio precoce da fecundidade na França, em relação a outros lugares. Ela possibilitou o acompanhamento de mudanças no comportamento reprodutivo da população francesa do Antigo Regime<sup>124</sup>, com o emprego de fontes até então pouco utilizadas por historiadores e demógrafos<sup>125</sup>.

Resumidamente, o método de reconstituição de família consiste no agrupamento em fichas nominais e padronizadas de todas as informações relativas aos nascimentos, casamentos e óbitos, tendo como referência inicial o registro de casamento.

No entanto, esta metodologia é alvo de críticas, uma vez que restringe o conhecimento dos componentes demográficos às famílias legítimas. Por outro lado, demanda muito trabalho e tempo do pesquisador<sup>126</sup>. Além disso:

(...) embora esteja a falar sempre em “família”, é evidente que se trata do casal e seus filhos, acrescido de informações concernentes aos pais dos cônjuges. Nada nas informações coletadas autoriza conclusões acerca da estrutura da família e das relações de parentesco que transcendem a família conjugal (NADALIN, 2004, p.120).

Dentre os entraves à sua aplicação, destacam-se a transmissão de nomes e a mobilidade espacial da população. Nas sociedades tradicionais de origem portuguesa o sobrenome de um indivíduo não era fixo ao longo de sua vida, o que acabava por dificultar sua identificação. Além disso, para se obter sucesso na montagem das fichas, a família reconstituída deve permanecer em uma mesma localidade, para o acompanhamento dos

---

<sup>124</sup> Destacamos que o estudo da família ampliou-se ainda mais na Europa ocidental com a incorporação do domicílio aos temas pesquisados ainda na década de 1960 tendo como pioneiros os trabalhos de Peter Laslett e do Grupo de Cambridge na Inglaterra. As pesquisas de Laslett apresentaram novas evidências sobre a família inglesa no período pré industrial calcadas em dados sólidos e uma de suas contribuições, dentre outras, foi a tipologia de domicílios (LASLETT, 1972). Para estudos que adotaram a tipologia de Laslett com adaptações para o caso brasileiro citamos, dentre outros, SAMARA, 1989.

<sup>125</sup> Gilberto Freyre, no prefácio da primeira edição de *Casa-Grande & Senzala* (1933) já destaca documentos que passariam a ser utilizados somente anos mais tarde. “Outros documentos auxiliam o estudioso da história íntima da família brasileira: inventários (...); cartas de sesmaria, testamentos, correspondências da Corte e ordens reais (...); atas de sessões de Ordens Terceiras, confrarias, santas casas (...); os *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* (...); as Atas e o Registro Geral da Câmara de São Paulo; os livros de assentos de batismo, óbitos e casamentos de livres e escravos e os de rol de famílias e autos de processos matrimoniais (...); os estudos de genealogia de Pedro Taques, em São Paulo, e de Borges da Fonseca, em Pernambuco; relatórios de juntas de higiene, documentos parlamentares, estudos e teses médicas, inclusive as de doutoramento da nas Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia; documentos publicados pelo Arquivo Nacional, pela Biblioteca Nacional, pelo Instituto Histórico Brasileiro, na sua Revista, e pelos Institutos de São Paulo, Pernambuco e da Bahia” (FREYRE, 2000, p.58 itálicos no original).

eventos que envolviam seus membros ao longo da vida. A metodologia foi desenvolvida para um contexto social em que os deslocamentos populacionais eram pouco freqüentes, as paróquias eram menores e as distâncias entre elas também<sup>127</sup>:

O método Henry definitivamente não consegue trabalhar a contento com a questão da migração, de resto um problema de menor importância na França. No Brasil, e principalmente em São Paulo, onde as populações se deslocavam em função das flutuações econômicas e em busca de novas terras, esse problema é mais consistente, devendo sempre ser considerado (BACELLAR, 2001, p.48).

A reconstituição de famílias, para a população livre, foi empregada no Brasil por historiadores de São Paulo e do Paraná. Para reconstituírem as famílias, Maria Luiza Marcílio e seus orientandos utilizaram as listas nominativas de habitantes como principal fonte documental<sup>128</sup>. Pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, por sua vez, valeram-se dos registros paroquiais, principalmente para segmentos populacionais de origem estrangeira, como Nadalin (1978) e Andreazza (1996). Mais recentemente, Teixeira também aplicou o método de reconstituição de famílias em suas pesquisas (2006).

Com o tempo, os historiadores passaram a incorporar outras fontes documentais na reconstituição de famílias e grupos domésticos, acrescentando novas informações a respeito dos indivíduos (róis de confessados, inventários *post mortem*, testamentos, listas eleitorais etc.).

Oferecendo um aporte renovador a essa metodologia, no início da década de 1990, Maria Norberta Amorim apresenta uma proposta de reconstituir paróquias partindo primeiramente do registro de batismo, diferentemente de Henry-Fleury que tinham como ponto de partida o registro de casamento. Como o tempo, Amorim aperfeiçoou sua metodologia e pôde refinar os estudos sobre a fecundidade, nupcialidade, mortalidade e mobilidade das paróquias portuguesas:

---

<sup>126</sup> Considerações críticas em relação à reconstituição de famílias encontram-se em REHER (1997).

<sup>127</sup> No entanto, pesquisas posteriores apontaram que na Europa Moderna, pré Revolução Industrial, a mobilidade geográfica não era desprezível na Inglaterra e mesmo entre as paróquias francesas.

<sup>128</sup> MARCÍLIO (1986); SCOTT (1987) e BACELLAR (1997; 2001).

Reconstituir paróquias significa primeiro organizar os dados dos registros de nascimentos, casamentos e óbitos em fichas de Famílias e depois cruzar informações de forma a acompanhar, em encadeamento genealógico, a história de vida de cada residente, tenha ele nascido na paróquia, entrando nela pelo casamento ou simplesmente nela ter falecido (AMORIM, 1991, p.3-4).

Levando-se em conta, que as características da documentação portuguesa aproximam-se mais daquela disponível para o Brasil, é possível que a metodologia de Amorim seja mais adequada à realidade brasileira do que a metodologia francesa<sup>129</sup>. Contudo, este intento ainda não foi realizado por aqui<sup>130</sup>.

Os desdobramentos dos métodos mencionados permitiram o desenvolvimento do arcabouço metodológico da Demografia Histórica, assim como o avanço nas temáticas de pesquisa e na ampliação de fontes históricas utilizadas por historiadores demógrafos. Passamos a conhecer, dessa forma, uma infinidade de histórias de indivíduos até então “silenciados” (mulheres, crianças, expostos, agregados, escravos, dentre outros) e de famílias e grupos domésticos.

As especificidades da população escrava tornam a reconstituição de famílias, qualquer que seja o método utilizado, uma tarefa ainda mais árdua e morosa, muitas vezes frustrante, do que quando empregada para a população livre.

No Brasil, a ausência de sobrenomes entre os escravos, as dificuldades relativas de acesso ao batismo e ao casamento formal<sup>131</sup>, a dificuldade ou desinteresse em registrar os mortos, as manumissões, a venda de escravos e os deslocamentos geográficos a que eram muitas vezes submetidos encontram-se entre os motivos que dificultam ou frustram a reconstituição quando se trata de escravos.

Essas dificuldades, no entanto, não impediram pesquisadores de enfrentar o desafio de acompanhar famílias escravas ao longo do tempo, utilizando-se de fontes nominativas

---

<sup>129</sup> Em termos comparativos, os dois métodos não diferiram nos resultados. “Antes de optarmos pela utilização de uma base de dados de uma paróquia minhota já reconstituída, realizamos um teste comparativo entre a metodologia clássica de Henry e Fleury e o método desenvolvido por Amorim. Os resultados mostraram que a forma como a recolha e o cruzamento manual dos dados foram efectuados não compromete de maneira nenhuma o trabalho, e os resultados encontrados, em ambos os casos foram virtualmente idênticos” (SCOTT, 1999, p.480-481).

<sup>130</sup> Esta metodologia já foi empregada por SCOTT (1999) em sua tese de doutorado baseada na reconstituição de famílias minhotas no norte português.

<sup>131</sup> Que dependia não somente dos cativos, mas dos proprietários e da presença do clero.

variadas, tendo como ponto de partida o nome do proprietário para identificar as relações de parentesco escravo, seja em áreas de *plantations* ou de abastecimento interno.

De um modo geral, os estudos que acompanharam as famílias escravas e reconstruíram seus laços familiares<sup>132</sup> acabaram por focalizar os proprietários que apresentaram maior estabilidade e permaneceram por mais tempo em uma localidade, onde, via de regra, faleceram, ou aqueles mais zelosos em registrar os diversos eventos que marcaram a vida de seus escravos. Mesmo assim os resultados obtidos acrescentaram para o entendimento da população e família escrava no Brasil.

Rocha (2004) reconstruiu laços familiares de gerações de cativos por quase um século, através da micro-análise circunscrita ao âmbito das fazendas de um grande senhor de Campinas. Chamou a atenção para a necessidade de se avaliar os resultados dos estudos demográficos articulados às abordagens qualitativas, a fim de alcançar novos aspectos em relação à família e à comunidade escrava, bem como discutir de outra perspectiva os já conhecidos (ROCHA, 2004).

Ao tratar de questões levantadas por outros estudos sobre a escravidão, como a nupcialidade, a legitimidade, a partilha, o compadrio e o tráfico interno, a autora chegou a conclusões que nem sempre combinam com as sugeridas pela historiografia de uma maneira geral, destacando diferentes possibilidades e vivências históricas, tanto entre escravos como senhores, a partir do estudo de caso em questão.

Outro trabalho que se dedicou ao estudo da posse escrava de um grande senhor do Vale do Paraíba paulista foi elaborado por Florentino e Góes (2006). Essa posse era constituída por 436 cativos em 1872 e a quase totalidade desses escravos estava imersa em uma rede parental. Através da aferição do tempo em que as famílias escravas permaneciam unidas, os autores comprovaram que estas relações eram marcadas pela estabilidade. Os autores retomam a tese, já defendida em trabalho anterior (FLORETINO; GÓES, 1997), de que a urgência do procriar entre os escravos fazia a paz:

---

<sup>132</sup> Apesar de empregarem o termo “reconstituição de famílias” nenhum deles emprega a metodologia francesa assim denominada. Os trabalhos de Díaz e Fuentes empregaram a metodologia portuguesa de reconstituição de paróquias. Há estudos realizados nos Estados Unidos que efetuaram o cruzamento nominativo de fontes: MALONE (1992) e DUNAWAY (2003).

(...) diferentemente das sociedades primitivas [cujo risco de desaparecimento, em consequência da exigüidade demográfica, as induzia à institucionalização de normas direcionadas à maximizadas possibilidades reprodutivas do grupo], o alvo primordial desta incessante busca do ventre gerador não era simplesmente incrementar o estoque populacional, mas, recriar e tornar mais complexo, junto, o parentesco. Porque este fazia a paz (FLORENTINO; GÓES, 2006, p.9).

Díaz e Fuentes reconstituíram famílias de escravos e libertos na paróquia cubana de San Felipe y Santiago del Bejucal a partir da metodologia de reconstituição de paróquias e do enfoque micro-histórico (DÍAZ e FUENTES, 2004; 2006):

La reconstrucción de más de quinientas familias en la parroquia de Bejucal, demostró la validez del método a pesar de la esclavitud, de la repetición de nombres, de la ilegitimidad, pero además nos permitió definir características que pueden ser comunes a la familia negra de la Cuba colonial (DÍAZ; FUENTES, 2004, p.14).

Como já foi mencionado, ao nos referirmos aos regimes demográficos, devemos considerar como as estruturas familiares conformam a organização da reprodução biológica e social. Philip Kreager e Robert Rowland destacam os grupos domésticos, os arranjos familiares e os indivíduos que os compõem como um dos principais focos de análise em um regime demográfico.

Ainda que estas colocações sejam muito mais adequadas para o estudo da população livre, devemos relembrar as especificidades que marcaram a família escrava, tais como as conjunturas do tráfico transatlântico, a estrutura e tamanho da posse, as vontades do senhor e a interferência do Estado na relação senhor/escravo.

Em nosso trabalho estamos buscando não apenas caracterizar uma paróquia e suas famílias escravas a partir de um enfoque micro-histórico, mas também propor elementos para se pensar a família escrava oitocentista de uma perspectiva sociodemográfica: casamento e legitimidade, idade ao casar, ao ter filhos e intervalo entre os nascimentos.

Para reconstruir as famílias — para o qual não empregamos o método L.Henry *stricto sensu* — começamos com a informatização das variáveis encontradas nas fontes trabalhadas (registros de casamentos, batismos e óbitos de escravos, Lista Nominativa de Habitantes de 1836 e inventários).

A partir de então, nossa estratégia foi elaborar cinco listagens cuja variável inicial era o nome do proprietário. Somados os nomes chegamos a uma lista com cerca de 3.000 senhores (havia homônimos e outros que se referiam a um mesmo proprietário, que se repetiam porque seus nomes foram grafados de maneira diferente). Feita a triagem, comparamos os nomes encontrados nessas listagens e selecionamos uma amostra de senhores, cujos nomes estavam presentes em todas as listas. Chegamos a 31 deles que, juntos, possuíam 211 famílias escravas<sup>133</sup>: 47 compostas de casais que aparentemente não registraram filhos, 113 casais com 360 crianças (legítimas ou não), 50 mães com seus 79 filhos<sup>134</sup> e uma viúva (que, apesar de sozinha, teve o reconhecimento social de sua condição familiar).

Abrimos uma ficha para cada um dos casais escravos que formalizaram sua união na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca; para os casais que, embora sem registro de casamento, batizaram filhos, e também para as mães de filhos “naturais” batizados e efetuamos uma busca nos demais documentos de modo a acrescentar mais informações sobre a família. Também abrimos uma ficha para os casais e mulheres com filhos não identificados em um primeiro momento nos registros paroquiais, mas explicitadas nos inventários, cujos dados foram complementados com as informações das outras fontes.

Tivemos o cuidado de buscar informações sobre os senhores desses escravos que, de uma forma ou de outra, pudessem nos ajudar na análise da demografia e família escrava.

---

<sup>133</sup> Para o cruzamento nominativo das fontes e a identificação das famílias escravas pertencentes aos proprietários selecionados, totalizamos 1.424 registros (404 batismos, 108 casamentos, 196 óbitos, 297 escravos arrolados na Lista de Habitantes de 1836 e 419 cativos arrolados/inventariados).

<sup>134</sup> As 360 crianças se referem aos filhos de mães que se uniram em algum momento de suas vidas: após o nascimento de seus filhos ou que os tiveram como viúvas, mas seus maridos falecidos não são mencionados como os pais das crianças. As 50 mães de filhos naturais não vieram a contrair matrimônio.

### 3.2.2. Os senhores

Quem eram esses senhores selecionados?<sup>135</sup> Segundo o levantamento de 1836, eram todos homens, tinham em média 51 anos quando foram arrolados na Lista Nominativa (o mais jovem 27 anos e o mais velho 78 anos), ao falecerem tinham em média 70 anos (a idade mediana era de 72 anos)<sup>136</sup>. Em 1836, um senhor já era viúvo, dois eram solteiros e os demais casados. O padrão conjugal desses senhores era o estabelecido através do casamento religioso<sup>137</sup>. Quando seus inventários foram abertos, sete filhos em média constavam como seus herdeiros (inclusive os filhos de recasamentos); nove já haviam perdido filhos e seus netos herdaram a parte materna ou paterna da herança (em um caso havia também bisnetos herdeiros).

Esses senhores eram majoritariamente brancos e naturais de Minas Gerais; dois nasceram nas ilhas de domínios de Portugal e um na Província de São Paulo. Inácio Jose Rabelo e a esposa Teresa eram naturais *das Ilhas* e os filhos, *das Gerais*. Mateus Inácio de Faria havia nascido em Faial, a esposa era natural das *Gerais*, o que demonstra que os imigrantes portugueses se dirigiram primeiramente a Minas Gerais onde formaram famílias e, em seguida, juntamente com outros mineiros (alguns com certeza filhos ou netos de portugueses, como verificado entre os Junqueira analisados no capítulo quatro) partiram para a capitania/província de São Paulo<sup>138</sup>.

---

<sup>135</sup> Para obtermos informações a respeito de quem eram os 31 proprietários selecionados recorreremos à Lista Nominativa de Habitantes de 1836 e aos inventários *post mortem*. As informações disponíveis na Lista Nominativa são: os números do distrito, quarteirão e fogo onde viviam, nome, sexo, idade, condição (livre ou escravo), estado conjugal, ocupação, naturalidade, raça (cor) e alfabetização. Além disso, é possível conhecer a relação de parentesco ou de dependência dos demais integrantes do domicílio com o chefe do fogo. Nos inventários *post mortem*, fontes cartoriais que permitem visualizar a totalidade dos bens que constituem o patrimônio dos senhores de escravos à época de seu falecimento, as informações sobre esses são: data do óbito, nomes da esposa e herdeiros.

<sup>136</sup> Calculamos estes valores a partir da idade arrolada na Lista Nominativa de Habitantes de 1836.

<sup>137</sup> Padrão social que também está diretamente ligado à transmissão de patrimônio. “A posse de bens patrimoniais passíveis de transmissão para os descendentes necessariamente forçava os casais a ascenderem às instancias oficiais que regiam o matrimônio, como forma de garantir a transmissão segura desses bens. O casamento formal é o instrumento seguro para a consolidação e transmissão do *status* social” (BACELLAR, 1997, p.59).

<sup>138</sup> A visão dos viajantes europeus que passaram pelo arraial de Franca nas primeiras décadas do século XIX é bastante interessante, pois relataram reconhecer a casa de um mineiro pela *limpeza* de suas casas e prosperidade de suas fazendas, descritas como *produtivas* e com muitos animais nos pastos. Os *paulistas*, naturais da região, foram caracterizados como *preguiçosos, indolentes e pardos*; diferentes dos mineiros, trabalhadores e brancos

Daqueles senhores, 21 tiveram sua ocupação anotada na documentação. Entre os que viviam do manejo e cultivo da terra, 17 apareceram como lavradores (81%), dois como fazendeiros, um boticário e outro *vivia de seu negócio*.

O termo lavrador, na segunda metade do século XIX, era entendido “como os que viviam preferencialmente da exploração de lavouras próprias, sejam simples roças de subsistência, em terra alheia, exploradas com trabalho familiar, sejam importantes lavouras escravistas” (CASTRO, 1998, p.41). Ser lavrador diferenciava o homem livre do escravo e também do homem móvel e desenraizado. Ser lavrador, no entanto, significava fazer parte de um amplo grupo de pessoas que se diferenciavam quanto à posse ou não da terra, o tamanho da propriedade, o emprego de trabalho familiar e/ou escravo, o tamanho da posse escrava, etc.

Em Franca, como também pode ter acontecido em outros locais, *lavrador* e *fazendeiro* eram categorias distintas entre os proprietários de terras e escravos. Ser *fazendeiro* significava possuir maior fortuna, o que garantia a esse um maior *status* social entre os lavradores.

Antonio Machado Diniz era *um lavrador* e residia no distrito do Carmo (atual Ituverava) de acordo com a Lista Nominativa de Habitantes de 1836. Era natural de Minas Gerais, branco, casado e estava com 40 anos. Em seu domicílio encontravam-se, além da esposa e dez filhos, sete escravos. A esposa era natural de Minas Gerais, os filhos de Franca e sua escravaria crioula (todos naturais da província de São Paulo). Esse senhor faleceu por volta de 1850, como tenente, e continuava dono de sete cativos. Suas atividades produtivas foram variadas: segundo a Lista Nominativa tinha *cultura, criação e fábrica de tecidos*.

Em seu inventário foram listados: imagens, trastes de ouro, prata, cobre e ferro, uma tenda de ferreiro, espingardas, trastes de casa, três carros ferrados, roupas de uso, arreios, 39 animais vacuns (destacando-se 36 bois de carro), 11 animais cavalares, engenho de moer cana, escravos, paiol de telha na roça, uma casa no Arraial, benfeitorias, sítio, sorte de terras e a fazenda Faxina. O valor do monte partível (excluídos os custos do inventário e as dívidas

---

(CHIACHIRI FILHO, 1986). Os viajantes estrangeiros podem ter incorporado o discurso dos novos entrantes mineiros (descendentes de portugueses e brancos), ao desqualificar a origem mestiça dos moradores do sertão dos Goiaes (através da cor parda), a fim de justificar a ocupação das terras do norte paulista. Os mineiros estavam mais atrelados aos mercados de abastecimento interno (situação já presente nas áreas de onde saíram), eram donos de escravarias maiores e de posses mais avultadas do que os paulistas. Para justificar a tomada das terras em território paulista tentou-se relegar os paulistas a uma posição inferior na hierarquia social, abaixo dos naturais de Minas Gerais e brancos.

passivas) foi de 12:788\$900 (doze contos, setecentos e oitenta e oito mil e novecentos réis). Os bens de raiz e os escravos contribuíram com quase 90% do valor do espólio. Ao que parece, uma das atividades a que se dedicavam livres e escravos das propriedades de Antonio Machado Diniz era a de carreiros, pela presença de carros ferrados e de bois de carro dentre os bens avaliados e também porque um de seus filhos, quando da abertura do inventário, encontrava-se *ausente em lugar não sabido*.

A distinção de *fazendeiro*, conferida a João Garcia Lopes da Silva e a José de Barcelos Ferreira, inventariados respectivamente em 1859 e 1861, indicava se tratar dos dois principais proprietários de escravos e de bens na amostra analisada. João Garcia Lopes da Silva chegou a ser dono de 70 escravos e Jose de Barcelos Ferreira de 27 cativos. Ambos também possuíam os dois maiores monte-mores analisados: 259:042\$537 (duzentos e cinquenta e nove contos, quarenta e dois mil e quinhentos e trinta e sete réis) e 74:675\$570 (setenta e quatro contos, seiscentos e setenta e cinco mil e quinhentos e setenta réis), respectivamente<sup>139</sup>.

A Lista Nominativa de 1836 também anotou quais proprietários ocupavam cargos na localidade: Anselmo Ferreira de Barcelos foi juiz de paz e capitão da Guarda Nacional; José Nunes Faleiros, tenente da Guarda Nacional e Jose Justino Faleiros, sargento mor do Batalhão da Guarda Nacional.

Em relação ao local de residência dos 31 proprietários, 12 (38,7%) habitavam o distrito da Vila, sete (22,6%) o de Santa Bárbara (atual Patrocínio Paulista), 11 (35,5%) o do Chapadão (aproximadamente o atual município de Igarapava) e um (3,2%) o do Carmo de Franca (atual Ituverava)<sup>140</sup>.

O tamanho da posse dos 31 proprietários variou de um a 19 escravos, de acordo com a Lista Nominativa de Habitantes de 1836 (o conjunto das posses somava 297 cativos). E, segundo os inventários *post mortem*, de um a 70 (419 cativos compunham as posses arroladas nesses documentos).

---

<sup>139</sup> Refiromo-nos aos valores dos montes partíveis. Os monte-mores apresentaram os respectivos valores: 260:042\$537 e 94:755\$570.

<sup>140</sup> Como podemos notar, os Distritos de Cana Verde (Batatais) e de Cajuru não foram contemplados na presente amostra. Supomos que a explicação para esta ausência se deve ao fato de Cana Verde ter sido elevado à condição de freguesia em 1815 (o que acarretou a construção de uma igreja e a abertura de livros destinados aos assentos paroquiais) e à condição de Vila em 1839, levando consigo Cajuru.

Tais cifras podem indicar que o momento do ciclo de vida do senhor é um fator importante a ser considerado quanto ao tamanho da posse de escravos; senhores mais velhos, eram mais ricos e tinham mais escravos, ou ao falecer, o senhor tinha menos escravos que em momento anterior.

A fonte em si também deve ser considerada: os inventários eram mais minuciosos no arrolamento da mão de obra escrava do que a Lista Nominativa, afinal cada escravo deveria ser avaliado e seu valor dividido entre os herdeiros.

Na primeira metade do século XIX (1836-1850), 14 proprietários foram inventariados; entre 1853 e 1883, 17 senhores.

Entre o primeiro período (1836-1850) e o segundo (1853-1883), observamos que os escravos aumentaram seu peso, passando de 25,3% para 32,9% dos valores totais dos espólios (Gráficos 3.6 e 3.7).

No segundo período, houve uma valorização do preço dos escravos (resultado do fim do tráfico internacional de africanos em 1850). Concomitantemente, os bens de raiz (terras e benfeitorias, campos de cultura e de criar, casas na Vila/cidade) também elevaram sua participação na riqueza, o que era de se esperar após a lei de terras de 1850, que regulamentou a propriedade da terra e a transformou em uma garantia para a obtenção de empréstimos.

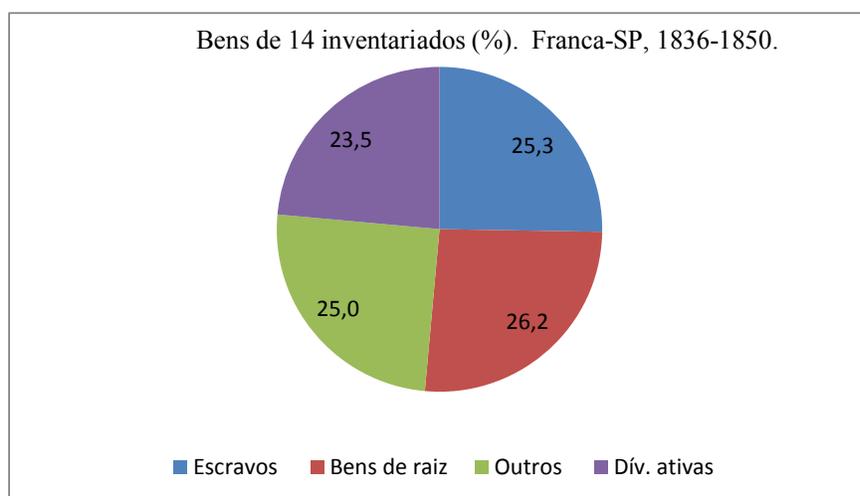
Os outros bens (animais, mantimentos, metais, dinheiro, jóias, móveis de casa, ferramentas, etc., ou seja, bens móveis e animais) tiveram perda significativa no total da riqueza dos senhores, na segunda metade do século XIX.

As dívidas passivas nunca ultrapassaram 7% do total de bens, o que não implicou em inventários com valores negativos (quando os bens não supriram as dívidas a serem pagas pelo monte mor). O que nos chamou a atenção em relação às dívidas ativas foi sua importância relativa para o primeiro período.

Manoel Rodrigues Pombo (juiz de paz da Vila, assassinado em 1838 durante a Anselmada - disputa política entre proprietários da região e chefiada de um dos lados por Anselmo Ferreira de Barcelos) possuía metade do valor de seus bens em dívidas a receber, cujo monte mor chegava a 56:084\$424 (cinquenta e seis contos, oitenta e quatro mil e quatrocentos e vinte e quatro réis). Pombo era negociante creditado na Corte e sua lista de devedores extensa, além disso, seu inventário arrolou dinheiro no valor de 13:117\$036 (treze

contos, cento e dezessete mil e trinta e seis réis). Suas dívidas ativas representaram mais de 60% do total de dívidas ativas do conjunto dos 14 senhores considerados no período 1836-1850<sup>141</sup>.

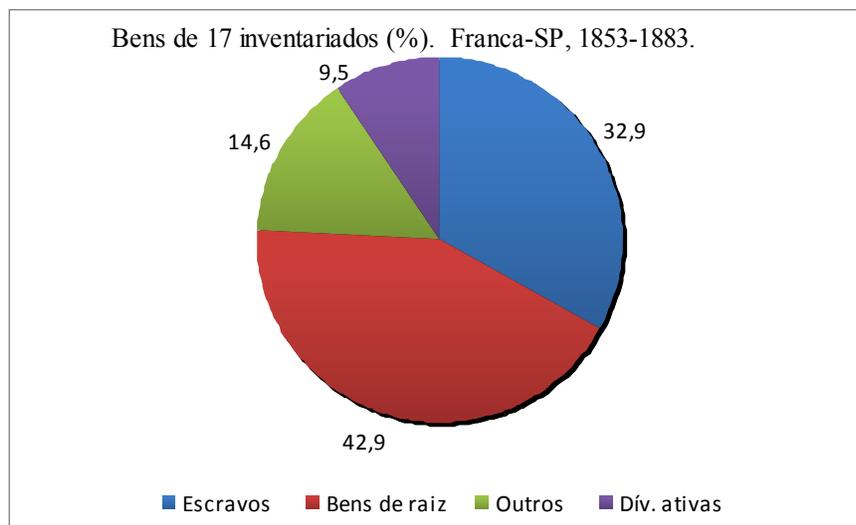
**Gráfico 3.6**



Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

<sup>141</sup> Ao que parece, ser credor teve implicações na morte de Pombo. “Manoel Rodrigues Pombo viera de Minas Gerais para Franca que, neste período, atraía os migrantes pelas boas condições de solo e clima. Negociante creditado na Corte, recebeu de um amigo do Rio de Janeiro, também comerciante, Luciano Leite Ribeiro, a tarefa de cobrar uma dívida do cap. João Francisco Junqueira, grande fazendeiro com influência em Franca. Ao fazê-lo, foi mal recebido, mas não se intimidou, surgindo aí o motivo da rixa entre os dois. João Francisco Junqueira passaria então a incitar Anselmo a vingar-se de Rodrigues Pombo, pedindo-lhe que tirasse as suas orelhas e as mandasse para ele. O folclore popular diz que o cadáver teria sido encontrado sem as orelhas” (ANTONIO, 1997, p.34). A Anselmada foi um movimento que contou também com a participação de membros da família Junqueira (ver capítulo 4).

Gráfico 3.7



Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

Os proprietários tiveram, em média, 20 anos para aumentar o tamanho de suas escravarias. Uma boa parte atingiu este intento, 19 senhores tinham posses maiores quando foram inventariados do que quando foram arrolados na Lista Nominativa de 1836. Sete tiveram suas posses diminuídas e cinco mantiveram o número de escravos igual nos dois momentos analisados.

Francisco de Paula Marques vivia de negócios em 1836 e, pelos bens listados no seu inventário *post mortem* (aberto em 1849), tratava-se de um pouso no lugar denominado Covas. Contava com um escravo ao seu lado no momento da Lista Nominativa de 1836 e em 1849. No entanto, quando sua primeira esposa foi inventariada em 1844 foram listados nove cativos. Não sabemos o que ocorreu ao longo da vida de Francisco de Paula Marques e de seus escravos, para uma variação dessa magnitude na posse cativa. Sabemos, no entanto, que dois casais de escravos de Francisco de Paula Marques se uniram na paróquia de Franca e uma escrava, Luiza, batizou dois filhos. Luiza e sua filha Maria faleceram respectivamente em 1848 e 1844 e, em relação aos demais, não sabemos seus destinos.

Geraldo Martins da Costa foi também um pequeno proprietário, possuía dois escravos nos dois momentos considerados<sup>142</sup>. Foi o proprietário mais longo de nossa amostra, faleceu aos 85 anos, tendo entre seus herdeiros netos e bisnetos. Dois casais cativos se formaram na posse de Geraldo Martins da Costa, sendo que apenas Amaro e Quintina batizaram Isaías (nome também do primeiro filho do senhor), em 1868. Maria teve três filhos registrados (sendo um de nome Amaro) e Rita, dois filhos entre 1874 e 1883. No inventário de Geraldo Martins da Costa encontramos a Matrícula de escravos feita em 1872, na qual constavam nove cativos.

Ao longo das trajetórias senhoriais o tamanho da posse variou. O casamento de filhos ou a saída dos homens da casa paterna, o falecimento da esposa, os percalços econômicos e a perda de escravos por morte, influenciaram no número de mão de obra escrava, indicando que ser proprietário de um ou dois escravos nem sempre foi uma condição fixa ao longo de todo o ciclo de vida do senhor.

### 3.2.3. Famílias escravas

Os estudos que inovaram em relação à vida familiar do escravo se iniciaram nos Estados Unidos em meados dos anos 1970<sup>143</sup>, onde persistia até então, como no Brasil, a idéia sobre a “anomia social” do negro<sup>144</sup>. Esses estudos buscavam resgatar o escravo como sujeito de sua história, o que foi seguido no Brasil.

---

<sup>142</sup> Geraldo Martins da Costa tem um neto homônimo listado entre seus herdeiros em 1883 (ano de abertura de seu inventário). Os filhos de Geraldo não receberam seu nome. Geraldo, o neto e filho de Isaías Martins da Costa, já estava casado e sem indicação da idade em 1883. Era o primogênito e deveria ser ainda bem jovem, já que seus irmãos tinham idades entre 14 e seis anos. Assim, consideramos haver a chance, mas da mesma ser baixa de outro homônimo na família.

<sup>143</sup> Gostaríamos de destacar: GENOVESE, 1988 (no Brasil a obra não foi publicada em sua versão completa) (1.ed. 1974 com o título *Roll, Jordan, Roll: the World the Slaves Made*); HIGMAN, 1973; HIGMAN, 1975; MINTZ; PRICE, 2003 (1.ed. 1976); CRATON, 1979.

<sup>144</sup> Na década de 1960, os estudos realizados sobre o negro no âmbito da Escola Paulista de Sociologia apresentaram como marca a crítica à obra de Gilberto Freyre no tocante à brandura do sistema escravista no Brasil em relação a outros países escravocratas americanos. Destacou-se, dentre outros, Florestan Fernandes que enfatizou o caráter violento e desumano da escravidão brasileira. As condições do cativo, tais como, as razões de sexo elevadas, ou seja, o significativo excedente masculino e o desinteresse dos senhores e escravos teriam dificultado o surgimento de uniões sexuais estáveis contribuindo para a promiscuidade entre os escravos e impedido a existência da família escrava. No pós Abolição (1888), a ausência de laços familiares entre os negros dificultou sua plena integração na sociedade de classes (para um histórico sobre os estudos clássicos da escravidão e da família escrava até a década de 1960 ver, entre outros: MOTTA, 1999, p.179-225; SLENES, 1999, p.27-68 e ROCHA, 2004, p.19-63).

De fato, a partir dos estudos desenvolvidos por Eugene Genovese e Herbert Gutman, sobre a família escrava enquanto instrumento de sobrevivência à escravidão, teorias baseadas em quadros patológicos de desorganização familiar foram abandonados em favor de estudos sobre o comportamento cultural dos cativos (TUPY, 2000, p.232).

Nosso trabalho se insere na vertente teórica que contesta a visão, que até então persistia na historiografia brasileira tradicional, sobre a vida sexual e familiar promíscua do escravo. Os estudos de cunho histórico-demográficos realizados demonstraram que a família escrava no cativo foi uma realidade possível do Brasil escravista; muitas famílias escravas usufruíram da estabilidade e seus membros permaneceram juntos por um prolongado período de tempo<sup>145</sup>.

Comprovada a existência da família escrava, vários autores canalizaram sua atenção no sentido de captar o papel da família e da comunidade cativa para a manutenção ou para a superação do próprio sistema escravista.

Para Castro (1998), no interior das *plantations* do Sudeste pelo menos até a primeira metade do século XIX:

[as] relações comunitárias, forjadas sobre a base da família e da memória geracional, antes que formar uma identidade escrava comum, engendraram para alguns (os grupos mais antigos do plantel) a possibilidade de se distinguirem frente ao estereótipo mais comumente associado à escravidão (a falta de laços, o celibato, os castigos físicos e o trabalho coletivo) (CASTRO, 1998, p.126-127).

Os cativos procuravam se distanciar desses estereótipos da escravidão através do casamento, que permitia diferenciar-se na comunidade escrava e possibilitava a aquisição de recursos, como a terra para o próprio cultivo e uma moradia externa às senzalas. No entanto, o casamento era restrito e nem todo escravo conseguiria uma parceira, em razão do elevado número de homens na comunidade cativa.

As possibilidades de casamento se dariam para os crioulos nascidos no Brasil e os escravos ladinos, africanos cuja permanência no Brasil vinha de longa data. A família e a autonomia escrava aproximariam os escravos de experiências da liberdade. “Como no mundo

dos homens livres, a família e a autonomia escrava foram os dois eixos básicos sobre os quais se constituiu esta comunidade diferenciada dentro da experiência mais evidente de desenraizamento do cativo”. Para os senhores, a competição por recursos limitados entre os escravos atendiam aos interesses senhoriais (CASTRO, 1998, p.137).

Florentino e Góes (1997) e Slenes (1999) analisaram áreas de *plantation*, respectivamente, do agro fluminense e de Campinas (Oeste paulista) para comprovarem a estabilidade da família escrava. Os primeiros consideram a família escrava como elemento estrutural do cativo que teria garantido a paz das senzalas. As relações familiares dos escravos conferiam ao senhor vantagens políticas, como a pacificação das senzalas, uma vez que o escravo pertencente a uma família teria menos razões para fugir ou se rebelar<sup>146</sup>. Também destacam a dissensão nas senzalas proveniente de diferenças étnicas entre os escravos crioulos e africanos e entre os africanos de diferentes procedências, obrigados a conviverem à força.

Por sua vez, Slenes vê muito mais paz nas senzalas entre diferentes grupos de escravos do que Florentino e Góes (1997), ao destacar a importância dos casamentos mistos (africanos x crioulos) e argumenta que a renda política auferida pelos senhores da família escrava garantia-lhes apenas o cativo cotidiano possível, que era inerentemente instável (SLENES, 1999).

Além disso, também apresenta uma interpretação diferenciada da elaborada por Castro (1998), ao dar menos ênfase às tensões decorrentes das estratégias familiares dos cativos, que buscavam a conquista de recursos escassos e a construção de alianças sociais mais com os livres do que com os escravos. Segundo o historiador:

Acredito que experiências e heranças culturais em comum acabaram se sobrepondo, ainda na primeira metade do século XIX, às forças que promoviam a introversão familiar, pelo menos nas *plantations* do Sudeste, criando instituições cruciais pra a formação de solidariedades e identidades escravas (SLENES, 1999, p.17).

---

<sup>145</sup> Citamos dentre outros trabalhos: GRAHAM, 1979; SLENES, 1976; COSTA; SLENES; SCHWARTZ, 1987; BOTELHO, 1994; REVISTA POPULAÇÃO E FAMÍLIA, 1998; MOTTA (1999) e ROCHA (2004).

<sup>146</sup> Isto não impediu que escravos casados se envolvessem em tentativas de revolta. Ao analisar a conspiração escrava no ano de 1832 em Campinas Pirola afirma: “a trajetória dos escravos envolvidos com o projeto de insurreição nos mostra que a formação de família e o estabelecimento de longos laços de parentesco fizeram parte de suas vidas” (PIROLA, 2005, p.191).

A família escrava provavelmente ajudou muitos escravos a reterem sua identidade e lidarem com as pressões psicológicas da escravidão. Ao mesmo tempo, a família também forneceu ao senhor um instrumento efetivo de controle social, afinal dava ao escravo “algo significativo a perder” (SLENES, 1999, p.13-14).

Em seu estudo, o autor mostra a família escrava como uma forma de resistência ao cativo e se preocupa em expandir a questão da família escrava para aspectos mais amplos, como o da identidade e o da rebeldia cativa:

(...) a família escrava – nuclear, extensa, intergeracional – contribuiu decisivamente para a criação de uma “comunidade” escrava, dividida até certo ponto pela política de incentivos dos senhores, que instaurava a competição por recursos limitados, mas ainda assim unida em torno de experiências, valores e memórias compartilhadas. Nesse sentido, a família minava constantemente a hegemonia dos senhores, criando condições para a subversão e a rebelião, por mais que parecesse reforçar seu domínio na rotina cotidiana (SLENES, 1999, p.48).

Talvez nossos resultados possam contribuir para essa discussão. As experiências familiares da maior parte dos escravos de Franca estavam circunscritas a propriedades que em muito se distanciavam das *plantations*, com dezenas e até mesmo centena(s) de cativos. Nas posses com até 20 cativos, a convivência com os livres e seus familiares era muito maior do que aquelas presenciadas pelos escravos das grandes fazendas de café ou dos engenhos de açúcar.

Acreditamos que essa vivência mais estreita com livres pode ter refletido na construção de identidades dos escravos muito mais próximas do mundo dos livres do que da escravidão; da religião católica do que dos cultos centro-africanos.

Entre os escravos de Franca, certamente as relações familiares contribuíram para amenizar as agruras da escravidão, ao mesmo tempo em que serviram como um instrumento de controle social do senhor. A família esteve presente nas escravarias e os nascimentos que ocorreram no seu interior foram importantes para a manutenção da população escrava pelo menos até 1871, como Paiva e Libby já apontaram (1995).

## As famílias escravas em Franca

Para identificar os vínculos de parentesco estabelecidos entre homens, mulheres e crianças escravos e entre esses com pessoas libertas, cruzamos as informações obtidas nos registros de batismo, casamento e óbito<sup>147</sup>. Na Lista Nominativa não há informações explícitas que identificam esse parentesco e nos inventários, apenas eventualmente os vínculos familiares dos escravos são explicitados. Essas duas últimas fontes, no entanto, ao trazerem dados sobre o proprietário e o tamanho da posse escrava acrescentam informações necessárias e importantes à nossa análise, que repousa sobre as 211 famílias escravas dos 31 senhores inventariados de nossa amostra.

Das 211 famílias reconstituídas, 76 pertenceram a proprietários cujos inventários foram abertos na primeira metade do século XIX (36%) e as 135 restantes, à segunda metade desse século<sup>148</sup>. A maioria dessas famílias (155) viveu em posses cujo tamanho permaneceu na faixa de posse em que foram classificadas pela pesquisa durante todo o período analisado (30,3% estavam em posses com até 10 cativos e 69,7% em posses com 11 cativos ou mais) (Tabela 3. 18)<sup>149</sup>.

---

<sup>147</sup> Consideramos parentesco consanguíneo e como parentesco afim aquele estabelecido através do matrimônio: entre casais inclusive para os quais não localizamos os registros de casamento, mas verificamos que se tratava de marido/esposa nos registros paroquiais de batismo e óbito.

<sup>148</sup> Acompanhamos as famílias escravas até o momento de abertura do inventário do senhor. Não as acompanhamos na partilha ou após a mesma.

<sup>149</sup> Entre as do primeiro grupo, verificamos que dois proprietários e suas respectivas 17 famílias escravas (22,4%) ora vivenciaram posse com até 10 ora com 11 ou mais escravos. As demais (59) se mantiveram no mesmo padrão de propriedade: 32 se encontravam em posses com até 10 cativos e 27 em posses com mais de 11 escravos<sup>149</sup>. Para os inventários abertos no período 1853-1883, das 135 famílias escravas identificadas, 39 pertenciam a cinco senhores com posses que ora tiveram até 10 escravos ora 11 ou mais e das 97 restantes, a maioria (84,4%) pertenciam a posses com 11 ou mais escravos e as demais às posses de menor tamanho.

**Tabela 3.18- Distribuição das famílias escravas e dos proprietários segundo tamanho da posse. Franca, século XIX**

Tamanho da posse	1ª metade do século XIX		2ª metade do século XIX		Total Geral	
	Famílias escravas	Proprietários	Famílias escravas	Proprietários	Famílias escravas	Proprietários
Até 10 (1)	32	7	15	4	47	11
11 e + (2)	27	5	81	8	108	13
(1) e (2)	17	2	39	5	56	7
Total	76	14	135	17	211	31

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836, AHMF Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais.

Esses dados informam que essas famílias, que conseguimos reconstruir a partir das fontes utilizadas em nossa pesquisa, fazem parte de um grupo muito específico que compunha a comunidade escrava: aqueles que formaram suas famílias a partir do rito católico de casamento (maioria) e escravas solteiras com filhos batizados ou que tiveram óbito registrado na paróquia.

Pertenceram a um grupo de senhores que viveram por um razoável período de tempo em Franca e faleceram nessa localidade, que apresentaram maior estabilidade econômica, características que os distinguiram de outros escravistas. Além disso, a maior presença de escravos casados, batizados ou falecidos pertencentes a esses escravistas e encontrados nos registros paroquiais, mostram que esses foram relativamente mais zelosos em registrar os eventos que marcaram a vida de seus escravos, seguindo de perto as orientações e tradições católicas e, provavelmente, outros interesses que os beneficiassem.

As famílias que conseguimos reconstituir eram compostas por: casal sem filhos; casal com filhos legítimos; casal com filhos legítimos e naturais — inclui mulher que se casou após ter sido mãe e mulher que teve filho sendo viúva; mãe com filhos e viúva<sup>150</sup>. Essas famílias, reconstituídas, passaram pela oficialização de suas uniões perante a Igreja: os casais com e sem filhos e os casais com filhos (legítimos e “naturais”)<sup>151</sup>.

<sup>150</sup> Não conseguimos identificar relações de parentesco de outros cativos com a única viúva de nossa amostra, no entanto, ela compõe nossa amostra em razão de ter sua condição marital reconhecida socialmente.

<sup>151</sup> Encontramos 160 famílias com informações existentes nos registros de batismo, casamento e inventários *post mortem*.

Dessas famílias reconstituídas, 163 delas geraram 439 filhos (2,6 em média). Esses filhos, contudo, podem não representar todos os filhos nascidos no interior dessas famílias escravas. Temos então, por cautela, assinalar que o número médio de filhos por família pode ser considerado, para algumas, como limite inferior de filhos nascidos por família. Não conseguimos saber sobre possíveis nascimentos ocorridos antes da chegada das escravas a Franca (como parece ter sido o caso de muitas mulheres que acompanharam os escravistas mineiros), sobre crianças nascidas e falecidas antes de serem registradas ou aquelas nascidas após a partilha dos bens inventariados de seus antigos senhores.

**Quadro 3.1- Composição das famílias escravas reconstituídas. Franca, século XIX**

Famílias escravas	N. absolutos	N. filhos	N. médio de filhos por família
Casais sem filhos	47	0	-
Casais com filhos	84	235	2,8
Casais com filhos (legítimos e naturais)	29	125	4,3
Mães com filhos	50	79	1,6
Viúva	1	0	-
Total	211	439	

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836, AHMF Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais.

O quadro 3.1. mostra que pouco mais da metade dos filhos tidos por mães escravas nasceram dentro de uma família composta por casais que se uniram perante a Igreja Católica (metade eram filhos de mães crioulas, 30,5 % de mães africanas e para os demais não sabemos a origem das mães) e 28,5% deles foram gerados em famílias formadas por *casais com filhos legítimos e naturais*.

Esses últimos, no entanto geraram em média mais filhos do que aqueles que só tiveram filhos legítimos e também mais que aqueles cujas mães eram solteiras (e crioulas na sua maioria) (Quadro 3.1 e Tabela 3.19).

Nesse grupo de 29 mães que tiveram seus filhos em algum momento antes ou depois de suas uniões (viúvas), encontram-se 13 africanas e 14 crioulas (para as demais não há informação quanto a origem) e entre os esposos dessas mulheres, 12 eram africanos e oito crioulos. O que não temos como saber é se esses maridos eram na realidade os pais dos filhos

arrolados como “naturais”. Nossa percepção é que na maioria dos casos sim. Na Tabela 3.19 é possível visualizar, em números, os filhos tidos por essas mães africanas e crioulas, segundo a legitimidade.

O caso da escrava Felizarda ilustra bem essa situação. Sua primeira filha nasceu por volta de 1834, depois batizou Mizael como filho “natural” em maio de 1837 e se casou em novembro do mesmo ano. Os outros dois filhos, Inácia e Bruno, nasceram após o casamento e foram batizados como legítimos. Quando a primeira filha de Felizarda faleceu, aos quatro anos de idade em 1838, foi mencionada como “natural” no registro de óbito.

Além da vontade do senhor em oficializar ou não uma união cativa, o nascimento de uma criança poderia ser motivo para selar a união entre dois escravos, uma vez que para alguns povos africanos são os filhos que dão sentido à família e não o matrimônio (MILLER, s/d apud DÍAZ e FUENTES, 2006).

**Tabela 3.19- Legitimidade dos filhos das famílias escravas reconstituídas. Franca, século XIX**

Famílias reconstituídas	Filhos legítimos segundo origem da mãe (%)			Filhos “naturais” segundo Origem da mãe (%)			% / Total de filhos
	Africana	Crioula	S/I	Africana	Crioula	S/I	
Filhos de mães casadas	31,5 (74)	50,2 (118)	18,3 (43)	-	-	-	100,0 (235)
Filhos de mães que se uniram em algum momento	18,4 (23)	29,6 (37)	0,8 (1)	25,6 (32)	24,0 (30)	1,6 (2)	100,0 (125)
Filhos de mães que não se uniram	-	-	-	7,6 (6)	62,0 (49)	30,4 (24)	100,0 (79)
Total	22,1 (97)	35,3 (155)	10,0 (44)	8,6 (38)	18,0 (79)	5,9 (26)	100,0 (439)

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836, AHMF Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais. S/I = Sem informação.

Conseguimos informações referentes à origem e ao estado conjugal para 107 homens e 114 mulheres (de um total de 160 casais). Dentre os maridos, os africanos eram maioria (57,0%) e, dentre as esposas, as crioulas (59,6%). Ao não encontrarem parceiras da mesma origem, vários africanos se uniram com as crioulas. Gostaríamos de chamar a atenção para a significativa participação de africanos na constituição dessas famílias (48,4%). Dessa forma, a

influência da cultura centro-africana deveria estar presente para muitas famílias escravas e seus descendentes.

**Tabela 3.20- Casamentos de escravos segundo a origem do cônjuge. Franca, século XIX**

<i>Noivo</i> \ <i>Noiva</i>	Africano	Crioulo	S/I	Total
Africana	25	12	9	46
Crioula	26	27	15	68
S/I	10	7	29	46
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>46</b>	<b>53</b>	<b>160</b>

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836, AHMF: Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais. S/I = Sem informação.

Os casamentos nos quais ambos os cônjuges eram crioulos foram os mais freqüentes (27), seguidos de perto pelos que uniram africanos às crioulas e pelos de africanos com africanas. Aqueles entre homens crioulos e mulheres africanas ocorreram em menor número. Apesar de não excluirmos a existência de atritos e inimizades entre africanos de origens étnicas diferentes como colocado por Florentino e Góes (1997), não acreditamos que isto tenha impedido os casamentos entre pessoas de origens diversas, o que foi relativamente comum em Franca (Tabela 3.20).

Para aproximadamente um terço das mulheres de nossa amostra conseguimos identificar a idade com que elas se casaram. Em várias delas verificamos que as idades apresentadas por fontes diferentes não eram as mesmas. Para evitar grandes distorções, calculamos então a média entre as idades de uma mesma mulher apresentadas nas diferentes fontes e reunimos essas mulheres segundo grupo de idade (Tabela 3.21).

**Tabela 3.21- Escravas africanas e crioulas segundo idade ao casar. Franca, século XIX**

Grupos etários	Africanas	Crioulas	Total
10-14	2	6	8
15-19	8	13	21
20-24	3	11	14
25-29	8	1	9
30-34	5	2	7
35-39	1	1	2
40 e +	1	4	5
Total	28	38	66
Idade média	24,7		21,9

Fontes: Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836, AHMF Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais. Por estarmos trabalhando com uma amostra reduzida, consideramos as idades como as do primeiro casamento, apesar de sabermos que os recasamentos devem ser considerados em separado. Quando encontramos somente uma idade para a mulher, consideramos esta. Quando encontramos mais de uma informação e datas diferentes calculamos a idade média do intervalo. Caso o intervalo entre as idades fosse maior ou igual a 10, desconsideramos a informação. Estas observações servem para as tabelas que se seguem.

As africanas da nossa amostra casaram-se, em média, três anos mais velhas que as crioulas, quase metade delas antes de completarem 25 anos e 46,4% entre 25 e 34 anos. Na sua grande maioria (78,9%), as crioulas preferiram se casar entre 10 e 24 anos. Esses resultados destoam dos encontrados por Florentino e Góes (2006) entre as escravas pertencentes a Manoel de Aguiar Vallim que, independente de serem crioulas ou africanas, entravam em uma união conjugal entre os 15 e 19 anos. Neste intervalo de idades, quase oito em cada dez mulheres já haviam se casado (FLORENTINO; GÓES, 2006).

Comparadas com as mulheres livres no Brasil colonial (fins do século XVIII - começo XIX), as idades das mulheres escravas de Franca ao casar também eram elevadas. Na elite do Oeste Paulista (1765-1836), as mulheres entraram em média aos 19 anos na primeira união; aos 20,8 em Ubatuba; aos 18,9 em Lapa – PR e aos 20,8 nas vilas mineiras (BACELLAR, 1997). Em trabalho sobre a idade ao casar no Brasil, Bassanezi (1994) verificou que os estudos que se dedicaram ao tema da nupcialidade indicaram que as mulheres livres tendiam a se casar entre os 19 e 20 anos.

Ressaltadas as diferenças de contexto social, a idade ao casar das escravas de Franca se aproximou mais ao observado na Cidade do México, em 1811, em que as mulheres se uniram em média aos 22,7 anos (BACELLAR, 1997).

Florentino e Góes destacaram que as escravas pertencentes a Manoel de Aguiar Vallim iniciaram a vida reprodutiva aos 19 anos, se aqui nascidas, e aos 21 anos, se africanas. Segundo os autores:

(...) é igualmente certo que em tais indicadores poder-se-ia ler, antes a tradução da confluência de três elementos: a dominância de um padrão colonial e a iteração [sic] aqui de modelos culturais africanos (caracterizados pela união conjugal e reprodução precoces) e, por fim, o cruel desequilíbrio entre os sexos (FLORENTINO; GÓES, 2006, p.5).

No que diz respeito à idade com que as mulheres escravas de Franca iniciavam a sua vida reprodutiva, nossas informações se restringem a 57 mulheres, que indicam que as crioulas não só casavam-se mais cedo, mas começavam a gerar filhos em idades mais precoces que as africanas. Para Franca não notamos grande disparidade entre a idade do casamento e a idade em que geraram o primeiro filho nascido no contexto do casamento formalizado.

Na sua grande maioria as crianças geradas em ventres africanos nasceram quando suas mães tinham idades entre 20 a 34 anos (72,2%), enquanto a maior parte das crianças filhas de mulheres crioulas viu a luz quando suas mães estavam com idades entre 15 e 30 anos (72,1%). Várias dessas mães continuaram sua vida reprodutiva para além dos 40 anos (Tabelas 3.22 e 3.23). A Tabela 3.24 traz as mesmas referências para o conjunto das mulheres, incluindo aquelas para as quais não há informação sobre sua origem, se crioula ou africana.

**Tabela 3.22- Idade da mãe ao casar e ao nascimento dos filhos. Mulheres escravas africanas. Franca, século XIX**

Idade da mãe ao casar	N. de casamentos	Idade da mãe ao nascimento dos filhos							Total filhos
		10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40 e +	
10-14	1	0	2	2	4	3	1	0	12
15-19	4	0	3	3	3	0	0	0	9
20-24	4	0	3	4	7	3	2	1	20
25-29	7	0	1	8	11	6	5	3	34
30-34	5	0	0	3	2	6	2	1	14
35-39	0	0	0	0	0	0	0	0	0
40 e +	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	22	0	9	20	27	18	10	6	90

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836, AHMF Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais.

**Tabela 3.23- Idade da mãe ao casar e ao nascimento dos filhos. Mulheres escravas crioulas. Franca, século XIX**

Idade da mãe ao casar	N. de casamentos	Idade da mãe ao nascimento dos filhos							Total filhos
		10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40 e +	
10-14	6	2	9	6	5	0	1	0	23
15-19	11	2	9	16	8	9	3	1	48
20-24	8	0	3	10	10	4	2	0	29
25-29	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30-34	1	0	0	0	0	1	0	0	1
35-39	1	0	0	0	0	0	0	1	1
40 e +	2	1	2	0	2	0	2	2	9
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>5</b>	<b>23</b>	<b>32</b>	<b>25</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>111</b>

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836, AHMF Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais.

**Tabela 3.24 - Idade da mãe ao casar e ao nascimento dos filhos. Mulheres escravas africanas, crioulas e sem informação da origem. Franca, século XIX**

Idade da mãe ao casar	N. de casamentos	Idade da mãe ao nascimento dos filhos							Total filhos
		10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40 e +	
10-14	7	2	11	8	9	3	2	0	35
15-19	17	2	12	21	11	9	3	1	59
20-24	13	0	6	14	17	9	6	2	54
25-29	8	0	1	8	12	6	5	3	35
30-34	8	0	0	3	2	8	6	3	22
35-39	1	0	0	0	0	0	0	1	1
40 e +	3	1	2	0	2	0	2	3	10
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>5</b>	<b>32</b>	<b>54</b>	<b>53</b>	<b>35</b>	<b>24</b>	<b>13</b>	<b>216</b>

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836, AHMF Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais.

Na nossa amostra identificamos seis filhos registrados como *filho natural*, nascidos de mulheres africanas, 38 de mulheres crioulas e seis para os quais não sabemos se as mães eram africanas ou crioulas. As idades que tinham as mães crioulas quando geraram essas crianças seguem a mesma tendência observada para as mães casadas, ou seja, elas tinham entre 15 e 29 anos quando nasceram os filhos. Apesar do número pequeno de casos, o mesmo parece ter ocorrido entre as africanas (Tabelas 3.25 e 3.26).

**Tabela 3.25- Nascimentos segundo o grupo etário da mãe. Mulheres escravas africanas. Franca, século XIX**

Grupos etários	N. filhos
10-14	0
15-19	1
20-24	4
25-29	0
30-34	0
35-39	1
40 e +	0
<b>Total</b>	<b>6</b>

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes de 1836, AHMF Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais. O valor total de filhos desta tabela não condiz com o total de crianças nascidas uma vez que não obtivemos informação da idade para todas as mães.

**Tabela 3.26- Nascimentos segundo o grupo etário da mãe. Mulheres escravas crioulas. Franca, século XIX**

Grupos etários	N. filhos
10-14	3
15-19	13
20-24	7
25-29	9
30-34	3
35-39	3
40 e +	0
<b>Total</b>	<b>38</b>

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836, AHMF Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais. O valor total de filhos desta tabela não condiz com o total de crianças nascidas uma vez que não obtivemos informação da idade para todas as mães.

O período intergenésico nos indica a extensão média dos intervalos sucessivos entre os nascimentos. A nossa amostra, apesar de seletiva, e em que se pese a possibilidade de filhos não terem sido registrados, sugere que as mulheres escravas em Franca espaçaram o nascimento de seus filhos entre 24 e 36 meses. No caso das africanas, os nascimentos sucessivos concentraram-se num intervalo de 12 a 36 meses e para as crioulas, entre 24 e 36 meses.

O período entre os partos relaciona-se com o maior ou menor tempo de lactância<sup>152</sup>. Tendo em vista que as escravas espaçaram o nascimento de seus filhos pelo tempo de dois anos, o ato de amamentar provavelmente influenciou no espaçamento entre os nascimentos, uma vez que partos em intervalos inferiores a um ano foram raros.

Dois anos foi o intervalo entre os nascimentos mais freqüente encontrado entre as escravas cubanas (1837-1886), seguido do de um ano (DÍAZ e FUENTES, 2006). As crioulas que viviam em Bananal e pertenceram a Manoel de Aguiar tinham filhos a cada três anos, assim como as escravas norte-americanas (FLORENTINO; GÓES, 2006)<sup>153</sup>.

**Tabela 3.27- Intervalo intergenésico. Mulheres escravas africanas alguma vez unidas. Franca, século XIX**

Intervalo (meses)	Freqüência
< 12	0
12-23	30
24-35	30
36-47	12
48-59	11
60 e +	6
<b>Total</b>	<b>89</b>

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836, AHMF Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais.

**Tabela 3.28- Intervalo intergenésico. Mulheres escravas crioulas alguma vez unidas. Franca, século XIX**

Intervalo (meses)	Freqüência
< 12	1
12-23	32
24-35	51
36-47	19
48-59	11
60 e +	14
<b>Total</b>	<b>128</b>

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836, AHMF Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais.

<sup>152</sup> A amamentação estimula a produção de prolactina, hormônio que causa alteração menstrual e infertilidade após a gravidez.

<sup>153</sup> A informação para as escravas norte-americanas encontra-se em GUTMAN, 1976 apud FLORENTINO; GÓES (2006).

**Tabela 3.29- Intervalo intergenésico. Mulheres escravas alguma vez unidas. Franca, século XIX**

<u>Intervalo (meses)</u>	<u>Frequência*</u>
< 12	2
12-23	68
24-35	90
36-47	32
48-50	23
60 e +	21
<u>Total</u>	<u>236</u>

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836, AHMF Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais. \*Incluimos os filhos de mulheres sem informação da origem.

**Tabela 3.30 - Intervalo intergenésico. Mulheres escravas que não se uniram. Franca, século XIX**

<u>Intervalo (meses)</u>	<u>Frequência*</u>
< 12	0
12-23	8
24-35	11
36-47	2
48-59	3
60 e +	4
<u>Total</u>	<u>28</u>

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836, AHMF Inventários *post mortem*, Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros paroquiais. \*Incluimos o único intervalo para dois filhos de uma africana (as demais tiveram apenas um filho) e os intervalos referentes aos filhos de mães crioulas e sem informação da origem.

A análise das famílias reconstituídas nos mostrou que as africanas se casavam mais tarde do que as crioulas, os intervalos entre os filhos se concentraram no período de dois até três anos e os casamentos endogâmicos foram majoritários, mas os cativos de origens étnicas diferentes também se uniram e formaram famílias. Apesar de bastante presente entre as famílias reconstituídas, o casamento formal não foi uma prerrogativa para a ocorrência dos nascimentos, como pudemos conferir a partir da legitimidade das crianças e a idade das mães ao terem seus filhos (as mães de filhos naturais podem ter se casado posteriormente, afinal geraram seus filhos ainda muito jovens).

## Capítulo 4 – Trajetórias familiares de senhores e escravos - um estudo de caso

Participo a V. S<sup>a</sup>. [delegado de policia] que chegando eu hoje em minha casa, achei a minha escrava Diriana (sic) sua filha, ambos matadas pelo escravo Damião, marido da dita escrava, por isso commonico a V. S<sup>a</sup> para dar as providências necessárias. Participo lhe também que não achei mais o escravo em casa.  
Bella Vista 27 de outubro de 1878.  
Jose Esteves de Andrade (AHMF – Processo Crime).

O trágico desfecho da família de Adriana e Damião (e não Diriana como seu proprietário se referiu) se deu na madrugada do dia 27 de outubro de 1878, na Fazenda Olhos d'Água, município de Franca. Além de Adriana, o preto Damião também desferiu golpes de machado contra a ingênua Águida, que se encontrava no colo de sua mãe. Segundo os peritos que realizaram o exame de corpo de delito, Adriana era preta e sua filha de cor fula com três a quatro meses de idade.

Damião foi julgado e sua sentença proferida em 21 de abril de 1879. O cativo foi condenado a levar *400 açoites e a trazer ferro no pescoço pelo espaço de dois anos*. A sentença estipulava que o réu não poderia receber mais de 50 açoites por dia, assim a punição foi efetuada ao longo de alguns dias e, em três de maio de 1881, o cativo finalmente se livrou do ferro que carregava no pescoço.

Apresentar a família de Adriana e Damião não ocorreu ao acaso. Marcada pela violência, a história desse casal de cativos é muito mais rica e complexa do que poderíamos considerar. Envolve uma gama de atores de variados estratos sociais: livres, escravos e libertos que teceram suas relações ao longo de décadas. Desenrolar a história de Adriana e Damião e dos atores que a envolve acrescenta ingredientes à análise que vimos empreendendo da demografia e família escrava na Franca do Imperador no século XIX, por isso elas estão aqui. Pedimos, então, a paciência do leitor para “ouvi-las”.

Este poderia ter sido apenas mais um crime, não fosse o fato de Adriana e Damião terem nascido em uma mesma escravaria, seus pais terem sido companheiros de cativo e seus proprietários descenderem de uma conhecida família do norte paulista (e sul de Minas), a dos Junqueira.

Antes de prosseguir, julgamos ser importante descrever os caminhos que nos levaram a Damião e Adriana. A primeira vez que tivemos notícia do crime que os envolveu foi através da obra de Ferreira (2005), que analisou processos criminais que envolveram escravos como réus ou vítimas em Franca-SP, entre 1830-1888. Esse autor aponta para os *vestígios da família cativa em delitos de escravos contra escravos* e relata, dentre outros processos, os assassinatos de Adriana e sua filha Águida por Damião, seu marido, ambos escravos de José Esteves de Andrade (FERREIRA, 2005).

Seguidas vezes e em diversas fontes nos deparamos com fragmentos de sua história. E, verificamos que a história desses escravos, se iniciou algumas décadas antes com outros proprietários, familiares de José Esteves de Andrade: Francisco Antonio Diniz Junqueira, casado com Mariana Constança de Andrade e Francisco Antonio da Costa, casado com Maria Zimila de Andrade, respectivamente avós maternos e pais de Francisca Carolina Villela de Andrade, esposa de José Esteves de Andrade.

Somente em um estágio mais avançado da pesquisa que nos demos conta de estar lidando com os cativos da “elite local”, quando os sobrenomes Junqueira começaram a repetir. Até então, José Esteves de Andrade e Francisco Antonio da Costa eram as referências para o cruzamento nominativo de fontes. Foi a partir da leitura do inventário *post mortem* de Francisco Antonio da Costa que visualizamos melhor as relações de parentesco da família desse mineiro com os Junqueira.

Dessa forma chegamos a Francisco Antonio Diniz Junqueira, uma vez que Águida, mãe de Adriana (e avó da pequena Águida assassinada), havia sido dada como dote à sua filha Maria Zimila de Andrade, casada com Francisco Antonio da Costa. Mas como ligamos Adriana (escrava de José Esteves de Andrade) a Águida (escrava de Francisco Antonio da Costa)?

Em primeiro lugar, os registros paroquiais de óbito de Adriana e sua filha Águida, anotavam as duas escravas como as únicas mulheres vítimas de assassinato registradas na paróquia de Franca, o que nos chamou a atenção durante a coleta dos assentos paroquiais para nossa dissertação de mestrado.

Quando reconstituímos as famílias escravas dos proprietários que apareceram em todas as cinco fontes consultadas, encontramos Águida batizando sua filha Adriana, o que nos

chamou a atenção, uma vez que já havíamos percebido que a nomeação estava eivada de significados, especialmente como forma de homenagear membros da família ou da comunidade escrava. No fogo de Francisco Antonio da Costa também nos chamou a atenção a presença de uma criança de nome Damião.

Em segundo lugar, encontramos um registro de casamento de Damião Francisco da Costa, datado de julho de 1888<sup>154</sup>, um ex escravo de José Esteves de Andrade. Como o sobrenome de Jose Esteves de *Andrade* era o mesmo de Maria Zimila de *Andrade*, esposa de Francisco Antonio da Costa, achamos que poderiam ser parentes (o que se confirmou ao consultarmos os herdeiros de Francisco Antonio da Costa em seu inventário *post mortem*).

Em terceiro lugar, ao ler o trabalho de Ferreira (2005), nos deparamos com a história de Damião e Adriana, o que nos levou ao processo crime. Neste documento, Damião declarou que seu pai, Mateus, era escravo de Antonio Francisco Junqueira e sua mãe Juliana (fínada), escrava de Francisco Antonio da Costa. Nossas suspeitas de que Damião e Adriana fossem nascidos em uma mesma posse se confirmavam, já que encontramos Juliana arrolada na Matrícula de Escravos de Francisco Antonio da Costa realizada em 1872 e anexa ao inventário do mesmo.

Fomos em busca de informações referentes à família Junqueira e descortinamos a ascendência de Francisco Antonio Diniz Junqueira pelo trabalho de Andrade (2005)<sup>155</sup>. Através das fontes e informações coletadas nos arquivos de Franca-SP identificamos a descendência de Francisco Antonio da Costa.

Ainda que nosso estudo tenha como objeto a população e família escrava, acompanhar as famílias senhoriais nos permitiu identificar quem eram seus parentes e as relações desses livres com os escravos, nos ajudando compreender um pouco mais aspectos das trajetórias cativas.

Este capítulo, que trata de um estudo de caso tem, então, dois propósitos: 1) desvendar um pouco mais da história dos atores sociais que participaram do efetivo povoamento da região norte paulista e de seu desenvolvimento, a consolidação da hierarquia social local e até mesmo regional, no período oitocentista e 2) caracterizar as escravarias dos dois senhores, a

---

<sup>154</sup> Não localizamos o registro de batismo de Damião e o de seu casamento com Adriana.

família escrava, o compadrio e a transmissão da posse. Além de ampliar a análise que vimos fazendo, este estudo de caso que se refere ao período de 1817 a 1886, introduz outros temas importantes para compreensão da demografia e família escrava que não apareceram nos capítulos anteriores como o compadrio e as implicações da morte do senhor na trajetória familiar dos escravos.

Começemos por conhecer um pouco da história de Francisco Antonio Diniz Junqueira, mostrada através das listas nominativas de habitantes e inventários *post mortem* de sua primeira esposa, Mariana Constancia de Andrade (1826) e seu próprio (1843)<sup>156</sup>. Em seguida apresentamos a trajetória de Francisco Antonio da Costa e sua mulher Maria Zimila de Andrade, respectivamente genro e filha de Francisco Antonio Diniz Junqueira. Essas trajetórias familiares contribuem também para a compreensão do povoamento e desenvolvimento da região.

## **4.1. Das Minas Gerais para São Paulo**

### **4.1.1. A família de Francisco Antonio Diniz Junqueira**

Para se fixar no norte paulista como criador e agricultor, Francisco Antonio Diniz Junqueira e sua família fizeram parte do processo migratório originário do sul de Minas Gerais. Esse mineiro, natural de Baependi-MG, nasceu em 1784 e foi casado em primeiras núpcias com Mariana Constancia de Andrade, com quem teve sete filhos que chegaram à fase adulta.

Filho de Maria Francisca da Encarnação e do português natural de Braga, Gabriel de Souza Diniz, tinha como avós maternos o português natural do Termo de Barcelos João

---

<sup>155</sup> Gostaríamos de agradecer ao prof. Robert Slenes pela indicação deste estudo e por chamar a atenção para a migração de membros da família Junqueira do sul de Minas Gerais para Franca-SP.

<sup>156</sup> Fontes: Os microfilmes com as Listas de População encontram-se no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CEDAPH/ Unesp – Franca-SP), os inventários de Mariana Constancia de Andrade (inventariada) (Caixa 226, n.2, 1º Ofício Cível) e Francisco Antonio Diniz Junqueira (inventariado) (Caixa 88, n.11, 1º Ofício Cível) estão depositados no Arquivo Histórico Municipal de Franca-SP.

Francisco Junqueira e a brasileira descendente de portugueses Elena Maria do Espírito Santo<sup>157</sup> - o casal fundador da família Junqueira<sup>158</sup>.

Francisco Antonio Diniz Junqueira deve ter chegado à freguesia de Franca na década de 1810 (o primeiro registro que encontramos em seu nome data de 1817<sup>159</sup>).

Em 1819, já *Capitão-mor*, foi listado como branco, casado, natural *das Gerais* e com 21 escravos em seu fogo. Segundo o vigário Joaquim Martins Rodrigues, elaborador da Lista<sup>160</sup>, Francisco Antonio Diniz Junqueira era um homem “de probidade”. Nesse mesmo ano, encontrava-se em seu domicílio seu genro, José Ferreira de Moraes [Muniz]<sup>161</sup>, branco, casado e “de boa conducta”. Ao que parece, no ano de 1819, os filhos de Francisco Antonio Diniz Junqueira e de José Ferreira ainda não haviam chegado a Franca, pois não foram mencionados.

---

<sup>157</sup> Elena Maria do Espírito Santo era filha de Antonia da Graça uma das três ilhoas que imigraram para Minas Gerais no início do século XVIII e formaram os principais troncos familiares da Comarca do Rio das Mortes (ANDRADE, 2005, p.210).

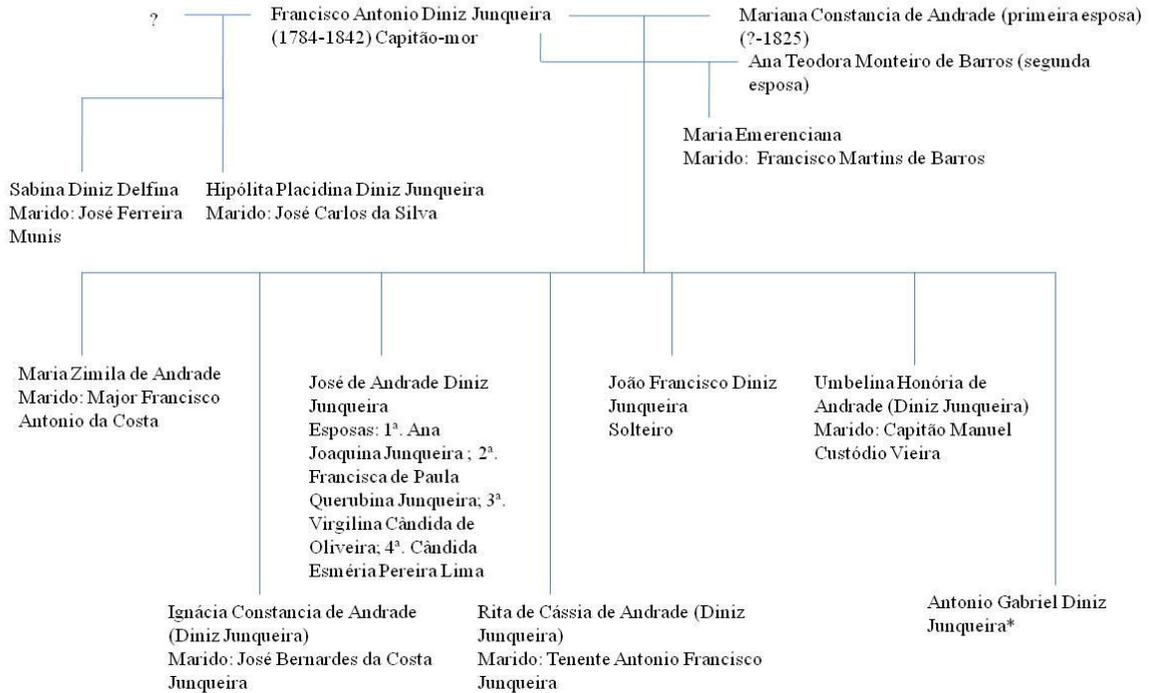
<sup>158</sup> Como atesta Brioschi: “(...) uma grande família do sudeste brasileiro, tradicionalmente ligada à atividade agropecuária e que mantém uma hegemonia econômica, social e política, através de alguns de seus membros, até os dias atuais. Originária do sul de Minas Gerais, de onde se expandiu para o oeste atingindo as terras roxas paulistas, o Triângulo Mineiro e Goiás e para leste até o Rio de Janeiro, passando pela Zona da Mata Mineira, até o final do século XIX” (BRIOSCHI, 1985, p.51).

<sup>159</sup> Pirola também utiliza os registros paroquiais de escravos para confirmar a data (aproximada) em que os senhores de engenho se fixaram em Campinas-SP na passagem do século XVIII para o XIX, quando não encontrava os mesmos nas Listas Nominativas. “Frequentemente o ano de chegada de um determinado senhor em Campinas coincidia com os primeiros registros de batismo de seus escravos na Igreja” (PIROLA, 2005, p.44, nota 23).

<sup>160</sup> Esta lista nominativa é um tanto peculiar, já que o vigário adjetivou os “cabeças” dos fogos. Além do arrolamento populacional do arraial de Franca e seus arredores, o vigário deixou registrada sua opinião quanto à índole e ao comportamento dos moradores. Vejamos alguns exemplos: referiu-se a João Cabral (morador no fogo 71) como “de más intenções e inclinado ao vício do furto”, a Silvério Antonio de Freitas (fogo 95) como “homem de língua perversa especialmente contra o clero”, chamou Clara Maria de Jesus (fogo 108) de “escandalosa”. No entanto, a lista a que tivemos acesso não traz a relação da família do senhor (sua esposa e filhos) e de seus escravos nominalmente. Esta Lista encontra-se publicada in VARIA HISTORIA, 2006.

<sup>161</sup> Encontramo-lo como José Ferreira Muniz nos demais documentos (listas de habitantes, registros paroquiais e inventários).

### Família de Francisco Antonio Diniz Junqueira



\*Não obtivemos informações sobre possível casamento.

Os pais de Francisco Antonio Diniz Junqueira foram Gabriel de Sousa Diniz e Maria Francisca da Encarnação

Em 1825, Francisco Antonio Diniz Junqueira foi arrolado como *agricultor e criador*, o que se repetiu em 1829, cuja atividade mencionada foi “da lavoura” e “criação”.

Em 1825 compunham seu domicílio seus sete filhos menores de idade, 28 escravos e três camaradas. Além destes, estavam presentes as famílias de duas filhas casadas e seus escravos: Sabina Diniz, casada com José Ferreira Muniz, seus dois filhos e três escravos e a outra filha, Hipólita Diniz, casada com Jose Carlos da Silva e duas escravas<sup>162</sup>. No inventário

<sup>162</sup> Assim como o pai, as filhas de Francisco Antonio Diniz Junqueira e seus respectivos maridos não se encontravam na Lista Nominativa de 1835-1836. José Carlos da Silva e Hipólita Placidina Diniz foram arrolados (ora como proprietários ora como padrinhos) ainda por muitos anos nos batismos de cativos, diferentemente de Jose Ferreira Muniz.

de Francisco Antonio Diniz Junqueira (1843) há indicações de que estas duas filhas não nasceram dentro de um matrimônio, já que foram mencionadas como *herdeiras naturais*<sup>163</sup>.

Em 1826, foi aberto o inventário de Mariana Constancia de Andrade<sup>164</sup>. O processo se estendeu até 1840 e o lançamento dos bens inventariados chegou a ser feito três vezes: em 1826, 1829 e 1834. Os filhos herdeiros tinham idades entre três e 15 anos em 1826.

Em 1829, Maria Zimila de Andrade, a filha primogênita, já se encontrava casada com Francisco Antonio da Costa o segundo proprietário enfocado neste trabalho e descendente de famílias mineiras de elite, que há tempos haviam estabelecido laços de parentesco com a família Junqueira através de casamentos entre seus membros<sup>165</sup>.

O inventário *post mortem* de Mariana Constancia de Andrade nos dá pistas sobre as ocupações e atividades econômicas a que se dedicavam os livres e os escravos nas propriedades da família. Podemos perceber que nelas eram confeccionados panos rústicos (devido à presença de tear e rodas de fiar) que provavelmente vestiam os escravos (mas que também poderiam ter sido comercializados), cultivada a terra com as ferramentas de roça (enxadas, foices, cavadeira). No mais, não há informações sobre a produção de mantimentos

---

<sup>163</sup> Apesar da ilegitimidade, as duas filhas naturais foram incorporadas à família paterna e agraciadas com a devida parte no momento da partilha, o que não era incomum, uma vez que até “o ano de 1847, a legislação relativa à sucessão patrimonial chamava todos os filhos, fossem naturais, legitimados ou legítimos, à herança paterna, desde que os pais não fossem nobres. (...) A partir desse período, a sucessão do patrimônio familiar ficou mais difícil para todas as categorias de filhos ilegítimos” (SILVEIRA, 2005, p.90).

<sup>164</sup> Andrade cita a esposa como Maria Constancia de Andrade. No entanto, o inventário *post mortem* registra Mariana (ANDRADE, 2005, p.246).

<sup>165</sup> Francisco Antonio da Costa é filho de João da Costa Lourenço e de Ana Vitória de Jesus. Dentre outros ascendentes desse proprietário encontramos João Garcia Duarte (II) e Antônia Maria (Duarte) de Jesus (avós maternos) e Bento Rabelo de Carvalho e Maria Teresa de Jesus (bisavós paternos), ou seja, essas famílias já haviam estabelecido parentesco com a família de Helena Maria do Espírito Santo (esposa do primeiro Junqueira) antes da chegada deste último ao sul de Minas (BRIOSCHI, 1985, p.179). Manoel Jose da Costa (que acreditamos ser irmão de Francisco Antonio da Costa, pois são filhos do mesmo pai, mas não temos certeza em relação à mãe) se casou com Emiliana Francisca Junqueira, filha do casal José Francisco Junqueira (tio materno de Francisco Antonio Diniz Junqueira) e Antonia Maria de Jesus. Estes quatro últimos e duas crianças filhas do casal Manoel e Emiliana foram assassinados na Fazenda Bela Cruz em 13 de maio de 1833 pelos escravos de Gabriel Francisco Junqueira na rebelião escrava conhecida como *Revolta de Carrancas* (ANDRADE, 2005, capítulos IV e V). Ao todo, nove pessoas foram assassinadas pelos escravos (inclusive um filho de Gabriel Francisco Junqueira (ANDRADE, 2005, p.305). Como punição à Revolta, 16 escravos foram condenados à pena de morte por enforcamento. “Trata-se de uma das maiores condenações coletivas à pena de morte aplicada a escravos na história do Brasil Império. Embora na Revolta dos Malês [ocorrida na Bahia em 1835] houvesse um número semelhante de condenados à pena máxima, somente quatro escravos foram fuzilados, o restante teve a sentença convertida para açoites ou galés em segundo julgamento” (ANDRADE, 2005, p.321). Gostaria de agradecer a Valter Lelis e Sônia Regina Lelis pelas informações sobre a genealogia do capitão-mor Francisco Antônio Diniz Junqueira.

ou grãos. Um carro arriado, ferramentas de carapina, de pedreiro e de carpinteiro compareceram no rol de bens avaliados. Com certeza, as ferramentas eram manipuladas pelo escravo Antonio, africano listado como oficial de pedreiro e carpinteiro. Bernardino também era um escravo especializado, era alfaiate; Brígida, escrava Mina, tecedeira.

Apesar dessa produção diversificada, que em parte era destinada ao auto-consumo, era a criação de gado a principal atividade econômica de Francisco Antonio Diniz Junqueira. Seu rebanho, em 1829, era composto por *58 carneiros (machos e fêmeas), cinco bois carreiros, 17 vacas paridas, 87 vacas solteiras, oito bois de corte, sete marruares novos, cinco marruares muito velhos, 16 novilhos e 29 garrotes de dois anos, 43 novilhas e 27 garrotes de ano, cinco cavalos velhos aleijados, um cavalo castanho de idade de seis anos, seis cavalos novos, nove bestas arriadas, 28 éguas novas, seis éguas velhas, dez poldros de ano e cinco poldros*. É muito provável que Francisco Antonio Diniz Junqueira tenha se dedicado também ao transporte de cargas, devido à presença de bestas arriadas.

O casal ainda possuía uma *morada de casas* coberta de telhas na Vila Franca do Imperador na Rua do Ouvidor; uma *morada de casas* coberta de telhas e um laranjal no lugar Barra do Bom Jardim; parte nas fazendas Boa Vista, Macaúbas, Bebedorzinho, Ribeirão e a fazenda Santo Antonio (onde a família vivia). Além do *terreiro* composto por quatro lances cobertos de telhas com cinco portas e cinco janelas com monjolo e paiol (cobertos de capim) e moinho (coberto de telhas de espinho)<sup>166</sup>.

O monte-mor foi avaliado em 116:894\$450 (cento e dezesseis contos, oitocentos e noventa e quatro mil e quatrocentos e cinquenta réis), a maior parte se referia aos bens de raiz (102:500\$000 – cento e dois contos e quinhentos mil réis). O inventário não informa a área das fazendas, mas pelo valor declarado supõe-se que eram muitos alqueires.

Após a morte da primeira esposa, Francisco Antonio Diniz Junqueira se casou com Ana Teodora Monteiro de Barros, natural de Livramento-MG (Termo da Vila de Aiuruoca). Com a segunda esposa teve apenas uma filha, Maria Emerenciana, que se casou em Minas com um tio materno (BRIOSCHI, 1985, p.228).

Francisco Antonio Diniz Junqueira mantinha vínculos estreitos com a Província de Minas Gerais, em 1829 ele se encontrava em Três Pontas-MG e deixou seu irmão, Antônio

Sancho Diniz Junqueira, como seu procurador no inventário de Mariana Constancia de Andrade<sup>167</sup>.

A migração para áreas de fronteira mostrou-se uma importante ferramenta para a obtenção de terras por parte de membros da família Junqueira, que também se dirigiram para outras áreas de Minas Gerais (Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Zona da Mata), Norte e Oeste Paulista, Goiás e Rio de Janeiro.

Outros membros da família tiveram destino semelhante e se estabeleceram no norte paulista: três de suas irmãs foram viver em Batatais e São Simão, assim como outros primos. Como a endogamia entre os Junqueira era uma característica predominante, muitos dos primos eram também cunhados. Francisco Antonio Diniz Junqueira tinha três irmãos (dois casados com primas) e cinco irmãs (três se uniram com seus primos), ou seja, de nove irmãos, cinco estabeleceram aliança matrimonial com primos.

Duas irmãs foram morar em Batatais: Helena Francisca Diniz, casada com João Jose de Carvalho (o segundo maior proprietário de escravos da Vila Franca do Imperador, com 62 cativos, segundo a Lista Nominativa de Habitantes de 1836, que também o listou como lavrador fazendeiro); Genoveva Clara Diniz Junqueira, esposa de Francisco Antonio Junqueira que era também seu primo (não os encontrei na Lista Nominativa de 1836, mas certamente o casal vivia em Batatais, já que faleceram aí em 1848 e 1850, respectivamente). A outra irmã, Ana Claudina Diniz Junqueira, foi casada com seu primo Luiz Antonio de Souza Diniz, moradores em São Simão, onde vieram a falecer respectivamente em 1856 e 1864 (ANDRADE, 2005).

Segundo a Lista Nominativa de Habitantes de 1836, a posse com maior número de escravos da Vila Franca do Imperador e de seus distritos era a de João Francisco Junqueira, casado com Ana Hipólita Vilela, moradores em Batatais-SP, com 70 cativos<sup>168</sup>.

---

<sup>166</sup> Ao que parece, o terreno mencionado situava-se em um quintal.

<sup>167</sup> Francisco Antonio Diniz Junqueira tinha dois primos/cunhados naturais de Três Pontas-MG: Luiz Antonio de Souza Diniz casado com Ana Claudina Diniz Junqueira que migraram para São Simão-SP e Marcelino de Souza Diniz casado com Joaquina Delfina Junqueira (ANDRADE, 2005, p.351).

<sup>168</sup> Para identificar este grande proprietário de escravos recorremos ao trabalho de Marcos Ferreira de Andrade e verificamos que o nome do filho primogênito de João Francisco Junqueira (tio materno de Francisco Antonio Diniz Junqueira) e de Maria Inácia do Espírito Santo se chamava João Francisco Diniz Junqueira nascido em 1790 em São Tomé e morto em Batatais no ano de 1862, casado em primeiras núpcias com Ana Hipólita Vilela. Este senhor de dezenas de homens e mulheres escravos era irmão de Genoveva Flora Junqueira casada com seu

Não se pode descartar como as estratégias matrimoniais e migratórias contribuíram para a manutenção e ampliação da riqueza material e dos valores simbólicos que os integrantes desta família prezavam e perpetuavam:

(...) constatou-se o processo de expansão e consolidação da família Junqueira, seja pela fortuna acumulada em terras e escravos, seja pelo capital político construído em torno do nome da família, da expansão geográfica e da fixação da identidade da parentela. Todos estes fatores apresentam fortes indícios do significado do patriarcalismo e da importância da família no contexto estudado (ANDRADE, 2005, p.269).

Os membros da família Junqueira destacaram-se como importantes criadores e proprietários de escravos na Vila Franca e áreas circunvizinhas nas primeiras décadas do século XIX, constituindo-se uma elite econômica e política.

A saída das localidades do Sul de Minas, onde a família já havia se constituído como elite local e regional, caracterizou-se pela busca de novas terras, de expansão das atividades já praticadas em Minas Gerais<sup>169</sup>. A migração mostrou-se uma estratégia em perpetuar e expandir a posição de elite econômica e política e também de identidade familiar, que os membros da família Junqueira já possuíam em Minas Gerais<sup>170</sup>; e não um indicativo de que a pobreza e a miséria estariam obrigando à mobilidade geográfica que, via de regra, caracterizava os movimentos das populações do Brasil desde o início da colônia.

Como Bacellar já havia destacado para a elite do Oeste paulista no século XIX, a saída dos filhos em busca de outras terras com potencial produtivo acabava se tornando uma vantagem para aqueles que deixavam a casa dos pais. Afinal a antiga propriedade da família

---

primo Antonio Sancho Diniz Junqueira irmão de Francisco Antonio Diniz Junqueira. Genoveva Clara Diniz Junqueira (irmã de Francisco Antonio Diniz Junqueira e já citada por ter também migrado para Batatais) também era cunhada de João Francisco Junqueira, casada com seu irmão (ANDRADE, 2005, p.252; 260-261).

<sup>169</sup> Ver ANDRADE, 2005, especialmente capítulo 4; BRIOSCHI, 1985.

<sup>170</sup> Citamos aqui Gabriel Francisco Junqueira (tornou-se Barão de Alfenas em 1848), tio materno de Francisco Antonio Diniz Junqueira, para destacar sua participação na esfera política nacional. “Além de grande proprietário, foi um líder político de destaque na Comarca do Rio das Mortes, elegendando-se deputado pela província de Minas Gerais no parlamento nacional, por três legislaturas seguidas, ao longo da década de 1830. Também liderou a coluna dos insurgentes na Revolta Liberal de 1842. Sua trajetória sociopolítica e econômica está intimamente ligada à história de sua família e do segmento social que representava, ou seja, dos grandes proprietários envolvidos na produção e na comercialização de gêneros voltados para o abastecimento interno. Sua história também nos permite tecer algumas considerações sobre a atuação das elites regionais no cenário político, em dois momentos cruciais da construção do Estado Imperial brasileiro: a Regência e o início do Segundo Reinado (...)” (ANDRADE, 2005, p.231).

poderia encontrar-se já em dificuldades para se manter produtiva devido à ausência de recursos naturais, tais como madeira para manter os engenhos de açúcar em funcionamento (BACELLAR, 1997).

Em 1836, não encontramos o capitão Francisco Antonio Diniz Junqueira na Lista Nominativa referente à Vila Franca do Imperador e seus Distritos. Seu domicílio não foi listado ou estaria em Minas Gerais?

Os registros paroquiais dos cativos de Francisco Antonio Diniz Junqueira se estendem até 1838; mesmo ano em que eclodiu a Anselmada, rebelião que resultou em uma série de invasões armadas à Vila de Franca e no assassinato do juiz de paz Manoel Rodrigues Pombo, já mencionado. Anselmo Ferreira de Barcelos era o líder de uma das facções envolvidas e contava com o apoio do capitão-mor Francisco Antonio Diniz Junqueira e família.

Esse grupo [o núcleo da família Junqueira em Franca tem como principais figuras, no seu início, o Capitão-mor e seu primo (e co-sogro) João Francisco Diniz Junqueira] dominou a política na região de Franca com José Bernardes da Costa Junqueira, genro/primo do Capitão-mor, sendo chefe do Partido Conservador. No ano de 1838 esse grupo tomou parte no episódio político, caracterizado como disputa de poder local, denominado “Anselmada”; as lutas políticas resultaram em atentado ao juiz de paz interino, Manuel Rodrigues Pombo, perpetrado por Anselmo Ferreira de Barcelos e outros, causando a morte de um dos participantes. A ligação dos Junqueira com as disputas não ficou esclarecida, havendo documentos registrando a sua participação no episódio apenas como membros da Câmara Municipal, na troca de correspondência com a capital da Província, ou então como membros e testemunhas do Conselho do Júri (BRIOSCHI, 1985, p.229-230).

A Anselmada foi uma rebelião de caráter elitista da qual os Junqueira fizeram parte e cuja participação parece ter sido mais efetiva do que a apontada acima por Brioschi (1985).

As rebeliões ocorridas no período regencial, dadas as suas características, são apontadas como de dois tipos: as de caráter popular e as de caráter elitista. Nesta última é que consideramos a Anselmada. É interessante observar que em protestos e rebeliões liberais como a Anselmada, as divergências políticas entre as minorias dominantes nunca ultrapassaram limites rigidamente demarcados, pois prevalecia sempre uma certa moderação: a defesa das liberdades públicas e o respeito do princípio da lei jamais deveriam comprometer a inviolabilidade do patrimônio familiar ou por em risco os privilégios de classe. Os problemas constitucionais enfrentados no período eram interpretados pela elite senhorial segundo seus restritos interesses políticos e econômicos (ANTONIO, 1997, p.44).

Quando o inventário *post mortem* de Francisco Antonio Diniz Junqueira foi aberto em 1843 verificamos que suas posses constituíam-se de seis escravos, alguns cavalos, os bens de raiz (sem especificar a produção oriunda das partes de terras)<sup>171</sup>. O valor do monte-mor foi estipulado em 68:566\$511 (sessenta e oito contos, quinhentos e sessenta e seis mil, quinhentos e onze réis).

Em relação aos bens de raiz, destacamos algumas informações a respeito da Fazenda Santo Antonio.

Desde 1819 Francisco Antonio Diniz Junqueira se encontrava no local designado “Santo Antonio”. Pelo valor dos bens de raiz, é possível deduzir que essa era sua maior fazenda no ano da abertura de seu inventário (1843). Francisco Antonio da Costa (casado com a filha de Francisco Antonio Diniz Junqueira) e seu pai, João da Costa Lourenço, possuíam terras que divisavam com a Santo Antonio (ou que teriam se desmembrado dela). Francisco Antonio da Costa vivia rodeado de parentes: o sogro, o pai e provavelmente o tio (ou irmão) Jose da Costa Lourenço, que adquiriu 400 alqueires na Fazenda Santo Antonio antes do falecimento de Francisco Antonio Diniz Junqueira.

O herdeiro Manoel Custódio Vieira já havia recebido em doação 600 alqueires *de campos de matos de cultura na Fazenda de Santo Antonio* avaliados em 4:192\$000 (quatro contos, cento e noventa e dois mil réis) quando seu sogro Francisco Antonio Diniz Junqueira foi inventariado. Podemos dimensionar a grandiosidade da propriedade original (uma vez que a fazenda já havia sido inventariada com a morte de Mariana Constancia de Andrade e parcialmente dividida entre os herdeiros), já que o escrivão que elaborou o inventário em 1843 menciona a doação a Manoel Custódio como *terreno* na Fazenda Santo Antonio.

A descendência de Francisco Antonio Diniz Junqueira e Mariana Constancia de Andrade permaneceu presente na região de Franca. Em razão dos objetivos deste trabalho, iremos nos ater com maior atenção a Maria Zimila de Andrade, primogênita do casal<sup>172</sup>. Nascida por volta de 1811 (certamente em Minas Gerais).

---

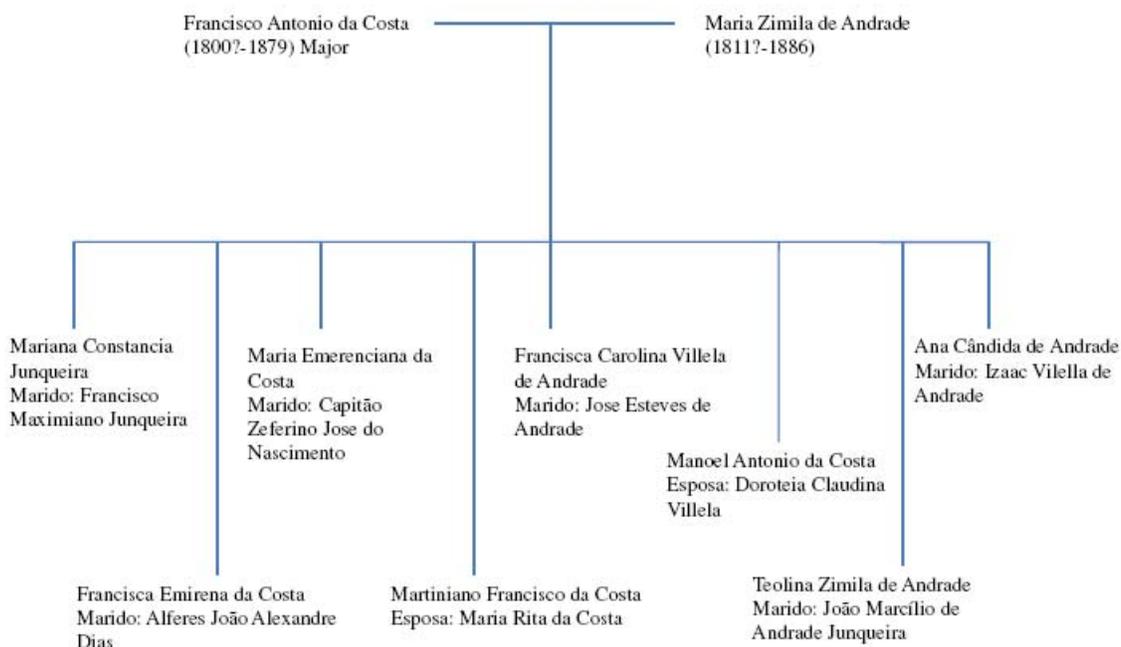
<sup>171</sup> O capitão-mor Francisco Antonio Diniz Junqueira faleceu em 17 de dezembro de 1842 sem testamento. Estudos baseados na genealogia da família Junqueira afirmam que sua morte se deu em 1852 (ANDRADE, 2005; BRIOSCHI, 1985).

<sup>172</sup> Também mencionada como Maria Zumila de Andrade e Maria Zimila Diniz Junqueira.

#### 4.1.2. A Família de Francisco Antonio da Costa

Maria Zimila de Andrade casou-se entre 1827-1829 com Francisco Antonio da Costa<sup>173</sup>. Este casal teve oito filhos que chegaram à idade adulta, sendo uma de suas filhas Francisca Carolina Villela de Andrade a esposa de José Esteves de Andrade, proprietários de Adriana e Damião.

##### Família de Francisco Antonio da Costa



Aberto em 1879, o inventário do major Francisco Antonio da Costa mostra que a atividade criatória mantinha-se presente e destacava-se dentre as demais, já que foram arrolados; *quatro capados, 70 porcos, 66 vacas sem cria, 47 vacas com cria, 37 bezerras, 30 bois de carro, 90 garrotes, 40 novilhas, sete bois, nove touros, quatro cavalos, seis éguas com*

<sup>173</sup> Fontes: Lista Nominativa de Habitantes de 1836 (CD ROM); Arquivo Histórico Municipal de Franca-SP Caixa 90, n.38, 1º Ofício Cível (inventariado Francisco Antonio da Costa) e Caixa 33, Maço 24, n.548, 2º Cível (inventariada Maria Zumila de Andrade). No inventário de Francisco Antonio da Costa tivemos acesso à Lista da Matrícula de Escravos realizada em 31 de agosto de 1872.

*burrinhos, 16 poldros, 15 éguas sem cria, 12 éguas com cria, 17 bestas, três burros, três jumentos.* O gado vacum respondia pela maior parcela de animais, 326 cabeças. Além disso, foram citados o engenho de serra, um moinho, uma tenda de ferreiro, 16 carros de milho, o tear e rodas de fiar. A fazenda Monte Belo foi dividida entre todos os herdeiros e não houve menção a outras terras. Já o valor dos 12 escravos fez parte da meação da viúva e todos permaneceram com a mesma. O monte-mor partível chegou à soma de 120:752\$460 (cento e vinte contos, setecentos e cinqüenta e dois mil, quatrocentas e sessenta réis).

O significativo número de cabeças de gado muar nos leva a considerar a possibilidade de Francisco Antonio da Costa atuar no transporte de cargas, uma atividade de importância secular no Brasil e que permitia as trocas entre o interior, a Corte e outras províncias (GUIMARÃES, 2006; ANDRADE, 2005).

Dos cativos anotados na Lista de Matrícula (1872) encontramos um campeiro, um carpinteiro, um pagem e seis lavradores. As mulheres cativas estavam vinculadas ao trabalho doméstico ou à tecelagem: três eram fiandeiras, uma costureira e outra cozinheira.

Sete anos depois, quando Maria Zimila faleceu (sem testamento) encontrava-se em companhia de seu genro Isaac Villela de Andrade, casado com sua filha Ana Cândida de Andrade. Os bens listados foram ouro, talheres de prata, os móveis da casa, os animais (vacum e cavalari), alguns poucos porcos (apenas quatro), oito escravos, dinheiro, os bens de raiz e dívidas ativas<sup>174</sup>. A partilha foi realizada sob o monte-mor avaliado em 39:226\$162 (trinta e nove contos, duzentos e vinte e seis mil, cento e sessenta e dois réis).

As plantações de café não foram citadas em nenhum inventário. A única referência sobre a rubiácea foram *quatro objetos de pedra para café* (inventário de Francisco Antonio da Costa). Ao que tudo indica, coube aos filhos e outros parentes de Maria Zimila de Andrade o trato com o café.

Os proprietários retratados eram donos de muitas terras e escravos. Lado a lado, o poder econômico aliava-se a cargos de prestígio político e social, como o de capitão-mor,

---

<sup>174</sup> Verificamos que o arrolamento dos bens é mais completo quando ocorre a morte do primeiro cônjuge. A morte de um dos cônjuges fraciona os bens, assim, os inventários de Mariana Constancia de Andrade e de seu genro, Francisco Antonio da Costa são os mais ricos em informações.

major, tenente, alferes, juiz substituto<sup>175</sup>. Assim como no sul de Minas Gerais, a endogamia mostrou-se uma importante estratégia para a manutenção da riqueza no interior da família Junqueira, que se estabeleceu no norte paulista<sup>176</sup>. Encontramos nos inventários as procurações de herdeiros que mencionavam mais de um grau de parentesco com o inventariado.

O falecimento de Maria Zimila de Andrade se deu momentos antes do fim da escravidão, contexto político e social totalmente distinto daquele de 1825, quando sua mãe Mariana Constancia de Andrade morreu. Em seis décadas diversos fatos e acontecimentos marcaram a história do Brasil e a trajetória dos membros da família Junqueira. A segunda metade do século XIX foi pautada por diversas leis que previam o fim gradativo da escravidão, pela atuação de movimentos abolicionistas e pelas investidas dos escravos na busca pela liberdade<sup>177</sup>. Diversas leis passaram a arbitrar na relação senhor-escravo, como a de 1869 ao proibir a separação dos casados; a Lei Rio Branco de 28 de setembro de 1871 que tornava livres os filhos nascidos de ventre escravo e a Lei dos Sexagenários, que libertava os idosos com mais de 60 anos.

A aquisição de mão de obra escrava para a região sofria a concorrência das lavouras de café, numa época em que o tráfico interno respondia pelo suprimento da maior parte da demanda de escravos.

Na primeira metade do século XIX Francisco Antonio Diniz Junqueira e mesmo Francisco Antonio da Costa tiveram acesso à abundante oferta de mão de obra escrava, quando Franca e outras áreas do norte paulista poderiam ser consideradas áreas de fronteira.

Se foi possível aos membros da família Junqueira ampliar sua influência e riqueza através de terras e escravos, por outro lado, as desventuras também marcaram a história dessa família. Obviamente a *Revolta de Carrancas* em 1833 deixou marcas na memória de seus contemporâneos, como Francisco Antonio Diniz Junqueira, Francisco Antonio da Costa e

---

<sup>175</sup> Lucila Brioschi afirma que em 1857, [o núcleo dos Junqueira em Franca] além de grandes fazendeiros, ocupavam quase todos os postos da Guarda Nacional na localidade (BRIOSCHI, 1985, p.230).

<sup>176</sup> Uma das netas de Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade casou-se com outro Junqueira e foi viver em Ribeirão Preto, onde foi mantenedora e fundadora do que viria a ser a maternidade “Sinhá Junqueira”. A mãe do Coronel Quito (marido da Sinhá Junqueira) era neta de Francisco Antonio Diniz Junqueira (GAETA, 199...). Como podemos perceber, a distinção de ser sinhá (dona de escravos) incorporou-se à nomeação do hospital.

<sup>177</sup> Seja através de resistência à venda, de compra da liberdade, fugas em massa, seja recorrendo ao Judiciário.

Maria Zimila de Andrade<sup>178</sup>. A revolta dos escravos de Gabriel Francisco Junqueira (tio de Francisco Antonio Diniz Junqueira) teve como saldo nove livres assassinados, dentre os quais seu filho e seu irmão José Francisco Junqueira. Francisco Antonio da Cosa perdeu seu irmão, sua cunhada (também prima de sua mulher) e dois sobrinhos, todos mortos pelos escravos revoltosos. A rebelião foi severamente punida com o enforcamento de 16 escravos revoltosos. O Sudeste escravista não tornaria a vivenciar uma insurreição escrava de tamanho vulto em sua história. Como veremos, a violência entre senhores e escravos e entre os próprios escravos pautou várias contendas nas propriedades dos Junqueira.

No contexto local, pudemos notar como a questão da abolição dos escravos passou a ter destaque na imprensa. Consultamos o periódico declaradamente abolicionista *O Nono Districto* para os anos de 1882 e 1883, os únicos disponíveis, e verificamos que a abolição da escravidão foi discutida com frequência. Em 1882, um dos temas mais tratados pelo periódico se referia à passagem da estrada de ferro Alta Mogiana por Franca. Decidido que Franca seria contemplada com a linha férrea, em 1883 o *Nono Districto* se voltou para a questão da abolição da escravidão na Província de São Paulo com maior regularidade. Apesar de se declarar abolicionista, o jornal apresentava um discurso conservador ao se referir às pessoas mais interessadas nesse assunto: os escravos e libertos. Chegou a publicar a opinião de um senhor que se dizia abolicionista porque desejava viver distante dos negros! Mas em 26 de novembro de 1882 também publicou na coluna “Eccos e Factos - *Scenas da Escravidão*” os maus tratos e espancamentos sofridos pelo escravo Juventino, de 19 anos. Sua senhora, Mariana Constancia de Andrade era a responsável por diversos ferimentos no jovem cativo e este, por orientação de um advogado, procurou o delegado de polícia da cidade<sup>179</sup>.

---

<sup>178</sup> Sobre a Revolta de Carrancas (MG) ver ANDRADE, 2005, p.299-319.

<sup>179</sup> Acreditamos se tratar da filha mais velha de Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade.

## 4.2. Os escravos de Francisco Antonio Diniz Junqueira e Francisco Antonio da Costa

### 4.2.1. Características demográficas

Como vimos, o capitão-mor Francisco Antonio Diniz Junqueira dedicava-se à lavoura e à criação de gado<sup>180</sup>. A Lista Nominativa de Habitantes de 1825 arrolou em seu domicílio 28 escravos, dos quais 19 homens (68%). A proporção de africanos atingiu a cifra de pouco mais da metade dos cativos (53%). Os menores de 15 anos eram um quinto desta escravaria<sup>181</sup>. Além disso, 72,7% dos cativos adultos (15 anos ou mais) encontravam-se casados ou viúvos (de um total de 22 adultos, 15 estavam casados e uma viúva que se recasou).

Devido à presença dos dois últimos segmentos (menores de 15 anos e escravos unidos ou viúvos) acreditamos que esta escravaria já havia se constituído há algum tempo, talvez tivesse migrado de Minas Gerais com o proprietário e sua família. Como havia 15 escravos de origem africana (53%), as designações que atestaram essa origem variaram: Cambunda, Mina, Banguela, Libolo, Congo, Angola<sup>182</sup>.

Havia mais escravos listados no inventário que nas listas nominativas. Em 1826, foram inventariados 31 escravos (na Lista Nominativa de 1825 foram 28), 34 cativos em 1829 (na Lista Nominativa de Habitantes para o mesmo ano foram 27 escravos) e 33 cativos em 1834<sup>183</sup>.

---

<sup>180</sup> As fontes consultadas para a elaboração deste tópico foram: Registros Paroquiais - Arquivo da Cúria Diocesana de Franca-SP, inventários *post mortem* e processo crime (Processo n.903, Caixa 38, 1º Ofício Criminal) - Arquivo Histórico Municipal de Franca-SP, Listas Nominativas de Habitantes (microfilmes) – Centro de Documento e Pesquisa Histórica (CEPAPH/ Unesp – Franca-SP).

<sup>181</sup> Nossa opção em adotar a idade de 15 anos como limite entre a infância e a idade adulta baseou-se no trabalho de Rocha que destaca os motivos para tal escolha: “(...) primeiro, porque boa parte da bibliografia que estamos utilizando o faz, segundo, porque esta foi a idade fixada pela primeira lei que proibia a separação de pais e filhos em 1869, ou seja, os filhos até 15 anos não poderiam ser separados, por venda, doação ou herança, dos seus pais” (ROCHA, 2004, p.115, nota 3).

<sup>182</sup> Os demais escravos eram majoritariamente crioulos: dois “molatos”, um cabra, oito crioulos e para uma escrava não havia informação.

<sup>183</sup> Em 1834, foi realizado o último lançamento dos bens do inventário de Mariana Constancia de Andrade para finalmente ser feita a partilha (os bens também foram avaliados em 1826 e 1829). Quando ocorreu a morte de Mariana Constancia de Andrade (por volta de 1825), seus filhos tinham idades inferiores a 17 anos. O filho mais novo contava com apenas dois anos de vida. Assim, os bens não foram divididos e provavelmente os escravos mantiveram-se com Francisco Antonio Diniz Junqueira e os herdeiros menores até a efetivação da partilha a partir de 1834.

As diferenças entre as Listas Nominativas e o arrolamento dos bens podem estar relacionadas com nascimentos, mortes, aquisição de novos cativos, ou pela possibilidade de que alguns escravos adultos estivessem ausentes da propriedade (transportando gado ou mercadorias até outras localidades, por exemplo). Ademais, não podemos descartar a possibilidade de erros na confecção dos documentos.

De acordo com a Lista de Habitantes de 1829, a escravaria era composta por 27 cativos, sendo 16 homens (59%). Os africanos chegaram a 55,6% da posse. A participação das crianças reduziu-se em relação à Lista Nominativa de 1825 (decaiu de 22,2% em 1825 para 18,5% em 1829), assim como a proporção de escravos adultos casados (de 72,7% em 1825 para 63,6% em 1829). Entre 1825 e 1829, houve a introdução de novos escravos africanos adultos na senzala de Francisco Antonio Diniz Junqueira, como Roque, de 20 anos; Gonçalo, de 25 anos; Brígida, de 25 anos, dentre outros, certamente a aquisição desses africanos foi facilitada pela participação de outros Junqueiras no tráfico interno de mão de obra servil<sup>184</sup>.

Outro aspecto diferenciador entre as duas Listas Nominativas de Habitantes (1825 e 1829) e que nos chamou a atenção foi a naturalidade dos cativos, em 1829 foram listados com apenas três procedências: Minas Gerais, São Paulo e Angola.

Acreditamos que 17 escravos listados em 1829 eram os mesmos de 1825 (apesar de várias idades e a naturalidade não coincidirem). Notamos uma mudança de naturalidade para alguns escravos entre as Listas de Habitantes de 1825 e 1829: quatro escravos de origem africana em 1825 tornaram-se naturais de *Minas Gerais* em 1829, e oito cativos *Mina*, *Cambinda* ou *Banguela* (e até mesmo uma crioula) passaram a ser *Angola*.

Uma possível explicação desta *nacionalização* e *angolanização* encontrada em 1829, pode ter relação com as discussões sobre o fim do tráfico transatlântico de escravos na década de 1820, que culminou com a sua proibição em 1831. O acirramento da pressão inglesa para a abolição do tráfico ao Norte do Equador (1815), até então desrespeitado pelos traficantes portugueses, bem como os tratados que precederam o fim do tráfico (1831), pode ter havido

---

<sup>184</sup> Há evidências que indicam a participação de membros da família Junqueira no tráfico interno de escravos com remessas de escravos para Minas Gerais e Vale do Paraíba, sendo alguns inclusive contemporâneos de Francisco Antonio Diniz Junqueira. O tráfico de escravos não era uma atividade especializada e se constituía como mais uma mercadoria, dentre outras comercializadas pelos Junqueira (ANDRADE, 2005, p.221-222).

uma maior preocupação por parte dos senhores em conferir *legalidade* na origem de seus escravos<sup>185</sup>.

Para 1829, tivemos acesso a dois arrolamentos de escravos: o primeiro oriundo da Lista Nominativa de Habitantes e o segundo proveniente do inventário (segunda avaliação dos cativos). Apresentamos uma rápida comparação entre as duas fontes.

Na descrição dos escravos avaliados no inventário em 1829, de 34 cativos (quando a escravaria de Francisco Antonio Diniz Junqueira contou com mais cativos), 19 eram homens (56%), as crianças chegaram a representar 29,4% do total de cativos e exatamente a metade tinha origem africana. Não há menção ao estado conjugal dos cativos. Dos africanos, 60% foram descritos como de *Nação Angola*, três escravos como *Cambunda*, uma *Moçambique*, uma *Mina*, uma *Rebola* e outra cativa como *Caçanje*. Aqui podemos verificar que a parte africana da escravaria não era integralmente *Angola*.

A principal diferença entre a Lista de Habitantes de 1829 e o assento de bens presente no inventário do mesmo ano esteve ligada à presença das crianças neste último. Mesmo crianças, os escravinhos eram bens e deveriam obrigatoriamente ser listados para a partilha. Já para a Lista Nominativa, caracteristicamente uma fonte elaborada tendo como foco a arrecadação de impostos e a disponibilidade de contingente militar, os pequenos como Maria, de dois anos; Clementino, de três anos e Ana, de dois anos parecem ter tido sua importância relativizada, afinal, poderiam nem chegar à fase adulta e foram “esquecidos” pelo elaborador da Lista, talvez pouco cuidadoso.

No arrolamento de bens de 1834, o escrivão foi um pouco mais acurado na descrição dos cativos ao informar o nome, naturalidade, idade, se casado a indicação da esposa e as moléstias dos escravos. Do total de 33 escravos, 19 eram do sexo masculino (57,6%), os menores de 15 anos representavam exatamente um terço da escravaria. Os crioulos, pela primeira vez, ultrapassaram o número de africanos, respectivamente 51,5% e 48,5%. Dos cativos adultos (22), encontramos 15 unidos (68,2%): sete casais e Francisco, que não estava com sua esposa, pois esta era escrava do herdeiro José Bernardes da Costa Junqueira.

Podemos observar que a escravaria de Francisco Antonio Diniz Junqueira manteve um relativo equilíbrio entre o número de homens e de mulheres, assim como a presença de

---

<sup>185</sup> RODRIGUES, 2000, especialmente capítulo 2.

crianças e jovens (menores de 15 anos) foi verificada em todos os anos considerados. Tratava-se de uma posse constituída há algum tempo e com a presença de africanos superior à média da localidade (os africanos eram apenas um terço da população escrava de Franca em 1836). Entre 1825 e 1834, os africanos elevaram sua participação entre os escravos adultos (com 15 anos ou mais) de 63,6% a 76,2% respectivamente. No entanto, essa proporção de africanos no total da população estava abaixo de outras áreas agro-exportadoras.

No Vale do Paraíba Paulista e Oeste Paulista, a proporção de africanos no total da população escrava chegou a apresentar valores próximos a três quartos. Em Bananal (localidade produtora de café no Vale do Paraíba) 78,2% do total de cativos eram africanos em 1829 (MOTTA, 1999). Ao analisar a escravaria de Salvador Bueno da Silveira, um senhor de engenho de cana-de-açúcar de Campinas, Rocha nos informa que os africanos compunham 95,2% e 78,1% da posse, respectivamente em 1829 e 1836 (ROCHA, 2004). Nas duas datas, Salvador Bueno era dono de 41 cativos.

Francisco Antonio Diniz Junqueira era um criador e lavrador bem sucedido; possuía um número de escravos que não se diferenciava de forma considerável de outros proprietários de áreas de agroexportação. A presença crioula na escravaria desse criador ultrapassou a africana em 1834, e no exemplo do proprietário de Campinas, isso ocorreu apenas na segunda metade do século XIX (com a extinção do tráfico transatlântico em 1850).

**Tabela 4.1- Escravos segundo grupo etário, sexo e naturalidade pertencentes a Francisco Antonio Diniz Junqueira e Mariana Constancia de Andrade, 1825, 1829 e 1834**

Grupos etários	Sexo	1825			1829*		1829		1834		
		Afr.	Cr.	S/I	Afr.	Cr.	Afr.	Cr.	Afr.	Cr.	S/I
Menos de 15 Anos	Homens	1	5		0	3	0	5	0	5	
	Mulheres	0	0		0	2	0	5	0	6	
15 Anos ou Mais	Homens	10	3		8	5	11	3	10	3	1
	Mulheres	4	4	1	7	2	6	4	6	2	
Total por Origem		15	12		15	12	17	17	16	16	1

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes (1825 e 1829\*) e Inventário de Mariana Constancia de Andrade (1829 e 1834). Afr. = Africano, Cr. = Crioulo, S/I = Sem informação da naturalidade. Não utilizamos o levantamento de bens inventariados em 1826 em razão da ausência de idades (inventário de Mariana Constancia de Andrade). Em 1843 foram listados apenas seis escravos: quatro africanos (um homem e três mulheres com 15 anos ou mais), um crioulo adulto e um escravo adulto do sexo masculino sem a naturalidade (inventário de Francisco Antonio Diniz Junqueira).

Passamos agora a analisar a escravaria de Francisco Antonio da Costa. Quando o encontramos pela primeira vez na Lista Nominativa de 1836, contava com 16 cativos em seu

domicílio, dos quais nove eram homens (56,3%). Os africanos compunham apenas 37,5% da posse e os menores de 15 anos, 50%. A Lista de Habitantes arrolou dois escravos adultos casados, Agostinho e Juliana.

Em 1872, a Lista da Matrícula de Escravos arrolou 18 cativos pertencentes a Francisco Antonio da Costa, sendo 10 homens (55,6%). A escravaria possuía poucas crianças (apenas duas meninas)<sup>186</sup> e os escravos africanos compunham 38,9% do total. Dos 11 restantes, seis eram francanos e cinco naturais de Minas Gerais. Dos adultos (16), nove eram casados ou viúvos (56,3%). As ocupações encontradas foram, em sua maioria, a de lavrador para os homens e de fiandeira para as mulheres. Havia ainda um pajem, um carapina, uma cozinheira e uma costureira.

Em 1886, quando Maria Zimila faleceu, sua posse era composta por oito escravos maiores de 21 anos (sendo quatro homens e quatro mulheres) e nove ingênuos. Sete ingênuos eram filhos da escrava Joana e dois de Feliciano. Dos oito escravos, três estavam na condição de alguma vez unidos.

Ao que parece, Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade recorreram ao tráfico interprovincial de escravos apenas com a província vizinha, Minas Gerais, pois não adquiriram escravos nascidos em qualquer outra região. Três escravos eram naturais de Minas Gerais em 1886.

**Tabela 4.2- Escravos segundo grupo etário, sexo e naturalidade pertencentes a Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade, 1836, 1872, 1879 e 1886**

Grupos etários	Sexo	1836		1872		1879		1886
		Afr.	Cr.	Afr.	Cr.	Afr.	Cr.	Cr.*
Menos de 15 Anos	Homens	0	4	0	0	0	0	0
	Mulheres	0	4	0	2	0	1	0
15 Anos ou Mais	Homens	4	1	4	6	1	5	4
	Mulheres	2	1	3	3	2	3	4
Total por Origem		6	10	7	11	3	9	8

Fontes: Lista Nominativa de Habitantes 1836 e Inventários (1879 e 1886). Afr. = Africano, Cr. = Crioulo.

\* A partir da Lei de 28/09/1871 os filhos de escravas são considerados "filhos livres de ventre escravo". Encontramos listados sete ingênuos (com idades entre 15 e dois anos) acompanhando a escrava Joana (viúva) e dois (de quatro e dois anos) acompanhando a escrava Feliciano (solteira).

<sup>186</sup> A Matrícula de Escravos foi realizada em agosto de 1872, ou seja, quase um ano após a Lei de 28 de setembro de 1871 que libertava as crianças de ventre escravo. Assim, as crianças nascidas no último ano não foram consideradas.

O norte paulista não conseguiu se igualar aos grandes proprietários de escravos do Oeste Paulista ou do Vale do Paraíba, onde as escravarias chegavam a ter mais de uma centena de indivíduos. Afinal, o café não foi uma atividade de destaque para os proprietários focalizados e chegou a Franca nos anos finais da escravidão. A criação de gado não exigia grande número de braços, no entanto, combinada com outras atividades como a agricultura, a criação de outros animais, os engenhos e o tropeirismo ocupou mão de obra escrava significativa dos proprietários da família Junqueira em Franca e região.

#### **4.2.2. Famílias escravas**

Os escravos que marcharam rumo a Franca-SP acompanhando o então tenente Francisco Antonio Diniz Junqueira eram, em sua maioria, africanos. Havia também crioulos nascidos em Minas Gerais, pardos e mulatos. Nem todos vieram sozinhos – esposas e filhos participaram da empreitada (algumas deveriam até mesmo estar “pejadas”, ou seja, grávidas).

Como em outras áreas da América escravista, não era incomum que os escravos acompanhassem seus senhores que se dirigiam a áreas de fronteira. Franca já possuía moradores paulistas (ainda que esparsos) e, no momento em que Francisco Antonio Diniz Junqueira se dirigiu para lá, outros mineiros já haviam feito este trajeto há mais de 10 anos.

Se para os Junqueira este deslocamento significou a ampliação dos campos de criar e novas oportunidades de aquisição de riqueza e poder, para uma parte dos escravos deve ter significado o rompimento de laços com parentes e companheiros de cativo que provavelmente nunca mais veriam. Se os senhores mantinham contato (ainda que esporádico) com seus pares, seja através de correspondências ou viagens a Minas Gerais, a realidade dos escravos era mais silenciosa e dura, mesmo que tivessem notícias pelos tropeiros ou pelo senhor e sua família.

A crioula Narciza e seu marido Joaquim devem ter passado por situação semelhante, afinal foram os primeiros escravos do tenente Diniz Junqueira a batizarem um filho na paróquia de Franca, em 1817. Acreditamos que o casal tenha se unido em Minas Gerais, uma vez que não localizamos o registro de casamento em Franca. Através das listas nominativas de 1825 e 1829, verificamos que Joaquim era africano (registrado como Cambunda em 1825 e Angola em 1829) e Narciza natural de Minas Gerais (Lista Nominativa de 1829). Antonio, o

filho batizado em 1817, faleceu de febre em 1819, com apenas dois anos, quando seu irmão Adão havia nascido havia poucos dias. Não temos notícias de outros filhos de Narciza e Joaquim.

Como Joaquim e Narciza, outros cinco casais escravos batizaram seus filhos legítimos de 1817 até princípios de 1830, sem que fossem encontrados seus registros de casamento na paróquia de Franca. Às famílias já constituídas outras foram oficializadas pela Igreja Católica entre 1819 e 1828 em terras paulistas. Apenas um casal se uniu posteriormente, quando Francisco Antonio Diniz Junqueira já havia falecido. Os registros paroquiais de casamento não trouxeram informações referentes à naturalidade dos cativos, atestada através do cruzamento nominativo de outras fontes.

A partir do cruzamento de fontes nominativas, identificamos 17 famílias que pertenceram a Francisco Antonio Diniz Junqueira: 11 casais com filhos, cinco casais sem filhos e uma mãe e seu filho “natural”. Os registros paroquiais foram nossa principal fonte para a identificação da filiação e o estabelecimento de laços matrimoniais.

A legitimidade predominou entre os filhos de escravos de Francisco Antonio Diniz Junqueira, apenas Maria batizou o pequeno Salvador como filho “natural”. Como já dissemos, acreditamos que alguns casais escravos vieram com seus filhos de Minas Gerais para Franca, pois não conseguimos identificar a filiação de crianças crioulas, como Fidelis, de 11 anos, que estava presente no domicílio de Francisco Antonio Diniz Junqueira em 1825. Agostinho, de 12 anos, também foi listado em 1825, mas como proveniente do Congo.

Apesar de possuir significativa escravaria em idade adulta (e unida), Francisco Antonio Diniz Junqueira levou para serem batizados somente 19 crianças cativas e nenhum escravo adulto<sup>187</sup>. Ao procurarmos os registros de óbitos, pudemos verificar que outras duas crianças morreram sem que tivéssemos acesso aos seus batismos. Dentre as crianças (total 19), cinco faleceram ao longo dos primeiros anos de vida, 13 foram repartidas entre Francisco Antonio Diniz Junqueira e os herdeiros de Mariana Constancia de Andrade; e três não pudemos acompanhá-las em razão de não terem sido listadas na partilha dos bens de Mariana Constância. A morte ceifou pelo menos 23,8% das crianças registradas<sup>188</sup>.

---

<sup>187</sup> Há a possibilidade de seus escravos terem sido batizados em outras paróquias do território de Franca.

<sup>188</sup> Cabe ressaltar que certamente outras crianças nasceram e morreram sem que nunca tivessem sido registradas.

Pelo menos 10 crianças eram filhas de mães nascidas na África. Não foi possível identificar algumas Marias, mas acreditamos que elas também fossem africanas, uma vez que todas as Marias adultas, segundo as Listas Nominativas de Habitantes de 1825 e 1829, receberam alguma designação indicando a origem africana.

Os africanos também se fizeram presentes entre os cônjuges levados por Francisco Antonio Diniz Junqueira a se casarem na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca: 14 de 18 haviam sido trazidos de além mar (77,8%). O que já era de se esperar, uma vez que os africanos compunham a maioria da população escrava com 15 anos ou mais nos anos considerados. Algumas uniões parecem se tratar de recasamentos (Vitória, Tomásia, Tomé, Joana), ainda que a condição de viúvo (a) não tenha sido mencionada nos registros de casamento<sup>189</sup>. Em duas ocasiões, dois casais se uniram em um mesmo dia, mas este não foi o hábito desse senhor que se dirigiu à Igreja sete vezes para casar nove casais cativos.

**Tabela 4.3- Casamentos de escravos de Francisco Antonio Diniz Junqueira**

Data	Horário	Noivo	Cor/Naturalidade*	Noiva	Cor*/Naturalidade
31/05/1819	17	Francisco	Preto, Africano	Carlota	Preta, Africano
31/05/1819	17	Pedro	Preto, Africano	Vitória	Preta, Africana
28/01/1821	12	Sebastião	Preto, (-)	Maria	Preta, Africana
18/02/1821	11	Jose	- Africano	Luiza	- Crioula
25/08/1822	15	João	- Crioulo	Tomásia	- Africana
12/08/1825	9	Gonçalo	Preto, Africano	Vitória	Preta, Africana
12/08/1825	9	Jose	Preto, Africano	Joana	Preta, Africana
01/10/1828	8	Manoel	Preto, (-)	Tomásia	Preta, Africana
15/04/1844	12	Tomé	De Nação, (-)	Joana	De Nação, (-)

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros de casamento. \* A cor ou a naturalidade (de Nação) são informações presentes nos registros de casamento. Na tabela acima, o que consta entre parênteses são as informações obtidas com o cruzamento nominativo das fontes. Obs.: Luiza aparece como *molata* e parda, João como pardo. Manoel foi citado como *africano* e *africano crioulo*.

<sup>189</sup> As testemunhas que constam nos assentos de casamento atestam a participação de outros escravos na cerimônia religiosa: Antonio e Ana (não seria Adriana?) casados, Bernardino e Constanca casados, todos escravos de Francisco Antonio Diniz Junqueira testemunharam os casamentos de Francisco e Carlota e de Pedro e Vitória, respectivamente, no dia 31 de maio de 1819. Jose Ferreira Muniz e Jose Carlos da Silva também testemunharam matrimônios dos escravos de seu sogro. As demais testemunhas eram livres e homens.

**Quadro 4.1- Filhos de Escravos de Francisco Antonio Diniz Junqueira**

Pai	Cor/ Naturalidade	Mãe	Cor/ naturalidade	Data do Batismo	Nome da Criança	Padrinho	Madrinha	Proprietário dos Padrinhos	Data do Óbito
Joaquim	Cambunda/da Costa/Angola/ Africano	Narciza	Crioula/ Minas Gerais	09/06/1817	Antonio	Francisco das Chagas Barro	Ana Garcia		23/06/1819
Joaquim	Cambunda/da Costa/Angola/ Africano	Narciza	Crioula/ Minas Gerais	04/07/1819	Adão	Domingos Escravo	Luzia Escrava	Vicente Ferreira Antunes	
Dionizio	Crioulo	Francisca	Libollo/da Costa/Angola	24/11/1817	Eva	José Angola Escravo	Luzia Angola Escrava	FADJ	
Dionizio	Crioulo	Francisca	Libollo/da Costa/Angola	11/04/1819	Maria	Antonio Escravo	Adriana Escrava	FADJ	25/05/1819
Manoel*	Não Consta	Maria*	Não Consta	11/04/1819	Francisco	Francisco Escravo	Maria escrava	Vicente Ferreira Antunes	
Bernardino	Mina/da Costa/Angola	Constancia	Crioula/ Minas Gerais	13/02/1820	Matias	Diogo Jose Lopes	Luiza Parda Escrava	FADJ	
Bernardino	Mina/da Costa/Angola	Constancia	Crioula/ Minas Gerais	17/07/1822	Margarida	João Gonçalves Hero	Mariana de São José		
Antonio	Preta/Banguela/ Angola/Africano/ De Nação	Adriana	Preta/Crioula	26/12/1822	Malaquias	Manoel da Costa Ramos	Leonor de Almeida		
Antonio	Preta/Banguela/ Angola/Africano/ De Nação	Adriana	Preta/Crioula	28/12/1823	Lucas	Antonio Jose da Rocha	Maria Angelica de Jesus		
Antonio	Preta/Banguela/ Angola/Africano/ De Nação	Adriana	Preta/Crioula	25/05/1826	Eva	Manoel Preto Escravo	Ana Maria Preta (não consta condição social)	Ele - FADJ	
Antonio	Preta/Banguela/A ngola/Africano/ De Nação	Adriana	Preta/Crioula	04/12/1832	Querina	Manoel Ribeiro da Silva	Maria Vitoria		
Francisco	Preta/Banguelada Costa/Angola/ Africano	Carlota	Preta/ Cambinda	Não consta	Maria**				17/09/1824 com 7 dias
Luiz	Preta/Congo/ da Costa/Conga/ Minas Gerais/ Angola/Africano	Maria	Preta/da Costa/Benguela/ Africana	26/02/1826	Maria	Damião Preto Escravo	Constância Preta Escrava	FADJ	01/03/1826

**Quadro 4.1- Filhos de Escravos de Francisco Antonio Diniz Junqueira - continuação**

Pai	Cor/naturalidade	Mãe	Cor/Naturalidade	Data do Batismo	Nome da Criança	Padrinho	Madrinha	Proprietário dos Padrinhos	Data do Óbito
Jose	Parda	Luiza	Mulata/Parda	03/01/1827	Maria	Francisco Jose Almeida	Maxima Balbina		
João	Parda	Tomásia	Da Costa/Nação Moçambique/Angola/Africana/De Nação	28/10/1827	Ana	João Nicolau	Leonor de Almeida		
Gonçalo	Preta/Angola/Africano	Vitória	Preta/Cambinda/da Costa/Angola/Africana	24/02/1829	Felicidade	Francisco Pardo Escravo	Maria crioula Escrava	Manoel Marques de Carvalho	
Gonçalo	Preta/Angola/Africano	Vitória	Preta/Cambinda/da Costa/Angola/Africana	Não consta	Justina**				22/09/1833 com 3 anos
Gonçalo	Preta/Angola/Africano	Vitória	Preta/Cambinda/da Costa/Angola/Africana	06/03/1836	Perpétua	Gabriel Escravo	Luiza Escrava	Não consta	
Gonçalo	Preta/Angola/Africano	Vitória	Preta/Cambinda/da Costa/Angola/Africana	06/05/1838	Rita	Manoel Francisco da Silva	Maria da Conceição		
		Maria*	Preta	06/02/1832	Salvador	Francisco Antonio de Almeida	Constancia Crioula Escrava	FADJ	
Jose	Preta/Banguela/Angola/Nação Cambinda/Nação Congo da Costa/Africano	Joana	Preta/ Da Costa/Nação Cambinda/Angola/ Africana/ De Nação	02/10/1832	Fortunato	Antonio Ribeiro da Silva	Maria dos Anjos		

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca – Registros de batismo. FADJ = Francisco Antonio Diniz Junqueira.

(?) Há dois Josés, um pardo e outro de nação Cambinda. Neste caso, acreditamos se tratar de Jose pardo, pois o registro de batismo explicita a cor parda dos pais.

\*Apesar de haver um Manoel (Libollo, solteiro) na Lista Nominativa de Habitantes de 1825, ficamos em dúvida se é o mesmo do registro de batismo. Não conseguimos identificar por haver mais de uma Maria, mas todas as Marias adultas eram africanas segundo as Listas Nominativas de 1825 e 1829. As informações são provenientes dos registros de batismo/óbito.

\*\*Localizamos apenas os registros de óbito.

Através da análise da composição das posses de Francisco Antonio Diniz Junqueira e Francisco Antonio da Costa, podemos verificar como a família escrava vai se consolidando ao longo das décadas. É o que procuraremos mostrar através do acompanhamento das trajetórias familiares dos escravos de Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade.

Conseguimos reconstituir 14 famílias escravas que pertenceram a Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade, sendo dez casais (com e sem filhos) e quatro mães com seus filhos. Aparentemente, dois casais não tiveram filhos e dois casamentos se deram após o nascimento de alguns filhos.

As famílias escravas presentes na posse de Francisco Antonio da Costa vivenciaram momentos de muitas mudanças no sistema escravista: o fim do tráfico internacional de escravos (1850) e outras leis que passaram a interferir mais diretamente na relação senhor-escravo (como a de 1869 que proibiu a separação das famílias no momento de venda ou partilha, do Ventre Livre e dos Sexagenários).

Apesar de possuir menor número de escravos do que seu sogro, Francisco Antonio da Costa batizou mais escravos e casou menos casais. Localizamos 31 registros de batismo de filhos de escravos (29 em nome de Francisco Antonio da Costa, falecido em 1878, e 2 em nome de Maria Zimila de Andrade<sup>190</sup>) - acreditamos que outras crianças tenham nascido na escravaria de Francisco Antonio da Costa, no entanto, não foi possível localizar o batismo. Feliciano (filha de Rafael e Iria) teve dois filhos “naturais”: Favorino e Rafael, arrolados no inventário aberto em virtude da morte de Maria Zimila de Andrade, em 1886.

Ao consultar os registros de óbito e os inventários identificamos ainda outras nove crianças. Das 31 crianças batizadas, sete faleceram nos primeiros anos de vida, exceto Adriana que veio a falecer com 36 anos, assassinada por seu marido Damião. Ademais, encontramos três registros de óbitos de crianças, para as quais não localizamos os batismos. Contabilizando, portanto, nasceram 40 escravinhos na posse de Francisco Antonio da Costa/Maria Zimila de Andrade, dos quais 10 morreram até os sete anos de idade (25,0%).

Aproximadamente 80% das crianças nasceram dentro de uniões legítimas. As mães africanas foram responsáveis por 21 nascimentos.

---

<sup>190</sup> Consta Maria Zimila de Andrade nos registros de batismo.

Apesar de termos encontrado cinco registros de casamento, verificamos a existência de nove casais na posse de Francisco Antonio da Costa<sup>191</sup>. Os crioulos responderam pela metade dos cônjuges. E assim como seu sogro, Francisco Antonio da Costa dirigiu-se várias vezes à paróquia para casar seus escravos.

**Tabela 4.4- Casamentos de escravos de Francisco Antonio da Costa**

Data	Horário	Noivo	Cor/Naturalidade	Noiva	Cor/Naturalidade
04/09/1832	-	Antonio	Preto, Crioulo (viúvo)	Luzia	Preta, Africana*
15/11/1837	-	Manoel	Preto	Felisarda	Preta, Africana
12/01/1840	14	Domingos	Preto, Africano	Margarida	Preta, Crioula
01/11/1853	8	Francisco	Preto, Crioulo	Laurinda	Preta, Africana
06/08/1863	-	Rafael	Preto, Crioulo	Iria	Preta, Crioula

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca - Registros de casamento. \*Citada como crioula no registro de casamento e africana na Matrícula de escravos de 1872. Seu nome na Matrícula é Luiza. Os demais casais foram listados na Matrícula que inclusive mencionou seus cônjuges, exceto Manoel e Felisarda que não foram matriculados.

Ao longo das décadas, o parentesco escravo foi se consolidando, como podemos notar através de uma informação valiosa presente na Matrícula de Escravos de 1872: a filiação dos cativos. Na escravaria de Francisco Antonio da Costa, exceto os africanos, todos os crioulos (nascidos no Brasil) tinham a filiação conhecida. Os escravos inseridos em grupos familiares chegavam a 88,9% do total, sendo excluídos apenas os africanos Marciano e Lino (solteiros em 1872) e aparentemente sem relações de parentesco com os seus companheiros de cativeiro. De acordo com o inventário de Maria Zimila de Andrade, Lino deixou o mundo dos vivos em novembro de 1876 e Marciano, então com 54 anos, comprou com seu pecúlio a liberdade e pôde deixar o mundo da escravidão em outubro de 1876.

<sup>191</sup> Provavelmente Francisco Antonio da Costa adquiriu casais escravos.

**Quadro 4.2 - Filhos de Escravos de Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade**

<b>Pai</b>	<b>Cor/ Naturalidade</b>	<b>Mãe</b>	<b>Cor/ Naturalidade</b>	<b>Data do Batismo</b>	<b>Nome da Criança</b>	<b>Padrinho</b>	<b>Madrinha</b>	<b>Proprietário dos Padrinhos</b>	<b>Data do Óbito</b>
		Felisarda	Preta/Africana	Não Consta (Nasc: 1836)	<b>Lourençia</b>				02/08/1838 com 2 Anos
		Felisarda	Preta/Africana	15/05/1837	<b>Misael</b>	Manoel Coelho Vital (vigário)	Maria Inácia		
Manoel	Preta	Felisarda	Preta/Africana	31/12/1842	<b>Inácia</b>	José Bernardes da Costa Junqueira	Inácia Cândida de Andrade		
Manoel	Preta	Felisarda	Preta/Africana	01/11/1847	<b>Bruno</b>	Francisco Gomes Gaia	Joaquina Maria de Moura		
Joaquim	Não Consta	Laurinda	Preta/ De Nação/ Africana	Não Consta (Nasc: 1845)	<b>Tertuliano*</b>				
Joaquim	Não Consta	Laurinda	Preta/De Nação/Africana	17/08/1848	<b>Domingas</b>	Miguel Mariano de Sousa	Umbelina Maria Inocencia		
		Laurinda	Preta/De Nação/Africana	26/12/1849	<b>Dionísia</b>	Francisco Maximiano Diniz	Mariana Constancia da Costa		21/01/1855
Francisco	Preta/Crioulo/ Minas Gerais	Laurinda	Preta/De Nação/Africana	Não Consta (Nasc: 1850)	<b>Paulino</b>				
		Laurinda	Preta/De Nação/Africana	03/01/1853	<b>Leocárdia</b>	Jose Bernardes da Costa Junqueira	Ana Candida da Costa		
Francisco	Preta/Crioulo/ Minas Gerais	Laurinda	Preta/De Nação/Africana	20/08/1854	<b>Evaristo</b>	Lourenço escravo	Lourença escrava	Jose Antonio da Costa	05/10/1854
Francisco	Preta/Crioulo/ Minas Gerais	Laurinda	Preta/De Nação/Africana	10/12/1855	<b>Joaquim</b>	João Alexandre Dias	Emirena da Costa		
Francisco	Preta/Crioulo/ Minas Gerais	Laurinda	Preta/De Nação/Africana	Não Consta (Nasc: 1856)	<b>Maria</b>				
Francisco	Preta/Crioulo/ Minas Gerais	Laurinda	Preta/De Nação/Africana	Não Consta (Nasc: 1860)	<b>Estevo</b>				16/09/1861 com 1 Ano
Francisco	Preta/Crioulo/ Minas Gerais	Laurinda	Preta/De Nação/Africana	Não Consta (Nasc: 1862)	<b>Maria</b>				
Rafael	Preta/Crioulo/ Minas Gerais	Iria	Preta/Crioula/Minas Gerais	21/12/1867	<b>Feliciana</b>	Manoel Jose de Oliveira	Maria Vitória de Jesus		

Quadro 4.2 - Filhos de Escravos de Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade - continuação

Pai	Cor/ Naturalidade	Mãe	Cor/ Naturalidade	Data do Batismo	Nome da Criança	Padrinho	Madrinha	Proprietário dos Padrinhos	Data do Óbito
Rafael	Preta/Crioulo/ Minas Gerais	Iria	Preta/Crioula/Minas Gerais	18/08/1870	<b>Tomé</b>	Manoel Moreira da Silva	Rita Cândida de Jesus		
Rafael	Preta/Crioulo/ Minas Gerais	Iria	Preta/Crioula/Minas Gerais	11/08/1874	<b>Lourenço</b>	Joaquim de Andrade do Nascimento	Gertrudes Maria do Nascimento		19/11/1874
Rafael	Preta/Crioulo/ Minas Gerais	Iria	Preta/Crioula/Minas Gerais	05/01/1878	<b>Manoel</b>	Joaquim Bernardes Pinto	Mariana Cândida de Andrade		
Rafael	Preta/Crioulo/ Minas Gerais	Iria	Preta/Crioula/Minas Gerais	05/01/1878	<b>Tomé (gêmeo com Manoel)</b>	José Bernardes Pinto	Ana Teresa de Figueiredo		23/02/1878
Rafael	Preta/Crioulo/ Minas Gerais	Iria	Preta/Crioula/Minas Gerais	01/08/1880	<b>Severino</b>	Francisco Antonio da Costa (neto)	Inácia Carolina de Andrade		
Agostinho	Preta/África	Juliana	Preta/De Nação/Africana	26/01/1838	<b>Camila</b>	Jose Carlos da Silva	Hipólita Placidina Diniz		
Agostinho	Preta/África	Juliana	Preta/De Nação/Africana	01/06/1841	<b>Emília</b>	Antonio Gabriel Diniz Junqueira	Ana Comes de Assunção		15/08/1842
Agostinho	Preta/África	Juliana	Preta/De Nação/Africana	06/06/1843	<b>Serafim</b>	Pedro Joaquim Rodrigues	Mariana Balbina de São José		
Agostinho	Preta/África	Juliana	Preta/De Nação/Africana	Não Consta	<b>Praxedes</b>				11/08/1846 Inocente
Agostinho	Preta/África	Juliana	Preta/De Nação/Africana	27/06/1847	<b>Joana</b>	Francisco Gomes Gaia	Ana Joaquina dos Santos		
Agostinho	Preta/África	Juliana	Preta/De Nação/Africana	30/04/1854	<b>Casemiro</b>	Zeferino de Sousa Nogueira	Helena Maria de Jesus		
Jose		Águida	Crioula	10/12/1839	<b>Paulina</b>	Antonio escravo	Eva escrava	Ele – FAC Ela – Manoel Custódio	
Jose		Águida	Crioula	31/05/1841	<b>Marcelina</b>	Jose Francisco da Costa	Rita de Cássia de Andrade		
Jose		Águida	Crioula	31/12/1842	<b>Adriana</b>	Manoel Custódio Vieira	Umbelina Honória de Andrade		27/10/1878

**Quadro 4.2 - Filhos de Escravos de Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade - continuação**

<b>Pai</b>	<b>Cor/ Naturalidade</b>	<b>Mãe</b>	<b>Cor/ Naturalidade</b>	<b>Data do Batismo</b>	<b>Nome da Criança</b>	<b>Padrinho</b>	<b>Madrinha</b>	<b>Proprietário dos Padrinhos</b>	<b>Data do Óbito</b>
Jose		Águida	Crioula	16/10/1846	<b>Balbina</b>	Jose Carlos da Silva	Maria Cândida de São José		06/01/1847
Jose		Águida	Crioula	10/03/1848	<b>Eleutério</b>	Lucas escravo	Tomásia escrava	Não Consta	17/05/1852
Jose		Águida	Crioula	11/04/1850	<b>Sebastião</b>	Jose Antonio da Costa	Elisa Alves de Assunção		
Joaquim	Não Consta	Florinda	Não Consta	09/09/1846	<b>Camila</b>	Jose Carlos da Silva	Hipolita Placidinia Diniz		
Manoel	Africano	Florinda	Africana	05/06/1854	<b>Antonia</b>	João escravo	Feliciano escrava	Jose Antonio da Costa	
		Beatriz	Não Consta	11/04/1850	<b>Laurinda</b>	João Damasceno Dias	Francisca Firmina		
		Rita	Não Consta	19/08/1866	<b>Isabel</b>	João de Nação (Não Consta Condição Social)	Honorina (não consta condição social)		
		Maria	Não Consta	14/10/1878	<b>Constancia</b>	Jeronimo Calazancio de Queiroz	Sipriana escrava	Ela – Não Consta	
Francisco	Não Consta	Maria	Não Consta	10/04/1881	<b>Sebastião</b>	Francisco Vilela de Andrade	Maria Zimila de Andrade		
		Feliciano	Preta/Franca	Não Consta (Nasc: 09/12/1882)	<b>Favorino</b>				
		Feliciano	Preta/Franca	Não Consta (Nasc: 09/07/1884)	<b>Rafael</b>				

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca – Registros de batismo. \*Tertuliano foi arrolado na Matrícula de Escravos de 1872 com 27 anos (então nascido por volta de 1845) filho de Joaquim falecido e Laurinda. Não localizamos seu registro de batismo.

### 4.2.3. Compadrio

Um dos temas que tem chamado a atenção dos estudiosos da escravidão é o compadrio. Apadrinhar uma criança cativa estreitou as relações dos escravos com pessoas de dentro e de fora do cativeiro, era uma forma de estabelecer laços verticais (com livres) e estreitar os horizontais (com companheiros da mesma condição social). Como já afirmou Rocha (2004, p.121), “o parentesco ritual, como o casamento e o compadrio, pode revelar-nos elementos relativos às expectativas dos cativos diante da família, que não são percebidos através do parentesco consangüíneo”. Ademais, para a escolha de padrinhos deveria ser levado em consideração que, na ausência dos pais, cabia aos *pais espirituais* o cuidado e educação da criança.

Quem eram as pessoas escolhidas para apadrinharem os filhos dos escravos?

Schwartz (1988), examinou os padrões de compadrio entre a população escrava em quatro paróquias do Recôncavo Baiano na década de 1780. Observou que os senhores não batizavam os filhos de seus próprios escravos. Pessoas livres apadrinhavam cativos e livres, escravos, no entanto, apadrinhavam apenas escravos. As crianças escravas tiveram padrinhos livres em 70% dos batizados, libertos em 10% e escravos em 10%.

Faria (1992), ao verificar o compadrio na Freguesia de São Gonçalo dos Campos dos Goitacazes no século XVIII (área esta ocupada por grandes unidades escravistas) encontrou 63,3% dos filhos legítimos batizados por escravos, embora só 29,1% fossem da mesma posse. As mães solteiras escolheram padrinhos escravos em 40,5% dos casos. “Na Paróquia de São Salvador, em Campos, entre os anos de 1753 e 1788, 14,2% dos padrinhos de todos os batizados eram escravos do mesmo dono, enquanto 42% o eram de donos diferentes e 43,8% eram livres/forros” (FARIA, 1992, p.119).

Em sua pesquisa em Montes Claros, Botelho (1994) descobriu que a maioria dos padrinhos eram pessoas livres, poucos proprietários batizavam os filhos de seus escravos, os padrinhos escravos eram em sua maior parte de outras posses, os parentes dos senhores foram responsáveis por um número razoável de batizados.

Confirmando o que os estudos têm demonstrado, Francisco Antonio Diniz Junqueira não batizou os filhos de seus escravos. Os livres apadrinharam 11 crianças escravas (58%) e as madrinhas livres 10 (52,6%); sete crianças foram batizadas por padrinhos/madrinhas escravos, uma por um padrinho livre e a madrinha escrava. Dentre os padrinhos, não encontramos parentes próximos de Francisco Antonio Diniz Junqueira. Entre as madrinhas, além das nove escravas escolhidas, há ainda Ana Maria preta, que não teve a condição social declarada, no entanto, deveria ser ex escrava.

Entre os batizados filhos de escravos de Francisco Antonio da Costa, os padrinhos livres predominaram e, em sua maioria, eram parentes do casal proprietário (filhos, filhas, irmãos, irmãs/ cunhados, cunhadas). Este padrão diferenciou-se do verificado na escravaria de Francisco Antonio Diniz Junqueira, em que a presença de escravos apadrinhando outros filhos de escravos foi maior e os livres que o fizeram não faziam parte do núcleo familiar mais próximo do capitão mor.

Maria Zimila de Andrade, na condição de proprietária de uma escrava, batizou seu filho ingênuo. Francisco Antonio da Costa foi padrinho de oito escravinhos e um adulto e sua esposa a madrinha em três batismos de outros escravos de seus parentes.

Em primeiro lugar, os escravos de Francisco Antonio da Costa se conheciam de uma longa data e alguns compartilharam o cativeiro antes de pertencerem ao major. As relações com seus parceiros de cativeiro seriam mais consolidadas do que com os livres, especialmente porque os filhos batizados poderiam pertencer aos demais parentes do proprietário, especialmente os filhos e filhas do senhor. Semelhante situação foi encontrada por Machado (2006) ao analisar o compadrio escravo na freguesia de São Jose dos Pinhais (Curitiba) entre o século XVIII e início do XIX, cuja constatação nos parece bastante plausível.

(...) sem desconsiderar o conteúdo paternalista implícito naqueles laços [de parentesco ritual com membros de famílias escravistas], talvez seja possível ao menos sugerir que o compadrio escravo também pudesse ser utilizado para estreitar os laços com as casas em que seus parentes e amigos viviam como cativos ou como agregados. Dessa perspectiva, constituir alianças com escravistas e com a parentela do senhor seria um outro caminho para a viabilização de uma comunidade de cativos nessa freguesia de predomínio de pequenas escravarias (MACHADO, 2006, p.317).

Os africanos pertencentes a Francisco Antonio Diniz Junqueira, pais das crianças levadas ao batismo, talvez por viverem em uma grande posse, estreitaram as relações sociais com outros escravos através do compadrio. Verificamos que quando as mães eram africanas, mais padrinhos escravos eram escolhidos para batizarem seus filhos. Quando eram crioulas, os padrinhos livres prevaleciam. Entre os escravos de Francisco Antonio da Costa (que viviam em posses menores) e já possuíam vínculos mais antigos com outros escravos, a opção por estreitar a relação com os livres da família senhorial pode ter sido uma estratégia para poder frequentar a casa onde seus parceiros e parentes viviam, como salientado acima.

### **O compadrio em duas famílias escravas: os familiares de Adriana e Damião.**

Em 1836, encontramos no domicílio de Francisco Antônio da Costa José, Águida, Juliana, Agostinho e Damião, dentre outros escravos. Juliana era africana e passou a ser propriedade de Francisco Antonio da Costa por doação<sup>192</sup>.

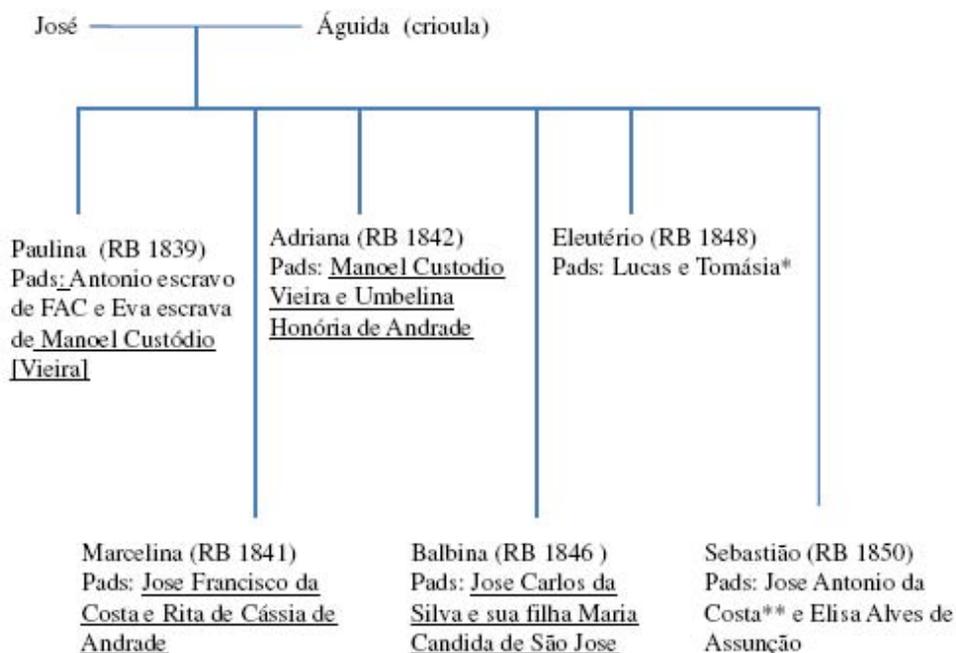
Não tivemos acesso ao registro de casamento de José e Águida, mas verificamos que havia uma Águida e dois Josés em posse de Francisco Antonio Diniz Junqueira durante a primeira avaliação dos bens do inventário de sua primeira esposa, Mariana Constancia de Andrade, em 1826. Somente verificamos tratar-se de uma família a partir das fontes referentes aos escravos de Francisco Antonio da Costa.

Esse casal de escravos levou a pia batismal seis filhos, entre 1839 e 1850, dos quais dois faleceram nos primeiros anos de vida. A terceira filha do casal recebeu o nome de Adriana, batizada em 1842. Os padrinhos das crianças eram, em sua maior parte, pessoas aparentadas da esposa de Francisco Antonio da Costa, Maria Zimila de Andrade, ou escravos desses parentes. Os escravos eram seus antigos companheiros dos tempos em que pertenceram a Francisco Antonio Diniz Junqueira.

---

<sup>192</sup> Não conseguimos identificar quem realizou esta doação.

### Compadrio na família de José e Águida



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

Pads = Padrinhos

FAC = Francisco Antonio da Costa

Em sublinhado estão os parentes dos proprietários. \* É provável que Lucas e Tomásia fossem escravos de parentes de FAC, apesar de não constar no registro de batismo a condição social dos padrinhos. \*\*Acreditamos que Jose Antonio Costa seja também parente de FAC.

Ao que parece, os filhos de Jose e Águida não permaneceram com o proprietário de seus pais. Encontramos somente Adriana, já esposa de Damião, como escrava de Jose Esteves de Andrade (genro de Francisco Antonio da Costa) na década de 1870.

O estabelecimento do compadrio com a família dos senhores parece ter se estendido ao longo dos anos. Quando Adriana e Damião levaram a pequena Águida para ser batizada, em 1878, foram padrinhos: a antiga senhora, Maria Zimilia de Andrade e seu genro Isaac Villela de Andrade.

Não localizamos os registros de batismo das outras duas filhas de Adriana. Durante o processo crime foi mencionado que Adriana tinha mais duas filhas e que nenhuma das crianças, inclusive Águida, eram filhas de Damião, pois a esposa traía o marido. A evidência desse adultério se encontrava no fato de Adriana e Damião serem pretos e as filhas pardas. Não podemos saber se esta informação era verdadeira. Sendo o crime de natureza passional, poderia estar sendo usado para “justificar” a violência contra mãe e filha.

Se por um lado as trajetórias de Adriana e Águida se interromperam em uma madrugada fatídica de outubro de 1878, encontraremos, por outro lado, Damião se casando novamente em 1888. Antes de adiantarmos o desfecho de Damião, voltemos às suas origens.

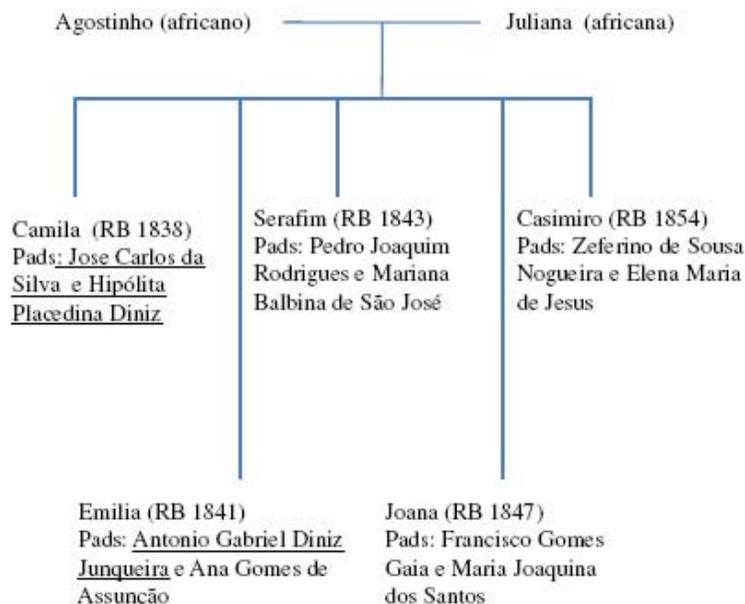
Segundo declarou Damião em seu depoimento como réu, seus pais eram Juliana (escrava de Francisco Antonio da Costa) e Mateus (escravo de Antonio Francisco Junqueira, casado com Rita de Cássia de Andrade, irmã de Maria Zimila de Andrade e ele primo em primeiro grau de seu sogro, Francisco Antonio Diniz Junqueira).

Aparentemente, os pais de Damião não continuaram juntos após seu nascimento. Sua mãe se casou com Agostinho (escravo de Francisco Antonio da Costa) com quem teve outros filhos, e seu pai se uniu a Maria (escrava de Antonio Francisco Junqueira), com quem também teve outros filhos.

Em 1872, Juliana constou na matrícula de escravos como viúva, africana, então com 61 anos, cozinheira. Foi havida por doação (não encontramos esta escrava na posse da sogra e do sogro de Francisco Antonio da Costa), vindo a falecer em novembro de 1878. Acreditamos que esta seja a mãe de Damião, já que como consta no processo crime, Damião menciona que sua mãe Juliana havia falecido há *poucos dias*.

Não localizamos o registro de batismo de Damião, mas localizamos cinco filhos de Agostinho e Juliana, que foram batizados na igreja matriz de Franca. O primeiro batismo foi o de Camila em 1838 e o último, de Casimiro, em 1854. Os padrinhos das crianças de Agostinho e Juliana eram todos livres, sendo alguns parentes próximos de seus proprietários.

### Compadrio na Família de Agostinho e Juliana



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.  
Pads = Padrinhos  
Em sublinhado estão os parentes dos proprietários.

Dentre as possíveis irmãs de Damião, encontrava-se Joana. Nascida como escrava de Francisco Antonio da Costa, passou a pertencer ao genro e à filha desse senhor (provavelmente foi vendida ou doada a Theolina Zimila de Andrade que por sua vez se casou com João Marcílio de Andrade Junqueira). Joana se casou com Paulo e junto com quatro filhos foram arrolados na Lista da Matrícula de Escravos de João Marcílio em 1872 (esta lista foi anexada ao inventário de Maria Zimila de Andrade, uma vez que João Marcílio e Theolina Zimila vieram a falecer e Maria Zimila de Andrade tornou-se uma das legatárias do casal).

Joana (então viúva) e sua prole voltaram para o lado de sua antiga senhora, assim como, passaram a viver com o irmão de Joana, Rafael e sua esposa Iria e com a sobrinha Feliciano (filha destes últimos). Feliciano era uma jovem escrava de 21 anos e estava acompanhada de seus dois filhos ingênuos: Favorino e Rafael (homônimo do avô materno). Localizamos apenas seis registros de batismo dos filhos de Paulo e Joana, ainda escravos do casal João Marcílio Diniz Junqueira [de Andrade Junqueira] e Theolina Zimila de Andrade

[da Costa]. Os padrinhos dos filhos do casal escravo eram, em sua maioria, livres e alguns parentes de seus proprietários.

Podemos inferir que Damião pode ter tido outros irmãos que continuaram com Francisco Antonio da Costa e sua esposa, como Rafael. Para Joana, a Lista da Matrícula de Escravos de 1872 é explícita quanto a sua filiação: Agostinho e Juliana. Para Rafael menciona apenas que sua mãe é Juliana, acreditamos que a Matrícula de Escravos omitiu o nome do pai de Rafael, Agostinho, por este já ter falecido ou mesmo devido à omissão do senhor em dar a informação (os proprietários de Joana e Rafael eram diferentes em 1872). A mesma fonte arrolou Rafael como natural de Minas, mas acreditamos que ele seja natural de Franca, uma vez que foi listado no domicílio de Francisco Antonio da Costa, em 1836, um menino Rafael com três anos de idade.

O compadrio escravo não parece ter seguido um padrão único. Quando houve o estabelecimento do parentesco espiritual entre os escravos, estes pertenciam a proprietários aparentados. Os livres foram os que mais apadrinharam os filhos de escravos. Procurar padrinhos livres pode ter sido uma estratégia para estabelecer laços verticais em uma sociedade altamente hierarquizada e, ao mesmo tempo, aproximar-se de outros parentes ou parceiros. Os senhores quase nunca apadrinhavam seus cativos, mas seus parentes sempre estiveram presentes.

Na Matrícula de Escravos de 1872 (anexada ao inventário de Francisco Antonio da Costa) observamos que cinco escravos presentes na posse em 1836 foram adquiridos por dote, doação ou herança. Adão, Águida e Agostinho por dote, a crioula Margarida por herança e Juliana por doação.

#### **4.2.4. A partilha**

Com a morte de Mariana Constancia de Andrade em 1825 as famílias escravas pertencentes a Francisco Antonio Diniz Junqueira se viram diante da real possibilidade de serem separadas. Quando a partilha foi feita em 1836, houve menção a 35 escravos, dos quais três haviam sido vendidos a Francisco José de Almeida, 13 ficaram com Francisco Antonio Diniz Junqueira e os demais foram repartidos entre os herdeiros (cinco herdeiros receberam

três escravos e dois, inclusive Francisco Antonio da Costa, herdaram dois cativos). Francisco Antonio Diniz Junqueira conservou junto de si cinco casais e outros três escravos, os filhos destes casais foram separados de seus pais.

O único casal a ser separado foi Tomé e Brígida, esta ficou com a herdeira Umbelina Honória de Andrade. Gonçalo e Vitória viram a filha Felicidade de oito anos também ser legada a esta senhora. Bernardino e Constancia permaneceram com o capitão-mor, mas a filha Margarida passou a pertencer a Francisco Antonio da Costa e o filho Mateus ficou com outro herdeiro, Antonio Diniz Junqueira. Os irmãos Malaquias, Eva e Querina (filhos de Antonio e Adriana, esta já falecida) foram cada um para um herdeiro diferente.

Em 1842 Francisco Antonio Diniz Junqueira faleceu em Franca e seu inventário aberto em 1843, no qual foram avaliados seis escravos que estavam com o capitão-mor pelo menos desde 1826. Antonio de Nação era oficial de pedreiro e contava com 56 anos quando foi avaliado em 50\$000 (cinquenta mil réis). Esse valor foi descontado do monte-mor, uma vez que Antonio recebeu a liberdade. Não sabemos se a desfrutou como gostaria, afinal já se encontrava cego de um olho e com *achaque de dores nos braços*. Luís, Narcisa, Tomásia, Joana e Bernabé não tiveram a alegria de se verem libertos com a morte do senhor, sendo herdados por Jose de Andrade Diniz Junqueira. Francisco Antonio da Costa não herdou escravos na partilha dos bens de seu sogro, pois já os havia recebido através do dote de sua esposa Maria Zimila de Andrade. Em função disso, Agostinho de Nação, Águida crioula (mãe de Adriana) e Adão crioulo deixaram o domicílio de Francisco Antonio Diniz Junqueira e foram entregues a Francisco Antonio da Costa, sendo arrolados no domicílio deste último na Lista Nominativa de Habitantes de 1836.

Segundo o inventário de Mariana Constancia de Andrade, as escravas herdadas por Francisco Antonio da Costa (por “cabeça” de sua mulher Maria Zimila) foram a africana Tomásia e a crioula Margarida. Mas ao que parece, somente Margarida passou a viver ao lado do novo dono, pois Tomásia permaneceu com Francisco Antonio Diniz Junqueira até a morte deste senhor e depois foi herdada por Jose de Andrade Diniz Junqueira.

Os filhos de escravos africanos ajudaram a manter especialmente as posses dos filhos e filhas de Francisco Antonio Diniz Junqueira, como podemos ver através da trajetória de 13

crianças batizadas, todas herdadas e separadas de seus pais. A única que conseguiu manter-se com a mãe foi Ana, filha de Tomásia.

Exceto Adão, que foi passado como dote a Francisco Antonio da Costa, as demais foram herdadas pelos filhos, filhas e genros de Francisco Antonio Diniz Junqueira.

Dos 18 escravos de Francisco Antonio da Costa arrolados na Matrícula de Escravos de 1872, cinco foram comprados, cinco foram herdados, dois recebidos por doação e os demais eram *crias da casa*.

Em 1878, quando o Major Francisco Antonio da Costa faleceu, em seu inventário (aberto em 1879) constavam 12 cativos<sup>193</sup>. De acordo com a partilha de bens, a viúva dividiu os bens de raiz, mas conservou ao seu lado os 12 escravos.

Maria Zimila de Andrade não chegou a ver o fim da escravidão. Com sua morte em 1886, seus escravos viveram um momento que acarretou o rompimento de seus vínculos de parentesco. A posse de Maria Zimila contava com oito escravos adultos e nove ingênuos (nascidos livres). Assim, 18 afrodescendentes estavam sob o poder de Maria Zimila ou de seu genro Isaac Villela de Andrade, com quem ela vivia quando morreu.

Joana e seus filhos ingênuos foram herdados pelo filho de Maria Zimila, Martiniano Francisco da Costa. Sua filha Dionísia (com aproximadamente 20 anos) e sua sobrinha Feliciano (com idade de 21 anos) e os dois filhos desta última passaram a pertencer a José Esteves de Andrade. Iria, seu filho e Francisco (irmão da mesma) fizeram parte do pagamento feito a outro herdeiro, o capitão Zeferino José do Nascimento, genro de Maria Zimila. Avaliado em 800\$000 (oitocentos mil réis), Francisco tinha como condição para “ficar liberto” prestar os seus serviços pelo tempo de *seis anos* ao capitão Zeferino. O marido de Iria, Rafael, vislumbrou a liberdade; avaliado em 200\$000 (duzentos mil réis), o valor foi pago pelo escravo em troca de sua carta de liberdade. Os irmãos Paulino e Tertuliano foram dados em pagamento ao herdeiro Isaac Villela de Andrade e provavelmente permaneceram onde estavam, uma vez que Maria Zimila encontrava-se em sua companhia quando faleceu.

---

<sup>193</sup> Basicamente, o que ocorreu com sua escravaria foi a perda de três cativos africanos por morte ocorridas respectivamente em 1874 (Antonio), 1876 (Lino) e 1878 (Juliana), por doação (a jovem Maria de 14 anos foi doada ao genro Isaac Villela de Andrade em 1876), por compra da liberdade (Marciano em 1876) e um último escravo, José, não sabemos o que se sucedeu, provavelmente faleceu.

Como podemos notar, houve um arranjo para que os grupos familiares não fossem separados: as mães e seus filhos pequenos permaneceram unidos e os irmãos também foram herdados pela mesma pessoa. A separação da família ocorria, pois Dionísia e Feliciano, duas mulheres adultas, foram separadas de seus respectivos mãe/irmãos e pais/irmãos.

Como vimos, na primeira metade do século XIX, quando ocorreu a partilha da escravaria de Francisco Antonio Diniz Junqueira em decorrência da morte de sua primeira mulher, mesmo crianças foram separadas de seus pais, sendo respeitado apenas o vínculo conjugal (e nem este último foi assegurado totalmente).

Esse estudo de caso mostrou-se exemplar para elucidar a trajetória de migrantes mineiros (trazendo consigo seus escravos), a constituição das escravarias na primeira metade do século XIX através da compra de escravos africanos e a formação das famílias escravas. Ainda na primeira metade do século XIX, os crioulos ultrapassaram os africanos no total das escravarias analisadas, boa parte destes nascidos de ventres africanos e no interior de uniões formalizadas perante a Igreja Católica.

Francisco Antonio Diniz Junqueira era um importante senhor de africanos e com a presença significativa desta matriz que sua escravaria se constituiu e reproduziu-se. Francisco Antonio da Costa herdou escravos, levou ao batismo três dezenas de escravos e recorreu relativamente pouco ao mercado interprovincial de escravos. Assim, a família escrava parece ter garantido a manutenção de escravarias não apenas dos donos, mas também de outros escravistas, muitas vezes seus aparentados. Os escravos eram separados, mas poderiam ter notícias de seus pares ou se encontrar durante alguns dias do ano e até se visitarem com certa regularidade. Mas a condição de escravos dificultava a estabilidade de suas famílias, especialmente o vínculo dos pais com seus filhos, o que, no entanto, não impediu que ela existisse e fosse muito além de vestígios.

Francisco Antonio da Costa manteve o cuidado de casar seus escravos na Igreja e a legitimidade manteve-se elevada entre seus cativos, no entanto, não foi cuidadoso ao longo de toda sua vida e sua esposa tampouco pareceu ser (uma vez que filhos naturais nasceram no decorrer da segunda metade do século XIX). Podemos perceber com a Matrícula de Escravos de 1872 como o parentesco escravo encontrava-se consolidado entre os crioulos – todos com

filiação declarada. O tráfico atlântico ainda deixava suas marcas na escravaria, com homens idosos africanos e sem vínculos familiares.

A reprodução natural entre escravos era um elemento levado em conta pelos senhores nas estratégias de manutenção e crescimento de sua escravaria.

A partir das trajetórias dos escravos de dois proprietários, procuramos destacar as possibilidades e vicissitudes que os cativos enfrentaram e tiveram que driblar para manter seus vínculos familiares. Este estudo de caso ilustra os caminhos percorridos pelos cativos no que chamamos de regime demográfico restrito da escravidão. Como vimos, vários condicionantes atuaram sobre a demografia e família escrava: as atividades econômicas, a intensidade do fluxo de entrada de africanos, a estrutura de posse, dentre outros.

Podemos afirmar que uma parte das famílias escravas manteve seus vínculos estáveis e duradouros, perpetuando-se através das gerações. Desta forma, para muitos escravos, é possível vislumbrar que a transição do trabalho escravo para o livre foi realizada ao lado de pais, tios, tias, sobrinhos e sobrinhas, compadres, comadres e/ou antigos conhecidos.

Em 15 de julho de 1888, no arraial de São José, Damião Francisco da Costa *ex escravo de José Esteves de Andrade* e Gabriela Barbara de Jesus, filha de Francisco e Maria, *ex escravos de José Joaquim da Costa*, contraíram matrimônio.

O registro anota “libertos pela Lei Treze de Maio”. Como não há informação de idade, certamente estamos diante de Damião, ex-marido de Adriana (então com 54 anos). Tudo indica que Damião adotou o sobrenome de Francisco Antônio da Costa e não o de José Esteves de Andrade (a quem pertencia), possivelmente por ter nascido na propriedade do primeiro e ser realmente o Damião que acompanhamos.

Não localizamos o registro de batismo de Damião nem o de sua e noiva, Gabriela. Encontramos Gabriela levando ao batismo dois filhos *naturais*, Domingos, em 1873, e Isidoro, em 1877. Teria Damião matado a esposa porque já se encontrava enamorado de Gabriela? Teria o casamento de Damião e Adriana sido um arranjo senhorial realizado à revelia do casal?

Acreditamos que a vontade senhorial não desconsiderou a de seus cativos, afinal, o desfecho trágico da união de Damião e Adriana pode exemplificar o alto preço que o senhor pagaria, caso sua vontade fosse imposta à revelia do consentimento cativo<sup>194</sup>.

---

<sup>194</sup> Se o casamento foi ou não imposto, não há como saber, mas acreditamos que se essa não era a vontade da escrava. Sobre a recusa de uma jovem escrava em efetivar seu matrimônio com outro cativo ver GRAHAM, 2005.

## Considerações finais

Os muitos números apresentados nas páginas desta tese e as histórias nela contadas — que inclusive deram vida e colorido à frieza numérica — ajudaram-nos conhecer um pouco mais sobre a demografia e a família escrava no município paulista de Franca, no século XIX.

A dinâmica demográfica da população escrava, talvez mais do que qualquer outro grupo populacional da sociedade brasileira colonial e imperial, foi marcada por pressões sociais, econômicas, demográficas, culturais e políticas.

Ao considerarmos a população escrava de uma localidade do norte paulista no decorrer do século XIX levamos em conta as especificidades da economia, do contexto local e regional, assim como as leis relativas ao processo abolicionista no decorrer dos oitocentos. Apresentamos mecanismos de controle demográfico, arranjos familiares, relações e instituições sociais que caracterizaram o regime demográfico restrito da escravidão que vigorou em Franca.

O povoamento do Sertão do Rio Pardo, no norte paulista, data de meados do século XVIII e esteve atrelado ao fornecimento de gêneros de primeira necessidade aos viajantes que percorriam o Caminho dos Goíases em virtude da descoberta das minas de ouro em Goiás e Mato Grosso.

A localização e as características geográficas da região de Franca tornaram suas terras atrativas aos mineiros em princípios do século XIX, que se movimentavam em busca de novas paragens para expandir suas roças e pastagens.

Desenvolveu-se então uma economia diversificada voltada para o mercado interno, onde predominava a criação de gado, mas também se cultivavam lavouras de cana de açúcar, milho, arroz e feijão; havendo ainda atividades de tropeirismo, criação de porcos e de outros animais de pequeno porte, comércio de sal, tecelagem e um pouco de mineração, as quais demandaram um contingente razoável de mão de obra escrava que não chegou a ser tão grande como nas áreas dedicadas à agricultura de exportação; mas foi um pouco maior do que em outras que também produziam bens destinados ao mercado interno.

Muito provavelmente o número de escravos em Franca estava vinculado a uma maior comercialização de seus produtos com as áreas agro-exportadoras e a Corte do que outras áreas do Sudeste voltadas ao comércio interno.

Em meados da primeira metade do século XIX Franca estava entre os municípios que possuíam mais escravos na Província de São Paulo, no entanto, a participação da população cativa no total da população não era tão alta como nas áreas de grande lavoura.

Nesse momento, a proporção de domicílios que contavam com o braço escravo era relativamente alta e havia uma correlação direta entre o número de pessoas livres e o tamanho da escravaria, ou seja, na medida em que aumentava o número de pessoas livres o número médio de escravos também se ampliava.

Nos domicílios com escravos o número médio de pessoas livres era maior do que nos fogos sem escravos, em razão do número médio de filhos e da presença de outros livres (como agregados e pessoas aparentadas) serem superiores ao verificado nos domicílios que não contavam com a mão de obra escrava. Os domicílios com arranjos familiares mais simples imperavam em Franca, assim como em toda a Província de São Paulo.

De uma perspectiva metodológica, demonstramos que os dados provenientes de duas fontes diversas (censos e inventários *post mortem*) e com recortes temporais distintos apresentaram tendências semelhantes quanto à estrutura demográfica dos cativos.

A razão de sexo encontrada entre os escravos de Franca não foi tão pronunciada como nas áreas de *plantation* e a participação das crianças com até 10 anos mostrou-se significativa até princípios da década de 1870 (após a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, os filhos de mãe escrava passaram a ser livres). A proporção dos africanos no total da população escrava foi inferior à dos crioulos em todo o período analisado, destoando dos números apresentados pelas áreas de *plantation* de São Paulo. Ao mesmo tempo, mostrou-se mais elevada do que em outras regiões do Sudeste voltadas para o abastecimento interno.

Como era de se esperar, a estrutura por idade e sexo da população escrava africana evidenciou um perfil típico de população imigrante, com mais homens e com idade média bem mais elevada do que entre os crioulos. Já entre estes últimos, a estrutura por sexo e idade aproximou-se mais ao perfil da população livre.

A migração de africanos e crioulos vindos de Minas Gerais com seus donos, a aquisição de novos escravos, via tráfico atlântico e interno, bem como o nascimento de crianças, foram fatores que contribuíram para a ampliação e manutenção das posses francanas.

Entre 1836 e 1872, a população escrava do território de Franca quase dobrou de tamanho, no entanto, viu sua proporção no total da população reduzir-se em razão do crescimento demográfico mais pronunciado entre o segmento livre.

A economia que se desenvolveu em Franca foi capaz de manter um número significativo de escravos ao menos até 1872, quando a população cativa passou a declinar não só como reflexo do fim do tráfico transatlântico de escravos (1850), mas também devido às outras leis abolicionistas que passaram a vigorar na segunda metade do século XIX. As grandes transformações sócio-econômicas observadas no país neste mesmo período também contribuíram para as mudanças na demografia escrava.

Em 1872 a estrutura etária da população escrava presente em Franca muito havia se alterado em relação à primeira metade do século XIX: estava mais velha, a participação de crianças com até 10 anos havia se reduzido e aumentado a proporção de escravos com mais de 50 anos.

Entre 1872 e 1887, como já era de se esperar, a participação de crianças e jovens cativos reduziu-se drasticamente e os escravos sexagenários já se beneficiavam da lei que passou a libertá-los em 1886.

Os senhores de escravos constituíam parcela importante na sociedade local e eram, na sua esmagadora maioria, donos de não mais que 20 cativos. Havia alguns poucos proprietários com 21 ou mais cativos, mas de modo geral os escravos pertenciam majoritariamente ao que denominamos pequenas e médias escravarias.

O tamanho dessas posses apresentou uma correlação direta com as características demográficas dos escravos: a razão de sexo, a proporção de crianças (menores de 10 anos), a proporção de casados e o número de escravos aparentados elevaram-se de acordo com o aumento das posses, confirmando que o tamanho da posse era um dos condicionantes da demografia e família escrava.

O estudo da nupcialidade escrava em Franca demonstrou que a proporção de mulheres escravas casadas ou viúvas sempre foi superior à proporção dos escravos homens alguma vez unidos; os cativos de origem africana também se uniram proporcionalmente mais do que os nascidos no Brasil.

Muitos escravos tiveram acesso ao casamento religioso ao longo de todo o século XIX, no entanto, este não se deu de maneira uniforme para escravos e escravas, fossem africanos ou crioulos, e esteve condicionado também pela razão de sexo, pelo tamanho da posse e pela vontade do senhor.

Nossos resultados confirmam o que outros estudos já afirmaram: os escravos de São Paulo se casaram mais do que em qualquer outro lugar do Brasil, como pudemos verificar através da proporção de escravos casados ou viúvos e da legitimidade cativa.

A fecundidade escrava se deu no interior de uniões formais e de relacionamentos estáveis ou esporádicos, ainda que estes últimos sejam de difícil mensuração. Os filhos “naturais” eram maioria entre os batizados escravos do período. No entanto, entre o fim do tráfico atlântico de escravos (1850) e a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), os filhos legítimos se sobrepuseram aos nascimentos “naturais”.

A mortalidade mostrou-se especialmente elevada entre os cativos menores de um ano, as mulheres escravas adultas em idade reprodutiva morriam proporcionalmente mais do que os homens nessa faixa etária. As doenças infecciosas e parasitárias ceifaram importante parcela da população escrava. Assim como os óbitos, a alforria exerce um efeito que podemos chamar de “sobremortalidade”, uma vez que é responsável pela saída dos (ex) cativos para o segmento livre. Em relação às manumissões, as mesmas se intensificaram na segunda metade do século XIX, beneficiaram mais mulheres do que homens, sendo que uma parte dos escravos e escravas alforriados contou com a ajuda de familiares na busca pela liberdade.

A reconstituição de pouco mais de duas centenas de famílias escravas permitiu conhecer um pouco mais sobre a nupcialidade e a fecundidade escrava. Entre as famílias reconstituídas, verificamos que as africanas se casaram mais tarde do que as crioulas, e entre estas últimas os intervalos intergenésicos (extensão média dos intervalos sucessivos entre os nascimentos) mostraram-se ligeiramente maiores do que entre as africanas. Os casamentos endogâmicos foram majoritários, principalmente em relação ao casamento de escravos

pertencentes ao mesmo senhor. Entre a população escrava africana e crioula constatamos a preferência por pares de mesma origem, no entanto, os cativos de origens diferentes também se uniram e formaram famílias.

Ao estreitar nossa análise às trajetórias familiares de dois senhores e seus escravos, destacamos outros pontos que compõem o regime demográfico restrito da escravidão. Analisamos a história familiar dos escravos a partir da história familiar dos livres: o processo migratório de Minas Gerais, a constituição das escravarias, o momento da morte do senhor e a transmissão da posse escrava. Dessa forma foi possível conhecer também aspectos relativos ao parentesco escravo e ao compadrio. Enfim, demonstramos os ganhos conseguidos ao se olhar a família escrava conjuntamente com a família livre.

Os resultados obtidos nesta tese, comparados com aqueles obtidos por outros autores para outras localidades, conduzem-nos à suposição de que em Franca, em função da sua localização geográfica, do seu contexto histórico e das atividades econômicas aí desenvolvidas, o regime demográfico restrito da escravidão não se assemelhou na sua totalidade ao que teria ocorrido nas áreas de grande lavoura; assim como não esteve tão próximo de outras áreas que produziam bens para o mercado interno, embora apresentassem algumas semelhanças com ambas.

Os mecanismos que compõem o regime demográfico restrito da população escrava foram analisados com diferentes intensidades. Em consequência, restam aspectos a serem aprofundados e desvendados. Apontamos as possibilidades diante das fontes disponíveis para o estudo da demografia e a família escrava e os caminhos possíveis para recuperá-las.

\*\*\*

Luiz Cassiano da Silva, ainda vivo aos 120 anos, foi entrevistado em Ribeirão Preto (cidade onde residia) em 1960. Ex escravo de Ana Borges Faleiros, filho de Jose Costa da Silva e Catarina Emiliana Borges, ex escravos, foi batizado em seis de janeiro de 1841 na Paróquia de Franca<sup>195</sup>.

---

<sup>195</sup> Encontramos seu registro de batismo em nosso banco de dados, no entanto, não localizamos o inventário da senhora.

Casou-se em primeiras núpcias em 1900 em Rifaina-SP (cidade vizinha a Franca) e ficou viúvo ao sua mulher dar a luz ao segundo filho. Em 1906 casou-se com Laura de Jesus com quem teve 12 filhos, dos quais dois já eram falecidos em 1960. “Tive 14 filhos, mas hoje em dia é tão difícil ter uma família assim. Os homens têm medo de ver o mundo povoado, que não vai sobrar lugar para eles”.

Não mencionou a transição entre a escravidão e o trabalho livre, mas dos tempos do cativo, relatou que sabia ler (como seu pai) e aprendeu a assinar o nome e a soletrar *os rudimentos da cartilha*, mas *tudo às escondidas*, em companhia de outros crioulos alfabetizados pelo próprio pai.

Como escravo serviu na Guerra do Paraguai em 1865, porém durante pouco tempo. Quando de sua partida para o Paraguai vestiu calças pela primeira vez, até então, usava camisolão, amarrado à cintura por uma faixa de algodão ou correia de boi.

Apesar da idade centenária, Luiz Cassiano era um homem *de saúde*, nunca havia ficado doente apesar das *comidas pesadas*: polenta, carne seca, leite em fatura, farinha e rapadura, além de não ter coragem de dispensar *uma pinguinha*. Ainda sabia dançar, e desenrolou uma série de nomes de danças africanas.

Luiz Cassiano foi eleitor até 1930 e em 1960, ainda sonhava com a volta da monarquia. O entrevistador anotou que apesar de muito pobre, Luiz Cassiano não sabia o que era ficar triste, pois segundo o ex escravo “Deus sobra muito para todos”. Em 1960, vivia com três dos doze filhos ainda vivos e faleceu, em abril de 1964, em Ribeirão Preto.

O texto original foi publicado no **Diário de Notícias** de Ribeirão Preto em 11 de setembro de 1960 intitulado *Luís Cassiano (um ex escravo francano, 1841-1964)*.

## Bibliografia

- AGOSTINI, C. **Africanos no cativo e a construção de identidades no além-mar: Vale do Paraíba, século XIX.** Campinas, 2002. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para 1858. Organizado e redigido por Marques e Irmão. São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1857.
- AMORIM, M. N. **Uma metodologia de reconstituição de paróquias.** Braga: Universidade do Minho, 1991.
- ANDRADE, L. B. **Senhor ou Camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850.** Belo Horizonte-MG, 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.
- ANDRADE, M. F. **Família, fortuna e poder no Império do Brasil: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850).** Niterói-RJ, 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense.
- ANDREAZZA, M. L. **Paraíso das delícias: estudo de um grupo ucraniano.** Curitiba, 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná.
- ANTONIO, E. M. M. A Anselmada: uma rebelião armada em Franca. In: COELHO, H. M. F. (Coord.). **Histórias de Franca.** Franca: UNESP-FHDSS/Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.
- BACELLAR, C. A. P.; SCOTT, A. S. V.; BASSANEZI, M. S. C. B. Quarenta anos de demografia histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2006. (CD-ROM).
- \_\_\_\_\_. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.
- \_\_\_\_\_; BRIOSCHI, L. R. (Org.). **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista.** São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855.** Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997.
- BASSANEZI, M. S. C. B.; BACELLAR, C. A. P. Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População,**

Campinas, v.19, n.1, p.113-129, jan./jul.2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). **São Paulo do passado: dados demográficos**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. ; Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** V.1, p.381-396, ABEP, 1994.

BATISTA, D. J. **Cativos e libertos: a escravidão em Franca entre 1825-1888**. Franca, 1998. 212f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista.

BERGAD, L. W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Trad. de Beatriz Sidou. Bauru: EDUSC, 2004.

BOTELHO, T. R. Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII. In: JORNADA SETECENTISTA, 5., 2003, Curitiba. **Anais...** Curitiba: CEDOPE/ UFPR.

\_\_\_\_\_. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. **População e família**, São Paulo, v.1, n.1, p.211- 234, jan./jun.1998.

\_\_\_\_\_. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. São Paulo, 1994. 215f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BRIOSCHI, L. R. **Criando história: paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835)**. São Paulo, 1995. 268f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_ et al. **Os entrantes no Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais: séculos XVIII e XIX**. São Paulo: CERU, 1991.

\_\_\_\_\_. **Família e genealogia: quatro gerações de uma grande família no Sudeste Brasileiro**. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CALEIRO, R. C. L.; JESUS, A. L. F. Mulheres honestas e perniciosas, homens refohados e homicidas hirozos na “lista do vigário”: um censo sui generis no século XIX. **Varia História**, Belo Horizonte, edição 36, p.539-562, jun./dez.2006.

CASTRO, H. M. M. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista: Brasil século XIX**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CELTON, D. Selección matrimonial y mestizaje en Córdoba. In: JORNADAS DE HISTORIA DE CÓRDOBA, 3., 1997, Córdoba. **Anais...** Córdoba: Junta Provincial de História de Córdoba, 1997.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHIACHIRI FILHO, J. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador.** Ribeirão Preto: Ribeira, 1986.

COSTA, I. N. Demografia histórica no Brasil: contribuições para o estabelecimento de um dossiê sobre avanços e desafios. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo, FEA/USP, v.1, n.3, 1994. Disponível em:

<[http://members.tripod.com/~Historia\\_Demografica/idcosta/artigos.htm](http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/idcosta/artigos.htm)>.

\_\_\_\_\_; NOZOE, N. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.19, n.2, p.319-345, maio/ago.1989.

\_\_\_\_\_; SLENES, R. W.; SCHWARTZ, S. A família escrava em Lorena (1801). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.17, n.2, p.245-295, maio/ago.1987.

\_\_\_\_\_. **Minas Gerais:** estruturas populacionais típicas. São Paulo: EDEC, 1982.

CRATON, M. Changing patterns of slave families in the British West Indies. **Journal of Interdisciplinary History**, USA, v.10, n.1, p.1-35, 1979.

CUNHA, M. F. **Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX.** Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

DÍAZ, A. P.; FUENTES, M. A. **Esclavitud, familia y parroquia en Cuba:** otra mirada desde la microhistoria. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2006.

\_\_\_\_\_. Una metodología – desde los registros parroquiales – para la reconstrucción de la família negra en Cuba colonial. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo, FEA/USP, set.2004.

DI GIANNI, T. P. **Italianos em Franca:** imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior. Franca: UNESP/FHDSS, 1997.

DUNAWAY, W. A. **The african-american family in slavery and emancipation.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ELLIS, M. O sal no Brasil colonial (notas para sua história). **Revista do Arquivo Municipal**, Franca, v.178, 1969. (Fotocópia presente no AHMF, Caixa 02 Subsídios para a História de Franca).

- ESTUDOS ECONÔMICOS, São Paulo, v.17, n.2, maio/ago.1987.
- EVANGELISTA, J. G. A região de Franca e a escravidão. **Revista Regional de História**, ARPAM, n.1, p.35-50, 1990.
- \_\_\_\_\_. A Igreja do Rosário e os escravos (Vila Franca do Imperador e seus problemas VI). In **Comércio da Franca**, 23/04/1989.
- FALCI, M. B. K. **Comparando a saúde e morte de mulheres escravas no século XIX no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. (Comunicação apresentada no XI Encontro Regional de História da ANPUH-RJ).
- FARIA, S. C. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERREIRA, R. A. **Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830- 1888)**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- FERREIRA, R. G. **Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social**. Porto Feliz, São Paulo, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro, 2005. 364f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. A reconstituição de famílias escravas: parentesco e família entre os cativos de Manoel de Aguiar (1872). In: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 2., 2006, Guadalajara-México. **Anais... ALAP**, 2006.
- \_\_\_\_\_. GÓES, J. R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRANCO, R.; CAMPOS, A. A. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. **Varia História**, Belo Horizonte, n.31, p.21-40, jan./2004.
- FREIRE, J. Famílias senhorias, estratégias de manutenção e/ou ampliação de posses em escravos: Zona da Mata Mineira, século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. ECONOMIA, HISTÓRIA, DEMOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 13., 2008, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2008.
- \_\_\_\_\_. Casamento, legitimidade e família em uma freguesia escravista da Zona da Mata Mineira: século XIX. **Lócus - Revista de História**, Juiz de Fora, Departamento de História/ Pós Graduação em História/EDUFJF, v.11, n.1-2, p.51-73, 2005.

- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 40.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FUNDAÇÃO SEADE. **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo, 1990.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 30.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 2001.
- GAETA, M. A. J. V. **A flor do café e o caldo da cana**. Os caminhos de Sinhá e Quito Junqueira. Fundação Sinhá Junqueira. Uberaba-MG: Vitória, 199...
- \_\_\_\_\_. **O bispado de São Paulo: Dom Mateus de Abreu Pereira, a oração e a política (1796-1824)**. Franca, 1983. 219f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista.
- GARCÍA, G. **La esclavitud desde la esclavitud**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2003.
- GARVAZO, J. **Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887**. São Paulo, 2006. 286f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GODOY, J. F. **A Província de São Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. (Coleção Paulística) (2.ed. facsimilada, 1875).
- GODOY, M. M. Notas sobre ciclo de vida e desenvolvimento econômico: o caso das atividades agroaçucareiras da Província de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2006.
- GOLDANI, A. M. O regime demográfico brasileiro nos anos 90: desigualdades, restrições e oportunidades demográficas. In: GALVÃO, L.; DÍAZ, J. (Org.). **Saúde sexual e reprodutiva no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GONZALBO AIZPURU, P. Familia y convivencia en la Ciudad de México a fines del siglo XVIII. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **Familias iberoamericanas: historia, identidad y conflictos**. México: El Colegio de México, 2001.
- GORENDER, J. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.
- GRAHAM, R. A “família” escrava no Brasil colonial. In: \_\_\_\_\_. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979. (1.ed. 1975).

- GRAHAM, S. L. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GUIMARÃES, E. S. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação**: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928) São Paulo: ANNABLUME/ FAPESP, 2006.
- GUTIÉRREZ, H. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.17, n.2, p.297-314, maio/ago.1987.
- HENRY, L. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Trad. de J. Manuel Nazareth. Lisboa: Gradiva, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.
- HIGMAN, B. **Slave population and economy in Jamaica: 1807-1834**. Cambridge: Cambridge University, 1976.
- \_\_\_\_\_. The slave family and household in the British West Indies, 1800-1834. **Journal of Interdisciplinary History**, USA, v.6, n.2, p.261-287, out.1975. (The History of the Family, III).
- \_\_\_\_\_. Household structure and fertility Jamaican slave plantations: a nineteenth-century example. **Population Studies**, New York, v.27, n.3, p.527-550, nov.1973.
- HOLANDA, S. B. **Monções**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.
- KARASCH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. Trad. de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KLEIN, H. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.17, n.2, p.129-149, maio/ago.1987.
- KREAGER, P. Demographic regimes as cultural systems. In: COLEMAN, D.; SCHOFIELD, R. (Ed.). **The state of population theory**. Nova York: Basil Blackwell Ltd, 1986.
- LASLETT, P. (Ed.). **Household and family in past time**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- LIBBY, D. C.; BOTELHO, T. R. Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. **Varia História**, Belo Horizonte, n.31, p.69-96, jan.2004.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.22, n.3, p.443-483, set./dez.1992. Disponível em: <<http://www.brnuede.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar40.pdf>>.

\_\_\_\_\_; COSTA, I. N. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1727-1826). **África**, São Paulo, Centro de Estudos Africanos da USP, n.4, p.105-109, 1981.

LUNE, A. J. B.; FONSECA, P. D. (Org.). **Almanak da Província de São Paulo para 1873**. São Paulo: Edição Fac-similar/Imprensa Oficial do Estado S. A. – IESP, 1985.

MACHADO, C. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social** (São Jose dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). Rio de Janeiro, 2006. 360f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MALONE, A. P. **Sweet Chariot: slave family and household structure in nineteenth-century Louisiana**. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1992.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a população** [1798]. Regis de Castro Andrade; Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury (trad.). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARCÍLIO, M. L. Os registros paroquiais e a história do Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, n.31, p.13-20, jan.2004.

\_\_\_\_\_. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000

\_\_\_\_\_. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, n.14, p.125-143, jan./dez.1997.

\_\_\_\_\_. La población del Brasil Colonial. In: BETHEL, L. **Historia de America Latina**. Barcelona: Editorial crítica, v.4, 1990 a versão em português encontra-se publicada em BETHEL, L. **História da América Latina: a América Latina Colonial**. São Paulo: Editora USP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.II. 1999.

\_\_\_\_\_. **Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba**. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

\_\_\_\_\_. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis: Vozes, 1984 também publicado em **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, Vozes, v.74, n.1, p.39-48, jan./fev.1980.

MARCONDES, R. L.; GARAVAZO, J. A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a classificação dos escravos (1875). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

- MARTINS, V. **Nem senhores, nem escravos:** os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
- MELLO, P. C. Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.13, n.1, p.151-179, jan./abr.1983.
- MENDONÇA, J. M. N. **Entre a mão e os anéis:** a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- MERRICK, T. W.; GRAHAM, D. H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil:** de 1800 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- METCALF, A. C. A família escrava no Brasil Colonial: um estudo de caso em São Paulo. In: Fundação SEADE. **História e população:** estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.
- MINTZ, S. W.; PRICE, R. **O nascimento da cultura afro-americana.** Rio de Janeiro: Pallas, 2003. (1.ed. 1976).
- MIRANDA, J. P. Luiz Cassiano (um ex escravo francano, 1841-1964). In: \_\_\_\_\_. **Ribeirão Preto de ontem e hoje.** s.d. (Fotocópia disponível no AHMF Caixa 02 – Subsídios para a História de Franca).
- MONTEIRO, J. M. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres:** posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.
- MÜLLER, D. P. (Org.). **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo.** São Paulo: Reedição Litteral Secção de Obras d' "O Estado de São Paulo", 1923.
- NADALIN, S. **História e demografia:** elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.
- \_\_\_\_\_. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. **Topoi – Revista de História**, Rio de Janeiro, v.4, n.7, p.222-275, jul./dez.2003.
- NASCIMENTO, H. A.; MOREIRA, E. (Org.). **Almanaque histórico de Franca:** obra de compilação histórica do município em seus vários aspectos. Franca: Tipografia “Renascença”, 1943.
- OLIVEIRA, L. L. A população do Nordeste Paulista e a chegada da cafeicultura (1890-1920). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Economia e história em Franca: século XIX.** Franca: UNESP/FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S\A., 1997. (Série História Local 7).

OLIVEIRA, M. C. A. F. Constrangimentos e motivações: a propósisto da queda da fecundidade em Göran Therborn. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2008.

PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.25, n.2, p.203-233, maio/ago.1995.

PETIZ, S. S. Contribuições metodológicas para estimativas da mortalidade de escravos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo do Rio Grande do Sul Colonial. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 12., 2006, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2006.

PIROLA, R. F. **A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família.** Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PORTO, A. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.13, n.4, p.1019-1027, out./dez.2006.

REHER, D. S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.14, n.1-2, p.101-124, jan./dez.1997.

REIS, I. C. F. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX.** Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística. São Paulo: Leroy King Bookwalter/Typographia King, 1888.

RESTITUTI, C. C. **As fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais 1839-1884.** São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, v.8, n.16, mar./ago.1988.

REVISTA NOSSA HISTÓRIA, Editora Vera Cruz, Ano 3, n.28, fev.2003.

REVISTA POPULAÇÃO E FAMÍLIA, São Paulo, v.1, n.1, jan./jun.1998.

RIOS, A. L.; MATTOS, H. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROCHA, C. M. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX.** Campinas: UNICAMP, 2004.

- RODRIGUES, J. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.
- ROY, G. Escravidão e processos no 1º Cartório de Notas e Ofícios de Justiça de Franca. In: SEMANA DE HISTÓRIA, 4., 1983, Franca. **Anais...** Franca: UNESP, 1983.
- ROWLAND, R. **From generation to generation**: changing patterns of marriage and reproduction. 2008. (Mimeo).
- \_\_\_\_\_. **População, família, sociedade**: Portugal, séculos XIX-XX. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- SAINT HILAIRE, A. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Viagem à Província de São Paulo**. Trad. Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Martins Fontes/EDUSP, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- SAMARA, E. M. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- \_\_\_\_\_. A família negra no Brasil: escravos e libertos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1989, Olinda. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1989.
- SANTOS, J. R. Senhores e escravos: a estrutura da posse de escravos em Mogi das Cruzes no início do século XIX. **Estudos de História**, Franca, v.9, n.2, p.235-253, 2002.
- SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento/Coordenadoria de Planejamento Regional/Instituto Geográfico e Cartográfico. **Municípios e Distritos de São Paulo**. São Paulo: IGC, 1995.
- SCHWARTZ, S. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- \_\_\_\_\_. Padrão de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.13, n.1, p.259-287, 1983.
- SCOTT, A S. V. **Família, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)**. Guimarães: NEPS/Universidade do Minho, 1999.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836)**. São Paulo, 1987. 301f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SILVEIRA, A. S. **O amor possível: um estudo sobre o concubinato no bispado do Rio de Janeiro em fins do século XVIII e no XIX**. Campinas, 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SLENES, R. W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil: Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. **População e Família**, São Paulo, CEDHAL/USP/Humanitas, v.1, n.1, p.9-82, jan./jun.1998.

\_\_\_\_\_. As taxas de fecundidade da população escrava brasileira na década de 1870: estimativas e implicações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1986, Águas de São Pedro. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v.1, 1986.

\_\_\_\_\_. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.13, n.1, p.117-149, jan./abr.1983.

\_\_\_\_\_. **The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888**. Stanford, 1976. 728f. Tese (Doutorado) - Stanford University.

STEVENSON, B. E. **Life in black and white: family and community in the slave South**. New York: Oxford University Press, 1996.

TEIXEIRA, H. M. A criança no processo de transição do sistema de trabalho – Brasil, segunda metade do século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2006.

TEIXEIRA, P. E. **O outro lado da família brasileira: mulheres chefes de família (1765-1850)**. Campinas: UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. A família do homem livre em Campinas: alguns aspectos demográficos, 1774-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2004.

THERBORN, G. **Sexo e Poder: a família no mundo, 1900-2000**. Trad. Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

TUPY, I. S. T. Demografia histórica e família escrava no Brasil: o estágio atual da questão. **População e Família**, São Paulo, CEDHAL/USP/Humanitas, n.3, p.227-248, 2000.

VOGT, C.; FRY, P. (Colaboração Robert SLENES). **Cafundó**: a África no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

XAVIER, R. C. L. **A conquista da liberdade**: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1996.

ZALUAR, A. E. **Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)**. São Paulo: Livraria Martins, 1953.

## ANEXO 1

### Fontes documentais

Ao optarmos pelo estudo da demografia da escravidão e da família, buscamos suporte em fontes que se prestam a este tipo de estudo: fontes nominativas, como os registros paroquiais (batismo, casamento e óbito), as listas nominativas de habitantes e inventários *post mortem*, cujas informações permitem, inclusive, a reconstituição de famílias escravas. Além destas, levantamentos populacionais regionais e nacionais publicados no século XIX, almanaques, periódicos e bibliografia sobre o assunto.

#### 1. Lista Nominativa de Habitantes da Província de São Paulo de 1836

Essa lista é parte de um conjunto de levantamentos populacionais realizados na Capitania/Província de São Paulo e em outras Capitanias/Províncias brasileiras, a partir da segunda metade do século XVIII<sup>196</sup>. Sua origem se localiza na política mercantilista desenvolvida pelo Marquês de Pombal, na tentativa de modernizar a administração da Colônia Portuguesa, tendo como objetivos contabilizar as possibilidades militares da população e levantar a produção para executar a arrecadação de impostos.

Realizados anualmente pelas milícias constituídas pelas *Companhias de ordenanças da terra*, através dos capitães-mores e sargentos de milícias e, algumas vezes, pelo pároco, eram divididos em bairros/distritos e quarteirões. Tinham como unidade base de coleta dos dados o fogo (domicílio). Os executores efetuavam o levantamento de fogo em fogo ou marcavam dia e hora para o chefe do domicílio apresentar-se na paróquia para prestar informações. Os formulários para o recenseamento eram padronizados e as normas eram enviadas às autoridades locais com instruções bem precisas sobre o procedimento.

---

<sup>196</sup> Uma cópia informatizada, para o município de Franca, nos foi cedida pelo projeto desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), denominado “Levantamento, digitação e publicação das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania e Província de São Paulo”.

Neste estudo trabalhamos com a Lista Nominativa de 1836, relativa ao município de Franca; organizado sob a responsabilidade do Marechal Daniel Pedro Müller e levada a cabo “durante o período descentralizador da Regência, quando foram transferidas às províncias tarefas até então de responsabilidade exclusiva do poder central, dentre elas as estatísticas demográficas” (BASSANEZI; BACELLAR, 2002, p.114).

O Quadro 1 A. traz um resumo das informações contidas nesta lista sobre o município de Franca.

**Quadro 1 A.**  
Lista nominativa de habitantes. Franca 1836

População envolvida	Observações
Total: 10.370	As informações foram coletadas a partir de 6 distritos, subdivididos em 44 quarteirões, num total de 1.571 “fogos”.
Livres: 6.975	Nome e sobrenome do chefe do fogo, prenome dos demais moradores, relação de parentesco ou de dependência com o chefe do fogo, sexo, idade, cor, condição social, estado conjugal, naturalidade*, ocupação*, instrução*.
Escravos: 3.395	Prenome, sexo, idade, cor*, estado civil*, naturalidade*.

\* Informações ocasionais.

É possível identificar todos os livres e escravos observando a variável relação com o chefe, que anota aqueles que são escravos. Essa mesma variável permite também conhecer a estrutura e composição da família do chefe, mas não permite identificar famílias escravas, uma vez que arrola primeiro todos os homens escravos do fogo e posteriormente as mulheres escravas. Em alguns casos é até possível inferir que se trata de família escrava, mas na maioria não. Apesar das lacunas, esta lista mostra-se muito rica para avançarmos no conhecimento demográfico da época.

O levantamento de população realizado em 1836 permite muitas possibilidades de exploração. Presta-se para o cruzamento nominativo entre fontes diversas, para localizar e tornar mais clara a distribuição espacial da população em meados da década de 1830. Através da lista de escravos presente no fogo do chefe do domicílio, podemos também verificar até

que ponto se efetivaram ou não as partilhas de escravos em momentos anteriores ao Censo de 1836.

## **2. Registros Paroquiais de batismo, casamento e óbito de escravos da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, entre 1806-1888<sup>197</sup>.**

Os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito foram instituídos como forma de controle dos cristãos católicos. O Concílio de Trento (1545-1563) tornou obrigatório o registro destes eventos, fixando, regulamentando e generalizando a prática do registro nas paróquias. Definiu normas para padronizar os registros dos sacramentos que marcavam a passagem dos diversos momentos do ciclo de vida dos cristãos católicos. Posteriormente, o *Rituale Romanum* (1614) tornou o registro paroquial obrigatório e estabeleceu normas ainda mais rigorosas sobre como fazer os assentamentos, assim como a contagem periódica da população.

Particularmente em Portugal a Constituição de Coimbra (1591) estabeleceu normas referentes a esses registros para a Metrópole, extensivas às Colônias. No Brasil, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) normatizaram e reafirmaram a obrigatoriedade de tais registros (MARCÍLIO, 2004).

Esta prática obrigatória e padronizada deu a estes registros universalidade e representatividade, uma vez que a expansão colonialista permitiu à Igreja Católica estender o seu controle sobre outras partes do mundo, além de possibilitar a existência de séries completas no tempo, o que nos permite análises longitudinais. Ao mesmo tempo, é preciso notar também que esta prática apresenta caráter individual, nominativo e coletivo e também cobre uma localidade fisicamente bem demarcada, a paróquia (MARCÍLIO, 2004).

Daí a importância de tais registros para o estudo sócio-demográfico das populações do passado. Em meados do século XX constituíram-se fontes basilares da demografia histórica e permitiram o desenvolvimento da metodologia francesa de reconstituição de famílias. Enfim, na ausência do registro civil, os registros paroquiais são utilizados para dar conta de períodos mais distantes.

No Brasil, embora muitos historiadores tenham trabalhado com esta fonte, ainda são muito pouco explorados a partir de uma perspectiva mais demográfica.

No caso de Franca, os registros paroquiais que coletamos referem-se ao momento posterior de elevação do arraial a freguesia (1805)<sup>198</sup>, ou seja, ao período de 1806 a 1888. Como o povoamento efetivo da região deu-se somente a partir do alvorecer do século XIX, acreditamos que vamos abarcar quase a totalidade da escravidão francana e, em consequência, um conjunto de escravos bastante representativo (Quadro 2 A).

**Quadro 2 A.**  
**Registros de batismo, casamento e óbito.**  
**Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1806-1888.**

Registros	Período	Livros Consultados	Total de assentos	Variáveis <sup>o</sup>
Batismos	1806-1888	1 – 12	4.768	local e data, data do nascimento*, pre nome do batizando, filiação, legitimidade, idade, nome do proprietário (a), dos padrinhos e do pároco, condição social dos pais e padrinhos*, condição social e cor/naturalidade dos pais, estado conjugal, cor/naturalidade e condição social dos padrinhos*.
Casamentos	1807-1888	1-3, 4*, 5**	828	local e data, horário*, nome e condição social dos nubentes, naturalidade*, nome do proprietário (a), nome de duas testemunhas, freguesia a qual pertencem, nome do pároco.
Óbitos	1806-1888	1-3	2.072	data, nome, condição social, nome do proprietário (a), idade, <i>causa mortis</i> , local do sepultamento, cpr da mortalha, estado civil, se casado ou viúvo: o nome dos cônjuges*, nome dos pais (caso seja criança), condição social dos pais e cônjuges, se recebeu ou não os sacramentos e a extrema unção.

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

\* Parcialmente danificado.

\*\* Recolhemos registros de casamento dos livros 5 (escravos e ex escravos) e 6 (referentes somente a ex escravos) no total de 84 registros entre 1888 e 1893 que se uniram após 13/05/1888, mas não os incluímos em nossa análise, a não ser que esteja especificado tal uso.

<sup>197</sup> Estes registros encontram-se no arquivo da Cúria Diocesana da mesma paróquia.

<sup>198</sup> De acordo com Lucila Brioschi, os primeiros registros paroquiais existentes para a região foram os livros de casamentos celebrados em Moji-Guaçu entre 1736 e 1775, num total de 542 eventos (a autora menciona que um dos livros (n. 1) não existe mais) (BRIOSCHI, 1995, p.31). Em seguida há o Livro de assentamentos de batizados de Caconde com 246 registros de livres e de escravos realizados no caminho de Goiás entre 1775 e 1798. Os últimos registros de batismo deste período datam de 1802 (BRIOSCHI, 1995, p.32). Os registros reiniciam com a transferência da sede da freguesia de Caconde para Franca (1805) (BRIOSCHI, 1995, p.33, 26).

Nossa preocupação é focalizar a população escrava, estamos cientes de que há uma grande chance de não o fazermos a partir das perspectivas do escravo, por algumas razões muito bem pontuadas por Faria ao se referir aos registros paroquiais, mas que acreditamos se estender aos recenseadores e escrivães. “A principal questão que se apresenta é a identificação de quem transmitia as informações registradas. Seriam os próprios escravos, os párocos ou as demais pessoas?” (FARIA, 1998, p.308).

O preenchimento dos registros paroquiais do Brasil varia muito segundo a posição social do indivíduo (são mais completos para as pessoas de camadas sócio-econômicas mais elevadas), e também segundo o próprio zelo do pároco ao redigir tais registros.

(...) a redação dos registros não se reduzia às informações dadas pelos envolvidos, e, nem mesmo, pelos próprios padres. Representava, através das escriturações dos padres, o que as pessoas indicavam sobre elas próprias e o que a comunidade local sabia ou murmurava sobre elas. Explica-se assim, o motivo de se considerarem, nesse trabalho, as referências contidas nos registros paroquiais como definidoras dos lugares sociais ocupados pelos envolvidos na comunidade local, certamente passando pelo crivo da dominação (FARIA, 1998, p.312).

Ainda que presentes para a população livre, algumas informações referentes aos escravos arrolados nas fontes de Franca estão deliberadamente ausentes, especialmente o parentesco escravo - a filiação dos noivos nos registros de casamento, a idade dos nubentes, as relações familiares entre os cativos arrolados na Lista Nominativa –são apenas alguns exemplos que reforçam o lugar social ocupado por eles em uma sociedade fortemente hierarquizada e excludente.

Ao tecer estas considerações em relação às fontes documentais, não negamos ao escravo sua condição de agente histórico, mas gostaríamos de destacar que

un esclavo dependía jurídicamente de su amo, por sí mismo no tenía poder para realizar ninguno de estos actos que han dejado evidencias en los documentos. Por eso no es contradictorio que hagamos la historia de los subordinados mediante los mecanismos de control creados por “los de arriba” (DÍAZ e FUENTES, 2004, p.9).

## ***Batismos***

Os livros de batismo encontram-se em boas condições de conservação, o que nos permitiu consultar os de número 1 a 12, referentes ao período analisado, e coletarmos os registros de batismos de escravos filhos de escravos ou de forros/libertos, num total de 4.768.

Para escravos, boa parte dos registros traz apenas o local e a data do batismo, o nome do batizando o que permite identificar o sexo), idade, filiação e, se criança, o nome dos pais de seu do proprietário ou proprietário de seus pais, tratando-se de criança não nascida escrava ou alforriada. Alguns são mais completos e trazem também a cor ou nacionalidade dos pais, condição social, estado conjugal do proprietário do pai. As mesmas informações repetem-se para a mãe do batizando.

Tratando-se de filho natural, o registro anota o nome da mãe, cor ou nacionalidade, estado conjugal (houve registros como solteira), condição social, o nome do proprietário da mãe, estado conjugal do proprietário da mãe.

Em todos os registros constam ao menos o nome de um padrinho. Em geral o batizando apresenta um padrinho e uma madrinha (há casos com dois padrinhos) com as seguintes informações: nome, cor ou nacionalidade, condição social, nome do proprietário do padrinho e, quando este for escravo, estado conjugal dos padrinhos. Em raros registros há a assinatura dos padrinhos. Menciona-se ainda a freguesia ou igreja onde se realiza o batismo, com a assinatura do oficiante. Nos assentos consultados não aparecem: o nome de avós e a idade dos pais.

## ***Casamentos***

Os assentos de casamento da paróquia francana encontram-se em cinco livros numerados nesta ordem e o primeiro assento data de 02 de junho de 1807. Entre esta data e 12 de maio de 1888 foram registrados 828 casamentos. No entanto, não foi possível coletar a totalidade dos casamentos, uma vez que o livro de número quatro está em mau estado de conservação.

A maior parte dos registros de casamento de escravos anota apenas o local, data do evento, nome dos nubentes, condição social, nome dos proprietários dos noivos, nomes das duas testemunhas, local de realização e o oficiante. Outros se apresentam mais completos e trazem ainda o horário da cerimônia (informação com lacunas nos registros de 1812 a 1861). Sobre os cônjuges os registros trazem, não na sua totalidade, cor ou origem, estado conjugal anterior, naturalidade (onde nasceu ou foi batizado), local de residência (onde são fregueses).

Em geral, cada registro contém os nomes de duas testemunhas, condição social, nome do proprietário caso seja escravo, as respectivas assinaturas ou rubricas (que podem ser um x ou uma cruz no assento), sendo raro constar qualquer confirmação da testemunha, e a assinatura do oficiante. A idade dos nubentes não está presente em nenhum registro, o que dificulta o estudo da nupcialidade escrava no que diz respeito ao calendário, a idade ao casar.

### ***Óbitos***

Os óbitos de escravos abrangem o período de 13 de setembro de 1806 a 28 de abril de 1888. Ao todo, transcrevemos 2.072 registros de óbitos de escravos, libertos ou forros, que se encontram nos livros de números um a três, além de mais oito casos que estão no livro número nove de batismo.

Em parte considerável dos registros de óbitos consta apenas a data do falecimento, o nome da pessoa, sua condição social, nome do proprietário, idade e *causa mortis*. Uma parcela menor dos registros apresenta-se mais completa: dia, mês e ano do óbito, nome do falecido, cor ou nacionalidade, condição social, idade, *causa mortis*, nome do proprietário, estado conjugal do proprietário, estado conjugal do falecido, o nome de seu cônjuge, cor ou nacionalidade, condição social e nome do proprietário do cônjuge, patente e estado conjugal do proprietário do cônjuge, a cor do pano envolto no corpo, o local onde foi sepultado e a assinatura de um pároco. Quando o óbito é de uma criança, além das informações citadas, há referência à filiação: nome dos pais, cor ou nacionalidade, condição social, nome do proprietário dos pais e estado conjugal do proprietário dos pais. Quando o filho é natural, além destas informações consta o estado conjugal da mãe, geralmente solteira.

### 3. Inventários *post mortem*

O inventário *post mortem* constitui um ato jurídico de levantamento, avaliação e partilha dos bens deixados por uma pessoa<sup>199</sup>.

Os consultados para nossa pesquisa encontram-se disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Franca e referem-se ao 1º. e 2º. Ofícios Cíveis<sup>200</sup>. Como nosso foco é a população escrava, não nos ativemos aos inventariados não escravistas, procuramos recolher todos os que listaram escravos entre os seus bens em todas as caixas que continham inventários referentes ao século XIX, os quais somaram 900 peças<sup>201</sup>.

**Tabela 1 A - Número de inventários e média de escravos por período (1811-1888)**

Período	N. Escravos	%	N. Inventários	%	N. médio de escravos por inventário
1811-1820	160	2,8	26	2,9	6,2
1821-1830	614	10,6	82	9,1	7,5
1831-1840	932	16,1	127	14,1	7,3
1841-1850	890	15,4	160	17,8	5,6
1851-1860	1066	18,4	158	17,6	6,7
1861-1870	1091	18,9	168	18,7	6,5
1871-1880	652	11,3	115	12,8	5,7
1881-1888	379	6,6	64	7,1	5,9
Total	5784	100,0	900	100,0	6,4

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

<sup>199</sup> ANDRADE, 1988, p.19 Apud GARAVAZO, 2006, p.73.

<sup>200</sup> A informações levantadas para nossa pesquisa foram: a localização do inventário (caixa, número), ano de abertura, os nomes dos inventariados, inventariantes e os cativos arrolados (nome, idade, estado conjugal, relação de parentesco com outros cativos, condições de saúde, ocupação, cor, naturalidade e preço).

<sup>201</sup> Os inventários *post mortem* presentes no 1º Ofício Cível encontram-se organizados segundo a ordem alfabética dos inventariados para em seguida adotar o critério cronológico (as caixas seguem a sequência desde o inventariado com o prenome iniciado com a letra A mais recuado no tempo até o mais recente - de meados da década de 1970 - e assim sucessivamente com as demais letras). Já os inventários sob a guarda do 2º Ofício Cível seguem outra lógica organizacional, muito mais eficiente e clara para qualquer pessoa interessada em consultar estes documentos: estão guardados por ordem cronológica. Quando recapitulamos para a importância de se ter o número total de inventários consultados, não havia mais tempo para consultar todas as caixas novamente, especialmente aquelas sob a guarda do 1º. Ofício devido à maneira como estão organizadas. Já as caixas com inventários datados até 1888 sob a guarda do 2º Ofício Cível contabilizaram 33 com um total de 601

**Quadro 3 A - Inventários *post mortem*. Franca 1811 - 1888**

Ofício Cível	Período	Número de inventários levantados	Número de escravos arrolados nos inventários	Características listadas para os cativos
1º Ofício Cível	1814-1887	533	3.646	nome, cor/naturalidade*, idade*, filiação (caso seja criança)*, ocupação*, naturalidade*, estado civil*, condições de saúde*, número da matrícula de escravos (para os escravos arrolados após 1872)*, preço.
2º Ofício Cível	1811-1888	367	2.138	As informações descritas acima se repetem.
Total	1811-1888	900	5.784	

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

\* Informações ocasionais.

Uma das principais críticas em relação ao uso de inventários recai sobre esta fonte marcar um momento exato na trajetória de um indivíduo, assim, não há como saber quem foram os escravos do inventariado em outros momentos de sua vida; quando os escravos foram adquiridos, quanto tempo o inventariado possuía escravos e também não identifica os que já foram escravistas e perderam seus cativos.

Outro aspecto importante a ser considerado é que os inventários são mais seletivos do que as listas nominativas, uma vez que estas arrolaram todos os residentes da localidade e os inventários apenas aqueles que tinham bens a serem herdados.

Todavia, como recolhemos os inventários de uma série temporal que se estende por um longo período (1811 – 1888)<sup>202</sup>, acreditamos que as informações contidas nesse corpo documental, cruzadas com as obtidas em outras fontes, possam trazer revelações importantes ao nosso estudo.

As duas principais partes que compõem um inventário são a avaliação e a partilha dos bens. Com a sua abertura é nomeado um inventariante. Além disso, traz o nome do

---

peças, das quais 353 (58,7%) contaram com a presença de escravos arrolados<sup>201</sup>. Acreditamos que o 2º Ofício Cível seja representativo do total de inventários consultados.

<sup>202</sup> Excluimos o inventário de Carlos Barbosa de Magalhães por ser o único inventariado proprietário de escravos no século XVIII, uma vez que ficaríamos com um hiato entre 1776 e 1811.

inventariado, a data de seu falecimento e de abertura do inventário, local de moradia, nome do inventariante e dos herdeiros (caso a herdeira fosse mulher e casada, seu marido era listado como o *cabeça do casal*).

As informações levantadas para nossa pesquisa foram: a localização do inventário (caixa, número), ano de abertura, os nomes dos inventariados, inventariantes e os cativos arrolados: nome, idade, estado conjugal, relação de parentesco com outros cativos (geralmente esposa ou filho), condições físicas ou de saúde<sup>203</sup>, ocupação, cor, naturalidade e preço.

Destacou-se a notável participação dos pequenos escravistas, ou seja, proprietários de um a três escravos, que tiveram seus cativos inventariados (o que era de se esperar em uma economia voltada ao mercado interno). Estes representavam 45% de todos os inventariados, mas possuíam apenas 13% dos cativos que aparecem nos inventários analisados até o momento. O quadro geral nos dá uma média de 6,4 escravos por proprietário. Podemos perceber o predomínio de pequenos e médios proprietários de escravos (senhores com menos de 20 escravos).

---

<sup>203</sup> Surdo, estuporado, achacado, etc.

**Quadro 4 A**  
**Proprietários e escravos segundo o tamanho da posse.**  
**Franca, 1811 – 1888.**

N. escravos arrolados	Total de proprietários	%	N. escravos	%
1	168	18,7	168	2,9
2	141	15,7	282	4,9
3	104	11,6	312	5,4
4	88	9,8	352	6,1
5	62	6,9	310	5,4
6	40	4,4	240	4,1
7	35	3,9	245	4,2
8	38	4,2	304	5,3
9	36	4,0	324	5,6
10	20	2,2	200	3,5
11	20	2,2	220	3,8
12	21	2,3	252	4,4
13	19	2,1	247	4,3
14	17	1,9	238	4,1
15	14	1,6	210	3,6
16	12	1,3	192	3,3
17	7	0,8	119	2,1
18	10	1,1	180	3,1
19	7	0,8	133	2,3
20	5	0,6	100	1,7
21-40	32	3,6	930	16,1
41-70	4	0,4	226	3,9
Total	900	100,0	5.784	100,0

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

#### 4. São Paulo do Passado: dados demográficos

Nesta fonte encontram-se as informações dos levantamentos populacionais regionais e nacionais publicados para a Província de São Paulo (1836, 1854, 1872 e 1886) que foram transcritas e sistematizadas por Bassanezi (1998).

As informações referentes a 1836 baseiam-se nos documentos: Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo - 1836 - organizado por Daniel Pedro Müller; Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no anno de 1854; Quadro Estatístico do Movimento da População da Província de S. Paulo durante o Anno de 1854 e outros; Quadros estatísticos organizados por José Joaquim Machado de Oliveira; Recenseamento Geral do Império – 1872; Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da

Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística, que contém informações levantadas no ano de 1886 (BASSANEZI, 1998).

A sistematização realizada por Pedro Müller em “Tabellas” dos resultados arrolados nas listas nominativas para o ano de 1836 norteou a confecção de quadros, tabelas e gráficos relativos à estrutura e dinâmica da população no trabalho de Bassanezi (1998), o qual transcrevemos abaixo:

***TABELLA No. 5 - População da Província - Cidades e Villas - Classificação por Idades*** - contém informações sobre a população por Comarca e para cada município segundo condição social (livres e escravos), sexo, grupos etários de 10 anos. Nesta encontra-se, também, o número de fogos de cada município.

***APPENDICE A' TABELLA No. 5 - População da Província - Classificação por Estados*** - traz, para cada município, o total de Casados, Viúvos e Solteiros, estes últimos desagregados em “menos de 30 anos” e “mais de 30 anos”. Estas informações não estão desagregadas por sexo e nem por idade.

***TABELLA No. 6 - Casualidades da População*** - relaciona o número de casamentos, nascimentos e óbitos segundo condição social e o número de expostos segundo a cor (“brancos” e “de cor”).

***APPENDICE A' TABELLA NO. 6 - Classificação dos Nascimentos e Óbitos por Sexos*** - arrola o número de nascimentos e óbitos segundo a condição social (livres e escravos) e sexo.

O Levantamento de 1836 apresenta uma variedade de informações, no entanto, não está isento de possíveis falhas. Os demais levantamentos populacionais de 1854, 1872 e 1886 também apresentam falhas, o que não descarta a possibilidade de utilizar suas informações a partir de sua análise crítica. Os levantamentos são os únicos a prestar-nos informações sobre a população paulista do século XIX e, apesar das falhas, contribuem para a melhor compreensão do passado.

Em relação ao Recenseamento de 1854, as informações sobre a população da Província de São Paulo encontram-se em Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no Anno de 1854; Quadro Estatístico do Movimento da População da Província de São Paulo durante o Anno de 1854; Quadro Estatístico de alguns estabelecimentos rurais da Província de São Paulo 1854 e Mappas das Colonias Existentes na

Província de São Paulo no ano de 1855, apresentados por José Joaquim Machado de Oliveira encarregado de organizar a estatística da Província de São Paulo na época (BASSANEZI, Vol. II, 1998).

O primeiro, **Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no Ano de 1854** apresenta a população de São Paulo por *Povoações* (Cidades, Vilas, Freguesias e Capelas Curadas) segundo grupos etários decenais, situação social (livres, escravos), nacionalidade da população livre, estado conjugal e sexo.

O segundo, **Quadro Estatístico do Movimento da População da Província de São Paulo** durante o Ano de 1854 traz o número de nascimentos e óbitos segundo a condição social (livre e escravo) e sexo, os casamentos ocorridos também segundo a condição social e ainda arrola o número de *expostos* segundo a cor e sexo.

O terceiro classifica os estabelecimentos rurais em fazendas de café, fazendas de açúcar e fazendas de criação de gado; fornece o total de fazendas e a área ocupada, o número de trabalhadores (subdividos em agregados, colonos e escravos para as primeiras e agregados e escravos para as últimas), os animais utilizados na colheita das fazendas de café e açúcar, o total produzido e o valor em réis da produção.

Os **Mappas das Colonias Existentes na Província de São Paulo no ano de 1855** trazem a população de cada colônia segundo a nacionalidade, grupo etário decenal e sexo.

Para o território foco de nossa pesquisa, o Recenseamento de 1854 não traz informações para todas as localidades. A Vila Franca do Imperador possuía em seu território as Freguesias do Carmo (atual Ituverava) e de Santa Rita do Paraíso (atual Igarapava), a Vila de Batatais (tornou-se vila em 1839) e sua Freguesia, São Bento do Cajuru (atual Cajuru). No entanto, não há informações para as respectivas Vilas mencionadas, apenas para suas freguesias.

A amplitude nacional e o conjunto de informações que reúne tornam o Recenseamento Geral do Império de 1872 um documento de fundamental importância aos estudos da população e da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. Esse censo contém falhas, algumas “*perfeitamente compreensíveis dada a complexidade do trabalho censitário em território tão extenso e à grande massa de informações a ser manipuladas sem os recursos eletrônicos modernos*” (PAIVA e MARTINS, 1983 apud BASSANEZI, 1998, p.16).

Na sua versão publicada, esse censo contém as informações sobre a população brasileira em nível de paróquia e na forma de um conjunto de quadros:

**Quadro Geral da População:** este quadro traz a população desagregada por condição social (livre e escrava) e sexo segundo “raça” (branca, parda, preta e cabocla), estado civil (solteira, casada e viúva), religião (católica e acatólica), nacionalidade (brasileira e estrangeira), instrução (sabem ler e escrever, analfabetos – população escolar de 6 a 15 anos que freqüenta e que não freqüenta a escola), defeitos físicos (cega, surda-muda, aleijada, demente e alienada) ausente, transeunte, casas (habitadas, desabitadas, fogos).

**População considerada em relação às idades. Presentes (População de facto):** neste quadro a população está desagregada por condição social, sexo e “raça” segundo grupos de idade: mensais - 1 a 11 meses; anuais - 1 a 5 anos; quinquênais - 6-10...26-30 anos; decenais - 31-40...91-100 anos; mais de 100 anos e idade não determinada.~

**População ausente considerada em relação às idades:** [somente para as paróquias onde se constata este fato] O formato deste quadro é semelhante ao anterior. Enumera apenas as pessoas que no dia do censo estavam “*ausentes temporariamente de sua residência habitual*”.

**População em relação à nacionalidade brasileira:** este quadro enumera a população por condição social, estado civil e “raça” segundo as categorias: brasileiros adotivos, estrangeiros naturalizados e, no caso de brasileiros natos, segundo a província brasileira de nascimento.

**População em relação à nacionalidade estrangeira:** aqui, a população aparece desagregada por sexo, religião e estado civil segundo o continente de nascimento, em se tratando de africanos (escravos e livres), ou país de nascimento para os demais estrangeiros.

**População considerada em relação às profissões:** este último quadro mostra a população livre por nacionalidade (brasileiros e estrangeiros), sexo e estado civil segundo a profissão e também a população escrava desagregada por sexo segundo a profissão (BASSANEZI, 1998).

Em relação ao Censo de 1872 - em São Paulo, a idade das crianças arroladas começa a partir de 3 anos completos, pois a contagem do Censo nesta Província foi realizada em 30 de janeiro de 1874. Optamos deixar 1872 para coincidir com o ano (oficial) do Censo Nacional.

A observação sobre possíveis falhas na realização de levantamentos de população permanece para o Recenseamento de 1872.

A própria Diretoria Geral de Estatística, no Relatório de 1876<sup>204</sup> - que dá por encerrado os trabalhos de impressão desse censo – além de ressaltar que os resultados obtidos “*muito se aproximão da verdade*”, aponta para a existência de problemas na sua realização, que geraram lacunas e incorreções (BASSANEZI, 1998, p.17).

O Relatório<sup>205</sup> que arrola informações para o ano de 1886 divide-se em três partes.

A primeira - *População* - traz informações sobre a estrutura e dinâmica da população livre e/ou escrava; a segunda -*Território e População* - apresenta uma análise geral dos dados descritos na primeira parte em nível de Província, incorporando informações relativas à economia provincial e a terceira parte - *Municípios* - arrola, para cada um dos municípios paulistas, informações resumidas sobre divisas municipais, aspectos físico-geográficos, história, habitantes, agricultura e pecuária, comércio e indústria, instrução, divisão eclesiástica, distâncias entre o município e seus vizinhos (BASSANEZI, Vol. IV, 1998, p.14).

A primeira - *População* - traz informações sobre a estrutura e dinâmica da população livre e/ou escrava - que nos interessa mais de perto, pois é dela que vamos nos valer para obter indicadores sócio-demográficos da população paulista no período.

Lamentavelmente, o levantamento de 1886 não desagrega a população segundo condição social. O que foi publicado sobre população escrava temos: Resumo geral dos escravos matriculados até 30 de março de 1887 - que contém o total de escravos para cada município segundo sexo, grupo de idade, estado civil e domicílio. Arrola, também, por município, os Filhos livres de mulher escrava matriculados e averbados até 30 de junho de 1886, por sexo discriminando-os em: matriculados, averbados por motivo de falecimento, entrados de outros municípios, de quantos consta a renúncia dos senhores das mães” e existentes.

Como foi observado pela Comissão Central de Estatística, os dados arrolados neste documento contém falhas. Muitas das sub-comissões municipais deixaram de fazer o

---

<sup>204</sup> Diretoria Geral de Estatística – **Relatório e Trabalhos Estatísticos** apresentados ao Ilmo. E Exmo. Snr Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Império pelo Director Conselheiro Manoel Francisco Correia em 31 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro, 1877.

<sup>205</sup> **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística**, São Paulo, Leroy Link Boowalter – Typographia King, 1888.

recenseamento ou não enviaram mapas completos. Portanto, os resultados para a Província como um todo são parciais. Isto ocorre também para alguns municípios”(BASSANEZI, Vol. IV, 1998, p.16).

Esta observação pode se adequar a Franca, Batatais e Cajuru e aos municípios deles desmembrados, com maior déficit de informações para Cajuru e Franca. O Resumo geral dos escravos matriculados até 30 de março de 1887 é a única parte do Relatório que apresenta dados de Franca.

## ANEXO 2 – Relação dos inventariados

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
1	1		1	1834	Anacleto Silva Barbosa
1	1		2	1835	Albino Rodrigues de Barros
1	1		3	1841	Anselmo da Costa Ribeiro e Maria Rodrigues de Jesus
1	1		4	1842	Anastacia Rosa do Nascimento
1	1		5	1844	Agostinho Justiniano de Freitas
1	1		6	1849	Anselmo Ferreira de Barcelos
1	1		7	1850	Angelina Maria Jesus
1	1		8	1853	André Martins Ferreira Costa
1	1		9	1853	Alexandre Pereira da Silva
1	1		11	1862	Ambrosio Gonçalves Pinheiro
1	1		12	1864	Angela Montini Ribeiro
1	1		13	1865	Albina Maria Garcia
1	1		15	1868	Aureliano Augusto de Queiroz
1	1		17	1876	Adriano Mendes da Silva
1	2		9	1886	Amancio Gonçalves de Almeida
1	21		26	1860	Ana Nunes Barbosa
1	22		1	1816	Ana Joaquina de Faria
1	22		3	1825	Ana Joaquina
1	22		5	1828	Ana Antonia do Sacramento
1	22		7	1831	Ana Josefa de Jesus
1	22		9	1836	Ana Joaquina de Sene
1	22		10	1837	Ana Francisca de Jesus
1	22		11	1837	Ana Joaquina dos Santos
1	22		12	1840	Ana Luisa do Espirito Santo
1	22		14	1844	Ana Maria da Silva
1	22		15	1845	Ana Rodrigues das Neves
1	22		16	1848	Ana Luisa do Espirito Santo
1	22		18	1850	Ana Maria do Desterro
1	22		19	1851	Ana Michelina Placida de Meneses
1	22		22	1856	Ana Fortuosa de Campos
1	22		23	1856	Ana Joaquina do Sacramento
1	23		24	1858	Ana Teresa de Jesus
1	23		25	1859	Ana Doarte de Meireles
1	23		27	1861	Ana Joaquina Ferreira
1	23		29	1862	Ana Rosa de Jesus
1	23		30	1862	Ana Luisa Beralda
1	23		31	1864	Ana Rosa de Jesus
1	23		32	1864	Ana Felisberta de Jesus
1	23		34	1867	Ana Rosa de Jesus
1	23		35	1868	Ana Victorina da Silva
1	23		36	1869	Ana Constancia de Jesus
1	23		37	1869	Ana Rosa da Silva
1	23		39	1870	Ana Constancia do Espirito Santo
1	23		41	1871	Ana Rufina de Almeida

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
1	23		42	1875	Ana Josefa de Jesus
1	23		44	1876	Ana Luiza Teixeira
1	23		48	1880	Ana Rodrigues da Silva
1	23		49	1878	Ana Umbelina de Guimarães
1	24		49	1881	Ana Joaquina de São Jose
1	24		51	1872	Ana Joaquina Garcia
1	24		52	1884	Ana Gertrudes de Jesus
1	24		55	1887	Ana Luisa Alves
1	29		1	1836	Antonia Maria do Nascimento
1	29		2	1848	Antonia Maria de São Jose
1	29		3	1859	Antonia Maria Jesus
1	29		4	1870	Antonia Ricardina de São Jose
1	29		5	1870	Antonia Joaquina de São Francisco
1	29		10	1827	Antonia Maria Gonçalves
1	29		11	1828	Antonia Lucinda de Jesus
1	30		1	1819	Antonio Alves Ferreira
1	30		3	1821	Antonio dos Santos Andrada
1	30		4	1824	Antonio Jose Dias Chaves
1	30		6	1826	Antonio Dias do Prado
1	30		7	1828	Antonio de São Payo Silva e Francisca Maria de Jesus
1	30		9	1830	Antonio Jose de Barcellos
1	30		10	1830	Antonio Nunes da Silva
1	30		12	1832	Antonio do Amaral da Fonseca e Theresa Maria Joaquina
1	30		13	1838	Antonio Martins Parreira
1	30		14	1833	Antonio Jose Barbosa
1	30		15	1834	Antonio de Paiva Lima
1	31		17	1835	Antonio Mendes Costa
1	31		18	1836	Antonio Ribeiro de Sousa
1	31		22	1842	Antonio Gomes de Andrade
1	31		23	1843	Antonio Jose de Faria
1	31		24	1845	Antonio Moreira da Silva
1	31		26	1847	Antonio Garcia de Andrade
1	31		27	1847	Antonio Carlos Alarcão
1	31		28	1849	Antonio Belarmino de Freitas e Custodia Gomes de Freitas
1	31		29	1850	Antonio Martins Rodrigues
1	31		30	1850	Antonio Lopes de Oliveira
1	31		31	1850	Antonio Gomez
1	32		32	1851	Antonio Coelho da Fonseca
1	32		33	1852	Antonio Joaquim da Silva
1	32		34	1853	Antonio Domingues de Almeida
1	32		35	1853	Antonio Gabriel Diniz Junqueira
1	32		36	1856	Antonio Paulino de Sousa
1	32		37	1856	Antonio Lopes do Carmo
1	32		38	1857	Antonio Gomez Pinheiro
1	32		39	1858	Antonio Gonçalves Cintra

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
1	32		40	1858	Antonio Barbosa Silva
1	32		43	1860	Antonio Pereira de Azevedo
1	32		44	1861	Antonio Jose da Silva Basto
1	32		45	1861	Antonio Francisco de Mendonça
1	32		48	1866	Antonio Domingues Malaquias de Almeida
1	33		49	1867	Antonio Correa das Neves
1	33		50	1869	Antonio de Paula Silva Lião e Joaquina Angelica da Silveira
1	33		51	1870	Antonio Alves Branquinho
1	33		52	1871	Antonio Ferreira da Silva
1	33		53	1872	Antonio Barbosa Leão
1	33		56	1878	Antonio Coelho Vital
1	33		59	1881	Antonio Jose Pinto
1	33		60	1882	Antonio Joaquim Borges
1	34		10	1848	Constancia Angelica de Jesus
1	34		65	1886	Antonio Ribeiro da Silva
1	46		1	1828	Bras Rodrigues da Silva
1	46		2	1832	Bento Jose de Magalhães Portilho
1	46		3	1836	Brigida Maria de Oliveira
1	46		4	1851	Bento Jose de Faria
1	46		5	1854	Barbara Francisca de Faria
1	46		7	1860	Bernardina Joaquina de Jesus
1	46		8	1863	Bento Jose Gomes e Joaquina Felicia da Conceição
1	47		9	1864	Belarmino Jose de Oliveira
1	47		11	1871	Belarmino Barboza Sandoval
1	47		16	1887	Bento Jose Peixoto
1	51		3	1832	Custodia Maria do Espirito Santo
1	51		6	1836	Custodia Maria do Sacramento
1	53		7	1837	Caetano Barbosa Sandoval
1	53		28	1869	Candida Felisbina de Arantes
1	53		30	1871	Constancia Angelica da Silveira
1	53		32	1874	Cipriano de Paula Silvieira
1	53		34	1880	Candida Francisca Junqueira
1	64		1	1826	Domingos Francisco Borges
1	64		4	1846	Daniel Joaquim de Oliveira
1	65		5	1854	Domingos Gomes de Carvalho
1	65		7	1857	Domingos Ribeiro dos Santos
1	65		8	1863	Dominciano Rodrigues Gomes
1	65		9	1865	Demetrio Xavier Duarte
1	65		10	1867	Domingos Gonçalves Costa
1	71		14	1885	Demitildes Merceliana Barbosa
1	71		1	1832	Engracia Francisca de Oliveira
1	71		2	1834	Eufrasia Maria de Jesus
1	71		3	1853	Emerenciana Elena de Santa Ana
1	71		4	1855	Escolastica Maria de São Camilo
1	71		6	1862	Emiliana Candida de Jesus

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
1	71		7	1864	Emiliana (mentecapta) irmã de João Ribeiro de Almeida
1	71		8	1867	Emiliana Candida de Jesus
1	71		12	1885	Eugenio Ribeiro da Silva
1	80		1	1830	Felipe da Cunha Vaz
1	80		4	1843	Floriana Maria de Jesus
1	80		5	1850	Feliciana Alves de Faria
1	80		8	1857	Felisberto Alves de Freitas
1	80		9	1862	Felicia Rosa de São Jose
1	80		10	1863	Flauzino Jose de Lima
1	80		13	1878	Felicidade Maria do Carmo
1	80		14	1878	Felicio Ferreira da Silva
1	80		15	1879	Floriana Maria Ferreira da Silva
1	80		17	1886	Felisarda Maria de Jesus
1	86		1	1817	Francisca Candida Silva
1	86		2	1829	Francisca Antonia de Souza
1	86		3	1837	Francisca Gomes da Assunção
1	86		4	1848	Francisca Maria e Luciano de Faria Salgado
1	86		5	1849	Francisca Maria da Conceição
1	86		7	1852	Francisca Antonia Xavier
1	86		8	1857	Francisca Angelica da Silva
1	86		9	1862	Francisca Coelho de Albuquerque
1	86		10	1864	Francisca da Silva Costa
1	88		11	1843	Francisco Antonio Diniz Junqueira
1	89		12	1872	Francisca de Paula da Luz
1	89		13	1848	Francisco Antunes Cintra
1	89		14	1849	Francisco Jose de Almeida
1	89		15	1849	Francisco de Paula Marques
1	89		16	1850	Francisco Soares de Guimaraes
1	89		17	1851	Francisco Gonçalves Manso
1	89		18	1853	Francisco Matias da Silva
1	89		19	1856	Francisco Pinto Pereira Leite
1	89		20	1856	Francisco Alves de Assis
1	89		22	1858	Francisco de Paula Silveira
1	89		24	1860	Francisco Barbosa Sandoval
1	89		25	1860	Francisco Rodrigues Nunes
1	89		26	1861	Francisco Machado da Silveira
1	89		28	1862	Francisco Martins Ferreira
1	90		29	1865	Francisco Moreira Jardim
1	90		34	1876	Francisco da Silva Barbosa
1	90		38	1879	Francisco Antonio da Costa
1	90		42	1886	Francisco de Paula Coelho
1	96		1	1827	Gertrudes Maria de Oliveira
1	96		3	1850	Gertrudes Maria do Espirito Santo
1	96		4	1850	Germano Jose dos Santos
1	96		6	1864	Gabriel Nogueira Vilela

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
1	96		7	1864	Guilhermina Cassimira da Silva
1	102		12	1849	Gertrudes Maria do Espirito Santo
1	102		1	1831	Hirias Candida de São Camilo e Manoel Pinto Pereira Leite
1	102		3	1844	Hipolita Maria de Jesus
1	102		4	1846	Hilario Dias Campos
1	102		5	1840	Hipolito Antonio Pinheiro
1	102		6	1865	Hipolita Garcia Nogueira
1	102		7	1866	Honorio Alves da Silva
1	107		8	1870	Heitor de Paula Silveira
1	107		1	1820	Inacia Teresa do Evangelho
1	107		5	1836	Inacio Antonio Ferreira
1	107		6	1840	Isabel da Silva Gomes
1	107		7	1842	Inacia Justina Alves
1	107		8	1842	Inacio Jose Rabelo
1	107		9	1844	Inacio Nunes da Silva
1	107		10	1845	Inacio Antonio de Lima
1	107		13	1853	Inacio Jose Almeida
1	107		15	1858	Isaias Jose da Silva
1	107		16	1864	Ildefonso Alves Correa
1	107		20	1873	Ines Miquelina da Silva
1	107		21	1881	Inacia Candida Andrade
1	113		23	1886	Inacia Candida Andrade
1	113		1	1827	Januario Jose de Sousa
1	113		2	1829	Jacinto Ferreira de Aguiar
1	113		3	1833	Jacinta Albina de Jesus
1	113		4	1836	Jacinta Maria de Jesus
1	113		5	1839	Januario Jose de Sousa
1	113		6	1839	Jacinta Clara Rodrigues
1	113		8	1843	Justa Gomes de Jesus
1	113		10	1846	Jeronimo Joaquim Ferreira
1	113		11	1865	Joana Maria da Conceição
1	114		12	1878	Joana Gomes de Assunção
1	114		20	1854	Jeronimo Fernandes das Chagas
1	114		22	1864	Justino Barbosa Sandoval
1	114		23	1817	Jacob Ferreira de Meneses
1	122		25	1881	Jesuina Vergueira de Jesus
1	122		1	1827	Joao Correia da Silva
1	122		2	1831	João Peixoto Guimaraes
1	122		4	1833	Joao Jose de Sousa
1	122		7	1836	Joao Caetano de Sousa
1	122		8	1838	João Tavares
1	122		10	1841	Joao Moreira da Silva e Angela Maria dos Santos
1	122		11	1842	João Gonçalves Campos
1	122		12	1842	João Leite de Faria
1	123		13	1843	João Mahcado da Silveira

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
1	123		14	1848	João Pedro de Faria
1	123		15	1848	João Pedro de Faria e Ana Maria de Jesus
1	123		17	1852	João Frauzino Diniz Junqueira
1	123		18	1855	João Ribeiro de Almeida
1	123		19	1856	João Francisco de Paula Silveira
1	123		20	1856	Joao Inacio de Faria
1	123		2...	1859	Joao Rodrigues Barros
1	123		24	1859	Joao Garcia Lopes da Silva
1	123		26	1860	Joao Antonio de Araujo Vale
1	123		27	1860	João Lopes Valadão
1	123		28	1861	João Tome dos Santos
1	123		30	1863	Joao Gonçalves Gomes
1	123		31	1863	João Alves Gonçalves
1	123		34	1866	João Paulo da Silva
1	123		35	1866	João Gomes Pinheiro
1	123		37	1868	João Damasceno Branquinho
1	124		38	1869	João e Bernarda filhos da finada Custodia Maria da Assunção
1	124		40	1875	Joao Custodio Moreira de Faria
1	124		42	1875	João Marcílio de Andrade
1	124		43	1875	Joao Bernardes Machado
1	124		44	1878	João Ribeiro de Mendonça
1	124		49	1881	Joao Alexandre Dias
1	134		53	1887	João Antonio de Sousa Costa
1	134		1	1835	Joaquim Manoel da Costa
1	134		2	1838	Joaquim de Sousa Teixeira
1	134		3	1840	Joaquim Mendes Rosa
1	134		4	1841	Joaquim Ferreira Lopes
1	135		5	1844	Joaquim Jose Ferreira
1	135		8	1845	Joaquim Gomes de Almeida
1	135		9	1847	Joaquim Inacio de Faria
1	135		10	1850	Joaquim Martins de Assunção
1	135		12	1852	Joaquim Martins Rodrigues
1	135		13	1852	Joaquim Alves da Silva
1	135		15	1853	Joaquim Tomas de Melo
1	135		16	1855	Joaquim Garcia de Andrade
1	135		20	1853	Joaquim Borges do Rego
1	135		23	1860	Joaquim Barbosa Sandoval
1	136		25	1862	Joaquim Francisco de Paula Teixeira
1	136		27	1862	Joaquim da Rocha Neiva
1	137		30	1867	Joaquim Ribeiro dos Santos
1	137		31	1869	Joaquim de Paula e Silva
1	137		32	1869	Joaquim Jose Machado do Espirito Santo
1	137		33	1869	Joaquim (mentecapto) filho de Manoel Martins Coelho
1	137		37	1871	Joaquim Martins Teixeira Barbara
1	137		39	1877	Joaquim Ferreira Lopes

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
1	137		40	1872	Joaquim Malaquias Mendes
1	137		42	1875	Joaquim Teodoro de Almeida
1	137		43	1876	Joaquim Ribeiro de Mendonça
1	148		45	1881	Joaquim Carlos Monteiro
1	148		4	1847	Joaquina Isabel de Jesus
1	148		5	1849	Joaquina Ferreira de Jesus
1	148		10	1871	Joaquina Antonia da Silva
1	148		12	1874	Joaquina Angelica da Silveira
1	148		13	1882	Joaquina Maria da Trindade
1	149		14	1885	Antonio Rodrigues da Rocha
1	148		1	1816	Joaquina Rosa de Jesus
1	148		6	1851	Joaquina Ferreira de Meneses
1	148		8	1862	Joaquina Domingues de Almeida
1	148		9	1865	Joaquina Eugenia da Luz
1	149		2	1818	Jose Gomes de Meireles
1	149		3	1828	Jose Manoel Nogueira
1	149		4	1829	Jose Barbosa de Magalhaes
1	149		5	1830	Jose Antonio de Sousa
1	149		6	1831	Jose Joaquim Teixeira
1	149		7	1833	Jose Bernardes de Freitas
1	149		8	1835	Jose Ferreira da Silva
1	149		9	1837	Jose Gonçalves de Melo
1	149		11	1839	Jose Coelho da Fonseca
1	149		13	1840	Jose Martins de Rodrigues
1	149		14	1840	Jose Rodrigues da Costa
1	150		15	1841	Jose Alves de Figueiredo
1	150		16	1842	Jose Ferreira de Meneses
1	150		17	1843	Jose Hipolito de Oliveira
1	150		18	1843	Jose Gonçalves Pinheiro
1	150		20	1843	Jose Inacio de Faria
1	150		22	1845	Jose Francisco dos Reis
1	150		25	1851	Jose Rodrigues Barros
1	150		27	1855	Jose Carlos Alarcão
1	150		29	1856	Jose Joaquim de Oliveira
1	150		30	1856	Jose Machado Diniz
1	150		31	1857	Jose Luis Cardoso
1	150		32	1857	Jose Vieira Machado
1	150		33	1858	Jose Machado de Paula
1	150		34	1855	Jose Pio Cintra
1	151		35	1859	Jose, menor
1	151		36	1860	Jose Matias Vieira
1	151		37	1866	Jose Firmino da Mota
1	151		39	1860	Jose Marçal Vieira Homen
1	151		40	1861	Jose Ferreira de Meneses Aguiar
1	151		41	1862	Jose Curcino dos Santos

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
1	151		42	1863	Jose Joaquim Moreira
1	151		43	1863	Jose Justino Faleiros
1	151		48	1868	Jose Barbosa Sandoval
1	152		50	1869	Jose Lemes da Silva
1	152		51	1870	Jose de Freitas Silveiras
1	152		53	1871	Jose Antonio da Costa
1	152		55	1872	Jose Custodio Moreira Junior
1	152		57	1875	Jose Ferreira Mendes
1	152		58	1876	Jose Gordo da Costa Ribeiro
1	152		59	1876	Jose Carvalho da Silva
1	152		60	1878	Jose Felicio Ferreira
1	152		61	1878	Jose Felisberto de Freitas
1	152		62	1879	Jose Bernardes Vieira
1	153		63	1879	Jose Jacob Ferreira de Meneses
1	153		64	1879	Jose Pereira de Gouveia
1	153		67	1880	Jose Valim de Melo
1	171		69	1882	Jose Francisco de Paula
1	171		1	1856	Josefa Gomes de Assunção
1	171		2	1858	Josefa Antonia de Jesus
1	171		3	1881	Josefa Joaquina dos Santos
1	172		4	1884	Josefa de Sousa Brito
1	172		1	1825	Lasaro Pires da Cunha
1	172		3	1841	Luis Martins Coelho
1	172		4	1841	Luisa Maria de Jesus
1	172		7	1842	Luciana Angelica do Sacramento
1	172		8	1844	Ludovina Maria de Jesus
1	172		9	1845	Lauriano Alves Correia
1	172		10	1847	Ladislao Leal da Fonseca
1	172		13	1855	Luciana Ferreira de Meneses
1	172		17	1866	Luciana filha do finado Manoel Ferreira de Meneses
1	172		18	1866	Laudelina filha leg Francisco de Paula e Silva
1	180		19	1876	Lucas Antunes Cintra
1	180		1	1824	Mateus Cardoso Parreira
1	180		2	1816	Maria das Neves
1	180		3	1826	Maria Ferreira de Meneses
1	180		3	1837	Miguel Jose da Silveira
1	180		4	1840	Mateus Coelho da Fonseca
1	180		5	1828	Maria Rita
1	180		5	1840	Marçal Gonçalves de Sousa
1	180		6	1844	Miguel Rodrigues Ferreira
1	180		7	1853	Mateus Rodrigues Gularte
1	180		8	1854	Miguel Rodrigues do Amaral
1	180		11	1871	Marcelino Jose de Melo
1	180		13	1877	Marceliano Rodrigues Moreira
1	181	C	14	1882	Miquelina Celestina da Silva

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
1	181		5	1856	Claudino Leal da Fonseca
1	181		4	1827	Maria Pires de Araujo
1	181		16	1854	Cristovão Pacheco de Medeiros
1	181		19	1858	Candida Maria de Jesus
1	181		19	1850	Manoela Antunes Maciel
1	181		20	1879	Misael Antonio Garcia
1	190		1	1815	Manoel Ribeiro Guimaraes
1	190		2	1824	Manoel Garcia Roza
1	190		4	1827	Manoel Borges de Gouveia
1	190		5	1829	Manoel Alves Pereira
1	190		6	1830	Manoel Alves de Figueiredo
1	190		7	1831	Manoel Ferreira Ribeiro
1	190		8	1832	Manoel Rafael da Silva
1	190		9	1837	Manoel Borges de Gouveia
1	190		10	1838	Manoel Nicacio da Silva
1	190		11	1839	Manoel Caetano de Menezes
1	190		13	1843	Manoel Carlos Alarcão
1	190		15	1848	Manoel Gonçalves Costa
1	190		16	1848	Manoel Ribeiro de Almeida
1	191		19	1850	Manoel Francisco Lopes
1	191		20	1850	Manoel de Meireles Freire
1	191		23	1853	Manoel Antonio de Souza
1	191		24	1853	Manoel Ferreira Maxado
1	191		26	1858	Manoel Francisco da Silva
1	191		27	1861	Manoel Ribeiro da Silva
1	191		28	1862	Manoel de Mendonça Ribeiro
1	191		29	1863	Manoel de Paula Ferreira
1	191		30	1865	Manoel Jose Alves Pereira
1	191		31	1866	Manoel (menor) filho de Manoel Custodio Vieira
1	191		32	1866	Manoel da Costa Soares
1	191		33	1866	Manoel Ferreira de Menezes
1	191		34	1867	Manoel Caetano de Figueiredo
1	192		38	1870	Manoel Pereira Ribeiro
1	192		39	1870	Manoel Thomaz de Queiroz
1	192		43	1872	Manoel Coelho Vital
1	192		44	1872	Manoel Rodrigues da Costa e Ana de Freitas
1	192		47	1874	Manoel Francisco Ferreira
1	192		49	1875	Manoel Felipe da Silva
1	192		50	1878	Manoel Martins Rodrigues
1	197		1	1816	Maria Dias de Jesus
1	197		8	1832	Maria Joaquina de Freitas
1	197		9	1834	Maria Lionarda Sacramento
1	197		10	1834	Maria Alves Ribeiro
1	197		11	1834	Maria Candida
1	197		12	1834	Maria Rosa de Jesus

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
1	197		13	1835	Maria Antonia do Sacramento
1	197		14	1837	Maria Isabel de Faria
1	197		16	1839	Maria Rosa da Conceição
1	197		17	1839	Maria Clara
1	197		18	1840	Maria Roza de Morais Barros
1	197		19	1840	Maria Lopes de Jesus
1	197		20	1842	Maria Joanna do Sacramento
1	198		22	1842	Maria Joaquina de Jesus
1	198		23	1844	Maria Joaquina de Jesus
1	198		24	1845	Maria Joanna do Espirito Santo
1	198		25	1845	Maria Madalena de Jesus
1	198		26	1846	Maria Thereza d'Assumpção
1	198		27	1847	Maria Rita de Sam Camillo
1	198		28	1847	Maria Manoela do Nascimento
1	198		29	1847	Maria Candida da Lus
1	198		30	1847	Maria Magdalena de Souza
1	198		31	1848	Maria Carolina de Jesus
1	198		32	1848	Maria Rodrigues da Assumpção
1	198		33	1850	Maria de Jesus
1	198		36	1853	Maria Magdalena de Pariz
1	198		37	1854	Maria Madalena de Jesus
1	198		38	1854	Maria Magdalena de Jesus
1	199		39	1854	Maria Rosa de Jesus
1	199		41	1855	Maria Roza de Jesus
1	199		44	1856	Maria Thereza de Barros
1	199		46	1857	Maria Cassianna de Jesus
1	199		48	1858	Maria Venancia Clara
1	199		49	1859	Maria Felisberta de Freitas
1	199		50	1859	Maria Thereza de São Jose
1	199		51	1859	Maria Francisca de Medeiros
1	199		52	1859	Maria Roza da Conceiçam
1	199		53	1860	Maria Ferreira de Jesus
1	199		54	1861	Maria do Carmo Benevelutta
1	199		56	1861	Maria Moreira dos Santos
1	199		57	1861	Maria das Dores de Jesus
1	199		60	1864	Maria Rita de Macedo
1	199		62	1864	Maria Joaquina Ferreira
1	199		64	1866	Maria do Carmo de Jesus
1	199		65	1866	Maria Constancia Firmina
1	199		66	1862	Maria dos Anjos de Jesus
1	199		68	1868	Maria Rita de Jesus
1	199		69	1868	Maria Antonia de Jesus
1	200		70	1869	Maria Christina de Assumpção
1	200		77	1873	Maria Senhorinha de Lima
1	200		80	1874	Maria do Carmo da Conceição

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
1	200		82	1875	Maria Delfina de Jesus
1	200		83	1876	Maria Dorida Diniz
1	200		88	1878	Maria Luiza do Espirito Santo
1	200		89	1879	Maria Christina dos Reis
1	200		93	1882	Maria Candida de São Jose
1	201		94	1882	Maria Theresa da Conceição
1	201		96	1883	Maria do Carmo de Jesus
1	201		97	1884	Maria Gertrudes da Conceição
1	201		98	1885	Maria do Carmo de Jesus
1	201		102	1886	Maria Rodrigues de Freitas
1	201		103	1886	Maria Candida de Jesus
1	226		1	1826	Mariana Gomes de Carvalho
1	226		2	1829	Mariana Constancia de Andrade
1	226		3	1841	Mariana Rosa de Jesus
1	226		4	1847	Mariana Rosa de Jesus
1	226		5	1852	Mariana Victoria Felisberia
1	226		6	1862	Mariana Rosa de Jesus
1	227		7	1862	Mariana Gomes de Freitas
1	227		9	1884	Mariana Vilela dos Reis
1	228		1	1868	Narcisa Maria de Oliveira
1	228		2	1871	Norberto Ribeiro de Mendonça
1	236		1	1838	Prodenciana de Jesus
1	236		2	1853	Placido Jose da Silva
1	236		6	1873	Prudencio Rodrigues Pires
1	236		7	1875	Policeno Bernardes Correa
1	236		8	1878	Paulo Alves Frutuoso
1	236		10	1883	Policarpa Maria de Jesus
1	236		12	1885	Pedro Francisco Ferreira
1	242		1	1818	Rosa Beatriz de Jesus
1	242		2	1823	Rosa Maria de Viterbo
1	242		3	1832	Roma Rosa de Jesus
1	242		4	1833	Rosa Maria de Jesus
1	242		5	1833	Rita Clara de Jesus
1	242		6	1834	Rita Bernardina de Jesus
1	242		7	1837	Rita Maria de Jesus
1	242		8	1837	Rita Angelica do Sacramento
1	242		9	1842	Rita Angelica de Jesus
1	242		10	1842	Rita de Cassia de Andrade
1	242		11	1847	Rosa Vitoria de Gouveia e Manoel Nunes da Silva
1	242		11?	1850	Luciana Angelica do Sacramento
1	243		12	1855	Rita Angelica do Sacramento
1	243		13	1857	Rosaura Francisca de Jesus
1	243		17	1861	Rita Maria de Jesus
1	243		18	1863	Rita Francisca de Jesus
1	243		19	1863	Rita Maria do Espirito Santo

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
1	243		20	1867	Rita Antonia do Nascimento
1	249		2	1841	Severiano Pereira Leal
1	249		6	1853	Sebastião Alves Borges
1	249		3	1844	Silverio Silvestre da Silveira e Silva
1	249		7	1860	Silvestre de Magalhaens Portilho
1	249		10	1863	Sezefredo Antunes Cintra
1	249		12	1870	Silverio Claudino da Silva
1	249		14	1885	Silvestre Borges de Freitas
1	257		1	1823	Theotonia Joaquina de Souza
1	257		2	1830	Theresa Miquelina de Jesus
1	257		3	1841	Theodora Gomes Moreira
1	257		4	1842	Thereza Ignacia de Jesus
1	257		5	1845	Theresa Maria de Jesus
1	257		6	1848	Thomazia Angelica da Silva
1	257		7	1862	Thome Rodrigues de Castro
1	257		8	1868	Theresa Maria de Jesus
1	257		11	1873	Theresa Flora de Lima
1	257		12	1874	Tertulina Roza de Jesus
1	257		13	1878	Thereza Maria de Jesus
1	257		15	1884	Theresa Galdina Vieira
1	257		16	1885	Theolina Zemilla de Andrade
1	258		17	1885	Thereza Umbelina de Melo
1	261		1	1862	Umbelina Rosa de Jesus
1	262		1	1814	Victoria Maria de Siqueira
1	262		2	1817	Vicencia de Sousa Ribeiro
1	262		3	1830	Vicente Vieira Velho
1	262		5	1832	Vicente Ferreira Antunes
1	262		6	1837	Venancio Pereira Neves e Antonio Pereira Neves
1	262		7	1844	Violanta Maria do Sacramento
1	262		8	1845	Victoria Maria da Trindade
1	262		9	1846	Victoria Claudina de Figueiredo
1	262		10	1847	Vicente Gomes Pinheiro
1	262		13	1854	Verediana Marques de Oliveira
1	262		15	1855	Virgilina Candida de Andrade Junqueira
1	262		20	1864	Vicente Martins de Moraes
1	262		23	1884	Verissimo Antunes Cintra
1	268		2	1874	Zeferino Batista Carmo
1	268		3	1867	Zeferino de Paula Silveira
2	1	1	1	1821	Manoel Dias da Conceição e Joaquina Maria do Prado
2	1	1	2	1811	Manoel Antonio de Faria
2	1	1	3	1811	Antonio Jose de Faria
2	1	1	4	1814	Francisco de Assis Magalhaes
2	1	1	5	1815	Felipe Gonçalves Ferraz
2	1	1	6	1816	Ignacia Barbosa Feliciano
2	1	1	7	1816	Joana Felizarda dos Reis

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
2	1	1	8	1816	Joaquim Joze Teixeira
2	1	1	9	1817	Rita Dias de Jesus
2	1	1	11	1817	Ana Oliveira do Espirito Santo
2	1	1	12	1818	Joao Mendes de Queiros
2	1	1	14	1819	Liberada Joaquina da Purificação
2	1	1	15	1819	Ana Luisa do Espirito Santo
2	1	1	16	1820	Francisco Martins Teixeira
2	1	1	17	1821	Manoel Pompeu de Arruda
2	1	1	18	1821	Francisco Jose de Sousa
2	1	1	19	1822	Diogo Garcia Lopes
2	2	1	20	1822	Rosa Maria de Viterbo
2	2	1	21	1824	Joaquim Jose Rodrigues
2	2	1	22	1824	Jose Machado de Andrade
2	2	1	23	1825	Jose Dias Pereira
2	2	1	24	1825	Maria Martins Chaves
2	2	1	25	1825	Josefa Gomes Moreira
2	2	1	26	1825	Joana Bernarda de Freitas
2	2	1	27	1825	Aleixo Alves Borges
2	2	1	28	1825	Antonio Ferreira de Barcelos
2	2	1	29	1825	João Lopes Valadão
2	2	1	30	1826	Maria Barbosa de Jesus
2	2		31	1826	Antonio Alves Guimaraes
2	2	2	32	1826	Anselmo da Costa Ribeiro
2	2	2	33	1826	Jose de Sousa Martins
2	2	2	34	1826	Rosa Maria de Sousa
2	2	2	35	1826	Ana Joaquina de Jesus
2	3	2	36	1827	Jose Gonçalves de Faria
2	3	2	37	1827	Antonia Ignacia Teresa do Evangelho
2	3	2	38	1827	Manoel Francisco de Faria
2	3	2	39	1827	Roque Jose de Melo
2	3	2	40	1827	Joaquim Pedro de Carvalho
2	3	2	41	1828	Joao de Sousa Nogueira
2	3	2	42	1828	Joaquim Jose Parreira e Custodia Machado Espirito Santo
2	3	2	44	1828	Antonio Borges de Gouveia
2	3	2	45	1828	Felipe Jose dos Santos
2	3	2	46	1828	Ignacia Francisca da Silva e Joana Antonia do Nascimento
2	3	2	47	1828	Manoel Jose Valente
2	3	2	48	1828	Ana Rita de Paiva
2	3	2	49	1828	Ana Joaquina de Sousa
2	3	2	50	1828	Domingos Martins de Brito
2	3	2	52	1829	Martinho Moreira de Carvalho
2	4	2	54	1829	Margarida Francisca Izifirina
2	4	2	55	1829	Manoel Bernardes de Oliveira
2	4	2	57	1829	Felizarda Ferreira Mendes
2	4	2	59	1829	Teresa da Silva Ferreira

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
2	4	2	60	1829	Joao Figueira de Azevedo e sua mulher Ignacia Maria da Luz
2	4	3	62	1830	Severino Antonio da Silva
2	4	3	63	1830	Feliciano Carlos de Sousa
2	4	3	64	1830	Felisberta Maria de Jesus
2	4	3	66	1830	Manoel Francisco Guimarães e Rita Angelica do Sacramento
2	4	3	67	1830	Joao Gonçalves da Costa
2	4	3	68	1830	Feliciana Alves de Faria
2	4	3	69	1831	Antonio Nunes da Silva
2	5	3	70	1831	Senhorinha Maria de Jesus
2	5	3	71	1831	Jose Antonio de Brito
2	5	3	73	1831	Felipe Jose de Guimaraes
2	5	3	74	1832	Ana Maria do Sacramento
2	5	3	75	1832	Ana Maria de Jesus
2	5	3	76	1832	Paulino Nunes Pereira
2	5	3	77	1832	Mariana Luisa de Jesus
2	5	3	79	1832	Inacio Antonio Pereira
2	5	3	80	1833	Joaquim de Paula da Silva
2	5	3	81	1833	Geronimo da Costa Pinheiro
2	5	3	82	1833	Joao da Costa Maldonado
2	5	3	84	1833	Bernardina Rosa de São Jose
2	5	3	87	1833	Quiteria Maria de Jesus
2	5	3	88	1833	Antonio Alves Salgado
2	6	3	89	1833	Francisca Boena de Morais
2	6	4	90	1834	Anastacia Maria de Oliveira
2	6	4	91	1834	Beatriz Florinda da Costa
2	6	4	92	1834	Jose Rodrigues Seriacco
2	6	4	94	1834	Joana de Almeida Silva
2	6	4	95	1834	Joaquim Ferreira dos Santos
2	6	4	96	1834	Antonio Jose da Silveira
2	6	4	97	1834	Manoel Marques dos Santos Fernandes Lages
2	6	4	99	1835	Antonio Pereira Neves
2	6	4	103	1835	Vicente Ribeiro de Carvalho
2	6	4	104	1835	Jose Pires Monteiro
2	7	4	106	1836	Antonia Eustaquia de Jesus
2	7	4	107	1836	Joaquim Gomes Rodrigues da Camera
2	7	4	108	1836	Bento Dias Ramos
2	7	5	109	1836	Agostinho Ribeiro Forquim
2	7	5	110	1836	Inacio Jose de Faria
2	7	5	111	1836	Heitor Ferreira de Barcelos
2	7	5	112	1837	Francisco Machado do Espirito Santo
2	7	5	113	1837	Francelina Alves Pedrosa
2	7	5	114	1837	Clemente Alves da Silva e Joana Gonçalves Barbosa
2	7	5	117	1837	Vicente Leite de Faria
2	8	5	120	1838	Manoel Marques de Carvalho
2	8	5	121	1838	Francisca Rosa da Silva

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
2	8	5	122	1838	Francisca Rosa
2	8	5	124	1838	Maria Madalena da Silva
2	8	6	125	1838	Tomas Moreira Vicente
2	8	6	126	1838	Maria Madalena de Faria
2	8	6	129	1839	Porcina Angelina do Sacramento
2	8	6	130	1839	João Moreira da Silva
2	8	6	131	1839	Vicente Custodio Moreira e Mariana Maria de Jesus
2	9	6	132	1840	Manoel Rodrigues Pombo
2	9	6	133	1840	Rosaura Maria de Jesus
2	9	6	134	1840	Jose Francisco de Castro e Silveria Bernardes de Freitas
2	9	6	135	1840	Vitoria de Jesus das Candeias
2	9	6	136	1840	Hipolita Antonia Pinheira
2	9	6	139	1840	Antonio Alves Franco
2	9	6	141	1841	Honoraria Maria de Jesus
2	10	7	144	1841	Maria Rosa Queiroz
2	10	7	146	1841	Jose Batista de Padua Marques
2	10	7	147	1841	Joaquim Borges de Carvalho
2	10	7	149	1842	João Dias Pereira
2	10	7	151	1842	Ana Joaquina do Nascimento
2	10	7	153	1842	Rosa Maria dos Anjos
2	10	7	154	1843	Joaquim Carlos Alarcao
2	11	7	155	1843	Felizarda Maria de Jesus
2	11	8	156	1843	Joao Lourenço de Borba
2	11	8	157	1843	Jose Gonçalves Leitão e Rosa Maria do Nascimento
2	11	8	158	1843	Clementino Jose de Oliveira
2	11	8	160	1843	Jeronimo Soares Ferreira
2	11	8	161	1843	Maria do Carmo do Nascimento
2	11	8	164	1844	Manoel Antonio de Faria
2	11	8	165	1844	Francisco Resende de Paula
2	11	8	166	1844	Ana Maria de Jesus
2	11	8	167	1844	Inacio Garcia Leal
2	11	8	168	1844	Inacio de Freitas Silveira
2	11	8	169	1844	Esmeria Rosa de Jesus e Fabiano Jacinto Franco
2	12	8	171	1844	Maria Joaquina de Jesus
2	12	8	172	1844	Venancia Clara do Espirito Santo
2	12	8	173	1845	Joaquim Jose Martins
2	12	8	174	1845	Candida Doroteia de Sousa
2	12	8	176	1845	Maria Joaquina do Sacramento
2	12	8	178	1845	Joaquina Maria do Espirito Santo
2	12	8	179	1845	Joaquim Rosa da Silveira
2	12	8	180	1845	Jose Justino da Mota
2	12	9	181	1845	Francisco Ponciano e Silva
2	12	9	185	1846	Ana Modesta da Conceição
2	12	9	187	1846	Jose Candido de Oliveira
2	13	9	188	1844	Ana Rita dos Santos

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
2	13	9	190	1847	Vicencia Maria de Jesus
2	13	9	191	1847	Maria Madalena de Jesus
2	13	9	192	1847	Maria Luisa de Oliveira
2	13	9	196	1847	Joaquim Antonio Rodrigues
2	13	9	198	1847	Antonio Francisco Lopes
2	13	9	199	1847	Ana Umbelina de Jesus
2	13	9	200	1847	Francisco Pedro Teixeira
2	14	10	202	1848	Gaspar Casa Maior Dufauri
2	14	10	203	1848	Joao Francisco Lopes
2	14	10	204	1848	Isabel Maria de Siqueira
2	14	10	206	1848	Maria Madalena da Costa
2	14	10	207	1848	Manoel Rodrigues da Costa
2	14	10	209	1848	Joao Jose Pinto
2	14	10	210	1849	Antonio da Silva Rosa
2	14	10	212	1849	Maria Antonia do Nascimento
2	14	10	213	1849	Mariana Angelica do Sacramento
2	14	10	215	1849	Antonio Francisco Lopes
2	14	10	217	1850	Antonio Borges de Gouveia
2	15	10	219	1850	Inacio Moreira de Sousa
2	15	11	220	1850	Nicolau Tolentino Rodrigues Barreiros
2	15	11	221	1850	Maria Alves de Freitas
2	15	11	222	1850	Bernarda Rodrigues da Silva
2	15	11	223	1850	Ana Angelica de Jesus
2	15	11	224	1850	Antonio Lopes Cançado
2	15	11	225	1850	Ana Isidora da Silva
2	15	11	226	1850	Antonio Machado Diniz
2	15	11	227	1851	Maria Rosa de Jesus
2	15	11	228	1851	Margarida Rosa de Jesus
2	15	11	229	1851	Francisco de Paula e Silva
2	15	11	230	1851	Francisco Teodoro de Sousa
2	15	11	231	1851	Francelina Evangelista de Jesus
2	16	11	234	1852	Jose Carlos da Silva
2	16	11	235	1852	Carlota Balduino Junqueira e Jose Antonio Diniz Junqueira
2	16	11	236	1852	Luis Silverio de Magalhaes
2	16	11	237	1852	Joaquina Inacia da Silva
2	16	11	239	1853	Umbelina Honoria de Andrade
2	16	11	240	1853	Antonio Rodrigues Nunes
2	16	11	241	1853	Ana Alves Ferreira
2	16	11	242	1853	Candida Ferreira de Jesus
2	16	11	244	1853	Manoel Figueira de Azevedo
2	16	11	246	1853	Jose Nunes da Silva e Francisca Romana Barbosa
2	16	11	247	1853	Rita Maria da Conceição
2	16	11	248	1853	Joaquim Alves Porto
2	16	11	249	1853	Rita Maria de Jesus
2	16	12	250	1853	Maria Constancia Candida de São Jose e Jose da Silva do Amaral

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
2	16	12	251	1853	Antonio Luis Mamede
2	16	12	252	1854	Ana Vitoria de Paula
2	17	12	253	1854	Luis Jose Fradique
2	17	12	254	1854	Diogo Garcia Lopes da Silva
2	17	12	255	1854	Joao Alves Correia
2	17	12	262	1854	Gertrudes Rosa de Jesus
2	17	12	263	1855	Joao de Sousa Liao
2	17	12	264	1855	Joaquim Jose de Sousa
2	17	12	265	1855	Francisco Venancio de Carvalho
2	17	12	266	1855	Maria Teresa do Nascimento
2	17	12	268	1855	Martinho Rodrigues de Oliveira
2	17	12	269	1855	Antonio Jose da Silva Porto
2	17	12	275	1856	Joao Antonio Soares
2	17	13	276	1856	Mateus Ignacio de Faria
2	17	13	277	1856	Maria Joaquina de Jesus
2	18	13	278	1856	Ana Angelica de Jesus
2	18	13	279	1857	Antonio Alves de Oliveira
2	18	13	280	1857	Rosa Maria de Jesus
2	18	13	281	1857	Joaquim Francisco de Sousa
2	18	13	284	1857	Hipolita Ferreira de Jesus
2	18	13	285	1857	Joao Teodoro de Lima
2	18	13	287	1857	Maria Joana da Silveira
2	18	13	288	1857	Maria Candida de Jesus
2	18	13	290	1857	Antonio Duarte de Meireles e Teresa Maria de Jesus
2	18	13	291	1858	Ana Candida de Jesus
2	18	13	293	1858	Francisco Ferreira Coelho
2	18	13	294	1858	Joaquim Jose de Alvarenga
2	18	13	295	1858	Joaquim de Paula e Silva
2	18	13	296	1858	Jacinto Antonio Felizardo e Ana Gomes de Assunção
2	18	13	297	1858	Belisaria Maria de Oliveira
2	18	13	298	1858	Maria Gomes da Silva
2	19	13	299	1858	Manoel Carlos Alarcao
2	19	13	300	1858	Antonio Luis da Silva
2	19	14	301	1858	Manoel Rodrigues da Silva
2	19	14	304	1859	Jose Garcia Rosa
2	19	14	305	1859	Francisco Gomes da Silva
2	19	14	307	1859	Antonio Ferreira dos Santos
2	19	14	309	1859	Secundino Antonio da Silva
2	19	14	314	1860	Jose Monteiro de Araujo
2	20	14	315	1860	Joao Paulo Vidigal
2	20	14	317	1861	Maria do Carmo Ferreira
2	20	14	320	1860	Manoel Martins Coelho
2	20	14	322	1860	Manoel Rodrigues da Costa
2	20	15	324	1861	Joao Batista de Sousa Diniz
2	20	15	325	1861	Jose de Barcelos Ferreira

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
2	20	15	326	1861	Beatriz Maria de Oliveira
2	20	15	328	1861	Antonio Correia de Oliveira
2	20	15	329	1861	Francisco Garcia das Chagas
2	20	15	331	1862	Ponciana Maria do Carmo
2	20	15	332	1862	Antonio Soares de Guimaraes
2	20	15	333	1862	Joaquina Maria de Jesus
2	20	15	334	1862	Camilo Mendes Rosa
2	21	15	336	1862	Jeronimo Pereira Brandao
2	21	15	338	1864	Mariano Francisco Ribeiro
2	21	15	339	1862	Maria Barbara de Jesus
2	21	15	340	1862	Manoel Alves de Figueiredo
2	21	15	341	1862	Rita Regina de Jesus
2	21	15	342	1863	Silveria Ferreira de Santo Antonio
2	21	15	343	1863	Lucinda Ferreira de Barcelos
2	21	15	345	1863	Candida Nicacia de Figueiredo
2	21	15	346	1863	Jose Nunes Faleiros
2	21	15	347	1865	Maria Rosa de Jesus
2	21	15	348	1863	Ana Rosa de Jesus
2	21	15	349	1864	Francisca Maria de Jesus
2	21	15	351	1864	Silveria Maria Faleiros
2	21	16	354	1864	Candida Maria de São Jose
2	21	16	355	1864	Joaquim Custodio Vieira
2	22	16	356	1862	Micheas Antonio Carlos de Vilhena
2	22	16	357	1864	Maria Madalena de Jesus
2	22	16	358	1864	Maria Joaquina de Jesus
2	22	16	359	1864	Tomazia Marques de Oliveira
2	22	16	360	1864	Anastacia Maria de Oliveira
2	22	16	361	1865	Francisco Borges Malta
2	22	16	362	1865	Pacifico Fernandes Pinheiro
2	22	16	363	1865	Honorio Carlos Alarcao
2	22	16	364	1865	Candida Fermina Junqueira
2	22	16	366	1865	Antonia Francisca da Silva
2	22	16	367	1866	Maria Madalena de Jesus
2	22	16	368	1866	Antonio Nunes Ferreira
2	22	16	369	1866	Francisco de Paula Teixeira Barbosa
2	22	16	370	1866	Simão Ferreira de Menezes
2	23	16	372	1866	Maria filha de Manoel Ferreira de Menezes
2	23	16	375	1866	Manoel Bernardes de Barcelos
2	23	16	376	1866	Antonio Rodrigues Nunes
2	23	17	379	1867	Inacio Ribeiro de Almeida
2	23	17	380	1867	Brigida de Paiva Lima
2	23	17	382	1867	Maria Candida de Figueiredo
2	23	17	384	1867	Germana Maria de Jesus
2	23	17	385	1868	Heitor Zeferino da Silveira
2	23	17	387	1868	Jose Ferreira Teles

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
2	23	17	390	1868	Manoel Rodrigues da Silva
2	23	17	392	1868	Antonio Nunes da Silva
2	23	17	393	1869	Ladicena Rosa da Silva
2	23	17	394	1869	Eleoterio Jose Ferreira
2	23	17	395	1869	Geraldina Custodia de Freitas
2	23	17	397	1869	Joaquina Maria de São Jose
2	24	17	400	1869	Joaquim Dias dos Reis
2	24	17	403	1869	Joao Marques dos Reis
2	24	17	407	1870	Francisco Venancio de Carvalho
2	24	17	409	1870	Manoel Jose Pinto
2	24	17	410	1870	Mateus Coelho da Fonseca
2	24	17	411	1870	Manoel Custodio Vieira
2	24	17	415	1870	Ana Teresa de Jesus
2	25	18	418	1871	Caetano Jose Moreira
2	25	18	419	1871	Jose Machado do Espirito Santo
2	25	18	422	1871	Maria de Jesus
2	25	18	426	1871	Maria Rita de Jesus
2	25	18	428	1872	Ana Candida Junqueira
2	25	18	430	1872	Antonio Felisberto de Figueiredo
2	25	19	431	1872	Simiana filha de Francisco Rodrigues Gomes
2	26	19	435	1872	Jose de Barcelos Ferreira
2	26	19	436	1873	Francisco Antonio do Espirito Santo
2	26	19	438	1873	Delfina Melias da Silva
2	26	19	439	1873	Joaquim Gomes Guimaraes
2	26	19	440	1873	Marcelina Avelina Ribeiro Firme
2	26	19	443A	1873	Jose Ribeiro de Mendonça
2	26	19	445	1874	Antonio Joaquim da Silva Junior
2	26	19	450	1874	Domingos Alves Leite
2	27	20	456	1875	Jose Bernardes Pinto
2	27	20	458	1875	Mariana Antonia de Jesus
2	27	20	463	1876	Francisco Monteiro de Araujo
2	27	20	466	1876	Joaquim Alves Ferreira
2	27	20	467	1876	Joaquim de Melo Rosa
2	27	20	468	1876	Joaquim Jose Ferreira
2	28	20	469	1877	Manoel Ferreira Candido
2	28	21	470	1877	Maria Luisa Rodrigues de Freitas
2	28	21	473	1877	Antonio Fernandes Teixeira
2	28	21	474	1877	Firmiano Barbosa de Avelar
2	28	21	477	1878	Silvestre Jose Borges
2	28	21	478	1878	Antonio Ferreira Coelho
2	28	21	479	1878	Manoel de Paula e Silva
2	28	21	480	1878	Maria Rita de Jesus
2	29	21	483	1879	Antonio Joaquim da Silva e outros
2	29	21	484	1879	Rosa Margarida de Jesus
2	29	21	485	1879	Ana Rosa de Jesus

Cível	Caixa	Maço	Nº	Data	Inventariado
2	29	21	487	1879	Maria Silveria de Oliveira e Belizaria Maria de Oliveira
2	29	21	488	1879	Delfina Eleuteria de Carvalho
2	29	21	489	1879	Manoel Jose de Oliveira
2	29	22	490	1879	Maria Francisca de Oliveira
2	29	22	491	1879	Maria Ignacia de Jesus
2	29	22	492	1879	Joaquim Francisco de Paula
2	29	22	493	1879	Jose Alves de Figueiredo
2	29	22	494	1879	Jose Bernardes da Costa Junqueira
2	30	17	399	1869	Jose Barbosa Lima
2	30	22	499	1880	Manoel Antonio da Costa
2	30	22	501	1881	Maria Candida de Jesus
2	30	22	505	1881	João Jose da Silva Porto
2	30	22	506	1881	Joao Crisostomo de Figueiredo
2	30	22	507	1881	Maria Clara de Jesus
2	31	23	513	1882	Cristino de Paula e Silva
2	31	23	515	1882	Joaquim Francisco Machado
2	31	23	516	1882	Jose Antonio Franco
2	31	23	518	1882	Maria do Carmo de Jesus
2	31	23	519	1882	Manoel Lemes de Santa Ana
2	31	23	521	1883	Geraldo Martins da Costa
2	32	23	527	1884	Ana Candida de Jesus
2	32	24	530	1884	Maria da Luz de Oliveira
2	32	24	531	1884	Joaquina Rosa de Santo Antonio
2	32	24	533	1884	Mariana Umbelina de Sousa
2	32	24	539	1885	Joao Justiniano Branquinho
2	32	24	540	1886	Mariana Candida da Trindade
2	33	24	542	1886	Severiano Joao Batista
2	33	24	544	1886	Ana Teresa de Figueiredo
2	33	24	545	1886	Ubalina Jesuina de Carvalho
2	33	24	548	1886	Maria Zumila de Andrade
2	33	24	549	1887	Francisco Antonio de Oliveira
2	47	35	724	1886	Maria Candida de São Jose
2	168	1	15	1872	Elias da Silva Espindula
2	168	2	29	1873	Francisca Roza de Jesus
2	168	3	52	1875	Gabriel Ferreira Candido
2	168	3	53	1875	Jacinta Alves da Fé
2	168	7	112	1881	Antonio Honorio da Silveira
2	168	6	101	1880	Emerenciana Candida de Menezes
2	168	9	142	1884	Maria de Sant'Anna de Vilhena
2	168	2	45	1874	Joao Garcia Matozo
2	168	2	46	1874	Maria Christina Lopes de Oliveira
2	167	6	293	1835	Manoel Damião Pestana
2	167	1	45	1833	Constancia Gomes da Silva Bitancor
2	167	1	46	1838	Jose de Sousa Martins
2	169	12	196	1888	Antonio Barbosa Lima